

Continuar a viagem de crescimento



Relatório e Contas **2016**

Bruxelas, 7 de abril de 2017



Relatório do Conselho de Administração

Demonstrações Financeiras Consolidadas

Resumo das Demonstrações Financeiras da Companhia Ageas SA/NV



Relatório e Contas **2016**

Bruxelas, 7 de abril de 2017

ÍNDICE

Introdução.....	6
Relatório do Conselho de Administração	7
1 Descrição geral e estratégia da Ageas.....	7
2 Desenvolvimentos e resultados	10
3 Declaração do Governo Societário.....	13
Demonstrações Financeiras Consolidadas 2016 da AGEAS	30
Demonstração consolidada da posição financeira	31
Demonstração de resultados consolidada	32
Demonstração individual do rendimento integral	33
Demonstração consolidada das variações de capital	34
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa	35
Notas Gerais.....	36
1 Estrutura jurídica.....	37
2 Resumo das políticas contabilísticas.....	38
3 Aquisições e alienações.....	49
4 Resultado por ação.....	52
5 Gestão do risco.....	53
6 Supervisão e solvência regulamentares.....	89
7 Remunerações e benefícios	92
8 Partes relacionadas	108
9 Informação sobre segmentos operacionais.....	110
Notas da Demonstração consolidada da posição financeira	122
10 Caixa e equivalentes de caixa.....	123
11 Investimentos financeiros.....	124
12 Propriedades de investimento.....	132
13 Créditos	134
14 Investimentos em associadas	136
15 Resseguro e outras contas a receber	138
16 Juros reconhecidos e outros ativos	139
17 Imóveis, instalações e equipamentos.....	140
18 Goodwill e outros ativos intangíveis	142
19 Capitais próprios.....	146
20 Responsabilidades de seguros	151
21 Passivos subordinados	156
22 Empréstimos.....	158
23 Ativos e passivos por impostos correntes e diferidos	160
24 RPN (I)	162
25 Juros reconhecidos e outros passivos	163
26 Provisões.....	164
27 Passivos relacionados com opções de venda emitidas NCI	165
28 Participações não controladas	167
29 Derivados	168
30 Compromissos.....	170
31 Justo valor de ativos financeiros e passivos financeiros.....	171


Notas da Demonstração de Resultados Consolidada	174
32 Prémios de seguros	175
33 Receitas de participações, dividendos e outros investimentos	177
34 Resultado em vendas e revalorizações	178
35 Receita de investimentos relacionados com contratos unit-linked	179
36 Participação em resultados de associadas	180
37 Receitas de honorários e comissões	181
38 Outras receitas	182
39 Custos com sinistros	183
40 Custos de financiamento	184
41 Variação em imparidades	185
42 Despesas de honorários e comissões	186
43 Custos com pessoal	187
44 Outros encargos	188
45 Imposto sobre o rendimento	189
Notas dos itens não registados na demonstração consolidada da posição financeira	190
46 Passivos contingentes	191
47 Contratos de locação	196
48 Eventos após a data da demonstração da posição financeira	197
Declaração do Conselho de Administração	198
Relatório do Auditor Independente	199
Resumo das Demonstrações Financeiras 2016 da Companhia Ageas SA/NV	201
Informação geral	202
Demonstração da posição financeira após aplicação de resultados	203
Demonstração de resultados	204
Divulgação adicional sobre itens na demonstração da posição financeira e demonstração de resultados e requisitos regulamentares	205
Outra informação	208
Demonstrações prospetivas para tratar com cuidado	209
Disponibilidade dos documentos da companhia para inspeção pública	210
Registo de ações de forma desmaterializada	211
Glossário e Abreviaturas	212



Introdução

O Relatório e Contas 2016 da Ageas inclui o Relatório do Conselho de Administração da Ageas elaborado de acordo com os requisitos jurídicos e regulamentares aplicáveis na Bélgica (de acordo com o artigo 96 e o artigo 119 do Código das Sociedades Belgas) e as Demonstrações Financeiras Consolidadas 2016 da Ageas, com valores comparativos de 2015, elaborado de acordo com as International Financial Reporting Standards (IFRS) (Normas internacionais de relatório financeiro) adotadas pela União Europeia, bem como o Resumo das Demonstrações Financeiras da Ageas SA/NV.

Todos os montantes nas tabelas deste Relatório e Contas são denominados em milhões de euros, salvo indicação em contrário.



Relatório do Conselho de Administração

Ageas

Uma companhia internacional com uma identidade local e um foco:

Estar presente para os nossos clientes



Descrição geral e estratégia da Ageas

Estar presente para os nossos clientes

A Ageas é um Grupo internacional de seguros apoiado por 190 anos de experiência no mercado segurador.

Presente em 16 países na Europa e Ásia, a companhia oferece soluções de seguros Vida e não Vida para milhões de clientes de retalho e empresas, acessíveis através de uma vasta gama de canais. Deste modo, a Ageas ajuda os clientes a planearem a longo prazo, protegendo-os simultaneamente contra riscos imprevistos para o seu bem-estar.

Distinguido por uma experiência em parcerias, a Ageas desenvolveu acordos de longo prazo com instituições financeiras e distribuidores locais líderes de mercado em todo o mundo, que lhe permitem permanecer perto do cliente local.

Onde quer que operemos, operamos com um foco: o cliente. E com um objetivo em mente: oferecer tranquilidade aos nossos clientes quando dela mais necessitam.

#6 Values

Passionate
Focused *to deliver.* Entrepreneurial.
on customers. Teamwork.
Trusted. Local.



#7 Strategic Choices

#5 Financial Targets

11-13%
RETURN
ON EQUITY

LIFE
OPERATING MARGIN
GUARANTEED 85-90 BPS
UNIT LINKED 40-45 BPS

<97%
COMBINED
RATIO
NON-LIFE

40-50%
DIVIDEND
RANGE

SOLVENCY II
RATIO
175%



Ambition 2018 em ação

Uma viagem contínua focada na entrega

Quando o Ambition 2018 foi lançado em 2015, era a fase seguinte de uma viagem que começou em 2009, quando a Ageas foi estabelecida. Em cada três anos reanalisámos os nossos planos para assegurar que refletem as prioridades, os desafios e as oportunidades que encontramos para a nossa atividade e para os nossos clientes. Em 2009, o foco encontrava-se na reconquista da confiança e em arrumar a nossa casa. Através de Vision 2015, desenvolvemos escolhas estratégicas e objetivos financeiros claros que refletem os nossos valores nucleares e pontos fortes. Ambition 2018 permite-nos continuar a dinâmica, alargando as escolhas e os objetivos e, como uma companhia orientada para todas as partes interessadas, ver o mundo através dos olhos dos clientes, parceiros, empregados e investidores.

O nosso mundo está a mudar, e o Ambition 2018 oferece-nos uma plataforma para antecipar e preparar o futuro, assegurando que continuamos a ser relevantes e atrativos para todos os interessados, prontos para beneficiar de desenvolvimentos futuros. Enquanto focamos o nosso desempenho operacional e financeiro, estamos a adotar escolhas importantes e selecionadas cuidadosamente sobre o modo como estamos organizados, o papel da digitalização na nossa relação com os clientes e parceiros e outras inovações-chave que irão criar valor para todos os interessados, e onde pudermos ter um impacto. Um orçamento adicional para inovação está a ajudar-nos a iniciar novos projetos que têm a capacidade de serem exportados além-fronteiras.

No ano passado, desenvolvemos um conjunto de novas parcerias, expandindo em simultâneo a nossa presença geográfica na Europa e na Ásia. Estabelecemos novas JVs no Vietname, Filipinas, Singapura, Laos e Camboja, e estabelecemos a Ageas Seguros após a aquisição do negócio de seguros da AXA em Portugal.

Em linha com os nossos esforços para criar uma experiência omni-canal positiva para os nossos clientes, lançámos na Bélgica a My Global Benefits, uma plataforma online segura que oferece uma visão geral única das coberturas de reforma e saúde dos clientes Vida do nosso Grupo; e desenhamos um produto de seguros apoiado pelo WhatsApp na Turquia; em conjunto com outras soluções online e móveis na Bélgica, Reino Unido, Ásia e Europa Continental.

O sucesso futuro significa estar perto dos nossos clientes. Deste modo, investimos continuamente em iniciativas que ajudam a melhorar o nosso diálogo com os clientes. Estamos igualmente a iniciar projetos para residências ligadas e viaturas ligadas, para assegurar que compreendemos o impacto futuro destas inovações nos nossos clientes e na indústria.

A melhoria das nossas capacidades de análise de dados está a orientar a maior consciencialização da potencial utilização dos dados em todo o Grupo, em linha com os nossos objetivos de criar sinergias inteligentes e aumentar a partilha de conhecimento. A recém-estabelecida Ageas Academy, que se foca no fortalecimento das competências que necessitamos como grupo para responder aos desafios atuais e futuros, também ajudou a acelerar a partilha de conhecimento e a cooperação em todo o grupo.

Assim, a Ageas teve um bom progresso nos primeiros 12 meses, mas a viagem para 2018 e mais além continua, com o objetivo final de cumprir as nossas promessas.

Objetivos financeiros de Ambition 2018 da Ageas	Objetivo até ao fim de 2018	Posição no final de 2016	Posição no final de 2015
Rendibilidade de capitais próprios de atividades de seguros (excluindo ganhos e perdas não realizados)	11 - 13 %	10,6%	11,0 %
Margem operacional Vida – Garantida	85 - 90 bps	93 bps	90 bps
Margem operacional Vida - Unit-linked	40 - 45 bps	25 bps	36 bps
Rácio combinado	< 97 %	101,1%	96,8 %
Solvência II Seguros	175 %	179%	182 %
Intervalo dos dividendos	40 - 50 %	59%	45%



Desenvolvimento e resultados

2.1 Resultados e solvência da Ageas

O resultado líquido de seguros em 2016 atingiu 721 milhões de euros, 4% inferior, e inclui um resultado líquido não recorrente relacionado com a venda das atividades em Hong Kong. O resultado é impulsionado por um desempenho resiliente na Bélgica e pela melhoria dos resultados na Ásia e Europa Continental, afetados, no entanto, pelos resultados desapontantes no Reino Unido. Uma melhoria da margem operacional em Produtos garantidos de 93 bps refletiu o resultado sólido de Vida. Em não Vida, o rácio combinado de 101,1% deteriorou-se no ano, mas teve o impacto de eventos não recorrentes, que totalizaram 7,3%. O resultado líquido do Grupo em 2016 ascendeu a 27 milhões de euros, com o impacto da provisão relacionada com a resolução do Fortis, anunciada em março de 2016.

Vida e não Vida

O resultado líquido de Vida aumentou de 573 milhões de euros para 704 milhões de euros, incluindo uma contribuição não recorrente relacionada com o desinvestimento em Hong Kong. O resultado líquido sofreu o impacto dos mercados financeiros adversos na Ásia (diminuição das mais-valias líquidas de 112 milhões de euros no ano) e uma evolução adversa da taxa de câmbio (8 milhões de euros). Não foi possível compensar totalmente isto através do forte desempenho operacional em todas as atividades de Vida. Na Bélgica e Europa Continental, o resultado líquido aumentou 288 milhões de euros e 49 milhões de euros, respetivamente, beneficiando este último dos fortes resultados em Portugal e a inclusão das atividades adquiridas da Ageas Seguros. Na Ásia, o resultado líquido aumentou para 367 milhões de euros (vs. 259 milhões de euros), com uma contribuição líquida relacionada com as atividades em Hong Kong de 158 milhões de euros, sendo resultado das mais-valias alocadas (199 milhões de euros) menos a contribuição do resultado líquido menor (41 milhões de euros). Excluindo isto e as mais-valias líquidas menores, o resultado líquido permaneceu fundamentalmente forte e acima do nível do ano anterior.

O resultado líquido das atividades não Vida ascendeu a 18 milhões de euros (vs. 182 milhões de euros) e incluiu um impacto líquido negativo de 213 milhões de euros relacionado com o Reino Unido, dos quais 155 milhões de euros pela revisão da autoridade regulamentar do Reino Unido da taxa de desconto Ogden para reservas de reclamações por ferimentos pessoais, 27 milhões de euros para a reestruturação das instalações de Glasgow e 31 milhões de euros devido a um mau desempenho da parceria com uma entidade que gere Riscos especiais, que terminou nessa altura. Adicionalmente, os eventos de terrorismo e do tempo adverso na

Bélgica que ocorreram durante a primeira metade do ano representaram um encargo de 60 milhões de euros, enquanto que os custos de integração relacionados com a Ageas Seguros em Portugal ascenderam a 9 milhões de euros. Estes itens adversos foram mais do que compensados melhorando os resultados operacionais, melhores resultados de investimentos e uma maior contribuição de todas as entidades não consolidadas na Europa Continental e Ásia.

O Intreas, ressegurador não Vida interno do Grupo Ageas, estabelecido em meados de 2015, é relatado em não Vida desde 2016. O Intreas teve prémios de resseguros no valor de 41 milhões de euros das companhias operacionais e contribuiu com 3 milhões de euros para o resultado líquido.

Conta Geral

O resultado líquido da Conta Geral em 2016 ascendeu a 694 milhões de euros negativos, comparando com os 15 milhões de euros em 2015. A variação reflete em primeiro lugar a provisão de 894 milhões de euros para a resolução do Fortis, anunciada em 14 de março de 2016 (consulte a nota 26 Provisões), a mais-valia relacionada com o desinvestimento da entidade Vida em Hong Kong (204 milhões de euros) e a diferença de valor positivo em RPN(I) (83 milhões de euros).

Solvabilidade

Os fundos próprios das atividades de seguros ascenderam a 7,5 mil milhões, e permaneceram 3,3 mil milhões acima de SCR. Isto conduziu a um forte rácio total do Insurance Solvency II_{Ageas} de 179%, acima do objetivo de 175%. O impacto da diminuição das taxas de juro durante 2016 e os itens não-recorrentes no Reino Unido foram compensados por várias mudanças de âmbito e ajustamentos de modelo, relacionados sobretudo com os nossos investimentos imobiliários.

Os rácios Insurance Solvency por segmentos ascenderam a 244% na Bélgica, 100% no Reino Unido, 127% na Europa Continental e 278% em Resseguros.

O rácio Group Solvency II_{Ageas} diminuiu de 212% no final de 2015 para 191%. Enquanto que o SCR beneficiou dos ajustamentos de modelo, os fundos próprios diminuíram de 9,4 mil milhões no final de 2015 para 8,1 mil milhões, mas excedem ainda os requisitos de capital de solvência total em 3,9 mil milhões.

2.2 Resultados estatutários da Ageas SA/NV ao abrigo dos Princípios Contabilísticos Belgas

A Ageas SA/NV relatou, para o exercício financeiro de 2016 e com base nos Princípios Contabilísticos Belgas, um resultado líquido positivo de 696 milhões de euros (2015: 135 milhões de euros negativos) e capitais próprios de 6.351 milhões de euros (2015: 6.326 milhões de euros).

Para obter uma explicação mais detalhada sobre o resultado líquido não consolidado da Ageas SA/NV e outros requisitos regulamentares belgas, de acordo com o artigo 96 do Código de Sociedades Belgas, consulte o resumo das Demonstrações Financeiras das Companhia Ageas SA/NV. A KPMG emitiu um relatório de auditoria não qualificado com ênfase no parágrafo material das demonstrações financeiras da companhia Ageas SA/NV.

2.3 Determinadas transações e outras relações contratuais

Não existem transações ou outras relações contratuais a relatar entre a Ageas SA/NV e os membros do seu Conselho de Administração que deem origem a um conflito de interesses, conforme definido no Código de Sociedades Belgas.

2.4 Eventos após a data das demonstrações consolidadas da posição financeira

Não ocorreram eventos materiais desde a data das demonstrações consolidadas da posição financeira que necessitem do ajustamento das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Ageas a 31 de dezembro de 2016.

2.5 Dividendos

O Conselho de Administração da Ageas irá propor à Assembleia Geral de Acionistas anual de 17 de maio de 2017 a distribuição de um dividendo em numerário bruto total de 2,10 por ação relativo a 2016. Este dividendo é constituído pelo componente regular que, neste caso, será de 1,70 euros, comparando com 1,65 euros no ano anterior, e um componente excecional de 0,40 euros relacionado com as mais-valias do desinvestimento em Hong Kong.

2.6 Ações emitidas no final de 2016

O número de ações da Ageas emitidas no final do ano de 2016 era de 216.570.471. Este número inclui 3.958.859 ações relacionadas com CASHES e 3.958.254 ações relacionadas com FRESH, que não possuem dividendos nem direitos de voto, dado que estão caucionadas como colateral dos instrumentos acima (consulte também a nota 46 Passivos contingentes).

Programa de recompra de ações de 2015 e 2016

A Ageas completou em 5 de agosto de 2016 o programa de recompra de ações anunciado a 5 de agosto de 2015. Entre 17 de agosto de 2015 e 5 de agosto de 2016, a Ageas recomprou 6.977.544 ações, correspondentes a 3,22% do total de ações em circulação, e totalizando 250 milhões de euros.

A Ageas anunciou em 10 de agosto de 2016 um novo programa de recompra das suas ações ordinárias em circulação por um montante de 250 milhões de euros. Em 31 de dezembro de 2016, a Ageas detinha 2.419.328 ações próprias recompradas no contexto deste programa de recompra de ações.

A Assembleia Geral de Acionistas de 27 de abril de 2016 aprovou o cancelamento de 7.207.962 ações próprias que tinham sido recompradas.

Para obter informação mais detalhada sobre as ações da Ageas emitidas, direitos de dividendos e estrutura de capital, consulte a nota 19 Capitais próprios.

2.7 Atividades M&A / Estrutura do Grupo

Ásia

Nos últimos dois anos, a Ageas estabeleceu novas joint ventures no Vietname, Filipinas, Singapura, Laos e Camboja.

Portugal

Em 1 de abril de 2016, a Ageas completou a aquisição das operações de seguros da Axa em Portugal após ter recebido todas as aprovações regulamentares; as operações portuguesas da AXA incluem um negócio não Vida, um negócio não Vida Direto/Internet e um negócio Vida.

Hong Kong

Após o anúncio do acordo de venda das operações de seguros Vida da Ageas em Hong Kong ao JD Group (Tongchuangjiuding Investment Management Co., Ltd.) em 30 de agosto de 2015, foram obtidas todas as aprovações regulamentares necessárias. A Ageas confirmou em 12 de maio de 2016 a conclusão da transação por uma consideração total de 1,22 mil milhões de euros. Após encerrar os ajustamentos, a transação gerou uma mais-valia líquida total de 0,4 mil milhões de euros, dos quais 0,2 mil milhões de euros estão escriturados em Resultados de seguros Ásia e 0,2 mil milhões de euros na Conta Geral. O impacto positivo na posição de rendimento líquido ascendeu a 1,26 mil milhões de euros, incluindo o impacto da novação de dívida. O resultado líquido e o impacto em caixa foram registados no segundo trimestre.

2.8 Conselho de Administração, Comissão de Remunerações e Comissão de Auditoria da Ageas

Em 31 de dezembro de 2016, o Conselho de Administração do Ageas SA/NV era composto por treze membros; a Comissão de Remunerações e a Comissão de Auditoria por três membros independentes do Conselho de Administração, e as Comissões de Governo Societário e de Risco e Capital por quatro membros independentes do Conselho de Administração.

Para obter mais detalhes sobre a composição do Conselho de Administração e das Comissões e as alterações da sua composição no decurso de 2016, consulte a Declaração do Governo Societário (parte 3).

2.9 Informação consolidada relacionada com a implementação da Diretiva de Oferta de Aquisição da UE e do Relatório e Contas da Ageas

Para fins jurídicos, o Conselho de Administração declara no presente que o Relatório e Contas 2016 da Ageas foi elaborado de acordo com as regras estatutárias que implementam a Diretiva de Oferta de Aquisição da UE, que entrou em vigor na Bélgica em 1 de janeiro de 2008. O Conselho de Administração fornece no presente as seguintes explicações relativas aos elementos respetivos a serem abordados ao abrigo destas regras:

- a informação global sobre a estrutura de capital atual pode ser encontrada na nota 19 Capitais próprios e na nota 21 Passivos subordinados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas 2016 da Ageas;
- as restrições da transferência de ações abrangem apenas as ações preferenciais (se estiverem emitidas) e os títulos descritos na nota 21 Passivos subordinados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas 2016 da Ageas;
- a Ageas lista na nota 1 Estrutura legal das Demonstrações Financeiras Consolidadas, bem como na rubrica 'Especificações do capital e estrutura do grupo de acionistas' nas Demonstrações Financeiras da Companhia Ageas SA/NV, as principais participações de (terceiros) partes superiores ao limiar estabelecido por lei na Bélgica e pelos Estatutos da Ageas SA/NV;
- não estão ligados quaisquer direitos especiais às ações emitidas, para além das mencionadas na nota 19 Capitais próprios e na nota 21 Passivos subordinados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas 2016 da Ageas;
- os planos de opções de ações e de compra de ações, se existirem, são sublinhados na nota 7, secção 7.2 Planos de opções de ações e de compra de ações pelos empregados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas 2016 da Ageas. O Conselho de Administração decide sobre a emissão de ações e opções, conforme aplicável, sujeito às restrições legais locais;
- exceto para a informação fornecida na nota 19 Capitais próprios, na nota 8 Partes relacionadas e na nota 21 Passivos subordinados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas 2016 da Ageas, a Ageas desconhece a existência de qualquer acordo entre acionistas que possa restringir a transferência de ações ou o exercício dos direitos de voto;
- Os membros do Conselho de Administração são eleitos ou destituídos por uma maioria de votos expressos na Assembleia Geral de Acionistas da Ageas SA/NV. Qualquer alteração aos Estatutos exige que a Assembleia Geral de Acionistas aprove uma resolução para esse efeito. Se estiverem representados menos de 50% dos acionistas, deverá ser agendada uma segunda assembleia, que poderá adotar a resolução com 75% dos votos sem necessitar de quórum de participação;
- o Conselho de Administração da Ageas tem o direito de emitir e de recomprar ações, de acordo com as autorizações concedidas pela Assembleia Geral de Acionistas da Ageas SA/NV. A autorização atual em relação às ações da Ageas SA/NV expirará em 27 de abril de 2018;
- A Ageas SA/NV não é uma parte de qualquer acordo importante que se torne efetivo, seja alterado e/ou terminado devido a qualquer alteração do controlo sobre a companhia, em resultado de uma oferta pública de aquisição;
- A Ageas SA/NV não celebrou qualquer acordo com os membros do seu Conselho de Administração ou empregados, que permitiria o desembolso de pagamentos de indemnizações especiais no caso de cessação do emprego em resultado de uma oferta pública de aquisição;
- Os acionistas da Ageas têm uma obrigação de cumprir determinados requisitos de notificação quando a sua participação exceder ou estiver abaixo de determinados limiares, conforme prescrito pela legislação belga e pelos Estatutos da Ageas SA/NV. Os acionistas devem notificar a Companhia, bem como o FSMA, quando a sua participação exceder ou descer abaixo de 3% ou 5% dos direitos de voto, ou quaisquer múltiplos de 5%. A Ageas publica tal informação no seu website.

3

Declaração do Governo Societário

3.1 Estrutura legal e ações da Ageas

3.1.1 Estrutura

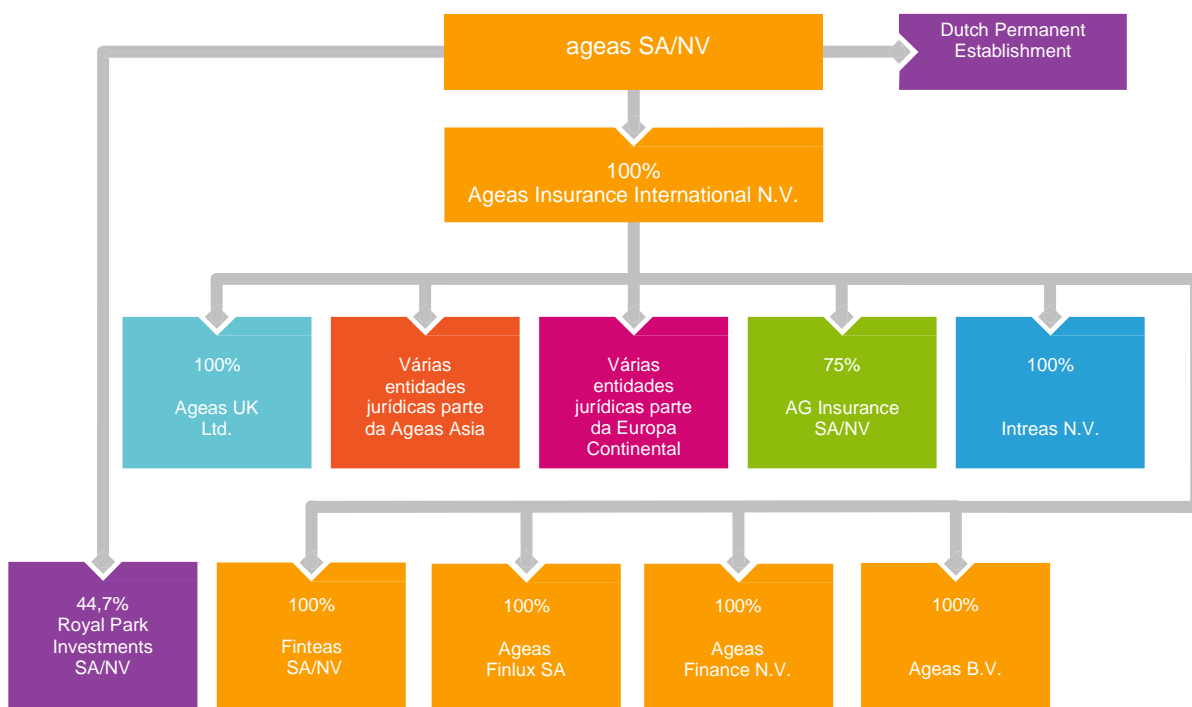
O antecessor da Ageas foi criado em 1990. A estrutura legal global foi alterada regularmente nos anos de intervenção e o nome foi alterado pela última vez para Ageas SA/NV em 28 de abril de 2010.

A Ageas contém atualmente atividades de seguros na(o):

- Bélgica através de uma participação de 75% na AG Insurance SA/NV;
- Reino Unido;
- Europa Continental;
- Ásia.

Para além das atividades de seguros, a Ageas possui ativos e passivos financeiros ligados a vários instrumentos financeiros na Contabilidade geral. A

estrutura legal da Ageas é a seguinte.



3.1.2 Quotas

3.1.2.1 Ações emitidas e ações próprias

Após a Assembleia Geral de Acionistas Extraordinária, que aprovou em 27 de abril de 2016 o cancelamento de 7.207.962 ações, o número total de ações emitidas é de 216.570.471.

Não foram emitidas classes de ações diferentes nem quaisquer ações preferenciais. É estabelecida informação adicional sobre as ações da Ageas na nota 19 Capitais próprios.

A Ageas tem um passivo subordinado em circulação (FRESH) permutável por ações da Ageas. É estabelecida informação adicional sobre os passivos subordinados da Ageas na nota 21 Passivos subordinados.

A Ageas completou no dia 5 de agosto de 2016, sexta-feira, o programa de recompra de ações anunciado em 5 de agosto de 2015. Entre 17 de agosto de 2015 e 5 de agosto de 2016, a Ageas recomprou 6.977.544 ações correspondendo a 3,22% do total de ações em circulação e totalizando 250 milhões de euros.

A Ageas anunciou em 10 de agosto de 2016 um novo programa de recompra das suas ações ordinárias em circulação por um montante de 250 milhões de euros. Em 31 de dezembro de 2016, a Ageas detinha 2.419.328 ações próprias recompradas no contexto deste programa de recompra de ações.

Em conjunto com outras ações próprias detidas pela Ageas, o número total de ações detidas em 31 de dezembro de 2016 é igual a 5,16%.

O Conselho de Administração da Ageas irá propor aos seus acionistas, na Assembleia Geral de Acionistas de 17 de maio de 2017, o cancelamento de um total de 7.170.522 ações.

3.1.2.2 Processo de desmaterialização de títulos físicos ao portador

Em 11 de agosto de 2015, a Ageas vendeu 54.875 títulos físicos ao portador, cujos titulares eram desconhecidos em 6 de julho de 2015, no Euronext Bruxelas, através do intermediário financeiro BNP Paribas Fortis.

A venda, que foi anunciada em 3 de junho de 2015, encontra-se dentro do âmbito da lei de 14 de dezembro de 2005, que estipula que os títulos ao portador têm de ser abolidos gradualmente e convertidos em títulos nominativos ou desmaterializados.

O preço médio de venda foi de 38,97 euros. Os proveitos líquidos da venda foram transferidos para a Caisse des Dépôts et Consignations, de acordo com as estipulações legais.

Desde 1 de janeiro de 2016, os proprietários de títulos ao portador podem reclamar a restituição dos proveitos da venda junto da Caisse des Dépôts et Consignations, desde que consigam provar o seu estatuto de titular.

3.2 Conselho de Administração

O Conselho de Administração opera no âmbito da legislação belga, dos requisitos do Banco Nacional da Bélgica (NBB), das práticas normais de governo na Bélgica e dos Estatutos. As funções e responsabilidades do Conselho de Administração e a sua composição, estrutura e organização são descritos detalhadamente no Mapa de Governo Societário da Ageas.

3.2.1 Composição

O Conselho de Administração é composto atualmente por treze membros, que são: Jozef De Mey (Presidente), Guy de Selliers de Moranville (Vice-presidente), Lionel Perl, Jan Zegering Hadders, Roel Nieuwdorp, Jane Murphy, Richard Jackson, Lucrezia Reichlin, Yvonne Lang Ketterer, Bart De Smet (CEO), Christophe Boizard (CFO), Filip Coremans (CRO) e Antonio Cano (COO).

Foram nomeados dois novos administradores em 2016: Yvonne Lang Ketterer como membro independente do Conselho de Administração e Antonio Cano, COO e membro da Comissão Executiva.

Foram reconduzidos três administradores em 2016: Richard Jackson, Lucrezia Reichlin e Jane Murphy.

Davina Bruckner decidiu renunciar à sua função de membro do Conselho de Administração, com efeito a partir de 16 de abril de 2016, por motivos pessoais.

A maioria do Conselho de Administração é composta por administradores não executivos, que são independentes, e de acordo com os requisitos de independência do Conselho de Administração, em conformidade com o descrito no Anexo 3 do Mapa de Governo Societário da Ageas.

Três dos treze membros do Conselho de Administração da Ageas são mulheres. A Ageas continua a apoiar a tendência no sentido de um maior rácio de participação de mulheres ao nível do Conselho de Administração. O Conselho de Administração irá considerar os requisitos da lei quando for proposta a nomeação de novos membros para o Conselho de Administração ou quando os membros existentes do Conselho de Administração forem propostos para renomeação. A este respeito, o Conselho de Administração irá propor a nomeação de uma candidata do sexo feminino na Assembleia Geral de Acionistas em 17 de maio de 2017, e irá cumprir assim a quota obrigatória de género de 1 em 3.

3.2.2 Reuniões

O Conselho de Administração reuniu onze vezes em 2016. Os detalhes dos participantes podem ser encontrados na secção 3.6 Conselho de Administração.

Em 2016, nas reuniões do Conselho de Administração foram abordadas, entre outras, as seguintes matérias:

- preparação das Assembleias Gerais de Acionistas;
- estratégia adotada pela Ageas como um todo e por cada área de negócio;
- desenvolvimento contínuo de cada empresa da Ageas;
- demonstrações financeiras trimestrais, semestrais e anuais;
- Relatório e Contas 2015;
- Relatório do Valor embutido 2015;
- comunicados de imprensa;
- orçamento para 2017;
- solvência da empresa, incluindo a aprovação das novas políticas de Solvency II;
- gestão de ativos e política de investimento da companhia;
- âmbito da política de risco da Ageas, incluindo uma nova estrutura do Apetite do risco;
- relações com investidores e comunicações corporativas;
- relatórios das Comissões do Conselho de Administração após cada uma das suas reuniões;
- planeamento da sucessão do Conselho de Administração e da Gestão Executiva;
- implementação do Mapa de Governo Societário da Ageas em geral e pelas Comissões do Conselho de Administração em particular;
- governo e desempenho da Comissão Executiva e da Comissão de Gestão;
- Políticas de remuneração em geral e remuneração do CEO e dos membros da Comissão Executiva em particular;
- acompanhamento dos procedimentos jurídicos e questões relacionadas com o legado;
- vários ficheiros de aquisições.

Os membros da Comissão Executiva relataram o progresso dos resultados e o desempenho geral das várias atividades nas reuniões do Conselho de Administração. Adicionalmente, o Conselho de Administração conduziu uma autoavaliação com resultados globais muito satisfatórios.

3.2.3 Comissões consultivas do Conselho de Administração

Os termos de referência, a função e as responsabilidades de cada Comissão consultiva do Conselho de Administração são descritos no Mapa de Governo Societário da Ageas.

Em 2016, não existiram alterações aos termos de referência das Comissões consultivas do Conselho de Administração.

Em linha com o Mapa de Governo da Ageas, cada Comissão consultiva do Conselho de Administração é composta por administradores não executivos e tem um mínimo de três e um máximo de cinco membros.

Os detalhes dos participantes das Comissões do Conselho de Administração podem ser encontrados na secção 3.6 Conselho de Administração.

3.2.4 Comissão de Governo Societário (CGC)

A composição da Comissão de Governo Societário permaneceu inalterada em 2016, e inclui os seguintes membros: Jozef De Mey (Presidente), Guy de Selliers de Moranville, Roel Nieuwdorp e Jan Zegering Hadders. O CEO e o CRO participam nas reuniões, exceto durante a discussão de matérias relacionadas com a sua própria situação.

Em 2016, a Comissão de Governo Societário reuniu em cinco ocasiões, incluindo uma reunião conjunta com a Comissão de Remunerações.

Foram tratadas as seguintes matérias:

- Mapa de Governo Societário;
- planeamento da sucessão da Gestão Executiva;
- objetivos do CEO e dos outros membros da Gestão Executiva;
- desempenho do CEO e dos outros membros da Gestão Executiva;
- divulgações relativas ao governo e atividades da comissão nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Ageas;
- questões jurídicas relacionadas com passivos contingentes.

O Presidente da Comissão de Governo Societário comunicou estes tópicos ao Conselho de Administração após cada reunião e submeteu as recomendações da Comissão ao Conselho de Administração para tomada da decisão final.

3.2.5 Comissão de Auditoria

A composição da Comissão de Auditoria mudou em 2016, dado que Davina Bruckner, que era membro da Comissão de Auditoria, renunciou em 16 de abril de 2016. Em 31 de dezembro de 2016, a Comissão de Auditoria era composta pelos seguintes membros: Jan Zegering Hadders (Presidente), Jane Murphy e Richard Jackson. A Comissão de Auditoria é apoiada pelas funções de Auditoria, Compliance e Finance da Ageas e por auditores externos.

A Comissão de Auditoria reuniu em seis ocasiões em 2016, incluindo uma reunião conjuntas com a Comissão de Risco e Capital. As reuniões foram participadas pelos membros da Comissão Executiva, o auditor interno e auditores externos. Foram consideradas as seguintes matérias:

- monitorização da integridade das Demonstrações Financeiras Consolidadas trimestrais, semestrais e anuais, incluindo divulgações, aplicação consistente das mudanças ou alterações dos princípios de valorização e contabilísticos, âmbito de consolidação, qualidade do processo de encerramento e questões significativas apresentadas pelo CFO ou por auditores externos;
- revisão do processo de cálculo do valor embutido e validação do relatório de 2015;
- monitorização das conclusões e recomendações dos auditores internos e externos sobre a qualidade dos processos internos e contabilísticos;
- revisão de conformidade e planos de auditoria internos e externos e relatórios;
- revisão do desenho e eficácia operacional do sistema de controlo interno em geral e do sistema de gestão do risco em particular;
- avaliação do desempenho global do auditor externo
- Revisão do Relatório de Adequação de Responsabilidades.

O Presidente da Comissão de Auditoria realizou reuniões presenciais trimestrais com os auditores internos e externos. Relatou o resultado das deliberações da comissão ao Conselho de Administração após cada reunião e apresentou as recomendações da Comissão de Auditoria ao Conselho de Administração para tomada de decisão. A Comissão de Auditoria recebe um relatório por escrito da reunião da Comissão de Risco e Capital, que é comentado durante esta reunião.

Durante a reunião conjunta com a Comissão de Risco e Capital, os membros discutiram os novos requisitos de relatório ao abrigo de Solvência II, a INCA (Internal Control Adequacy), e avaliaram o funcionamento da gestão do risco.

3.2.6 Comissão de Remunerações (Remco)

A composição da Comissão de Remunerações em 2016 incluiu os seguintes membros: Roel Nieuwdorp (Presidente), Jane Murphy, Lionel Perl e Steve Broughton, este último até à Assembleia Geral de Acionistas de 27 de abril de 2016.

A Comissão de Remunerações é assistida pela Willis Towers Watson, uma companhia externa de serviços profissionais, que fornece informações de mercado e consultoria sobre os elementos de compensação mais aplicados, melhores práticas e desenvolvimentos esperados. A Willis Towers Watson não presta serviços de compensação material ou relacionados com benefícios à Comissão Executiva da Ageas, nem a qualquer outra parte da organização da Ageas.

O CEO, o CRO e o Diretor de Recursos Humanos do Grupo participam nas reuniões, exceto nas discussões sobre eles próprios, onde têm de abandonar a sala para evitar conflitos de interesse.

A comissão reuniu em três ocasiões, incluindo uma reunião conjunta com a Comissão de Governo Societário. Os detalhes dos participantes podem ser encontrados na secção 3.6 Conselho de Administração.

As matérias discutidas pela Comissão de Remunerações em 2016 incluíram:

- metodologia de avaliação comparativa e posicionamento competitivo no mercado da remuneração da Gestão Executiva em relação aos pares;
- governo societário e atualização da Política de Remunerações em linha com a regulamentação e práticas atuais do mercado;
- divulgação relativa à remuneração e atividades da Comissão de Remunerações nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Ageas;
- análise e abordagem dos consultores no desempenho da companhia e pagamento executivo;
- plano de ações emitidas a favor da gestão sénior da Ageas.

As comissões conjuntas de Remunerações e de Governo Societário discutiram e deram o seu parecer sobre as seguintes matérias:

- objetivos do negócio e individuais da Gestão Executiva;
- resultados do incentivo de curto prazo (STI) da Gestão Executiva;
- resultados do incentivo de longo prazo (LTI) da Gestão Executiva;
- análise dos principais indicadores de desempenho da Gestão Executiva.

O Presidente da Comissão de Remunerações comunicou as matérias supracitadas ao Conselho de Administração após cada reunião e deu o seu parecer ao Conselho de Administração sobre a tomada de decisões, quando foi necessário. Pode ser encontrada informação adicional sobre a Comissão de Remunerações no Relatório da Comissão de Remunerações (consulte a secção 3.7 deste capítulo).

3.2.7 Comissão de Risco e Capital (RCC)

A composição da Comissão de Risco e Capital (RCC) em 2016 incluiu os seguintes membros: Guy de Selliers de Moranville (Presidente), Lionel Perl, Lucrezia Reichlin, Yvonne Lang Ketterer e Steve Broughton, o último até à Assembleia Geral de Acionistas de 27 de abril de 2016. Yvonne Lang Ketterer juntou-se a esta Comissão após a sua nomeação em 27 de abril de 2016.

A RCC reuniu em seis ocasiões, incluindo uma reunião conjunta com a Comissão de Auditoria. As reuniões foram participadas pelos membros da Comissão Executiva e pelo Diretor de risco do grupo.

As matérias discutidas pela RCC em 2016 incluíram:

- monitorização da gestão do risco, com base nos relatórios de gestão;
- monitorização, numa base trimestral, do desempenho da gestão de ativos por segmento e por classe de ativos;
- análise das políticas de risco elaboradas pela gestão, incluindo a nova Estrutura do Apetite do risco;
- monitorização da alocação de capital e solvência do Grupo Ageas.

O Presidente da RCC comunicou as matérias supracitadas ao Conselho de Administração após cada reunião e deu o seu parecer ao Conselho de Administração sobre a tomada de decisão, quando foi necessário.

Durante a reunião conjunta a Comissão de Auditoria, os membros discutiram os novos requisitos de relatório ao abrigo de Solvency II, a INCA (Internal Control Adequacy), e avaliaram o funcionamento da gestão do risco.

3.3 Gestão Executiva

A gestão executiva da Ageas é composta pelos membros da Comissão Executiva referidos nos Estatutos e os membros da Comissão de Gestão referidos no Mapa de Governo Societário. A função da gestão executiva é gerir a Ageas em linha com os valores, estratégias, política, planos e orçamentos aprovados pelo Conselho de Administração.

Comissão Executiva

Em 2015, o Conselho de Administração estabeleceu uma Comissão Executiva no âmbito do Artigo 524bis do Código da Companhia, na qual todos os poderes e competências de gestão foram delegados, com a exceção de (i) determinação da política geral da Companhia e do Grupo Ageas e (ii) quaisquer matérias reservadas por lei ao Conselho de Administração.

A Comissão Executiva é composta exclusivamente por membros do Conselho de Administração. O CEO é Presidente da Comissão Executiva, que reúne uma vez por semana, de acordo com um agendamento pré-determinado. São realizadas reuniões adicionais sempre que for necessário.

No final de 2016, a Comissão Executiva da Ageas era composta por Bart De Smet (Chief Executive Officer), Christophe Boizard (Chief Financial Officer), Filip Coremans (Chief Risk Officer) e Antonio Cano (Chief Operating Officer).

- Bart De Smet, CEO, é responsável pelo Negócio, Estratégia e Desenvolvimento do Negócio, Auditoria e Comunicações;

- Christophe Boizard, CFO, é responsável por Finanças, Investimentos, Relações com Investidores e Gestão de Desempenho Corporativo;
- Filip Coremans, CRO, é responsável por Risco, Compliance e funções de apoio (Legal, Recursos Humanos, TI e Instalações);
- Antonio Cano, COO, é responsável pela implementação da estratégia do Grupo e pela consecução dos objetivos das unidades de negócio, bem como a partilha adicional de conhecimento e melhores práticas no Grupo.

No final de 2016, a Comissão de Gestão era composta por:

- quatro membros da Comissão Executiva;
- responsáveis pelos quatro segmentos de negócio: Hans De Cuyper, CEO AG Insurance (Bélgica); Steven Braekeveldt, CEO Europa Continental; Andy Watson, CEO Reino Unido e Gary Crist, CEO Ásia;
- Emmanuel Van Grimbergen, Group Risk Officer.

3.4 Sistemas internos de gestão e controlo do risco

O Conselho de Administração é responsável pela aprovação dos sistemas internos apropriados para gestão e controlo do risco e pela análise da sua implementação. Os sistemas internos de gestão e controlo do risco são desenhados para oferecer ao Conselho de Administração e à gestão um nível razoável de garantia de que:

- são informados, atempadamente, á medida que a entidade está a avançar no sentido da consecução dos objetivos estratégicos, financeiros e operacionais durante a implementação da estratégia da Ageas;
- as operações são conduzidas de modo eficiente e eficaz;
- o relatório financeiro e não financeiro é fiável;
- a companhia atua em conformidade com as leis e regulamentos e com as políticas internas em relação à condução das atividades;
- os ativos são salvaguardados e os passivos são identificados e geridos;
- as entidades permanecem dentro dos respetivos limites de risco.

3.4.1 Ciclo de relatório financeiro

A Ageas desenhou o seu processo de relatório financeiro para incluir as seguintes medidas de controlo interno:

- instruções claras e planeamento dos processos de relatório;
- políticas e manuais claros de contabilidade;
- processo de validação do orçamento relatado e valores atuais por companhia operacional;
- aprovação dos números pela gestão local;
- análise dos números pela Comissão Executiva, Comissão de Gestão, Comissão de Auditoria e Conselho de Administração;
- análise trimestral e auditoria anual dos números pelo auditor externo.

3.4.2 Processo de orçamentação

O orçamento constitui a base do ciclo de relatório financeiro. O processo de orçamentação é coordenado pela Gestão de Desempenho Corporativo (CPM) e é iniciado em junho com a definição de uma instrução e de um objetivo de orçamento. A instrução é aprovada pela Comissão Executiva mediante proposta do CFO do Grupo. Após esta aprovação, a instrução de orçamento é enviada para os CEOs locais.

O orçamento é elaborado numa base de projeção a três anos. Durante a preparação dos orçamentos, CPM, Estratégia, CFO e a gestão das entidades locais reúnem para discutirem preliminarmente a estratégia futura e as circunstâncias económicas a considerar quando o orçamento específico é desenhado.

Após a submissão dos orçamentos, a área financeira do grupo executa uma verificação de validação sobre os mesmos. O resultado da verificação de validação, incluindo qualquer questão que surja, é discutido com as equipas de finanças.

Depois da realização das verificações de validação, são organizadas 'sessões de desafio' entre a Comissão Executiva e a gestão local, para discutir os principais tópicos de cada segmento.

Depois da conclusão pelo CPM, o orçamento por segmento (Bélgica, Reino Unido, Ásia, Europa Continental, Resseguros e Conta Geral) e o orçamento consolidado, incluindo uma explicação por escrito dos pressupostos utilizados, são enviados para a Comissão de Gestão para aconselhamento. Depois da aprovação da Comissão Executiva, com base no parecer da Comissão de Gestão, o orçamento é enviado para o Conselho de Administração da Ageas para aprovação final.

3.4.3 Encerramentos dos números reais

A Ageas comunica os seus números reais de acordo com as International Financial Reporting Standards (IFRS) (Normas internacionais de relatório financeiro). O relatório financeiro ocorre mensalmente, o relatório externo trimestralmente e no final do exercício. No caso de um período de encerramento, a consolidação é efetuada pelo departamento financeiro do grupo. Para além das entidades locais, o departamento financeiro do grupo também contacta os departamentos não financeiros (Risco, Legal, Fiscal, Políticas Contabilísticas, Secretário da Companhia, Escritório de Pensões e Recursos Humanos) para os informar sobre o tipo de informação esperada dos mesmos (e em que momento) para o encerramento das contas.

Depois da entrega dos valores, têm lugar reuniões de validação entre o departamento financeiro do grupo, CFO, CPM e gestão local, onde a gestão local apresenta os resultados observados numa perspetiva de empresa, bem como as expectativas para todo o exercício. Cada CFO de uma entidade de relatório tem de fornecer ao CFO do Grupo uma declaração por escrito confirmando que os números comunicados estão corretos.

O departamento financeiro do grupo é responsável pela elaboração das demonstrações intercalares e anuais e pelo relatório de gestão interna sobre os números. O departamento financeiro do grupo inclui a informação recebida de

departamentos não financeiros nos documentos e verifica se todas as notas das demonstrações contêm os números corretos. Efetua igualmente verificações cruzadas para assegurar que os números de qualquer item mencionado em notas diferentes são sempre consistentes. Além disso, departamento financeiro do grupo analisa e explica os movimentos dos números nas demonstrações. Estas explicações são incluídas num registo de tópicos importantes.

Os relatórios intercalar e anual são analisados e auditados por auditores externos. Os tópicos são discutidos com os auditores. Quando o processo de encerramento é finalizado pelo departamento financeiro do grupo, os relatórios consolidados são enviados para a Comissão de Gestão. A Comissão de Gestão discute os relatórios e fornece o seu parecer à Comissão Executiva, que dá a sua aprovação. Quando as demonstrações estiverem finalizadas, os auditores fornecem à Ageas a aprovação por escrito para incluir a sua opinião nos documentos.

Quando esta aprovação é recebida, todas as demonstrações a publicar, bem como a apresentação e o memorando de encerramento, são enviadas para o Conselho de Administração da Ageas para aprovação. Adicionalmente, o auditor externo elabora uma apresentação para o Conselho de Administração e a carta para o Conselho de Administração. A carta inclui elementos que o auditor considera necessário relatar ao Conselho de Administração na sua capacidade de auditor externo. Toda a informação é analisada e discutida primeiro com a Comissão de Auditoria. A Comissão de Auditoria comunica-a depois na reunião do Conselho de Administração.

No dia da publicação, os relatórios intercalar ou anual e o comunicado de imprensa são enviados pelo departamento financeiro do grupo para as autoridades regulamentares (FSMA e NBB), de acordo com os requisitos de divulgação regulamentares.

Para além do relatório financeiro, a Ageas elabora trimestralmente um relatório de Risco, um relatório de Capital e de Solvência e, numa base anual, uma Avaliação Interna de Risco e de Solvência (ORSA) e uma Avaliação Interna de Controlo. A elaboração e a validação destes relatórios e de outros relacionados com Solvency II (por exemplo, os modelos de relatórios trimestral e anual, o Solvency and Financial Condition Report (SFCR) (Relatório sobre a solvência e a situação financeira) e o Regular Supervisory Report (RSR) (Relatório periódico de supervisão)) seguem os mesmos princípios-chave dos relatórios financeiros. Os relatórios estão sujeitos a análise e aprovação da Comissão de Auditoria, Comissão de Risco e Capital e Conselho de Administração.

3.4.4 Garantias

Mesmo um sistema interno saudável de gestão e controlo do risco não consegue eliminar completamente a possibilidade de um mau julgamento na tomada de decisão, sendo os processos de controlo contornados deliberadamente pelos empregados e outros, controlos cancelados pela gestão e ocorrência de circunstâncias imprevisíveis. Os sistemas internos de gestão e controlo do risco destinam-se a fornecer uma garantia razoável, mas não absoluta, de que a companhia não será afetada na consecução dos seus objetivos comerciais ou, na condução metódica e legítima da sua atividade, por circunstâncias que poderiam ser previstas razoavelmente, e que as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materiais.

O Conselho de Administração avaliou o perfil de risco da Ageas, bem como o desenho e a eficácia operacional dos sistemas internos de gestão e controlo do risco da Ageas. Considerou igualmente a eficácia das ações corretivas adotadas.

Consulte a nota 5 Gestão do risco, a nota 24 RPN(I), a nota 46 Passivos contingentes e a nota 48 Eventos após a data da demonstração financeira para obter informação adicional sobre (i) os principais riscos aplicáveis à Ageas, (ii) RPN(I) e (iii) os passivos contingentes.

O Conselho de Administração considera que, no melhor do seu conhecimento, os sistemas internos de gestão e controlo do risco relacionados com os riscos de relatório financeiro funcionaram corretamente no exercício em análise e fornecem uma garantia razoável de que as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Ageas não contêm quaisquer erros de relevância material.

O Conselho de Administração continuará a manter o seu empenho para fortalecer ainda mais os sistemas internos de gestão e controlo do risco da Ageas.

3.5 Referências de Governo Societário e Responsabilidade Social Empresarial

3.5.1 Referências de Governo Societário

O Código de Governo de Sociedades belgas publicado em 12 de março de 2009 (o Código 2009) aplica-se à Ageas e está disponível no website da Ageas:

<https://www.ageas.com/en/about-us/corporate-governance>.

O Código baseia-se no conceito 'cumprir ou explicar', significando que, se uma companhia optar por se desviar dos princípios do Código, tem de explicar os seus motivos na Demonstração de Governo Societário. Não existem aspetos de governo societário na Ageas que necessitem de explicação adicional à luz do Código 2009.

O atual Mapa de Governo Societário está disponível no website da Ageas:

<https://www.ageas.com/en/about-us/corporate-governance>.

3.5.2 Responsabilidade Social Empresarial

A Responsabilidade Social Empresarial, ou CSR, tal como é normalmente referida, é o conceito de devolver algo à comunidade e conduzir o negócio de um modo socialmente responsável, que tenha em consideração todos os intervenientes. Atualmente é uma parte integrante de conduzir

o negócio e, de muitas maneiras, é um pré-requisito para operar e ampliar um princípio em relação ao qual as empresas são avaliadas. Para a Ageas, o termo 'Empreendedorismo Responsável' é uma descrição mais precisa daquilo que estamos a tentar atingir e reflete de perto as características específicas da Ageas e os valores embutidos na estratégia do Grupo.

Os princípios do Empreendedorismo Responsável estão ativos e foram bem assimilados na Ageas, e isto é evidente num grande número de atividades em todas as diferentes regiões. Estas iniciativas destinam-se a fazer a coisa certa e a contribuir para as comunidades onde a Ageas opera. É uma adequação natural para uma seguradora. Afinal, ajudar as pessoas é a essência dos seguros e, deste modo, está nos nossos genes. Sendo um Grupo com um forte caráter de motivação local, a maioria destas iniciativas resulta do profundo envolvimento das nossas empresas operacionais locais na sua ampla comunidade. Tem a ver com o fazer parte do tecido da comunidade local.

Ao reconhecer que existia uma oportunidade de alavancar as melhores práticas para criar mais do que uma resposta ao nível do Grupo para o Empreendedorismo Responsável, a Ageas abraçou um projeto desenhado para agrupar as melhores práticas e obter uma melhor compreensão daquilo que os intervenientes esperam da Ageas nesta área. A nossa crença é que este Empreendedorismo Responsável não é uma adição à estratégia, mas sim uma parte integrante de quem somos. É uma alavanca estratégica adicional para criar valor, em vez de apenas diminuir o risco. E tendo em consideração as especificidades do setor segurador e o perfil da Ageas, o Grupo decidiu criar cinco áreas de foco e compromisso: empregados, clientes, ativos financeiros, ambiente e comunidade.

Na mais recente fase do projeto, a Ageas está a avaliar agora o modo como o Empreendedorismo Responsável pode ser aplicado mais eficazmente nas áreas acordadas, explorando em simultâneo o potencial para uma alavancagem adicional ao nível do Grupo para ajudar a fazer avançar as iniciativas em todo o Grupo. E no espírito do empreendedorismo, queremos ajudar a criar oportunidades para que as pessoas e empresas cresçam e inovem. O objetivo final é avaliar como a Ageas pode incorporar melhor as questões sociais na estratégia dos negócios nucleares da companhia, oferecendo benefícios para a companhia e para a sociedade como um todo; por outras palavras, criar valor partilhado. E assumindo uma abordagem ao nível do Grupo em relação a este importante tópico, podem ser conseguidos maiores progressos. Dado que olhamos para o futuro, a Ageas pretende dar vida ao Empreendedorismo Responsável... a vida dos seus participantes.

3.6 Conselho de Administração



Jozef De Mey
Presidente



Bart De Smet
CEO



Guy de Selliers de Moranville
Presidente RCC



Jan Zegering
Hadders
Presidente AC



Roel Nieuwdorp
Presidente Remco



Christophe Boizard
CFO



Filip Coremans
CRO



Antonio Cano
COO



Jane Murphy
Membro



Lionel Perl
Membro



Lucrezia Reichlin
Membro



Richard Jackson
Membro



Yvonne Lang Ketterer
Membro

Presidente

Jozef De Mey

(1943 – Belga – Independente - Homem)

Em 31 de dezembro de 2016, Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão de Governo Societário.

Primeira nomeação

: 2009.

Mandato até

: Assembleia Geral de Acionistas anual em 2019.

Outros cargos na Ageas no final de 2016

: Presidente do Conselho de Administração da Ageas UK Ltd. (UK), do Credimo Holding N.V. (BE) e Credimo N.V. (BE). Vice-presidente do Muang Thai Group Holding Company Ltd. (Tailândia) e do Muang Thai Life Assurance Public Company Ltd. (Tailândia). Consulte a nota 1 Estrutura legal, a nota 28 Participações não controladas e a nota 14 Investimentos em associadas para obter informação sobre os interesses de participação nestas entidades.

Cargos ocupados noutras empresas cotadas

: Nenhum.

Outros cargos ocupados

: Estão disponíveis detalhes no website.

Membros não executivos do Conselho de Administração

Guy de Selliers de Moranville

(1952 – Belga – Independente - Homem)

Em 31 de dezembro de 2016, Vice-presidente do Conselho de Administração,

Membro da Comissão de Governo Societário e Presidente da Comissão de Risco e Capital.

Primeira nomeação	: 2009.
Mandato até	: Assembleia Geral de Acionistas anual em 2019.
Outros cargos na Ageas no final de 2016	: Presidente do Conselho de Administração do AG Insurance SA/NV (BE). Consulte a nota 1 Estrutura legal, a nota 28 Participações não controladas e a nota 14 Investimentos em associadas para obter informação sobre os interesses de participação nestas entidades.
Cargos ocupados noutras empresas cotadas	: Membro do Conselho de Administração da Solvac Endereço : Rue des Champs Elysées, 1050 Brussels, Belgium Setor : Companhia Holding Membro da Comissão de Supervisão do Conselho de Administração e Presidente da Comissão de Risco de Advanced Metal Group Endereço : Toren C, 13th floor, Strawinskylaan 1343, 1077 XX Amsterdam, the Netherlands Setor : Especialização em metais e engenharia Membro do Conselho de Administração e da Comissão de Sustentabilidade de Ivanhoe Endereço : 654 – 999 Canada Place, Vancouver, Canada Setor : Companhia de mineração
Outros cargos ocupados	: Estão disponíveis detalhes no website.

Roel Nieuwdorp

(1943 – Holandês – Independente - Homem)

Em 31 de dezembro de 2016, membro do Conselho de Administração,

Presidente da Comissão de Remunerações e membro da Comissão de Governo Societário.

Primeira nomeação	: 2009.
Mandato até	: Assembleia Geral de Acionistas anual em 2017.
Outros cargos na Ageas no final de 2016	: Membro não executivo do Conselho de Administração da Ageas France S.A. (FR). Consulte a nota 1 Estrutura legal, a nota 28 Participações não controladas e a nota 14 Investimentos em associadas para obter informação sobre os interesses de participação nestas entidades.
Cargos ocupados noutras empresas cotadas	: Nenhum.
Outros cargos ocupados	: Estão disponíveis detalhes no website.

Lionel Perl

(1948 – Belga – Independente - Homem)

Em 31 de dezembro de 2016, membro do Conselho de Administração,

Membro da Comissão de Remunerações e da Comissão de Risco e Capital.

Primeira nomeação	: 2009.
Mandato até	: Assembleia Geral de Acionistas anual em 2019.
Outros cargos na Ageas no final de 2016	: Membro não executivo do Conselho de Administração da Ageas UK Ltd. (Reino Unido). Consulte a nota 1 Estrutura legal, a nota 28 Participações não controladas e a nota 14 Investimentos em associadas para obter informação sobre os interesses de participação nestas entidades.
Cargos ocupados noutras empresas cotadas	: Nenhum.
Outros cargos ocupados	: Estão disponíveis detalhes no website

Jan Zegering Hadders

(1946 – Holandês – Independente - Homem)

Em 31 de dezembro de 2016, membro do Conselho de Administração, Presidente da Comissão de Auditoria e membro da Comissão de Governo Societário.

Primeira nomeação	: 2009.
Mandato até	: Assembleia Geral de Acionistas anual em 2019.
Outros cargos na Ageas no final de 2016	: Membro não executivo do Conselho de Administração do AG Insurance SA/NV (BE). Consulte a nota 1 Estrutura legal, a nota 28 Participações não controladas e a nota 14 Investimentos em associadas para obter informação sobre os interesses de participação nestas entidades.
Cargos ocupados noutras empresas cotadas	: Nenhum.
Outros cargos ocupados	: Estão disponíveis detalhes no website.

Jane Murphy

(1967 – Belga – Independente - Mulher)

Em 31 de dezembro de 2016, membro do Conselho de Administração, membro da Comissão de Auditoria e membro da Comissão de Remunerações.

Primeira nomeação	: 2013.
Mandato até	: Assembleia Geral de Acionistas anual em 2020.
Outros cargos na Ageas no final de 2016	: Membro não executivo do Conselho de Administração da Ageas UK Ltd. (Reino Unido). Consulte a nota 1 Estrutura legal, a nota 28 Participações não controladas e a nota 14 Investimentos em associadas para obter informação sobre os interesses de participação nestas entidades.
Cargos ocupados noutras empresas cotadas	: Membro não executivo do Conselho de Administração de Elia System Operator SA/NV e de Elia Assets SA/NV e Membro da Comissão de Governo Societário de Elia System Operator SA/NV Endereço : Boulevard de l'Empereur 20, 1000 Brussels, Belgium Setor : Operador de sistemas de transmissão de energia elétrica da Bélgica / Proprietária de ativos do sistema de transmissão de energia elétrica na Bélgica
Outros cargos ocupados	: Estão disponíveis detalhes no website.

Lucrezia Reichlin

(1954 – Italiana – Independente - Mulher)

Em 31 de dezembro de 2016, membro do Conselho de Administração, membro da Comissão de Risco e Capital.

Primeira nomeação	: 2013.
Mandato até	: Assembleia Geral de Acionistas anual em 2020.
Outros cargos na Ageas no final de 2016	: Nenhum.
Cargos ocupados noutras empresas cotadas	: Nenhum.
Outros cargos ocupados	: Estão disponíveis detalhes no website.

Richard Jackson

(1956 – Britânico – Independente - Homem)

Em 31 de dezembro de 2016, membro do Conselho de Administração e membro da Comissão de Auditoria.

Primeira nomeação	: 2013.
Mandato até	: Assembleia Geral de Acionistas anual em 2020.
Outros cargos na Ageas no final de 2016	: Membro não executivo do Conselho de Administração da Ageas Portugal Holdings SGSP (PT), membro não executivo do Conselho de Administração da Medis (Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde S.A.) e da Ocidental (Companhia Portuguesa de Seguros S.A.). Consulte a nota 1 Estrutura legal, a nota 28 Participações não controladas e a nota 14 Investimentos em associadas para obter informação sobre os interesses de participação nestas entidades.
Cargos ocupados noutras empresas cotadas	: Administrador não executivo e Presidente da Comissão de Auditoria e Presidente da Comissão de Remunerações e Nomeações na Oracle Financial Services Software, cotada na Bolsa de Valores de Mumbai.
	Endereço : Oracle Park, Goregaon, Mumbai, 400063, India
	Setor : Software de serviços financeiros
	Consultor sénior em Ping An Insurance Group Company of China Ltd., China
	Endereço : Galaxy Center, Fuhua Road, Shenzhen, 518048, PRC
	Setor : Seguros
Outros cargos ocupados	: Estão disponíveis detalhes no website.

Yvonne Lang Ketterer

(1965 – Suíça – Independente - Mulher)

Em 31 de dezembro de 2016, membro do Conselho de Administração e membro da Comissão de Risco e Capital.

Primeira nomeação	: 2016.
Mandato até	: Assembleia Geral de Acionistas anual em 2020.
Outros cargos na Ageas no final de 2016	: Nenhum.
Cargos ocupados noutras empresas cotadas	: Nenhum.
Outros cargos ocupados	: Estão disponíveis detalhes no website.

Membros da Comissão Executiva



Bart De Smet
CEO



Christophe Boizard
CFO



Filip Coremans
CRO



Antonio Cano
COO

Membros executivos do Conselho de Administração

Bart De Smet

(1957 – Belga – Executivo - Homem)

Chief Executive Officer

Primeira nomeação

: 2009.

Mandato até

: Assembleia Geral de Acionistas anual em 2017.

Outros cargos na Ageas no final de 2016

: Membro executivo do Conselho de Administração da Ageas Insurance International N.V. (NL), Vice-presidente do AG Insurance SA/NV (BE), Ageas UK Ltd. (UK), Muang Thai Holding (Tailândia), Taiping Life Insurance Company Ltd. (China) e Maybank Ageas Holdings Berhad (Malásia). Consulte a nota 1 Estrutura legal, a nota 28 Participações não controladas e a nota 14 Investimentos em associadas para obter informação sobre os interesses de participação nestas entidades.

Cargos ocupados noutras empresas cotadas

: Nenhum.

Outros cargos ocupados

: Estão disponíveis detalhes no website.

Christophe Boizard

(1959 – Francês – Executivo - Homem)

Chief Financial Officer

Primeira nomeação como membro do Conselho de Administração: 2015.

Mandato até

: Assembleia Geral de Acionistas anual em 2019.

Outros cargos na Ageas no final de 2016

: Membro dos Conselhos de Administração da Ageas Insurance International N.V. (NL), da Ageas Insurance Limited (UK), da Ageas Retail Limited (UK), da Ageas Services (UKUnido), Ageas France (FR), Cardif Lux Vie SA (Lux), do Royal Park Investments SA/NV (BE), do AG Real Estate SA/NV (BE), da Ageas Finance NV, da Ageas Finlux SA (Lux) e membro do Conselho de Supervisão do Intreas N.V. (NL). Consulte a nota 1 Estrutura legal, a nota 28 Participações não controladas e a nota 14 Investimentos em associadas para obter informação sobre os interesses de participação nestas entidades.

Cargos ocupados noutras empresas cotadas

: Nenhum.

Outros cargos ocupados

: Estão disponíveis detalhes no website.

Filip Coremans

(1964 – Belga – Executivo - Homem)
Chief Risk Officer

Primeira nomeação como membro do Conselho de Administração: 2015.

Mandato até : Assembleia Geral de Acionistas anual em 2019.

Outros cargos na Ageas no final de 2016 : Membro dos Conselhos de Administração da Ageas Insurance International N.V. (NL), da Ageas B.V. (NL), do Mbcp Ageas Grupo Segurador SGPS S.A. (PT), da Ocidental Vida S.A. (PT), da Ocidental Pensões (PT), da Ageas Portugal Holdings SGSP (PT), da Medis Companhia de Saúde S.A. (PT) da Ocidental Companhia de Seguros S.A. (PT), do IDBI Federal Life Insurance Co. Ltd. (India) e do Conselho de Supervisão do Taiping Life Insurance (China). Consulte a nota 1 Estrutura legal, a nota 28 Participações não controladas e a nota 14 Investimentos em associadas para obter informação sobre os interesses de participação nestas entidades.

Cargos ocupados noutras empresas cotadas : Nenhum.

Outros cargos ocupados : Nenhum.

Antonio Cano

(1963 – Holandês - Executivo - Homem)
Chief Operating Officer

Primeira nomeação como membro do Conselho de Administração: 2016.

Mandato até : Assembleia Geral de Acionistas anual em 2020.

Outros cargos na Ageas no final de 2016 : Membro dos Conselhos de Administração da Ageas Insurance International N.V. (NL), do AG Insurance SA/NV (BE) do AG Real Estate (BE), do Interparking, do Credimo SA/NV, da Ageas Insurance Limited (UK), Ageas Retail Limited (UK), Ageas Services (UK), do Mbcp Ageas Grupo Segurador SGPS S.A. (PT), da Ocidental Vida S.A. (PT), da Ocidental Pensões (PT), da Ageas Portugal Holdings SGSP (PT), da Medis Companhia de Saúde S.A. (PT), da Ocidental Companhia de Seguros S.A. (PT), do Cargeas Assicurazioni (IT) e do Muang Thai Holding (Tailândia) e Muang Thai Life (Tailândia). Consulte a nota 1 Estrutura legal, a nota 28 Participações não controladas e a nota 14 Investimentos em associadas para obter informação sobre os interesses de participação nestas entidades.

Cargos ocupados noutras empresas cotadas : Nenhum.

Outros cargos ocupados : Estão disponíveis detalhes no website.

Secretária da Sociedade

Valérie Van Zeveren

Participação nas reuniões do Conselho de Administração e das Comissões

A participação nas reuniões do Conselho de Administração, Comissão de Auditoria, Comissão de Risco e Capital, Comissão de Remunerações e Comissão de Governo Societário foi a seguinte:

Nome	Reuniões do Conselho de Administração		Reuniões da Comissão de Auditoria		Reuniões da Comissão de Governo Societário		Reuniões da Comissão de Remunerações		Reuniões da Comissão de Risco e Capital	
	Realizada	Participada	Realizadas**	Participadas	Realizadas ***	Participadas	Realizadas ***	Participadas	Realizadas **	Participadas
Jozef De Mey	11	10			5	5				
Guy de Selliers de Moranville****	11	9			5	5			6	6
Lionel Perl	11	11					3	3	6	6
Jan Zegering Hadders	11	11	6	6	5	5				
Roel Nieuwdorp	11	11			5	4	3	3		
Bart De Smet	11	11	6	6	5	5			6	5
Jane Murphy	11	11	6	6			3	3		
Lucrezia Reichlin	11	11							6	6
Richard Jackson****	11	9	6	6						
Yvonne Lang Ketterer	11	6*							6	5
Christophe Boizard	11	11	6	6					6	5
Filip Coremans	11	11	6	6			3	3	6	5
Antonio Cano	11	6*								

* deverá ser indicado que os novos membros do Conselho de Administração só iniciaram a participação nas reuniões após a sua nomeação como membros do Conselho de Administração.

** incluindo as reuniões conjuntas RCC / AC.

*** incluindo as reuniões conjuntas RC / CGC.

**** não participou numa reunião do Conselho de Administração devido a conflito de interesses (consulte sobre esta questão o Relatório e Contas 2015, Resumo das Demonstrações Financeiras da Companhia Ageas SA/NV, divulgação adicional, 1.3).

3.7 Relatório da Comissão de Remunerações

De acordo com a Corporate Governance Act belga de 6 de abril de 2010, a Comissão de Remunerações da Ageas elaborou um Relatório de Remunerações. A Ageas irá submeter este relatório para aprovação à Assembleia Geral de Acionistas em 17 de maio de 2017. O Presidente da Comissão de Remunerações fornecerá um comentário sobre este relatório. Em 27 de abril de 2016, o relatório de 2015 foi aprovado por 99,19% dos votos dos acionistas.

3.7.1 Membros da comissão, participantes e consultores externos

A Comissão de Remunerações era composta por Roel Nieuwdorp (Presidente), Jane Murphy e Lionel Perl. Steve Broughton foi membro da Comissão de Remunerações até à Assembleia Geral de Acionistas de 27 de abril de 2016. O CEO, o CRO, na sua capacidade de responsável máximo por RH, e o Diretor de RH do Grupo participaram nas reuniões da Comissão de Remunerações, com a exceção de matérias relacionadas com os mesmos. Os detalhes dos participantes podem ser encontrados na secção 3.6 Conselho de Administração.

Tal como já foi mencionado anteriormente, a Comissão de Remunerações é assistida pela Willis Towers Watson, uma companhia externa de serviços profissionais. A Willis Towers Watson não presta serviços de compensação material ou relacionados com benefícios à Comissão Executiva da Ageas, nem a qualquer outra parte da organização da Ageas.

3.7.2 Principais objetivos da Comissão de Remunerações

Os três principais objetivos da Comissão de Remunerações permanecem inalterados: oferecer transparência total, garantir a conformidade com a legislação belga e os regulamentos europeus existentes e futuros e cumprir as regras de mercado.

Transparência

Em 2010 e 2011, o Conselho de Administração submeteu à aprovação dos acionistas a Política de Remunerações (para o Conselho de Administração e para a Comissão Executiva, conforme recomendado pela Comissão de Remunerações) e os níveis de remuneração do Conselho de Administração. O Conselho de Administração continuará a submeter qualquer atualização ou modificação aos acionistas para aprovação. O relatório anual da Comissão fornece uma visão do trabalho da Comissão de Remunerações e evoluções propostas, se existirem.

Conformidade com a nova legislação

A Ageas monitoriza de perto a legislação existente e futura, tentando antecipar as mudanças, na medida do possível e quando for apropriado.

Cumprimento das regras de mercado

A remuneração do Conselho de Administração e da Comissão Executiva pretende:

- assegurar a capacidade continuada da organização para atrair, motivar e reter o talento executivo num mercado internacional;
- promover a consecução de objetivos de desempenho exigentes e o crescimento sustentável a longo prazo, alinhar os interesses dos executivos e dos acionistas a curto, médio e longo prazo;
- estimular, reconhecer e recompensar a contribuição individual e o desempenho sólido da equipa.

3.7.3 Relatório de atividade da Comissão de Remunerações

A Comissão de Remunerações reuniu três vezes em 2016, incluindo uma reunião conjunta com a Comissão de Governo Societário.

O Comité de Remunerações discutiu e submeteu recomendações ao Conselho de Administração sobre:

- alinhamento da Política de Remunerações com a legislação e regulamentos existentes e futuros (Corporate Governance Act belga, Diretiva de Requisitos de Capital (CRD III e IV), Solvência II e Circular 2016-31 do Banco Nacional Belga). Uma análise atualizada confirmou a conformidade da política de remunerações da Ageas com estes regulamentos;
- avaliação comparativa das remunerações dos membros da Comissão de Gestão em relação às práticas de mercado atuais. Com base nesta análise, foi proposto não realizar alterações nas remunerações dos Executivos em 2017;
- a concessão do programa de incentivos LTI 2012 para os membros da Comissão de Gestão;
- divulgação da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Comissão Executiva nas notas das Demonstrações Financeiras Consolidadas anuais;
- relatório da Comissão de Remunerações incluído na Declaração do Governo Societário;
- plano de ações a favor da gestão sénior, excluindo membros da Comissão de Gestão da Ageas;
- análise do plano LTI. Nas reuniões de 15 de novembro de 2016 e 24 de janeiro de 2017, a Comissão discutiu as condições do plano LTI. Com base na análise de diferentes opções, do relatório da análise de mercado fornecido pela Willis Towers Watson e no teste retroativo das opções escolhidas, a Comissão de Remunerações recomendou e o Conselho de Administração aprovou a base para conceder o plano LTI a partir do exercício de 2017 no desempenho do negócio da Ageas no exercício. (O desempenho do negócio da Ageas é o resultado da consecução dos objetivos para os KPIs de negócios). O ajustamento da atribuição em 30/06 de N+4 será baseado no

no retorno total ao acionista da Ageas num grupo de pares de 17 companhias ao longo do período de desempenho. As condições atualizadas permitirão uma distribuição mais uniforme das ações concedidas ao longo dos vários anos sem impacto no número total de ações concedidas ao longo de um período comparável. O período de desempenho e os critérios de ajustamento na atribuição irão assegurar igualmente um melhor alinhamento dos interesses dos acionistas e da gestão executiva na criação de valor a longo prazo para os acionistas;

- substituição da Delta Lloyd a partir de 2017 pela Baloise no grupo de pares de companhias, tanto para o plano de ações de diretores como para o plano LTI.

Na reunião conjunta com a Comissão de Governo Societário, foram discutidos os seguintes tópicos e submetidos ao Conselho de Administração para validação:

- objetivos individuais (quantitativos e qualitativos) dos membros da Comissão de Gestão;
- objetivos dos KPIs de negócios. Foram considerados os seguintes KPIs para determinar o STI da Gestão Executiva para o exercício financeiro de 2016:
 - resultado líquido anual das atividades de seguros;
 - Rendibilidade de capitais próprios (ROE) das atividades de seguros;
 - Margem operacional dos produtos garantidos e unit-linked;
 - Rácio combinado da atividade de seguros não Vida;
 - Valor adicional por Novos Negócios;
- KPIs específicos do Diretor de risco do Grupo;
- avaliação dos resultados dos objetivos individuais e KPIs de negócios
- STI e LTI individuais dos membros da Comissão de gestão com base na avaliação acima referida.

3.7.4 Política de Remunerações

A Política de Remunerações para os membros do Conselho de Administração da Ageas e para os membros da Comissão Executiva do Grupo, conforme aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas em abril de 2010 e reconfirmado pelos acionistas em 2016, está anexada ao Mapa de Governo Societário (consulte o anexo 4 do Mapa de Governo Societário). A Política de Remunerações pode ser encontrada em: <https://www.ageas.com/en/about-us/remuneration>.

Esta política descreve os princípios subjacentes das remunerações, a importância relativa dos vários componentes das remunerações e as características das remunerações relacionadas com capitais e o direito de reembolso aplicável ao rendimento variável, em caso de fraude ou declaração material incorreta.

A Comissão de Remunerações mantém a opinião de que a política está alinhada com o espírito das presentes normas com um diferimento de LTI e partes de STI, e avaliação do desempenho durante o período de deferimento, e deste modo está adequada à estratégia da companhia.

3.7.5 Implementação da Política de Remunerações em 2016

Conselho de Administração

Os níveis de remunerações dos membros não executivos do Conselho de Administração foram aprovados por uma vasta maioria de acionistas em 2010. Com base na análise periódica, foi proposto e aprovado um ajustamento pela Assembleia Geral de Acionistas em 2013.

Durante 2016, não foram propostas alterações aos níveis de remunerações dos membros não executivos do Conselho de Administração.

Os níveis de remunerações aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas em abril de 2013 continuam a ser aplicados. Estes níveis de remunerações consistem numa remuneração anual fixa e um honorário de participação. A remuneração anual fixa ascende a 90.000 euros para o Presidente e 45.000 euros para os outros membros não executivos do Conselho de Administração. Os membros não executivos do Conselho de Administração recebem um honorário de participação de 2.000 euros por reunião do Conselho de Administração e 1.500 euros por reunião dos Comitês do Conselho de Administração. Para o Presidente do Conselho de Administração e das Comissões do Conselho de Administração, os respetivos honorários de participação estão estabelecidos em 2.500 euros por reunião do Conselho de Administração e 2.000 euros por reunião das Comissões do Conselho de Administração. Pode ser encontrada informação mais detalhada sobre as remunerações dos membros não executivos do Conselho de Administração em 2016 na nota 7, secção 7.3 Remunerações dos membros do Conselho de Administração e dos membros da Comissão Executiva nas Demonstrações Financeiras Consolidadas 2016 da Ageas.

Os membros não executivos do Conselho de Administração não recebem incentivos anuais ou opções de ações e não têm direitos de pensões. Os membros não executivos do Conselho de Administração não têm direito a qualquer indemnização por cessação.

A remuneração dos membros do Conselho Executivo está relacionada exclusivamente com o seu cargo como membro da Comissão Executiva, pelo que são determinadas em linha com a Política de Remunerações para membros da Comissão Executiva.

No âmbito do bom governo societário, para evitar o efeito de cascata do processo de decisão e para aumentar o conhecimento e a consciencialização dos problemas nas companhias operacionais mais importantes,

o Conselho de Administração decidiu atribuir à maioria dos seus membros não executivos cargos nos Conselhos de Administração das subsidiárias da Ageas. Dado que estes cargos são remunerados, os montantes pagos são divulgados na nota 7, secção 7.3 Remunerações dos membros do Conselho de Administração e dos membros da Comissão Executiva nas Demonstrações Financeiras Consolidadas 2016 da Ageas.

De acordo com a Política de Remunerações e com os níveis de remunerações descritos acima, as remunerações totais de todos os administradores não executivos ascendeu a 1,25 milhões de euros em 2016, comparados com 1,34 milhões de euros em 2015. Para obter informação mais detalhada, consulte a nota 7, secção 7.3 Remunerações dos membros do Conselho de Administração e dos membros da Comissão Executiva nas Demonstrações Financeiras Consolidadas 2016 da Ageas.

Comissão Executiva

O nível e a estrutura das remunerações dos membros da Comissão Executiva da Ageas são analisados anualmente. Por iniciativa da Comissão de Remunerações, a posição competitiva da Ageas é revista anualmente e discutida com a Willis Towers Watson, e comparada com outras companhias de seguros internacionais sediadas na Europa e outras organizações que operam internacionalmente.

Com base na avaliação do posicionamento competitivo das remunerações da Gestão Executiva na segunda metade de 2016, a Comissão de Remunerações recomendou e o Conselho de Administração aceitou não efetuar ajustamentos às remunerações dos Executivos em 2017.

A Comissão Executiva é composta pelo CEO Bart De Smet, CFO Christophe Boizard e CRO Filip Coremans, que são todos membros executivos do Conselho de Administração. Antonio Cano, COO, juntou-se à Comissão Executiva após a Assembleia Geral de Acionistas de 27 de abril de 2016. A Política de Remunerações descrita acima aplica-se aos membros da Comissão Executiva, e inclui, mas não limitada, às regras sobre remunerações variáveis, pagamento de indemnizações e direito de reembolso. Em 2016, o total das remunerações da Comissão Executiva ascendeu a 3,8 milhões de euros, comparados com 4,2 milhões de euros em 2015.

Conforme previsto pela Política de Remunerações, os membros da Comissão Executiva têm direito a incentivos de curto prazo (STI) e de longo prazo (LTI) relacionados com o seu desempenho ao longo do exercício de 2016:

- incentivo de longo prazo: o retorno total ao acionista (TSR) das ações da Ageas desvalorizou menos 7,6% ao longo de 2016, que foi a décima quarta posição no grupo de pares. A Comissão de Remunerações, em conjunto com a Comissão de Governo Societário, recomendou assim que o LTI não seria concedido ao longo do exercício de 2016, dado que este resultado posiciona a Ageas abaixo do percentil 25 do grupo de pares;
- incentivo de curto prazo: dois componentes, o componente da Ageas representa 70% e o componente individual representa 30%, e são considerados no cálculo do STI. A Comissão de Remunerações, em conjunto com a Comissão de Governo Societário, recomendou que o Conselho de Administração tenha em consideração os resultados dos seguintes KPIs:
 - Resultado líquido das atividades de seguros;
 - Rendibilidade de capitais próprios (ROE) das atividades de seguros;
 - Margem operacional dos produtos garantidos e unit-linked;
 - Rácio combinado da atividade de seguros não Vida;
 - Valor adicional por Novos Negócios;
- tendo em consideração os desempenhos individuais, isto conduziu às seguintes percentagem de STI (objetivo 50% da remuneração de base, intervalo 0-100% da remuneração de base):
 - CEO Bart De Smet: 95% do objetivo;
 - CFO Christophe Boizard: 84% do objetivo;
 - CRO Filip Coremans: 90% do objetivo;
 - COO Antonio Cano: 85% do objetivo.

Para cada membro da Comissão Executiva, pagamento de indemnização igual a 12 meses de salário, que pode, em circunstâncias específicas, aumentar para 18 meses (incluindo a provisão de não concorrência).

Está disponível mais informação detalhada sobre a Política de Remunerações aplicável à Comissão Executiva no anexo 4 do Mapa de Governo Societário: As remunerações dos membros do Conselho de Administração da Ageas e dos membros da Comissão Executiva do Grupo.

Para obter informação mais detalhada sobre a remuneração individual e o número de ações concedidas, exercidas e em maturidade, opções de ações e outros direitos de aquisição de ações, consulte a nota 7, secção 7.3 Remunerações dos membros do Conselho de Administração e dos membros da Comissão Executiva nas Demonstrações Financeiras Consolidadas 2016 da Ageas.

3.7.6 Procedimento seguido para desenvolver e avaliar/rever a Política de Remunerações

Após a sua nomeação em abril de 2009, a Comissão de Remunerações formulou uma Política de Remunerações completamente nova. A Comissão de Remunerações reavalia os diferentes elementos da Política de Remunerações e a sua conformidade com a legislação e regulamentação existentes numa base regular, assistida pelo consultor externo Willis Towers Watson.

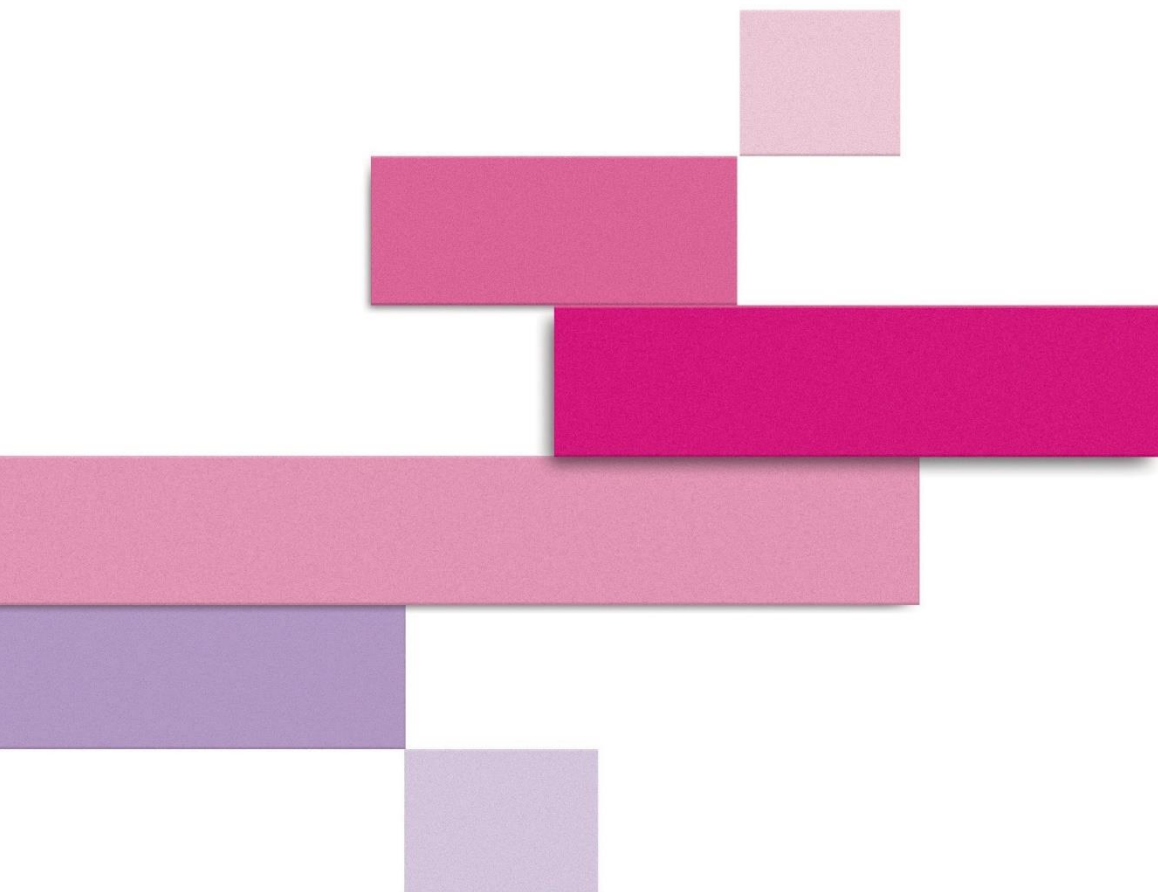
A Comissão de Remunerações mantém a opinião de que a política com, entre outros, um diferimento de LTI e partes de STI e a avaliação do desempenho durante o período de deferimento, cumpre as presentes normas e regulamentos e deste modo está adequada à estratégia da companhia.

3.7.7 Previsão para a Política de Remunerações em 2017

A Ageas continuará a referenciar a estrutura da sua Política de Remunerações em relação ao ambiente competitivo e regulamentar, tal como fez no passado, e irá, se for necessário, propor modificações ou atualizações. Quaisquer modificações da Política de Remunerações serão submetidas para aprovação à Assembleia Geral de Acionistas.

Bruxelas, 4 de abril de 2017

Conselho de Administração



AGEAS
Demonstrações
Financeiras
Consolidadas
2016

Demonstração consolidada da posição financeira

(antes da aplicação de resultados)

	Nota	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2015
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	10	2.180,9	2.394,3
Investimentos financeiros	11	66.571,4	66.547,2
Propriedades de investimento	12	2.772,5	2.847,1
Empréstimos	13	8.685,0	7.286,3
Investimentos relacionados com contratos unit-linked		14.355,7	15.126,0
Investimentos financeiros em associadas	14	2.855,7	2.841,4
Resseguro e outras contas a receber	15	2.192,3	2.013,9
Ativos por impostos correntes	24	67,1	39,1
Ativos por impostos diferidos	24	171,5	131,2
Juros reconhecidos e outros ativos	16	1.906,1	2.568,0
Imóveis, instalações e equipamentos	17	1.172,3	1.152,1
Goodwill e outros ativos intangíveis	18	1.217,7	1.539,2
Ativos detidos para venda		145,3	
Total de ativos		104.293,5	104.485,8
Passivos			
Passivos resultantes de contratos de seguros Vida	20.1	28.218,1	29.073,7
Passivos resultantes de contratos de investimento Vida	20.2	31.902,2	29.902,9
Passivos relacionados com contratos unit-linked	20.3	14.353,3	15.141,8
Passivos resultantes de contratos de seguros Não Vida	20.4	7.975,2	7.463,5
Passivos subordinados	21	2.322,7	2.380,4
Empréstimos	22	2.495,8	2.787,5
Passivos por impostos correntes	23	94,2	82,8
Passivos por impostos diferidos	23	1.350,6	1.565,0
RPN(I)	24	275,0	402,0
Juros acumulados e outros passivos	25	2.659,3	2.373,1
Provisões	26	1.067,2	175,0
Passivos relacionados com opções de venda emitidas em NCI	27	1.374,9	1.163,1
Total do passivo		94.088,5	92.510,8
Capitais Próprios	19	9.560,6	11.376,1
Participações não controladas	28	644,4	598,9
Total capitais próprios		10.205,0	11.975,0
Total de passivos e capitais próprios		104.293,5	104.485,8

Demonstração de resultados consolidada

	Nota	2016	2015
Receitas			
- Receita de prémios bruta		9.276,7	9.358,6
- Variação dos prémios não adquiridos		(9,7)	(31,0)
- Prémios adquiridos de resseguro cedido		<u>(265,7)</u>	<u>(291,7)</u>
Prémios adquiridos líquidos	32	9.001,3	9.035,9
Receita de participações, dividendos e outros investimentos	33	2.938,7	3.008,5
Ganhos (perdas) não realizados em RPN(I)	24	82,7	65,0
Resultado em vendas e reavaliações	34	645,7	192,0
Receita de investimentos relacionados com contratos unit-linked	35	425,7	464,7
Participação em resultados de associadas	36	249,8	286,1
Receita de honorários e comissões	37	370,8	435,2
Outras receitas	38	199,4	229,8
Total de receitas		13.914,1	13.717,2
Custos			
- Custos com sinistros de seguro directo		(8.834,1)	(8.610,0)
- Custos com sinistros, cedido		<u>174,4</u>	<u>102,5</u>
Custos com sinistros, líquido	39	(8.659,7)	(8.507,5)
Encargos relacionadas com contratos unit-linked		(488,7)	(562,2)
Custos de financiamento	40	(167,2)	(167,0)
Variação das imparidades	41	(64,7)	(79,6)
Variação das provisões	26	(892,7)	0,4
Despesas de honorários e comissões	42	(1.177,3)	(1.273,4)
Despesas com pessoal	43	(846,0)	(846,7)
Outras despesas	44	(1.183,1)	(1.115,6)
Total de despesas		(13.479,4)	(12.551,6)
Resultado antes de impostos		434,7	1.165,6
Receitas (despesas) de impostos	45	(211,9)	(226,0)
Resultado líquido do período		222,8	939,6
Atribuível a participações não controladas	28	195,7	169,4
Resultados líquido atribuíveis a acionistas		27,1	770,2
Dados por ação (EUR)			
Ganhos básicos por ação	4	0,13	3,57
Ganhos diluídos por ação	4	0,13	3,57

As entradas brutas (soma dos prémios brutos emitidos e entradas de prémios de contratos de investimentos sem características de participação discricionária) podem ser calculadas conforme abaixo.

	Nota	2016	2015
Receita de prémios bruta		9.276,7	9.358,6
Contabilização da entrada de depósitos (diretamente reconhecidos como passivo)	32	1.333,7	1.307,9
Entradas brutas		10.610,4	10.666,5

Demonstração consolidada do resultado integral

	Nota	2016	2015
RESULTADO DETALHADO			
<u>Itens que não serão reclassificados na demonstração de resultados:</u>			
Mensuração do passivo de benefícios definidos		(100,9)	24,2
Imposto relacionado		31,0	(8,5)
Mensuração do passivo de benefícios definidos	7	(69,9)	15,7
Total de itens que não serão reclassificados na demonstração de resultados:		(69,9)	15,7
<u>Itens que são ou podem vir a ser reclassificados na demonstração de resultados</u>			
Variação da amortização dos investimentos detidos até à maturidade		20,3	23,9
Imposto relacionado		(5,1)	(6,0)
Variação dos investimentos detidos até à maturidade	11	15,2	17,9
Variação da reavaliação de investimentos disponíveis para venda ¹⁾		(562,6)	155,9
Imposto relacionado		186,5	(48,1)
Variação da reavaliação de investimentos disponíveis para venda	11	(376,1)	107,8
Participação de outro resultado integral de associadas	14	(217,7)	274,2
Variação de diferenças cambiais		(425,1)	192,4
Total dos itens que são ou podem vir a ser reclassificados na demonstração de resultados:		(1.003,7)	592,3
Outro resultado integral do período		(1.073,6)	608,0
Resultado líquido do período		222,8	939,6
Total do resultado integral do período		(850,8)	1.547,6
Atribuível a participações não controladas		195,7	169,4
Outro resultado integral atribuível a participações não controladas		(106,6)	49,9
Total do resultado integral atribuível a participações não controladas		89,1	219,3
Total do resultado integral atribuível a acionistas		(939,9)	1.328,3

1) Variação da reavaliação de investimentos disponíveis para venda, bruto inclui a reavaliação de coberturas dos fluxos de caixa e é líquido de diferenças cambiais e shadow accounting.

Demonstração consolidada das variações de capital

	Capital social	Reserva para prêmios de emissão	Outras reservas	Reservas para conversões de moeda	Resultados líquidos atribuíveis a acionistas	Perdas e ganhos não realizados	Capitais próprios	Participações não controladas	Total capitais próprios
Valores em 1 de janeiro de 2015	1.709,4	2.796,1	2.320,0	325,9	475,6	2.596,3	10.223,3	688,2	10.911,5
Resultado líquido do período					770,2		770,2	169,4	939,6
Reavaliação de investimentos						354,7	354,7	45,2	399,9
Mensuração da IAS 19			13,3				13,3	2,4	15,7
Diferenças cambiais				190,1			190,1	2,3	192,4
Total das variações de não-proprietários no capital			13,3	190,1	770,2	354,7	1.328,3	219,3	1.547,6
Transferência			475,6		(475,6)				
Dividendos			(328,9)				(328,9)	(156,1)	(485,0)
Ações próprias			(251,5)				(251,5)		(251,5)
Cancelamento de ações	(53,4)	(154,7)	208,1						
Remuneração com ações		3,4					3,4		3,4
Impacto de opções de venda emitidas em NCI ¹⁾			411,2				411,2	(84,9)	326,3
Reestruturação Itália								(67,6)	(67,6)
Outras variações de capital ²⁾			(9,7)	(4,1)		4,1	(9,7)		(9,7)
Valores em 31 de dezembro de 2015	1.656,0	2.644,8	2.838,1	511,9	770,2	2.955,1	11.376,1	598,9	11.975,0
Resultado líquido do período					27,1		27,1	195,7	222,8
Reavaliação de investimentos						(484,2)	(484,2)	(94,4)	(578,6)
Mensuração da IAS 19			(57,0)				(57,0)	(12,9)	(69,9)
Diferenças cambiais				(425,8)			(425,8)	0,7	(425,1)
Total das variações de não-proprietários no capital			(57,0)	(425,8)	27,1	(484,2)	(939,9)	89,1	(850,8)
Transferência			770,2		(770,2)				
Dividendos			(338,3)				(338,3)	(134,5)	(472,8)
Aumento de capital								12,2	12,2
Ações próprias			(244,3)				(244,3)		(244,3)
Cancelamento de ações	(53,4)	(198,1)	251,5						
Remuneração com ações		3,5					3,5		3,5
Impacto de opções de venda emitidas em NCI ¹⁾			(289,0)				(289,0)	77,2	(211,8)
Outras variações de capital ²⁾			(7,5)				(7,5)	1,5	(6,0)
Valores em 31 de dezembro de 2016	1.602,6	2.450,2	2.923,7	86,1	27,1	2.470,9	9.560,6	644,4	10.205,0

1. Relacionado com a opção de venda das ações da AG Insurance e a opção de venda das ações da Interparking (ver nota 27 Passivos respeitantes a opções de venda emitidas em NCI).

2. Outras variações de capitais próprios incluem uma indemnização paga ao BNP Paribas Fortis pelas ações detidas da Ageas relacionadas com títulos CASHES e o pagamento aos detentores de títulos FRESH.

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

	Nota	2016	2015
Caixa e seus equivalentes em 1 de janeiro	10	2.394,3	2.516,3
Resultado antes de impostos		434,7	1.165,6
<i>Ajustes a itens que não dão origem a fluxos de caixa incluídos no resultado antes de impostos:</i>			
	24	(82,7)	(65,0)
Resultado em vendas e reavaliações	34	(645,7)	(192,0)
Participação em resultados de associadas	36	(249,8)	(286,1)
Depreciações, amortizações e acréscimos	44	748,8	749,4
Imparidades	41	64,7	79,6
Provisões	26	892,7	2,4
Despesas com remuneração com ações	43	5,5	3,4
<i>Total de ajustes a itens que não dão origem a fluxos de caixa incluídos no resultado antes de impostos</i>		<i>733,5</i>	<i>291,7</i>
<i>Variações nos ativos e passivos operacionais:</i>			
Derivados de negociação (ativos e passivos)	11	49,3	(64,9)
Empréstimos	13	(1.469,8)	(1.199,0)
Resseguro e outras contas a receber	15	(294,4)	12,4
Investimentos relacionados com contratos unit-linked		(41,5)	(266,7)
Empréstimos	22	53,9	157,5
Passivos resultantes de contratos de seguros e de investimento	20,1 & 20,2 & 20,4	1.601,0	624,4
Passivos relacionados com contratos unit-linked	20,3	(38,2)	133,2
Variações líquidas em todos os outros ativos e passivos operacionais		(509,1)	(999,5)
Dividendos recebidos de associadas		151,2	82,0
Imposto sobre o rendimento pago		(265,8)	(249,5)
<i>Total de variações nos ativos e passivos operacionais</i>		<i>(763,4)</i>	<i>(1.770,1)</i>
Fluxo de caixa de atividades operacionais		404,8	(312,8)
Aquisição de investimentos financeiros	11	(8.834,1)	(12.188,9)
Receitas de vendas e resgates de investimentos financeiros	11	8.518,7	13.277,2
Aquisição de propriedades de investimento	12	(98,8)	(71,9)
Receitas de vendas de propriedades de investimento	12	117,6	95,4
Aquisição de imóveis, instalações e equipamentos	17	(89,7)	(74,5)
Receitas de vendas de imóveis, instalações e equipamentos	17	5,6	0,6
Aquisições de subsidiárias e associadas (incluindo aumentos de capital de associadas)	3	(372,8)	(318,6)
Alienações de subsidiárias e associadas (incluindo reembolsos de capital de associadas)	3	1.026,4	19,9
Aquisição de ativos intangíveis	18	(24,5)	(34,2)
Receitas de vendas de ativos intangíveis	18	8,9	1,4
Fluxo de caixa de atividades de investimento		257,3	706,4
Resgate de certificados de dívida			(2,2)
Receitas da emissão de passivos subordinados	21		393,9
Resgate de passivos subordinados	21	(76,0)	(154,9)
Receitas da emissão de outros empréstimos	22	4,4	11,2
Pagamento de outros empréstimos	22	(56,2)	(50,9)
Aquisição de ações próprias	19	(244,3)	(251,5)
Dividendos pagos a acionistas de sociedades controladas	6	(338,3)	(328,9)
Dividendos pagos a participações não controladas	6	(134,5)	(156,1)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		(844,9)	(539,4)
Efeito das diferenças cambiais na Caixa e seus equivalentes		(30,6)	23,8
Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro	10	2.180,9	2.394,3
Apresentação suplementar de informação sobre fluxo de caixa operacional			
Juros recebidos	33	2.321,1	2.470,4
Dividendos recebidos de investimentos financeiros	33	136,2	112,2
Juros pagos	40	(175,2)	(161,8)



Notas Gerais



1

Estrutura legal

A Ageas SA/NV, constituída na Bélgica com sede na Rue du Marquis 1/Markiesstraat 1, Brussels, Belgium, é a companhia-mãe do Grupo Ageas. As Demonstrações Financeiras Consolidadas incluem o Resumo das Demonstrações Financeiras da Ageas SA/NV (a companhia-mãe) e das suas subsidiárias.

Foi registada uma lista de todas as companhias do Grupo e de outros interesses de participação no Banco Nacional da Bélgica em Bruxelas. A lista está disponível mediante pedido, gratuitamente, na Ageas em Bruxelas.

As ações da Ageas estão cotadas no mercado regulado do Euronext Bruxelas. A Ageas tem um programa de ADR patrocinado nos Estados Unidos.

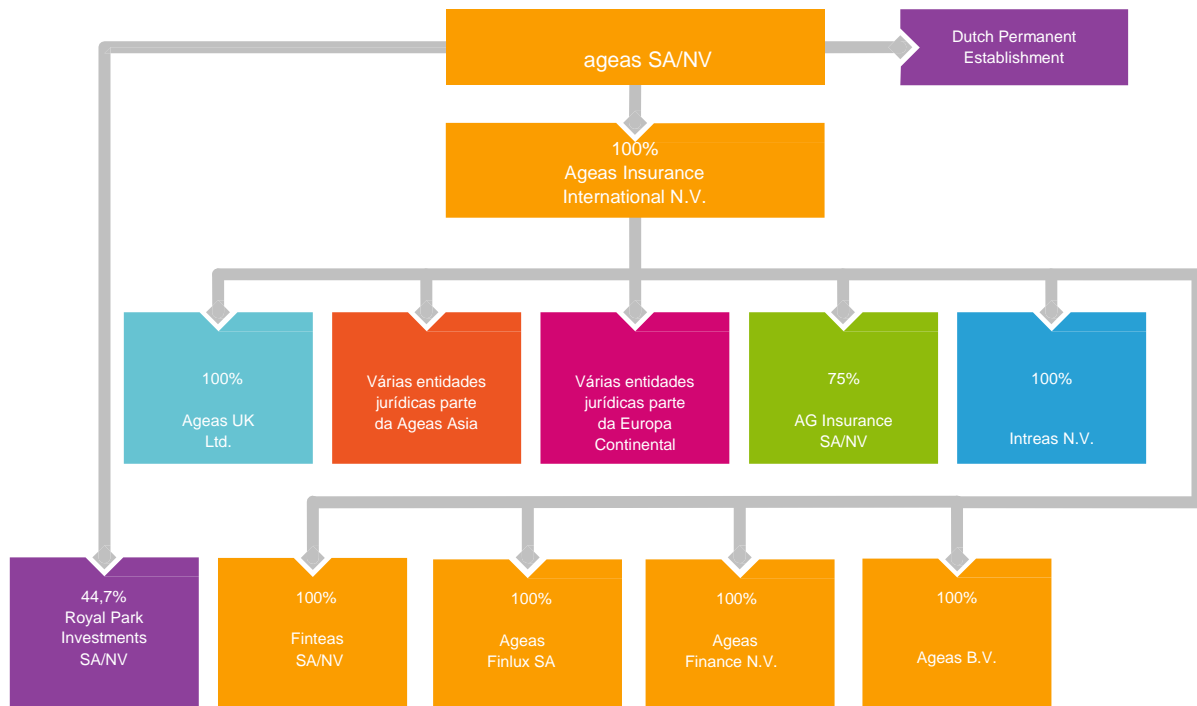
Os principais acionistas terceiros da Ageas, com base nas notificações oficiais, a 31 de dezembro de 2016, são:

- Ping An 5,17%;
- BlackRock, Inc 4,98%;
- Schroders Plc 4,98%.

Para além destes acionistas terceiros, a Ageas detém 5,16% das suas ações. Esta participação está relacionada com o FRESH (consulte a nota 19 Capitais próprios e a nota 21 Passivos subordinados), programas de ações restritos e programas de recompra de ações (consulte a nota 19 Capitais próprios).

A Ageas caucionou 46.715 ações da AG Insurance (7,4%) para o BNP Paribas Fortis SA/NV como garantia pelo desempenho completo e atempado das obrigações garantidas Relative Performance Note (Nota de desempenho relativo) (consulte a nota 24 RPN(I)).

A estrutura legal da Ageas é a seguinte.



As entidades totalmente consolidadas da Ageas na Europa Continental encontram-se em Portugal, Millenniumbcp Ageas (51%), Ocidental Seguros (100%), Medis (100%) e Ageas Seguros (100%), em Itália, Cargeas Assicurazioni (50%) e em França, Ageas France (100%).

A Intreas N.V. é o ressegurador não-Vida interno da Ageas.



Resumo das políticas contabilísticas

As Demonstrações Financeiras Consolidadas de 2016 da Ageas cumprem as International Financial Reporting Standards (IFRS) (Normas internacionais de relatórios financeiros) a 1 de janeiro de 2016, conforme publicadas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (Conselho das normas internacionais de contabilidade) e adotadas pela União Europeia (UE) nessa data.

2.1 Base contabilística

As políticas contabilísticas são consistentes com as aplicadas para o exercício terminado a 31 de dezembro de 2015. As políticas IFRS alteradas, em vigor desde 1 de janeiro de 2016 e importantes para a Ageas (e adotadas pela UE) são listadas no parágrafo 2.2. As políticas contabilísticas aqui mencionadas são um resumo das políticas contabilísticas completas da Ageas, que podem ser encontradas em: <https://www.ageas.com/en/about-us/supervision-audit-and-accounting-policies>.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da Ageas são elaboradas numa base de continuidade e são apresentadas em euros, a moeda funcional da companhia-mãe da Ageas.

Os ativos e passivos registados na demonstração da posição financeira da Ageas têm normalmente uma duração superiores a 12 meses, exceto para caixa e equivalentes de caixa, resseguros e outras contas a receber, juros acumulados e outros ativos, juros reconhecidos e outros passivos e ativos e passivos por impostos correntes.

A IFRS mais significativa para a avaliação de ativos e passivos aplicados pela Ageas são:

- IAS 1 para apresentação das demonstrações financeiras;
- IAS 16 para imóveis, instalações e equipamentos;
- IAS 19 para benefícios a empregados;
- IAS 23 para empréstimos;
- IAS 28 para investimentos em associadas;
- IAS 32 para opções de venda emitidas de participações não controladas;
- IAS 36 para imparidade de ativos;
- IAS 38 para ativos intangíveis;
- IAS 39 para investimentos financeiros;
- IAS 40 para propriedades de investimento;
- IFRS 3 para combinações de companhias;
- IFRS 4 para avaliação de contratos de seguros;
- IFRS 7 para divulgações de investimentos financeiros;
- IFRS 8 para segmentos operacionais;
- IFRS 10 para demonstrações financeiras consolidadas;
- IFRS 12 para divulgação de participações noutras entidades;
- IFRS 13 para avaliações do justo valor.

2.2 Alterações das políticas contabilísticas

As seguintes normas novas ou revistas, interpretações e alterações das normas e interpretações entraram em vigor a 1 de janeiro de 2016 (e são adotadas pela UE), mas não são relevantes nem têm um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

- Alterações a IAS 16 e IAS 38: Clarificação das metodologias de depreciação e amortização aceitáveis;
- Alterações a IAS 27: Método de equivalência patrimonial na demonstração financeira separada;
- Alterações a IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28: Entidades de Investimento – Aplicação da exceção de consolidação;
- Alterações a IAS 1: Iniciativa de divulgação;
- Melhorias a IFRS (ciclo 2012-2014).

Alterações futuras em IFRS EU

Não entrarão em vigor novas normas para a Ageas a 1 de janeiro de 2017 que tenham um impacto material em Capitais próprios, Resultado líquido e/ou Outro resultado integral.

IFRS 9 de 'Instrumentos financeiros'

A IFRS 9 de 'Instrumentos financeiros' foi emitida pelo IASB em julho de 2014 e adotada pela UE em novembro de 2016. Os novos requisitos entrarão em vigor em 2018.

A IFRS 9 substitui a maior parte da IAS 39 'Instrumentos financeiros: Reconhecimento e avaliação', e inclui requisitos para a classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros, imparidade de ativos financeiros e contabilidade de cobertura.

A classificação e avaliação dos ativos financeiros ao abrigo da IFRS 9 dependerão do modelo de negócio da entidade e das características contratuais dos fluxos de caixa do instrumento. A classificação dos passivos financeiros permanece inalterada. O reconhecimento e avaliação de imparidades ao abrigo de IFRS 9 é efetuada numa base de prejuízos esperados. Dado que na IAS 39 os prejuízos são reconhecidos quando ocorrem, ao abrigo da nova norma os prejuízos são reconhecidos antecipadamente. Os requisitos da contabilidade de cobertura da IFRS 9 destinam-se a simplificar a contabilidade geral de cobertura. O IASB está a avaliar se deverá desenvolver uma abordagem para relatar a gestão dinâmica do risco, e emitiu em 2014 um documento de reflexão 'Accounting for Dynamic Risk Management: A Portfolio Revaluation Approach to Macro Hedging' (Contabilidade para a gestão dinâmica do risco: uma abordagem de reavaliação da carteira para macro cobertura).

Para prevenir os desafios para as companhias de seguros na implementação da IFRS 9 antes da data de efetividade da IFRS 17 'Contratos de seguros' (1 de janeiro de 2021), o IASB emitiu 'Amendments to IFRS 4: Applying IFRS 9 Financial Instruments with IFRS 4 Insurance Contracts' (Alterações a IFRS 4: aplicação da IFRS 9 Instrumentos financeiros com a IFRS 4 Contratos de seguros) em setembro de 2016. A norma alterada oferece duas opções para minimizar o efeito das várias datas de efetividade. Estas opções são:

- Abordagem de sobreposição – uma opção para todas as entidades que emitem contratos de seguros para ajustar os resultados, removendo qualquer volatilidade contabilística adicional que possa emergir da qualificação de ativos financeiros causada pela implementação da IFRS 9, e
- A abordagem de diferimentos – uma isenção temporária opcional da aplicação da IFRS 9, nunca depois dos períodos do relatório com início em ou depois de 1 de janeiro de 2021 para entidades cuja atividade predominante é a emissão de contratos de seguros.

A alteração deverá ser adotada pela UE em 2017. A Ageas aplicará o diferimento da IFRS 9, dado que as atividades da Ageas são predominantemente a emissão de contratos no âmbito da IFRS 4 Contratos de seguros. Deste modo, a implementação da IFRS 9 e da nova norma de seguros IFRS 17 (que deverá ser emitida em 2017) estarão alinhadas.

A implementação da IFRS 9 e da IFRS 17 terão provavelmente um impacto significativo em Capitais próprios, Resultado líquido e/ou Outro resultado integral, mas não é possível fornecer uma estimativa nesta fase.

IFRS 15 Receitas de contratos com clientes

A IFRS 15 'Receitas de contratos com clientes', emitida em 28 de maio de 2014, e a alteração da data de efetividade para 1 de janeiro de 2018 foram adotadas pela UE em setembro de 2016. Uma terceira alteração 'Clarificações da IFRS 15 Receitas de contratos com clientes' (emitida em 12 de abril de 2016), que entrará igualmente em vigor a 1 de janeiro de 2018, ainda não foi adotada pela UE.

A IFRS 15 substitui todos os requisitos existentes relativos a receitas na IFRS (IAS 11 Contratos de construção, IAS 18 Receitas e várias interpretações de IFRIC e SIC) e aplica-se a todas as receitas emergentes de contratos com clientes, a menos que os contratos se encontrem no âmbito de outras normas, tais como contratos de seguros, contratos de locação ou investimentos financeiros.

A norma sublinha os princípios de avaliação e reconhecimento das receitas e os fluxos de caixa relacionados. O princípio nuclear é que uma entidade irá reconhecer as receitas por um montante que reflete a consideração,

à qual a entidade espera ter direito na permuta para transferência de bens ou serviços para um cliente. A IFRS 15 oferece duas metodologias para aplicação inicial: uma abordagem totalmente retrospectiva com determinados expedientes práticos, ou uma abordagem retrospectiva modificada com o efeito acumulado da aplicação inicial desta norma, reconhecida à data da aplicação inicial com determinadas divulgações adicionais.

Apesar de o impacto final da implementação desta nova norma ainda não ter sido completamente avaliado, a Ageas não espera qualquer impacto material em Capitais próprios, Resultado líquido e/ou Outro resultado integral.

IFRS 16 Locações

A IFRS 16 'Locações' foi emitida em 13 de janeiro de 2016 e entrará em vigor em 1 de janeiro de 2019. A norma ainda não foi adotada pela UE.

A IFRS 16 substitui a IAS 17 e estabelece princípios para o reconhecimento, avaliação, apresentação e divulgação de locações. No momento do início da locação, um locatário reconhece um ativo de direito de utilização e um passivo de locação avaliado inicialmente pelo valor atual do passivo de locação, acrescido de quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo locatário. Podem ser necessários ajustamentos nos incentivos de locação, pagamentos no início ou previamente e obrigações de reposição ou semelhantes. Após o início da locação, um locatário deverá avaliar o ativo de direito de utilização utilizando um modelo de custos (aplicam-se algumas exceções).

Os juros apurados do passivo de locação são separados dos custos de depreciação do ativo de direito de utilização e relatados como atividade financeira. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para locatários de ativos de "baixo valor" e locações de curto prazo.

Dado que a maior parte dos contratos de locação de longo prazo têm de ser reconhecidos, a Ageas espera um impacto significativo nos montantes totais do balanço e no rácio, com base em ativos totais ou passivos totais.

2.3 Estimativas contabilísticas

A elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Ageas em conformidade com a IFRS necessitam da utilização de determinadas estimativas no final do período do relatório. Em geral, estas estimativas e as metodologias utilizadas têm sido consistentes desde a introdução da IFRS em 2005. Cada estimativa, devido à sua natureza, inclui um risco significativo de ajustamentos materiais (positivos ou negativos) nos montantes líquidos de ativos e passivos no próximo exercício financeiro.

As principais estimativas na data do relatório são apresentadas na tabela abaixo.

31 de dezembro de 2016

Ativos	
Títulos disponíveis para venda	Instrumentos financeiros
- Nivel 2	<ul style="list-style-type: none"> - O modelo de valorização - Mercados inativos
- Nivel 3	<ul style="list-style-type: none"> - O modelo de valorização - Utilização de informação de mercado não observável - Mercados inativos
Propriedades de investimento	<ul style="list-style-type: none"> - Determinação da vida útil e do valor residual
Empréstimos	<ul style="list-style-type: none"> - O modelo de valorização - Parâmetros como o spread de crédito, maturidade e taxas de juro
Associadas	<ul style="list-style-type: none"> - Várias incertezas dependentes da composição dos ativos, operações e desenvolvimentos do mercado
Goodwill	<ul style="list-style-type: none"> - O modelo de valorização utilizado - Variáveis financeiras e económicas - Taxa de desconto - O prémio da entidade inerente ao risco
Outros ativos intangíveis	<ul style="list-style-type: none"> - Determinação da vida útil e do valor residual
Ativos por impostos diferidos	<ul style="list-style-type: none"> - Interpretação de regulamentos fiscais complexos - Montante e timing do lucro tributável futuro
Passivos	
Passivos de contratos de seguros	
- Vida	<ul style="list-style-type: none"> - Pressupostos atuariais - Curva de rendimento utilizada no teste de adequação do passivo - Perfil de reinvestimento da carteira de investimento, spread do risco de crédito e maturidade, na determinação do ajustamento da LAT de cobertura
- Não Vida	<ul style="list-style-type: none"> - Passivos por sinistros incorridos mas não relatados - Custos de ajustamento de sinistros - Liquidação final de sinistros pendentes
Obrigações com pensões	<ul style="list-style-type: none"> - Pressupostos atuariais - Taxa de desconto - Inflação/salários
Provisões	<ul style="list-style-type: none"> - A probabilidade de uma obrigação atual devido a eventos passados - O cálculo do melhor montante estimado
Passivos por impostos diferidos	<ul style="list-style-type: none"> - Interpretação de regulamentos fiscais complexos
Opções de venda emitidas em NCI	<ul style="list-style-type: none"> - Estimativa do justo valor futuro - Taxa de desconto

Para obter informação mais detalhada sobre a aplicação destas estimativas, consulte as notas aplicáveis nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Ageas. A nota 5 Gestão do risco descreve o modo como a Ageas mitiga os vários riscos das operações de seguros.

2.4 Eventos após o período de relatório

Os eventos após o período do relatório estão relacionados com eventos que ocorrem entre o final do período do relatório e a data em que a publicação das Demonstrações Financeiras Consolidadas é autorizada pelo Conselho de Administração da Ageas. Podem ser identificados dois tipos de eventos:

- Eventos que conduzem a um ajustamento das Demonstrações Financeiras Consolidadas se fornecerem evidências de condições que existiam na data do relatório;
- eventos que resultam em divulgações adicionais se forem indicativos de condições que surjam após a data da demonstração da posição financeira, e se for relevante e material.

Consulte a nota 48, Eventos após a data da demonstração da posição financeiro.

2.5 Relatório de segmentos

Segmentos operacionais

Os segmentos operacionais relatáveis da Ageas são baseados principalmente nas regiões geográficas. A divisão regional baseia-se no facto de que as atividades nestas regiões partilham a mesma natureza e características económicas e são geridas deste modo.

Os segmentos operacionais são:

- Bélgica;
- Reino Unido (UK);
- Europa Continental;
- Ásia;
- Resseguro;
- Conta Geral.

As atividades não relacionadas com seguros e as diferenças de eliminação do Grupo são relatadas separadamente das atividades de seguro no sexto segmento operacional: Conta Geral. A Conta Geral inclui as atividades não relacionadas com a atividade nuclear de seguros, tais como o financiamento do Grupo e outras atividades da holding. Adicionalmente, a Conta Geral inclui igualmente o investimento no Royal Park Investments, os passivos relacionados com CASHES/RPN(I) e as opções de venda emitidas sobre ações da AG Insurance.

As transações ou transferências entre os segmentos operacionais são efetuadas em termos e condições comerciais normais que estarão disponíveis para terceiros não relacionados. As eliminações são relatadas separadamente.

2.6 Princípios de consolidação

Subsidiárias

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da Ageas incluem as da Ageas SA/NV (a companhia-mãe) e das suas subsidiárias. As subsidiárias são as companhias sobre as quais a Ageas, direta ou indiretamente, tem o poder de regular as políticas financeiras e operacionais de modo a obter benefícios das atividades ('controlo'). As subsidiárias são consolidadas a partir da data em que o controlo efetivo é transferido para a Ageas e deixam de estar consolidadas na data em que tal controlo cessar. As subsidiárias adquiridas exclusivamente para revenda são contabilizadas como ativos não correntes detidos para venda. O resultado da venda de uma parte de uma participação numa subsidiária sem uma alteração de controlo é contabilizado em capitais.

As transações entre companhias, saldos, ganhos e perdas em transações entre companhias da Ageas são eliminados.

A existência e os efeitos dos potenciais direitos de voto que podem ser exercidos atualmente ou que podem ser convertidos atualmente são considerados para avaliar se a Ageas controla outra entidade.

Associadas

Os investimentos em associadas são contabilizados através da utilização do método de equivalência patrimonial. Estes são investimentos sobre os quais a Ageas tem uma influência significativa, mas não controla. O investimento é registado na participação da Ageas nos ativos líquidos da associada. A aquisição inicial é valorizada pelo custo. Numa avaliação subsequente, a participação no resultado líquido para o exercício é reconhecida como participação em resultados de associadas, e a participação da Ageas nos movimentos de direitos de capital após a aquisição do investimento são reconhecidos em capitais.

Os ganhos nas transações entre a Ageas e os investimentos contabilizados pela utilização do método de equivalência patrimonial são eliminados no âmbito da participação da Ageas. As perdas são igualmente eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de uma imparidade do ativo transferido. As perdas são reconhecidas até que o montante líquido do investimento seja reduzido a zero, e as perdas adicionais sejam reconhecidas apenas na medida em que a Ageas tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou que tenha efetuado pagamentos em nome de uma associada.

Alienações de subsidiárias, companhias e ativos não correntes

Um ativo não corrente (ou grupo de alienação, tal como as subsidiárias) é classificado como 'detido para venda' se estiver disponível para venda imediata na sua condição presente, e se a sua venda for altamente provável. Uma venda é altamente provável quando:

- existe evidência de compromisso da administração;
- existe um programa ativo para localizar um comprador e completar o plano;
- o ativo é comercializado ativamente para venda a um preço razoável, comparado com o seu justo valor;
- for esperado que a venda seja concluída no prazo de 12 meses a partir da data de classificação, e
- as ações necessárias para completar o plano indicam que é improvável a ocorrência de alterações significativas do plano ou que seja descontinuado.

A probabilidade de aprovação dos acionistas é considerada uma parte da avaliação da probabilidade elevada da venda. Se for necessária aprovação regulamentar, uma venda só é considerada como altamente provável após esta aprovação.

Os ativos não correntes (ou grupos de alienação) classificados como detidos para venda são:

- avaliação pelo menor entre o montante contabilístico e justo valor, menos custos de venda (exceto para os ativos que estão isentos desta regra, tais como IFRS 4 Direitos de seguros, ativos financeiros, impostos diferidos e planos de pensões);
- os ativos correntes e todos os passivos são avaliados de acordo com a IFRS aplicável;
- não depreciados ou amortizados; e
- apresentados separadamente no balanço (os ativos e passivos não são compensados).

A data de alienação de uma subsidiária ou grupo de alienação é a data em que o controlo é passado. A Demonstração de Resultados Consolidados inclui os resultados de uma subsidiária ou grupo de alienação até à data da alienação. O resultado da alienação é a diferença entre (a) os procedimentos da venda e (b) o montante líquido do ativo acrescido de qualquer goodwill atribuível e os montantes acumulados em outro resultado integral (por exemplo, ajustamentos da conversão de moeda estrangeira e reservas disponíveis para venda).

2.7 Moeda estrangeira

Para as entidades individuais da Ageas, as transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando a taxa de câmbio à data da transação. Os saldos pendentes em moedas estrangeiras no final de exercício são convertidos à taxa de câmbio no final do exercício para itens monetários.

Os itens não monetários contabilizados pelo custo histórico são convertidos utilizando a taxa de câmbio histórica que existia à data da transação. Os itens não monetários que são relatados pelo justo valor são convertidos utilizando a taxa de câmbio à data em que os justos valores foram determinados. As diferenças resultantes da taxa de câmbio são registadas na demonstração de resultados como ganhos (perdas) em moedas estrangeiras, exceto para os itens não monetários cuja variação do justo valor é registada como uma componente de capitais.

A distinção entre as diferenças de câmbio (reconhecidas na Demonstração de resultados) e os resultados não realizados pelo justo valor (reconhecidos em capitais) sobre ativos financeiros disponíveis para venda é determinada de acordo com as seguintes regras:

- as diferenças cambiais são determinadas com base na evolução da taxa de câmbio calculada em balanços anteriores em moeda estrangeira;
- os resultados (justo valor) não realizados são determinados com base na diferença entre os balanços em euros nos períodos anterior e novo, convertidos à nova taxa de câmbio.

Conversão de moeda estrangeira

No momento da consolidação, a demonstração de resultados e a demonstração de fluxo de caixa de entidades cuja moeda funcional não é o euro são convertidas em euros, às taxas de câmbio médias diárias para o exercício atual (ou, excepcionalmente, à taxa de câmbio à data da transação, se as taxas de câmbio flutuarem significativamente), e as suas demonstrações da posição financeira são convertidas usando as taxas de câmbio à data da demonstração da posição financeira.

As diferenças cambiais das conversões são reconhecidas em capitais. Na alienação de uma entidade estrangeira, essas diferenças cambiais são reconhecidas na demonstração de resultados como parte dos ganhos ou perdas da venda.

As diferenças cambiais emergentes de itens monetários, empréstimos e outros instrumentos monetários, designados como coberturas de um investimento líquido numa entidade estrangeira, são registadas em capitais até à alienação do investimento líquido, exceto por qualquer ineficácia de cobertura, em que é reconhecida imediatamente na demonstração de resultados.

Os ajustamentos de goodwill e do justo valor emergentes da aquisição de uma entidade estrangeira são tratados como ativos e passivos da entidade estrangeira na taxa de câmbio de fecho na data da demonstração da posição financeira. Todas as diferenças resultantes são reconhecidas em capitais até à alienação da entidade estrangeira quando ocorrer uma reciclagem da demonstração de resultados.

A tabela seguinte apresenta as taxas de câmbio das moedas mais relevantes para a Ageas.

1 euro =	Taxas no final do exercício		Taxas médias	
	2016	2015	2016	2015
Libra esterlina	0,86	0,73	0,82	0,73
Dólar americano	1,05	1,09	1,11	1,11
Dólar de Hong Kong	8,18	8,44	8,59	8,60
Lira turca	3,71	3,18	3,34	3,03
Yuan renminbi da China	7,32	7,06	7,35	6,97
Ringgit da Malásia	4,73	4,70	4,58	4,34
Peso filipino	52,27	51,00	52,56	50,52
Baht tailandês	37,73	39,25	39,04	38,03
Dong vietnamita	23.810	24.390	25.000	24.390

2.8 Bases de avaliação utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras

A classificação e avaliação dos ativos e passivos baseiam-se na natureza das transações subjacentes.

2.8.1 Ativos financeiros

A gestão determina a classificação adequada dos seus títulos de investimento no momento da compra. Os títulos de investimento com uma maturidade fixa, onde a gestão tem a intenção e a capacidade de deter até à maturidade, são classificados como detidos até à maturidade. Os títulos de investimento com pagamentos fixos ou determináveis que não estejam cotados num mercado ativo, e no momento do reconhecimento inicial não foram designados como detidos para negociação ou indisponíveis para venda, são classificados como empréstimos e contas a receber. Os títulos de investimento para manter durante um período de tempo indefinido, que podem ser vendidos em resposta a necessidades de liquidez ou a variações das taxas de juro, taxas de câmbio ou preços das ações, são classificados como disponíveis para venda. Os títulos de investimento adquiridos com a finalidade de gerar proveitos a curto prazo são considerados como detidos para negociação.

Os investimentos detidos até à maturidade são contabilizados pelo custo amortizado menos quaisquer variações de imparidade. Qualquer diferença com o montante de reconhecimento inicial resultante dos custos de transação, prémios iniciais ou descontos é amortizada ao longo da vida do investimento utilizando a metodologia de juro efetivo. Se um investimento detido até à maturidade for considerado em imparidade, a imparidade é reconhecida na demonstração de resultados.

Os empréstimos e contas a receber são avaliados pelo custo amortizado, utilizando a metodologia de taxa de juro efetiva (EIR) menos a imparidade. O custo amortizado é calculado tendo em consideração qualquer desconto ou prémio sobre a aquisição e as taxas ou custos que constituem uma parte integrante da EIR. A amortização de EIR é incluída na demonstração de resultados. Os ganhos e

perdas são reconhecidos na demonstração de resultados quando os investimentos são desreconhecidos ou estiverem em imparidade, bem como através do processo de amortização. Para instrumentos de taxa variável, os fluxos de caixa são estimados de novo periodicamente para refletir os movimentos das taxas de juro de mercado. Se o instrumento de taxa variável for reconhecido inicialmente por um montante (quase) igual ao principal reembolsável, a nova estimativa não terá qualquer efeito significativo no montante líquido do instrumento e não haverá qualquer ajustamento do juro adquirido, relatado num regime de acréscimo. No entanto, se for adquirido um instrumento de taxa variável com um prémio ou desconto significativo, este prémio ou desconto será amortizado ao longo da vida esperada do instrumento e incluído no cálculo da EIR. O montante líquido é recalculado em cada período processando o valor atual dos futuros fluxos de caixa esperados à taxa de juro efetiva atual. Quaisquer ajustamentos são reconhecidos em resultados.

Os ativos detidos para negociação, derivados e ativos designados como detidos pelo justo valor através de resultados são contabilizados pelo justo valor. As variações do justo valor são reconhecidas na demonstração de resultados. Os resultados (realizados e não realizados) são incluídos em 'Resultado em vendas e revalorizações'. Os juros adquiridos (pagos) sobre ativos (passivos) detidos para negociação são relatados como margem financeira (custo). Os dividendos recebidos são incluídos em 'Receitas de participações, dividendos e outros investimentos'.

A maioria dos ativos financeiros da Ageas (obrigações e ações) é classificada como disponível para venda e avaliada pelo justo valor. As variações do justo valor são reconhecidas diretamente em capitais até que o ativo seja vendido, a menos que o ativo esteja coberto por um derivado. Estes investimentos são contabilizados pelo justo valor com movimentos no justo valor reconhecidos através da demonstração de resultados para a parte atribuível ao risco coberto e através de capitais para a parte restante.

Para as carteiras de seguros, onde os ganhos e perdas não realizados sobre obrigações têm um impacto direto na avaliação das responsabilidades de seguros, a Ageas aplica a contabilidade de cobertura de acordo com a IFRS 4. Isto significa que as variações dos ganhos e perdas não realizados afetarão a avaliação das responsabilidades de seguros, não sendo assim parte de capitais.

Os custos de transações dos investimentos financeiros são incluídos na avaliação inicial dos ativos e passivos financeiros, para além dos avaliados pelo justo valor através de resultados, caso em que os custos das transações são registados imediatamente. Os custos de transações referem-se a custos incrementais atribuíveis diretamente à aquisição ou alienação de um ativo ou passivo financeiro. Incluem honorários e comissões pagos a agentes, consultores, corretores e operadores por conta própria, quotizações por agências regulamentares e permutas de títulos, e taxas e direitos de transferência.

Todas as compras e vendas de ativos financeiros que necessitam de ser feitas num prazo estabelecido pela regulamentação ou convenção de mercado são reconhecidas à data de negociação, que é a data quando a Ageas se tornou numa parte das provisões contratuais dos ativos financeiros. As compras e vendas de forwards, para além dos que necessitam de entrega num prazo estabelecido pela regulamentação ou convenção de mercado, são reconhecidas como transações de forwards derivados até à liquidação.

2.8.2 Propriedades de investimento e propriedades de utilização própria

Por motivos de comparabilidade do desempenho nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Ageas, a Ageas aplica um modelo de custos para propriedades de investimento e para propriedades de utilização própria. Após o reconhecimento como um ativo, todas as propriedades são contabilizadas pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer imparidades acumuladas. Como consequência, as variações do justo valor das propriedades não são reconhecidas na demonstração de resultados ou em capitais próprios, a menos que a propriedade se encontra em imparidade.

2.8.3 Investimento em associadas

Para associadas onde a Ageas tem uma influência significativa, ou seja, os poderes de participação nas decisões da política financeira e operacional da investida (mas não controla), a Ageas aplica o método de equivalência patrimonial para estas associadas. A participação nos resultados da Ageas é reconhecida na demonstração de resultados e as revalorizações são relatadas em capitais próprios, enquanto que as distribuições recebidas da associada reduzem o montante líquido do investimento.

2.8.4 Goodwill e outros ativos intangíveis

Goodwill emergente de combinações de companhias a 1 de janeiro de 2010

O goodwill é avaliado inicialmente pelo custo, sendo o excesso do justo valor da consideração transferido:

- A participação da Ageas nos ativos líquidos identificáveis adquiridos e passivos assumidos, e
- líquido do justo valor de qualquer participação de capital detida no adquirido.

Quaisquer custos de aquisição são registados imediatamente, exceto os custos da emissão de dívida ou que títulos de capital, que são reconhecidos de acordo com as IAS 32 e IAS 39.

As combinações de companhias são contabilizadas utilizando a metodologia de aquisição. O custo de uma aquisição é avaliado como o agregado da consideração transferida, avaliada pelo justo valor à data de aquisição, e o montante de qualquer participação não controlada na adquirida.

Após o reconhecimento inicial, o goodwill é avaliado pelo custo menos quaisquer prejuízos por imparidade acumulados.

Se a combinação de companhias for conseguida de modo faseado, o justo valor à data de aquisição da participação anteriormente detida na adquirida é reavaliado pelo justo valor à data de aquisição através de resultados.

Goodwill emergente de combinações de companhias antes de 1 de janeiro de 2010

Em comparação com os requisitos acima mencionados, aplicam-se as seguintes diferenças:

As combinações de companhias foram contabilizadas utilizando o método de aquisição. Os custos da transação atribuíveis diretamente à aquisição faziam parte dos custos de aquisição. A participação não controlada (anteriormente conhecida como interesse minoritário) foi avaliada como a partição proporcional dos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

As combinações de companhias faseadas foram contabilizadas como etapas separadas. Uma participação adquirida adicionalmente não afetou o goodwill reconhecido anteriormente.

Era reconhecida uma consideração contingente se, e apenas se, a Ageas tivesse uma obrigação atual, a saída de capitais era o mais provável e uma estimativa fiável fosse determinável. Ajustamentos subsequentes afetado da consideração contingente, afetam o goodwill.

Value of business acquired (VOBA - valor do negócio adquirido)

O valor do negócio adquirido representa a diferença entre o justo valor à data de aquisição avaliado utilizando as políticas contabilísticas da Ageas e o valor contabilístico subsequente de uma carteira de contratos de seguros e investimento adquiridos na aquisição de um negócio ou carteira.

O VOBA é reconhecido como um ativo intangível e amortizado ao longo do período de reconhecimento do resultado da carteira de contratos adquirida. Cada data do relatório de VOBA é parte do Liability Adequacy Test (Teste de adequação de responsabilidade) para avaliar se as responsabilidades emergentes dos contratos de seguros e investimento são adequadas.

Outros ativos intangíveis com vida finita

Outros ativos intangíveis incluem ativos intangíveis com vida finita, tais como concessões de estacionamento, software desenvolvido internamente que não seja uma parte integrante do hardware e licenças relacionadas que são normalmente amortizadas ao longo da sua vida útil utilizando o método de linha reta.

2.8.5 Custos de aquisição diferidos

Os custos das atividades de seguros novos e renovadas, principalmente comissões, subscrição, despesas de agência e de apólices emitidas, todos eles variáveis e que estão relacionados principalmente com novos negócios, são diferidos e amortizados. A metodologia de amortização baseia-se nos prémios adquiridos ou margens de lucro brutas estimadas. Os custos de aquisição diferidos ('DAC') são revistos periodicamente para assegurar que são recuperáveis com base em estimativas de lucros futuros dos contratos subjacentes no Liability Adequacy Test (Teste de adequação de responsabilidades).

2.8.6 Passivos financeiros

Os passivos subordinados e os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo justo valor (incluindo custos de transação) e avaliados posteriormente pelo custo amortizado utilizando a metodologia de juro efetivo, com a amortização periódica registada na demonstração de resultados.

2.8.7 Passivos resultantes de contratos de (re)seguros e investimento

Notas

Estes passivos estão relacionados com contratos de (re)seguros, contratos de investimento com características de participação discricionária (DPF) e contratos de investimento sem DPF.

O componente DPF diz respeito a uma promessa condicional relacionada com ganhos e perdas não realizados. Esta promessa permanece assim parte dos ganhos e perdas não realizados, incluída em capitais. Quando a promessa se tornar incondicional, o montante relacionado é transferido para as responsabilidades resultantes de contratos de seguros Vida.

Os contratos de investimento sem características de participação discricionária são reconhecidos inicialmente pelo justo valor e avaliados posteriormente como uma responsabilidade de depósito.

Seguros Vida

Para os contratos de seguros Vida, as responsabilidades futuras por benefícios da apólice são calculadas utilizando uma metodologia de prémio de nível líquido (valor atual dos fluxos de caixa líquidos futuros) com base nos pressupostos atuariais determinados pela experiência histórica e pelas normas do setor. As apólices de participação incluem igualmente responsabilidades adicionais relativas a dividendos contratuais ou características de participação. Para alguns contratos designados, as responsabilidades futuras por benefícios de apólices foram reavaliadas para refletir as taxas de juro atuais do mercado.

Retorno mínimo garantido

Para contratos de seguros Vida com retornos mínimos garantidos, foram estabelecidas responsabilidades adicionais para refletir as taxas de juro de longo prazo esperadas.

Contratos unit-linked

Os contratos de seguros e de investimento não participativos da Ageas são sobretudo contratos unit-linked, onde os investimentos são detidos em nome do tomador do seguro e avaliados pelo justo valor. As responsabilidades são avaliadas pelo valor unitário (ou seja, o justo valor do fundo onde os contratos unit-linked são investidos dividido pelo número de unidades do fundo).

Determinados produtos contêm garantias, que são valorizadas igualmente pelo justo valor, e incluídas nas responsabilidades relacionadas com contratos unit-linked, com a variação do justo valor reconhecida na demonstração de resultados. Os riscos de seguros são considerados na base dos pressupostos atuariais.

Contabilidade de cobertura

Nalgumas companhias da Ageas, os ganhos ou perdas realizados sobre ativos têm um efeito direto em toda ou em parte da avaliação das suas responsabilidades por seguros e custos de aquisição diferidos relacionados. A Ageas aplica a contabilidade de cobertura às variações no justo valor dos investimentos detidos para venda e ativos e passivos de negociação a que estão ligados, pelo que afetam a avaliação das responsabilidades de seguros.

A contabilidade de cobertura significa que os ganhos ou perdas não realizados, que são reconhecidos em capitais sem afetar os resultados, são refletidos na avaliação das responsabilidades de seguros (ou custos de aquisição diferidos) do mesmo modo que os ganhos ou perdas realizados. Este ajustamento cobre igualmente a situação quando as taxas de mercado descem abaixo de quaisquer taxas garantidas. Nesse caso, é efetuado um adicional na contabilidade de cobertura. Este ajustamento é referido igualmente como LAT de cobertura (teste de adequação de responsabilidades). Este ajustamento é calculado com base nos retornos dos investimentos esperados da carteira atual até à maturidade e uma taxa de reinvestimento sem risco após a maturidade.

As alterações não realizadas restantes no justo valor da carteira disponível para venda (após a aplicação da contabilidade de cobertura) que estão sujeitas a características de participação discricionárias são classificadas como um componente separado de capitais.

É acumulada uma responsabilidade adicional pela participação diferida nos lucros (DPL) com base numa obrigação construtiva ou no montante legal ou contratualmente exigido a pagar pelas diferenças entre o resultado estatutário e das IFRS e os ganhos ou perdas não realizados registados em capitais.

Seguros não Vida

Os custos de sinistros e ajustamento de sinistros são debitados na demonstração de resultados à medida que ocorrem. Os custos de sinistros não pagos e o ajustamento de sinistros incluem estimativas para sinistros relatados e provisões por sinistros incorridos, mas não relatados. As responsabilidades não Vida para a atividade de compensação de acidentes de trabalho são apresentadas pelo seu valor líquido atual. A Ageas não desconta as suas responsabilidades por sinistros para além dos sinistros com termos de pagamento determináveis e periódicos.

Teste de adequação das responsabilidades

A adequação das responsabilidades de seguros (teste de adequação de responsabilidades) é testada por cada companhia em cada data do relatório. Os testes são realizados geralmente ao nível legal fungível para Vida e ao nível da linha de negócio para não Vida. O Ageas considera as melhores estimativas atuais de todos os fluxos de caixa contratuais, incluindo os fluxos de caixa relacionados, tais como comissões, resseguros e despesas. Para contratos de seguro Vida, os testes incluem fluxos de caixa resultados de opções embutidas e garantias e rendimento de investimentos. O valor atual destes fluxos de caixa é determinado (a) usando o rendimento escriturado atual da carteira existente, com base no pressuposto de que ocorrerão reinvestimentos após a maturidade dos instrumentos financeiros a uma taxa sem risco acrescida pelo ajustamento da volatilidade e (b) por uma taxa de desconto sem risco que permite um ajustamento da volatilidade específica da companhia com base na metodologia EIOPA (após o último ponto líquido, é utilizada a extrapolação da denominada Taxa de juro a prazo final). São aplicados os limites contratuais de Solvência II. As companhias de seguros locais aplicam requisitos locais mais rigorosos para o teste de adequação de responsabilidades.

O valor líquido atual dos fluxos de caixa é comparado com as responsabilidades técnicas correspondentes. Qualquer insuficiência é reconhecida imediatamente na conta de resultados, tanto como imparidade DAC ou VOBA ou como reconhecimento de perda. Se, num período subsequente, a insuficiência diminuir, a diminuição será revertida através de resultados.

2.9 Avaliação de ativos em imparidade

Um ativo está em imparidade quando o seu montante líquido excede o seu valor recuperável. A Ageas revê todos os seus ativos em cada data do relatório em termos de evidências objetivas de imparidade. O montante líquido de ativos em imparidade é reduzido para o valor recuperável estimado, e a imparidade é reconhecida na demonstração de resultados.

O valor recuperável é avaliado como o maior do justo valor menos o custo da alienação e o valor de uso. O justo valor menos o custo da

alienação é o preço que seria recebido pela venda de um ativo numa transação controlada entre participantes de mercado, após a dedução de quaisquer custos de alienação incrementais diretos. O valor de uso é o valor atual dos futuros fluxos de caixa estimados que deverão emergir da utilização continuada de um ativo e da sua alienação no final da sua vida útil.

Se, num período subsequente, o montante da imparidade sobre os ativos diferentes de goodwill ou de instrumentos de capital disponíveis para venda diminuir, devido a um evento que ocorra após a redução, o montante é revertido ajustando a imparidade e é reconhecido na demonstração de resultados. Esse valor aumentado não pode exceder o montante líquido que seria determinado, líquido de depreciação, se não tivesse sido reconhecida qualquer imparidade para o ativo em anos anteriores.

Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou grupo de ativos financeiros) classificado como disponível para venda, empréstimos ou contas a receber ou detidos até à maturidade entra em imparidade se existirem evidências objetivas de um ou mais eventos (eventos de prejuízos ou desencadeadores, por exemplo, dificuldade financeira significativa do emitente) que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo e que esse evento de prejuízo (ou eventos) tenha (ou tenham) um impacto nos futuros fluxos de caixa estimados do ativo financeiro (ou grupo de ativos financeiros) que possam ser estimados com fiabilidade.

Para títulos de capital, os desencadeadores utilizados para determinar se existem evidências objetivas de imparidade incluem, entre outros, a consideração se o justo valor estiver significativamente abaixo (25%) do custo ou se permanecer abaixo do custo durante um período prolongado (quatro trimestres consecutivos) à data da demonstração da posição financeira.

Se for determinado que um título de investimento disponível para venda está em imparidade, a imparidade é reconhecida na demonstração de resultados. Para investimentos detidos para venda em imparidade, as perdas não realizadas reconhecidas anteriormente em capitais são transferidos para a demonstração de resultados quando a imparidade ocorrer.

Se, num período subsequente, o justo valor dos instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda aumentar e esse aumento puder ser objetivamente associado a um evento ocorrido após o reconhecimento da imparidade na demonstração de resultados, a imparidade é revertida, sendo o montante da reversão reconhecido na demonstração de resultados. As imparidades de investimentos em instrumentos de capital classificados para venda não são revertidas através da demonstração de resultados, mas sim através de capitais.

Propriedades de investimento e propriedades de utilização própria

As propriedades são avaliadas de acordo com o modelo de custos e entram em imparidade quando o montante líquido exceder o valor recuperável, que é o maior entre o 'justo valor menos o custo da venda' e o 'valor de uso' (o valor atual esperado de fluxos de caixa futuros, sem dedução do imposto de transferência). No final de cada período do relatório, a Ageas avalia se existe alguma indicação de que um ativo pode estar em imparidade, considerando várias fontes de informação externas (por exemplo, alterações significativas no ambiente económico) e fontes internas de informação (por exemplo, plano de alienação). Se existir tal indicação (e apenas então), a Ageas irá estimar o valor recuperável da propriedade. Qualquer imparidade identificada é reconhecida na demonstração de resultados. Após o reconhecimento de uma imparidade, a depreciação para períodos futuros é ajustada com base no montante líquido menos o seu valor residual ao longo da vida útil restante do ativo.

Goodwill e outros ativos intangíveis

Goodwill é um ativo intangível com uma vida indefinida e, como todos os outros ativos intangíveis com vidas indefinidas, não é amortizado mas sim testado em termos de imparidade, pelo menos anualmente. Para fins de teste de imparidade, o goodwill adquirido numa combinação de companhias é alocado a unidades geradores de caixa. Os ativos intangíveis com vidas finitas são amortizados ao longo da vida útil estimada e revistos em cada data do relatório. Qualquer imparidade identificada é reconhecida na demonstração de resultados.

2.10 Reconhecimento de proveitos

2.10.1 Receita de prémios brutos

Receita de prémios recebidos

Os prémios de apólices de seguros Vida e contratos de investimento com características de participação discricionária que são considerados contrato do tipo de longa duração são reconhecidos como receitas quando são devidos pelo tomador do seguro. Os benefícios e custos futuros estimados são compensados em relação a tais receitas, para reconhecer proveitos ao longo da vida estimada das apólices. Esta correspondência é conseguida através do estabelecimento de responsabilidades das apólices de seguros e contratos de investimento com características de participação discricionária e pelo diferimento e posterior amortização dos custos de aquisição da apólice.

Receitas de prémios adquiridos

Para contratos de curta duração (principalmente não Vida), os prémios são registados no momento da emissão do contrato. Os prémios são reconhecidos na demonstração de resultados como recebidos numa base pro-rata

ao longo do termo da cobertura da apólice relacionada. A reserva para prémios não adquiridos representa a parte dos prémios registados relacionados com os termos não expirados da cobertura.

2.10.2 Receita de participações, dividendos e outros investimentos

A receita de participações e as despesas de participações são reconhecidas na demonstração de resultados para todos os instrumentos geradores de juros num regime de acréscimo utilizando a metodologia de juro efetivo com base no preço de compra atual, incluindo custos diretos da transação. A receita de participações inclui os cupões recebidos em instrumentos de rendimento de taxa fixa e variável e o acréscimo ou amortização do desconto ou prémio.

Quando o ativo financeiro tiver sido reduzido até ao seu valor recuperável estimado, a receita de participações é depois reconhecida com base na taxa de juro efetiva que foi utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros para fins de avaliação do valor recuperável.

Os dividendos são reconhecidos na demonstração de resultados quando são declarados.

O rendimento de rendas e outros rendimentos são reconhecidos num regime de acréscimo, e são reconhecidos numa base linear, a menos que exista uma evidência imperiosa de que os benefícios não são acrescidos uniformemente ao longo do período de arrendamento.

2.10.3 Ganhos e perdas realizados e não realizados

Para investimentos financeiros classificados como disponíveis para venda, os ganhos e perdas de vendas e desinvestimentos representam a diferença entre os proveitos recebidos e o valor escriturado inicial do ativo vendido, menos quaisquer imparidades reconhecidas na demonstração de resultados após o ajustamento devido ao impacto de qualquer contabilidade de cobertura.

Para investimentos financeiros contabilizados pelo justo valor através de resultados, a diferença entre o valor contabilístico no final do período do relatório atual e o período do relatório anterior é incluída em 'Resultado em vendas e revalorizações'.

Para derivados, a diferença entre o justo valor limpo contabilístico (ou seja, excluindo a parte não realizada dos juros reconhecidos) no final do período do relatório atual e o período do relatório anterior é incluída em 'Resultado em vendas e revalorizações'.

Os ganhos e perdas não realizados reconhecidos anteriormente registados diretamente em capitais são transferidos para a demonstração de resultados no momento do desreconhecimento ou da imparidade do ativo financeiro.

2.10.4 Receitas de honorários e comissões

Os honorários constituem uma parte integrante da taxa de juro efetiva

Os honorários que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são tratados geralmente como um ajustamento para a taxa de juro efetiva. No entanto, quando o instrumento financeiro é avaliado pelo justo valor através de resultados, os honorários são reconhecidos como receita quando o instrumento é reconhecido inicialmente.

Honorários reconhecidos quando os serviços são prestados

Os honorários são reconhecidos geralmente quando os serviços são prestados. Se for improvável que seja celebrado um acordo de empréstimo de títulos específico e se o compromisso de arrendamento não for considerado um derivado, o honorário do compromisso é reconhecido como receita numa base temporal proporcional ao longo do período do compromisso.

Honorários reconhecidos na conclusão da transação subjacente

Os honorários resultantes de negociação ou da participação na negociação para um terceiro são reconhecidos na conclusão da transação subjacente. As receitas de comissões são reconhecidas quando a obrigação de desempenho é concluída. Os honorários de financiamento sindicado são reconhecidos como receita quando a sindicância tiver sido concluída.

Receitas de honorários de contratos de investimento

Estão relacionadas com contratos, sem características de participação discricionária, emitidos pelas companhias de seguros, e são classificados como contratos de investimento porque o risco do seguro coberto não é significativo. As receitas destes contratos são compostas por honorários para a cobertura de seguros, honorários de administração e custos de resgates. Os honorários são reconhecidos como receitas quando forem prestados serviços. As despesas incluem sinistros de mortalidade e juros creditados.



Aquisições e alienações

As seguintes aquisições e alienações significativas foram efetuadas em 2016 e 2015. Os detalhes de aquisições e alienação, se existirem, que ocorreram após a data da demonstração da posição financeira, são incluídos na nota 48 Eventos após a data da demonstração da posição financeira.

3.1 Aquisições em 2016

Ageas Seguros

Em 1 de abril de 2016, a Ageas completou a aquisição da participação da AXA nas suas operações de seguros portuguesas, incluindo uma atividade não Vida (participação de 99,7%), uma atividade não Vida Direta/Internet (participação de 100%) e uma atividade Vida (participação de 95,1%) por uma consideração monetária total de 172,4 milhões de euros. Nesta transação foi incluída igualmente a aquisição da participação minoritária de 4,9% no negócio Vida de um terceiro.

No terceiro trimestre de 2016, a Ageas adquiriu a restante participação não controlada de 0,3% na atividade não Vida. A AXA Portugal mudou o nome para Ageas Seguros.

As operações combinadas impulsionaram a Ageas da 6ª para a 2ª posição em não Vida em Portugal (com base nos prémios registados brutos), com uma quota de mercado combinada de 14,4% em 2015, em conjunto com a posição de liderança existente em Vida.

A Ageas Seguros realizou em 2016 uma perda líquida de 11 milhões de euros.

O impacto da Ageas Seguros na Demonstração consolidada da posição financeira da Ageas à data de aquisição foi o seguinte.

Ativos		Passivos	
Caixa e equivalentes de caixa	15	Passivos resultantes de contratos de seguros e de investimento	1.494
Investimentos financeiros e empréstimos	1.379	Passivos relacionados com contratos unit-linked	93
Propriedade de investimento	47	Passivos por impostos correntes e diferidos	25
Investimentos relacionados com contratos unit-linked	96	Juros acumulados e outros passivos	87
Resseguro e outras contas a receber	56		
Activos por impostos correntes e diferidos	82		
Goodwill e outros intangíveis	164	Total do passivo	1.699
Outros ativos	32	Preço de custo	172
Total do Ativo	1.871	Total de passivos e capitais próprios	1.871

Joint venture de seguros Vida no Vietname

Em agosto de 2015, a Ageas e a Muang Thai Life Assurance celebraram um acordo com o Military Commercial Joint Stock Bank para estabelecer uma joint venture no Vietname, que ostenta a marca MB Ageas Life.

Ao abrigo do acordo, a Ageas tem uma participação no capital social de 29% na nova companhia, a Muang Thai Life Assurance 10%, e o Military Bank 61%. Foi acordado ainda que o Military Bank e a MB Ageas Life celebram um acordo de banca-seguros exclusivo durante 5 anos. O investimento total de capital para os três parceiros ascenderá a cerca de 46 milhões de euros.

Outras aquisições

No primeiro trimestre de 2016, a AG Real Estate adquiriu, por um montante de 28 milhões de euros, 80% de participação da Seniorenzentren Deutschland Holding. A Seniorenzentren Deutschland Holding detém 100% da TSC Holding S.à.r.l. que possui 12 lares na Alemanha. Adicionalmente, a AG Insurance realizou outras aquisições e aumentos do capital social de associadas, por um montante total de cerca de 75 milhões de euros.

3.2 Alienações em 2016

Atividade de seguros Vida em Hong Kong

Em 12 de maio de 2016, a Ageas confirmou a conclusão da venda da sua atividade de seguros Vida em Hong Kong (AICA) a JD Capital (Beijing Tongchuangjiuding Investment Management Co.) por uma consideração total de 1,22 mil milhões.

Após os ajustamentos de encerramento, a transação gerou um ganho de capital líquido de 403 milhões de euros no total, dos quais 199 milhões de euros relatados

em resultados de seguros Ásia e 204 milhões de euros na Conta Geral. O impacto positivo na posição de rendimento líquido ascendeu a 1,26 mil milhões de euros, incluindo o impacto da novação de dívida.

O resultado líquido total da atividade de seguros Vida em Hong Kong para o período até à alienação ascendeu a 12,6 milhões de euros (consulte a nota 9 Informação de segmentos operacionais).

O impacto da venda da AICA na Demonstração consolidada da posição financeira da Ageas à data de venda foi o seguinte.

Ativos		Passivos	
Caixa e equivalentes de caixa	339	Passivos resultantes de contratos de seguros e de investimento	2.334
Investimentos financeiros e empréstimos	2.529	Passivos relacionados com contratos unit-linked	977
Investimentos relacionados com contratos unit-linked	977	Empréstimos	595
Resseguro e outras contas a receber	121	Ativos por impostos correntes e diferidos	3
Activos por impostos correntes e diferidos	155	Juros acumulados e outros passivos	50
Goodwill e outros intangíveis	426		
Outros ativos	427	Total do passivo	3.959
		Capital	1.015
Total do Activo	4.974	Total de passivos e capitais próprios	4.974

Outras alienações

Em 24 de junho de 2016, a AG Real Estate vendeu a sociedade de participações com uma participação controladora na Wiltcher's Complex à AXA Investment Managers-Real Assets, atuando em nome dos seus clientes. A transação foi valorizada em aproximadamente 120 milhões de euros.

Foi acordado ainda que o East West Bank e a East West Ageas Life celebrariam um acordo de distribuição exclusivo durante 20 anos.

Outras aquisições

No primeiro trimestre de 2015, a AG Insurance adquiriu por 86,7 milhões de euros uma participação de 36% na associada de capital denominada Spitfire, que inclui 23 parques de armazéns de retalho na Alemanha.

3.3 Aquisições em 2015

Joint venture de seguros Vida nas Filipinas

A East West Ageas Life é uma companhia start-up onde a Ageas e o East West Bank detêm ambos uma participação igual de 50%. A injeção de capital inicial em 2015 ascendeu a 45 milhões de dólares ou 41 milhões de euros (2.010 milhões de pesos filipinos), que é o dobro do capital regulamentar mínimo exigido.

A 31 de dezembro de 2016, a Ageas contribuiu com capital e financiamento para um montante de 63 milhões de dólares ou 56 milhões de euros (2.910 milhões de pesos filipinos). O financiamento futuro dependerá do desempenho da companhia.

Na segunda metade de 2015, a AG Real Estate adquiriu três subsidiárias imobiliárias: Pleyel (adquirida pelo resgate de uma dívida de 80 milhões de euros), Galeries Saint Lambert (78 milhões de euros) e Immo 3 Jean Monnet (64 milhões de euros). Adicionalmente, a AG Insurance efetuou outras aquisições por um montante total de cerca de 60 milhões de euros.

3.4 Alienações em 2015

Não ocorreram alienações materiais durante 2015.

3.5 Ativos e passivos de aquisições e alienações

A tabela abaixo fornece detalhes dos ativos e passivos resultantes da aquisição ou alienação de subsidiárias e/ou associadas à data da aquisição ou alienação.

	2016		2015	
	Aquisições	Alienações	Aquisições	Alienações
Ativos e passivos de aquisições e desinvestimentos				
Caixa e equivalentes de caixa	17,6	(347,2)	3,1	
Investimentos financeiros	1.343,8	(2.399,6)		
Propriedade de investimento	205,8	(77,5)	313,0	
Empréstimos	35,5	(182,2)	12,4	
Investimentos relacionados com contratos unit-linked	95,5	(977,1)		
Investimentos em associadas, incluindo (re)pagamentos de capital	187,1	(22,1)	147,5	(19,8)
Resseguro e outras contas a receber	66,6	(126,2)	9,5	
Ativos por impostos correntes e diferidos	82,2	(8,8)	0,8	
Juros acumulados e outros ativos	25,8	(586,6)	1,3	
Imóveis, instalações e equipamentos	3,9	(4,8)	10,7	
Goodwill e outros ativos intangíveis	187,3	(437,5)	23,0	
Passivos resultantes de contratos de seguros e de investimento	1.493,4	(2.334,9)		
Passivos relacionados com contratos unit-linked	92,9	(977,1)		
Empréstimos	119,4	(595,8)	135,6	
Passivos por impostos correntes e diferidos	40,1	(4,1)	37,7	
Juros acumulados e outros passivos	89,6	(169,9)	15,5	
Provisões	4,7	(0,2)	2,7	
Participações não controladoras	20,6	(6,5)	8,1	
Variações de capital relacionadas com aquisições e desinvestimentos		(203,5)		
Ativos líquidos adquiridos/Ativos líquidos alienados	390,4	(877,6)	321,7	(19,8)
Resultado das alienações, bruto		496,0		0,1
Resultado de operações descontinuadas, líquido de impostos		496,0		0,1
Caixa utilizada para aquisições/recebida de alienações:				
Total da consideração de compra/proveitos de vendas	(390,4)	1.373,6	(321,7)	19,9
Menos: Caixa e seus equivalentes adquiridos/desinvestidos	17,6	(347,2)	3,1	
Caixa utilizada para aquisições/recebida de alienações	(372,8)	1.026,4	(318,6)	19,9

A consideração total de aquisições de subsidiárias e associadas ascendeu a 390,4 milhões de euros em 2016 (2015: 321,7 milhões de euros). Os aumentos de capital fornecidos por participações não controladas ascenderam a 12,2 milhões de euros em 2016 (2015: nada).



Resultado por ação

A tabela seguinte detalha o cálculo do resultado por ação.

	2016	2015
Resultado líquido atribuível a acionistas	27,1	770,2
Amortização de custos de ações restritas	3,5	3,4
Resultado líquido utilizado para determinar ganhos diluídos por ação	30,6	773,6
O número médio ponderado de ações ordinárias para os ganhos por ação básicos (em milhares)	208.521	215.537
Ajustamentos por:		
- ações restritas (em milhares) que deverão ser atribuídas	410	595
Número médio ponderado de ações ordinárias para ganhos por ação diluídos (em milhares)	208.931	216.132
Resultado por ação básico (em euros por ação)	0,13	3,57
Resultado por ação diluído (em euros por ação)	0,13	3,57

Em 2016, as opções médias ponderadas sobre 969.877 ações (2015: 1.401.536) com um preço de exercício médio ponderado de 217,94 por ação (2015: 226,59 por ação) foram excluídas do cálculo do EPS diluído, porque o preço de exercício das opções era substancialmente superior em relação ao preço médio de mercado das ações.

Durante 2016 e 2015, 4,0 milhões de ações da Ageas emergentes de FRESH foram

excluídas do cálculo dos ganhos diluídos por ação, porque o juro por ação reservado nestes títulos era superior aos ganhos básicos por ação.

As ações da Ageas, que totalizam 3,96 milhões de euros (31 de dezembro de 2015: 4,64 milhões de euros), emitidas em relação a CASHES, estão incluídas em ações ordinárias, apesar de não terem direito a dividendos nem direitos de voto (consulte também a nota 46 Passivos contingentes).



Gestão do risco

Na sua qualidade de fornecer de seguros multinacional, a Ageas cria valor através da aceitação, conservação e transformação dos riscos, que podem ser geridos corretamente ao nível de uma carteira global ou individual. As operações de seguros da Ageas oferecem seguros Vida e não Vida e, deste modo, enfrentam vários riscos que, tanto internos como externos, podem afetar as operações da Ageas, os seus resultados, o preço da ação, o valor dos seus investimentos e a venda de determinados produtos e serviços. Para além das operações de seguros, a Conta Geral inclui principalmente atividades não relacionadas com o negócio nuclear de seguros, tais como Risco e Finanças do Grupo e outras atividades de participação.

O princípio fundamental subjacente à estratégia de risco da Ageas é maximizar o valor para os acionistas dentro das restrições da Política de Apetência pelo Risco, tendo em conta a proteção dos tomadores de seguros. Para este fim, as exposições ao risco da Ageas são direcionadas para as atividades que oferecem retornos ajustados ao risco atrativos.

Este capítulo explica assim o modo como os riscos são geridos. Em primeiro lugar, a Política de Gestão do Risco da Ageas será explicada através da sua taxonomia do risco e através da aplicação da sua Política de Apetência pelo Risco. Em segundo lugar, a organização, governo e processos de Gestão do Risco da Ageas serão detalhados. Finalmente, as principais exposições ao risco da Ageas e o enquadramento da gestão de riscos específicos aplicáveis serão apresentadas em relação a riscos financeiros, riscos de responsabilidades de seguros, riscos operacionais e outros riscos.

A incorporação da Estratégia do Risco ocorre no ciclo de Gestão de Desempenho, articulada em redor do processo de Planeamento Estratégico anual e ORSA (Avaliação Interna de Risco e de Solvência), apoiada pelas abordagens de modelização relevantes. Estas constituem uma parte intrínseca da recolha de informação, que é um contribuinte para a correta

realização de previsões e projeções baseadas em eventos e parâmetros específicos (que por sua vez, são incorporados, entre outros, nos principais indicadores de desempenho e propostas de valorização de preço).

5.1 Política de Gestão do Risco

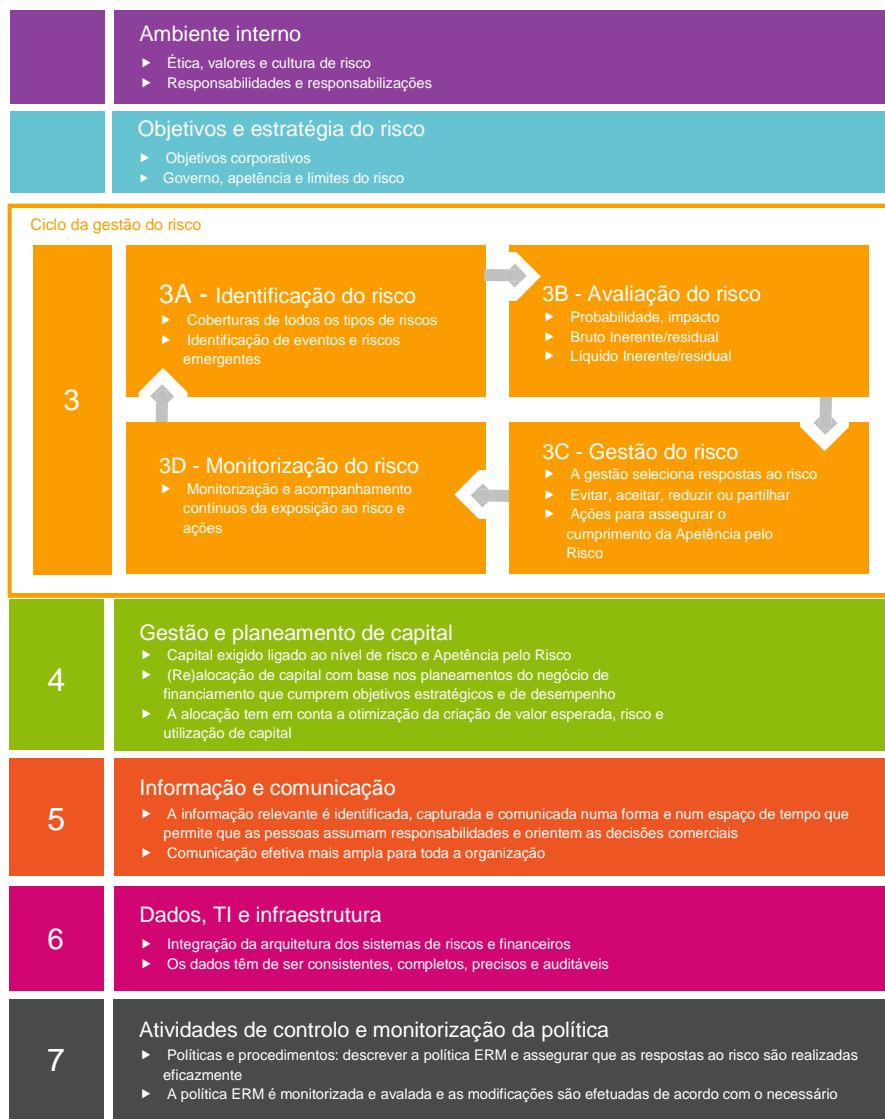
A Ageas define o risco como o desvio de resultados antecipados que possa ter um impacto na solvência, resultado ou liquidez da Ageas, nos seus objetivos de negócio ou oportunidades futuras. Os riscos da Ageas têm origem na sua exposição a fatores de risco externos ou internos derivados da condução das suas atividades comerciais. A Ageas procura aceitar apenas os riscos que:

- conheça bem;
- possam ser geridos adequadamente, tanto a nível individual como a nível da carteira global;
- possa suportar (ou seja, no âmbito da Apetência pelo Risco da Ageas);
- tenham uma troca aceitável de risco versus compensação.

Para assegurar que todos os riscos materiais são compreendidos e geridos eficazmente, a Ageas implementa uma política de Gestão do Risco Corporativo (ERM) que:

- assegure que os riscos que afetam o alcance de objetivos estratégicos são identificados, avaliados, monitorizados e geridos;
- defina uma apetência pelo risco para assegurar que o risco de insolvência é sempre mantido nos níveis pretendidos e aceitáveis e assegure depois que o perfil de risco é mantido dentro da apetência pelo risco;
- apoie o processo de tomada de decisão assegurando que está disponível informação consistente, fiável e atempada para os decisores;
- crie uma cultura de consciencialização do risco onde cada gestor que desempenha as suas funções tenha consciência dos riscos do seu negócio, para que o possa gerir adequadamente e relatá-lo de modo transparente.

Esquemáticamente, a Política de Gestão do Risco pode ser descrita adicionalmente de acordo com a descrição abaixo:



A taxonomia do risco da Ageas será descrita de seguida, seguida por uma descrição da Política de Apetência pelo Risco da Ageas.

5.1.1 Taxonomia do risco

A taxonomia do risco da Ageas é definida com o objetivo de garantir uma abordagem consistente e abrangente à identificação, avaliação, gestão e monitorização do risco, destacando e definindo todos os riscos identificados no Grupo. Serve como base para todos os esforços de gestão do risco. Está dividida em quatro categorias abrangentes: riscos financeiros, riscos de responsabilidades de seguros, riscos operacionais e outros riscos.

A Ageas tem implementado um processo de relatórios dos principais riscos ao nível do Grupo para identificar os principais riscos que poderão ter impacto na realização dos seus objetivos. Avalia igualmente a estrutura de controlo implementada para assegurar que estes riscos são geridos numa base continuada. Cada companhia acompanha os seus principais riscos numa base pelo menos trimestral, e os riscos mais significativos são igualmente monitorizados ao nível do Grupo. É utilizada um vasto conjunto de fontes internas e externas na identificação dos principais riscos.

Os riscos identificados, categorizados de acordo com a taxonomia do risco da Ageas, são avaliados e relatados ao Grupo Ageas pelas várias entidades, utilizando uma grelha padrão de probabilidade e impacto que fornece uma visão geral do nível global de preocupação que cada risco representa (ou seja, a sua materialidade). Os riscos são avaliados qualitativamente em relação aos objetivos a que estão associados.

O Risco do Grupo consolida todos os relatórios e a visão consolidada é então discutida ao nível da Comissão do Risco, Comissão Executiva, Comissão de Gestão e Comissão de Risco e Capital da Ageas, bem como do Conselho de Administração. Estes órgãos são descritos na secção 5.2.



5.1.2 Adequação da avaliação de capital

De acordo com Solvência II, a Ageas utiliza um Partial Internal Model (PIM) (Modelo interno parcial) (para não Vida ao nível de algumas entidades) para avaliar os seus Requisitos de capital de solvência, ao abrigo de pilar 1. A Ageas complementa o seu PIM não Vida com a sua visão interna própria para avaliar os seus Requisitos de capital de solvência (denominado SCR_{Ageas}), ao abrigo de pilar 2. Acima do Partial Internal Model (Modelo interno parcial) não Vida, o SCR_{Ageas} melhora a fórmula padrão com os seguintes elementos:

- Tratamento do risco de spread revisto:
 - Inclusão de spread fundamental para exposições à dívida pública (e equivalente);
 - Exclusão de spread não fundamental noutras dívidas;
- Modelo interno para Imobiliário (incluindo concessões de estacionamento);
- Exclusão de avaliações transicionais.

O SCR_{Ageas} é uma avaliação do valor em risco (value at risk - VaR) a um ano para fundos próprios de Solvência II correspondente a uma probabilidade de 99,5% de solvência ao longo de um ano (1 em 200).

Este SCR_{Ageas} é depois comparado com os fundos próprios de qualificação para determinar a adequação do capital global do Grupo, fornecendo o rácio Solvency II_{Ageas}.

Para obter mais informação sobre Solvência II, consulte também a nota 6 Supervisão e solvência regulamentares.

A adequação do capital global é verificada ao nível do Grupo, trimestral e anualmente:

- Através de um relatório de Solvência e Capital, o Conselho de Administração da Ageas assegura que a adequação de capital continua a ser cumprida numa base continuada;
- O Conselho de Administração da Ageas também avalia e orienta proativamente a adequação de capital do Grupo numa base multianual, tendo em consideração a estratégia e o negócio previsto e os pressupostos do risco. Isto é efetuado através de um processo denominado Avaliação Interna de Risco e Solvência, que está incorporado nos processos multianuais de orçamentação e planeamento.

5.1.3 Apetência pelo risco

A Política de Apetência pelo Risco da Ageas aplica-se a todas as subsidiárias da Ageas, definidas como entidades onde a Ageas, direta ou indiretamente, detém controlo operacional. O Grupo aconselhará princípios de gestão do risco semelhantes, onde for possível, para associadas de capital novas e existentes, definidas como entidades nas quais a Ageas, direta ou indiretamente, não detém controlo operacional.

A Política de Apetência pelo Risco da Ageas - aprovada pelo seu Conselho de Administração - fornece os limites formais de aceitação do risco. As finalidades da Apetência pelo Risco são assegurar que:

- a exposição a vários riscos-chave de cada subsidiária e do Grupo como um todo se encontra dentro de níveis conhecidos, aceitáveis e controlados;
- Os critérios da Apetência pelo Risco são definidos claramente, de modo a que as exposições e atividades atuais possam ser comparadas com os critérios acordados ao nível do Conselho de Administração, permitindo a monitorização e confirmação positiva de que os riscos são controlados e que o Conselho de Administração consegue e pretende aceitar estas exposições;
- Os limites do risco estão ligados à capacidade atual de aceitação de risco de uma subsidiária ou do Grupo de um modo transparente direto.

A Política de Apetência pelo Risco é composta por critérios que são utilizados para formular a aceitação da gestão para aceitar riscos numa área específica. Os critérios podem ser expressados em termos quantitativos ou qualitativos, dependendo da sua natureza. É assim necessário que o Grupo e cada subsidiária formule uma Declaração de Apetência pelo Risco, que contém:

- os critérios que definem a sua Apetência pelo Risco;
- as medidas a implementar para cada critério;
- os limites quantitativos ou qualitativos que têm de ser respeitados para cada critério.

Ao nível do Grupo, os seguintes critérios estão sujeitos a limites:

- Solvência;
- Resultados;
- Liquidez.

Declarações de Apetência pelo Risco da Ageas relativos à Solvência

As exposições ao risco da Ageas devem ser limitadas para assegurar permanentemente que:

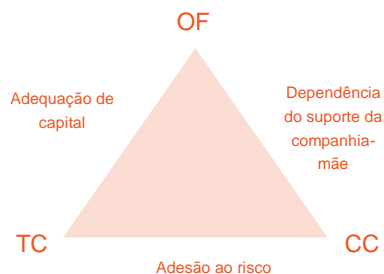
- O seu consumo de risco (RC) permanece abaixo do orçamento da Apetência pelo Risco (RA) da Ageas, definido em 40% dos fundos próprios (OF), líquido de dividendos esperados;
- O consumo de capital (CC) permanece abaixo do objetivo de capital (TC), definido como 175% do SCR_{Ageas} ;
- Os fundos próprios permanecem superiores ao capital mínimo aceitável (MAC).

Nestas demonstrações:

- RC é o nível do buffer de capital a ser consumido pelo perfil de risco atual da Ageas, consistente com uma perda de 1 em 30 anos;
- RA é o nível de capital em excesso em relação ao capital mínimo aceitável, que é disponibilizado ao Grupo ou às suas subsidiárias para assumirem riscos. É expressado como uma percentagem de fundos próprios, líquidos de dividendos esperados;
- CC é o nível total de capital a ser consumido pela Ageas ou pelas suas subsidiárias com base no seu perfil de risco atual, definido como a soma do capital mínimo disponível e do consumo de risco;
- TC é o nível total de capital que o Grupo ou as suas subsidiárias deverão manter para fins de aceitação de risco. É definido como um múltiplo de SCR_{Ageas} ;
- MAC é o nível de capital abaixo do qual é considerado que o Grupo ou a subsidiária está em dificuldade financeira. É definido como 100% de SCR_{Ageas} ao abrigo de Solvência II. Para a definição de SCR_{Ageas} , consulte o parágrafo seguinte.

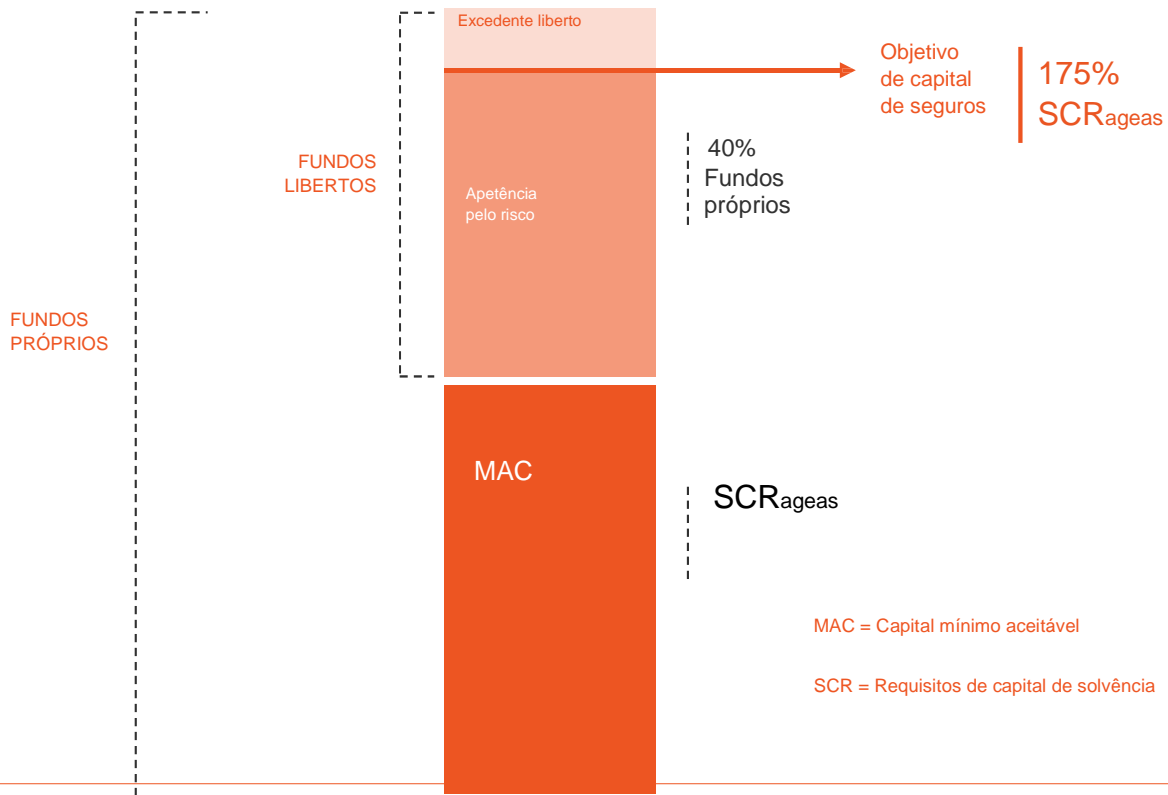
Quando o consumo do risco exceder a Apetência pelo Risco ao nível do Grupo ou da subsidiária, é responsabilidade da Comissão Executiva recomendar correções aos Conselhos de Administração (Grupo ou subsidiária) para serem adotadas.

Este enquadramento apoia as atividades de gestão de capital e de gestão do risco da Ageas:



OF = Fundos próprios
TC = Objetivo de capital
CC = Consumo de capital

Ao abrigo desta Política de Apetência pelo Risco, a Ageas está direcionada para um rácio de solvência baseado no seu SCR_{Ageas} de 175%.



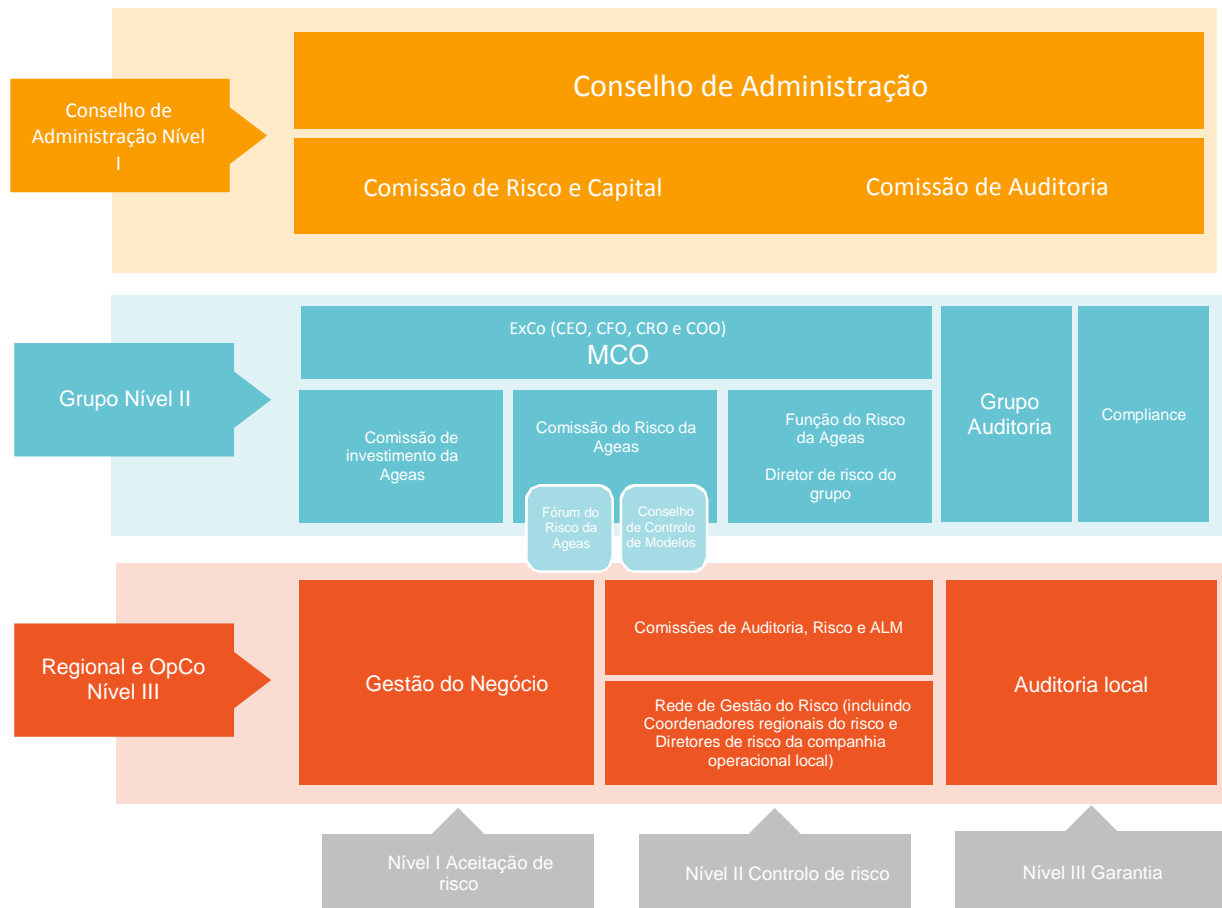
5.2 Organização e governo da gestão do risco

A Política de Gestão do Risco da Ageas considera a estrutura de gestão da Ageas, que está articulada em torno do Grupo Ageas, regiões (conjunto de entidades com supervisão regional comum) e entidades locais. Uma companhia a nível local é considerada como uma companhia operacional (também referida como OpCo ou subsidiária) ou uma participação não controlada (também denominada associada de capital).

A gestão está ainda organizada em torno do conceito de unidade de Governo definida pelo Conselho de Administração da Ageas como uma entidade jurídica ou um conjunto de entidades jurídicas que partilham conselhos de administração idênticos, independentemente da supervisão regulamentar. As unidades de governo podem estar presentes a nível regional e/ou local.



O Conselho de Administração é o último responsável pela Gestão do Risco global. É assistido nas suas funções pelos vários órgãos de governo principais, descritos abaixo e explicados adicionalmente mais à frente nesta secção:



Para monitorizar o desenho da estrutura global do risco e de controlo, detetar deficiências e otimizar a sua estrutura de gestão do risco, a Ageas adotou uma abordagem de “três linhas de defesa”:

- Primeira linha de defesa: as companhias locais têm a responsabilidade primária por assegurar que a Ageas não pode sofrer eventos inesperados e gerir toda a taxonomia de riscos emergentes nas suas áreas. São responsáveis pela execução da estratégia empresarial, que abrange desde o CEO, linha de gestão e gestores de negócios até aos empregados nas linhas de negócio. Devem possuir uma cultura do risco sólida e uma consciência do risco implementadas globalmente até aos níveis mais profundos da sua organização. São responsáveis pela gestão dos riscos, em linha com os requisitos internos locais, que estão desenhados para que sejam consistentes com os requisitos do Grupo. São responsáveis por assegurar que estão implementados os processos e controlos adequados.
- Segunda linha de defesa:
 - As funções de Risco do Grupo e de Risco Local asseguram padrões elevados de risco em toda a organização através do desenvolvimento da estrutura do risco e, mais especificamente, através de diretrizes e políticas específicas do

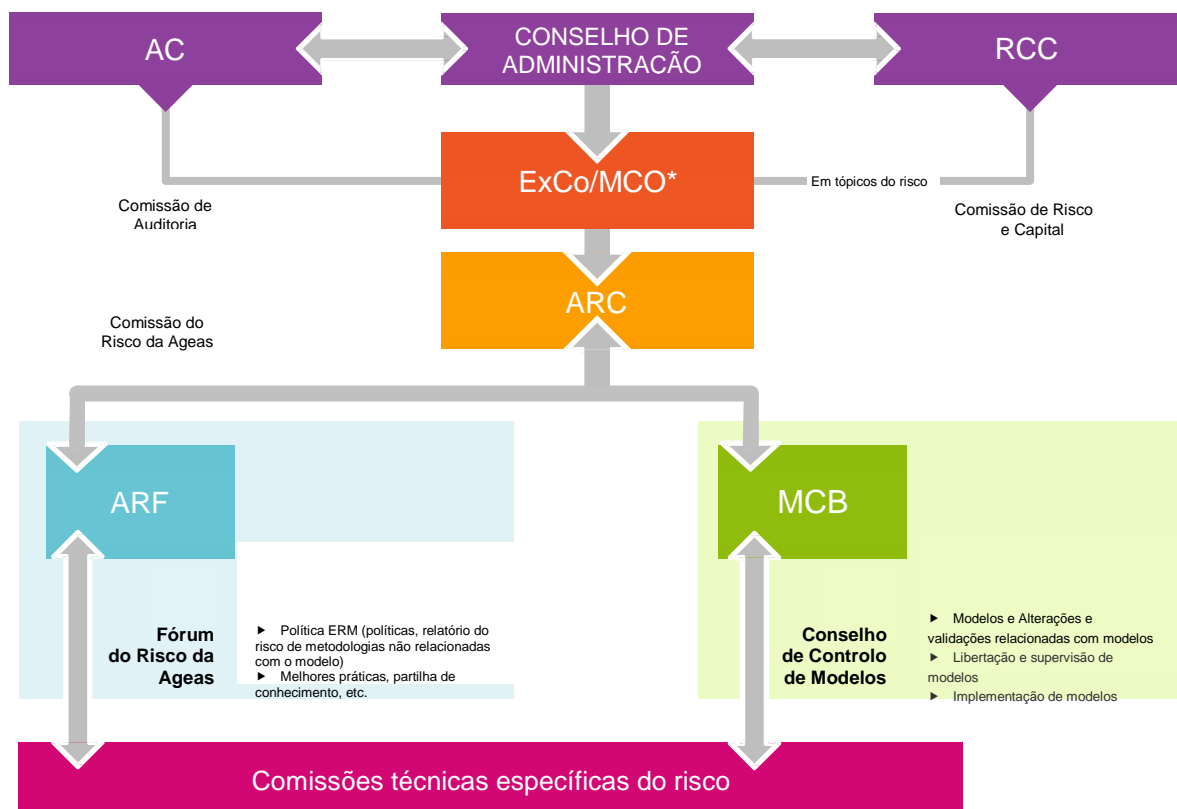
tipo de risco. Coordenam a implementação de iniciativas do risco e aumentar a consciência da gestão sénior sobre o risco e o desempenho económico, e assiste a Comissão Executiva (ExCo) do Grupo ou a Comissão de Gestão e o Conselho de Administração na otimização da apetência global de risco da Ageas, limites de risco, perfil de risco/retorno e utilização da capacidade de suporte do risco. Adicionalmente, são responsáveis em toda a organização por comunicar e incorporar a estratégia do risco, a consciência do risco e a gestão do risco, assegurando que os processos e controlos estão alinhados com os requisitos relacionados com o risco, e fornecendo opiniões sobre o desenho e estabelecimento dos mesmos, identificando quaisquer pontos fracos ou preocupações.

- Compliance tem uma função global de garantia para assegurar que a companhia e os seus empregados cumprem as leis, regulamentos, regras internas e padrões de ética. Compliance assegura que as políticas estão implementadas e que respeitam as regras e requisitos internos e externos.

- Terceira linha de defesa: A Auditoria Interna garante o desenho e implementação adequados da estrutura de governo do risco e o respeito pelas diretrizes, políticas e processos.

A. ORGANIZAÇÃO DA GESTÃO DO RISCO AO NÍVEL DO GRUPO

A função de Gestão do Risco é constituída por vários Conselhos, Comissões e funções com várias responsabilidades na política de Gestão do Risco Corporativo (ERM). Ao nível do Grupo, os seguintes Conselhos, Comissões e funções governam o risco.



*Comissão Executiva/Comissão de Gestão

- o Conselho de Administração é o último órgão decisor da Ageas, sem prejuízo das competências da Assembleia Geral. O Conselho de Administração determina a estratégia, o apetite de risco e os limites globais de tolerância ao risco da Ageas, aprova as estruturas adequadas para a gestão e controlos do risco, supervisiona o desempenho das Comissões de Investimento auditadas e monitoriza o desempenho da Ageas em relação aos seus objetivos estratégicos, planos, perfis de risco e orçamentos;
- a função da Comissão de Risco e Capital é aconselhar o Conselho de Administração oferecendo recomendações sobre todas as matérias de risco e capital e, em particular, sobre (i) a definição, supervisão e monitorização do perfil de risco da Ageas, comparando com o objetivo do nível de apetite de risco, conforme determinado pelo Conselho de Administração; (ii) a adequação de capital e alocação de capital em relação à estratégia e iniciativas Estratégicas, incluindo a Avaliação Interna de Risco e Solvência (ORSA); (iii) alocação de ativos estratégicos; (iv) estrutura de governo do risco da Ageas e os respetivos processos; e v) em todos os aspetos financeiros das questões de legado relacionadas com o anterior Fortis;
- a Comissão de Auditoria assiste o Conselho de Administração no cumprimento das suas responsabilidades de supervisão e monitorização em relação ao controlo interno no sentido mais vasto na Ageas, incluindo controlo interno sobre finanças e risco;
- do Conselho de Administração atribuiu à ExCo a tarefa de desenhar as propostas relacionadas com a estratégia empresarial que considere os requisitos da gestão do risco e financeiros estabelecidos. Entre outras matérias, a ExCo também monitoriza o desempenho da Ageas como um todo, incluindo as principais conclusões relacionadas através da função de Gestão do Risco e das comissões. Implementa sistemas adequados de controlos internos, incluindo para o governo e relacionados com o risco e financeiro. Garante que as funções e processos adequados e eficazes de auditoria interna, gestão de risco e compliance estão implementados. Aconselha a Comissão de Risco e Capital, o Conselho de Administração e Mercados/acionistas sobre o acima referido. A ExCo é composta pelo CEO, CFO, CRO e COO da Ageas;
- O Conselho de Administração da Ageas criou uma Comissão de Gestão para aconselhar a sua Comissão Executiva em relação à estratégia e desenvolvimento do negócio, políticas ao nível de toda a Ageas, incluindo gestão financeira (por exemplo, estratégia de financiamento, questões de solvência, mas Excluindo a política de dividendos) e gestão do risco (por exemplo, apetite pelo risco). A Comissão de Gestão é composto por membros da ExCo da Ageas, bem como pelos CEOs das regiões e pelo Group Risk Officer. A ExCo é aconselhada na execução das suas funções pela Comissão de Gestão e pela Comissão de Risco da Ageas sobre tópicos relacionados com o risco.

Os seguintes órgãos aconselham – no final a ExCo e/ou o Conselho de Administração, a menos que tenham sido mandatados explicitamente pela ExCo e/ou pelo Conselho de Administração para tomarem decisões sobre tarefas específicas:

- A Comissão de investimento da Ageas aconselha a ExCo da Ageas e monitoriza as exposições dos ativos para assegurar que são geridos de acordo com a política do risco e dentro dos limites acordados. Aconselha a gestão sobre decisões relativas a investimentos. A sua função inclui igualmente efetuar recomendações relacionadas com a atribuição de ativos estratégicos e Gestão de Ativos e Passivos e pretende otimizar a estratégia de investimento global do Grupo e assegurar que as ações de diminuição do risco são adotadas quando necessário. Esta comissão está dividida na parte asiática e parte europeia para assegurar o foco regional relevante;
- A Comissão do Risco da Ageas (ARC) aconselha a ExCo da Ageas sobre todos os tópicos relacionado com o risco, garantindo que os riscos que afetam o atingimento dos objetivos estratégicos, operacionais e financeiros são prontamente identificados, medidos, geridos, reportados e monitorizados (através dos limites de apetência pelo risco adequados) e que o governo e as organizações (através dos limites de apetite de risco adequados) e que o governo e as organizações estão em vigor e são respeitados (conforme estipulado no contexto da Política ERM). Os Chief Risk Officers e os Chief Financial Officers das regiões e membros de ARC, que asseguram que as decisões ou recomendações efetuadas pelo ARC têm em consideração as visões e experiência das operações. As questões e metodologias mais significativas do risco são analisadas e decididas pela Comissão Executiva e pelo Conselho de Administração. O próprio ARC é aconselhado pelo Fórum do Risco da Ageas¹ (ARF) sobre tópicos relacionados com a Política de Gestão do Risco e com o Controlo do Modelo da Ageas do Conselho de Administração² (MCB) que assegura que os modelos usados são apropriados
- As comissões técnicas específicas do risco, tais como a Comissão Técnica do Risco Financeiro da Ageas, a Comissão Técnica Vida da Ageas, a Comissão Técnica não Vida e a Comissão técnica do Risco Operacional atuam como órgãos especializados técnicos. Asseguram a consistência da metodologia e as abordagens de modelização em todas as companhias operacionais locais da Ageas. Facilitam a recolha dos requisitos de negócio e alinham as plataformas do Grupo Ageas que suportam as avaliações do risco relevante, em linha com os requisitos da companhia, Solvência II regulamentares globais. Atuam como órgãos consultivos para ARF e MCB;

¹ Os Risk Officers regionais são membros da ARF que reúnem regularmente para partilhar conhecimento e melhores práticas, e para desenvolverem e melhorarem em conjunto a estrutura de risco das companhias do Grupo.

² O MCB é composto pelos Gestores do Modelo de Risco do Grupo e representantes de todas as regiões, permitindo as interações adequadas com os Conselhos de Controlo do Modelo locais.

- A função de Risco do Grupo - cujo responsável é o Group Risk Officer - é responsável por monitorizar e relatar o perfil de risco global do Grupo, incluindo o perfil de risco agregado das companhias de seguros. Desenvolve, propõe e implementa a política de ERM que documenta através de políticas de risco atualizadas regularmente. Assegura a adequação do governo de modelo global tendo em conta as observações emitidas pela equipa independente de Validação do Modelo da Ageas. Coordena igualmente projetos relacionados com riscos significativos.

As estruturas acima mencionadas favorecem a consistência, transparência e partilha de conhecimento, e assegura que os desenvolvimentos a nível do Grupo beneficiam da experiência prática e da especialização das companhias operacionais locais.

B. ORGANIZAÇÃO DE GESTÃO DO RISCO AO NÍVEL DAS COMPANHIAS OPERACIONAIS

Cada companhia de seguros:

- é responsável por assegurar que tem implementada uma Política de Gestão do Risco global;
- é responsável pela gestão dos seus riscos dentro dos limites, políticas e diretrizes estabelecidas pelos reguladores, Grupo Ageas e o seu Conselho de Administração local.

As companhias operacionais locais necessitam de ter implementado o seguinte:

- uma Comissão de Risco e uma Comissão de Auditoria ao nível do Conselho de Administração para assistir o Conselho de Administração na realização da sua supervisão;
- uma Comissão de Gestão do Risco, que apoia a sua equipa de gestão ao assegurar que os principais riscos são bem compreendidos e que estão implementados os procedimentos apropriados de gestão do risco;
- uma Comissão ALM cuja função inclui a monitorização dos riscos de mercado para assegurar que são geridos de acordo com a política do risco e dentro dos limites acordados e para tomar decisões específicas relacionadas com ALM;
- um Conselho de Controlo de Modelo (MCB), em coordenação com o MCB da Ageas;
- uma função do risco (ou Director de risco) para apoiar o trabalho da Comissão do Risco e para fornecer relatórios e opiniões sobre o risco ao CEO local, Conselho de Administração local e gestão do Grupo;
- uma função atuarial em linha com os requisitos da regulamentação Solvência II;
- uma função de Compliance (ou responsável por Compliance) que aconselha o órgão administrativo ou de gestão sobre conformidade com as leis, regulamentos e requisitos administrativos e políticas locais e do Grupo quando estas estabelecerem requisitos adicionais. Compliance avalia o possível impacto de quaisquer alterações do ambiente legal nas

operações de intermediação e identifica qualquer risco de conformidade;

- uma função de auditoria interna que avalia a adequação e eficácia do sistema de controlo interno e de outros elementos do sistema de governo do risco.

5.3 Processos de Gestão do Risco

A Ageas tem em vigor um processo de relatório de riscos ao nível do Grupo para identificar os principais riscos (existentes e emergentes) que poderão ter impacto na realização dos objetivos da Ageas. Avalia igualmente a estrutura de controlo implementada para assegurar que estes riscos são geridos numa base continuada. Cada companhia acompanha os seus principais riscos numa base pelo menos trimestral, e os riscos mais significativos são igualmente monitorizados ao nível do Grupo. É utilizado um vasto conjunto de fontes internas e externas na identificação dos principais riscos. As principais fontes utilizadas são:

- Avaliação da adequação do controlo interno
- Revisão do ERM, incluindo (auto) avaliações do modelo
- Opiniões atuariais
- Relatórios independentes de validação do modelo
- Relatórios de auditorias internas/externas
- Relatórios de Compliance
- Relatórios jurídicos
- Notas de desempenho/objetivos de desempenho (MYB)
- Relatórios dos principais riscos

Processo

Pelo menos uma vez por ano, é efetuado um exercício total e completo de autoavaliação do risco e do controlo, identificando de modo global todos os principais riscos que a companhia enfrenta.

Os riscos identificados deste modo, categorizados de acordo com a taxonomia do risco da Ageas, são avaliados e relatados ao Grupo Ageas pelas várias entidades utilizando uma grelha padrão de probabilidade e de impacto que fornece uma visão geral do nível global de preocupação que representam (ou seja, a sua materialidade em termos do seu potencial impacto financeiro e/ou não financeiro). Os riscos são descritos e explicados qualitativamente em relação aos objetivos associados.

A lista dos principais riscos é revista trimestralmente pela Comissão de Risco e Capital e pelo Conselho de Administração da Ageas.

Os Risk Officers de cada companhia, região e função corporativa local fornecem atualizações trimestrais sobre as declarações de risco ao Risco do Grupo Ageas. O Risco do Grupo consolida todos os relatórios, e é depois discutida uma visão consolidada ao nível de ARC e ExCo.

A Comissão de Risco do Grupo Ageas discute as evoluções dos principais riscos numa base mensal.

5.4 Detalhes das exposições aos vários riscos

As secções seguintes explicam as exposições aos vários riscos da Ageas com maior detalhe.

5.4.1 Risco financeiro

O risco financeiro engloba todos os riscos relacionados com o valor e o desempenho dos ativos e passivos que possam afetar a solvabilidade, os resultados e a liquidez devido a alterações nas circunstâncias financeiras. Este inclui:

- Risco de mercado;
- Risco de incumprimento;
- Risco de liquidez.

O risco financeiro é o risco mais significativo para muitas das operações da Ageas. A estrutura do risco em vigor em todas as operações combina políticas de investimento, limites, testes de stress e monitorização regular para controlar a natureza e o nível dos riscos financeiros e para garantir que os riscos tomados são apropriados, tanto para o cliente como para o acionista, e que são recompensados adequadamente.

A composição de ativos global é determinada pelas companhias locais da Ageas com base em estudos de composição de ativos para identificar os ativos estratégicos apropriados, a sua adequação numa perspetiva de ALM, e na monitorização regular da situação e das perspetivas de mercado, para decidir a alocação tática. O processo de decisão necessita de equilibrar a apetência pelo risco, requisitos de capital, riscos de longo prazo e rentabilidade, expectativas dos tomadores de seguros, requisitos de participação nos resultados e questões fiscais e de liquidez, para conseguir uma composição de ativos apropriada. A missão da função de Risco do Grupo inclui a monitorização da apetência pelo risco agregado que abrange riscos financeiros, e trabalha com as companhias locais para desenvolver as políticas e melhores práticas, que devem ser adotadas pelos Conselhos de Administração locais para assegurar que se tornam parte da atividade regular local.

5.4.1.1 Risco de mercado

O risco de mercado tem origem em alterações adversas na situação financeira causadas, direta ou indiretamente, por flutuações no nível e na volatilidade dos preços de mercado dos ativos e passivos;

É composto pelos seguintes sub-riscos:

- a. risco de taxa de juro;
- b. risco de ações;
- c. risco de spread.
- d. risco cambial;
- e. risco de propriedades;
- f. concentração de risco de mercado.

A. RISCO DE TAXA DE JURO

Existe risco de taxa de juro para todos os ativos e passivos sensíveis a variações na estrutura de termos das taxas de juro e na volatilidade das taxas de juro. Isto aplica-se às estruturas de termo real e nominal. As variações do risco de taxa de juro também podem ter impacto nos produtos vendidos pelas companhias de seguros, por exemplo, através de garantias, participação de lucros e valor dos investimentos da Ageas. O risco surge em resultado de uma discrepância entre a sensibilidade da taxa de juro dos ativos e passivos e as variações das taxas de juro e volatilidade associada.

A Ageas avalia, monitoriza e controla o seu risco de taxa de juro usando vários indicadores, incluindo análise de discrepâncias dos fluxos de caixa e testes de stress. As políticas de investimento e de ALM necessitam normalmente de uma correspondência aproximada, salvo aprovação específica em contrário. Os termos mais longos dos negócios podem ser difíceis de corresponder devido à falta de disponibilidade dos ativos adequados. A estratégia de correspondência será determinada tendo em consideração a apetência pelo risco, a disponibilidade (a longo prazo) dos ativos, as taxas de mercado atuais e prospetivas e os níveis de garantia. Os derivados são por vezes utilizados para cobrir o risco de taxa de juro. Note que o risco da taxa de juro tem sido de novo um ponto de atenção durante o processo ORSA, bem como o risco de taxas de juro baixas prolongadas (ambiente de taxa de juro ligeiramente negativo), mas também o risco de aumento repentino das taxas de juro. As baixas taxas de juro foram definidas como um risco estratégico com foco na estrutura de custos fixos/variáveis.

As responsabilidades de seguros tipicamente longas e a falta de ativos de longo prazo implicam uma lacuna negativa nos buckets de maturidade longos e uma positiva na extremidade menor da curva.

A tabela abaixo apresenta o impacto bruto na demonstração de resultados IFRS e no capital IFRS em resultado de uma diminuição ou de um aumento de 100 pontos base da taxa de juro (nunca abaixo de zero, na carteira de obrigações - incluindo as obrigações sem risco e as obrigações de taxa variável até à data de restauro do juro).

	Impacto em demonstração de resultados	2016 Impacto em Capital IFRS	Impacto em demonstração de resultados	2015 Impacto em Capital IFRS
Juro - diminuição da taxa (100 bp)	(1,4)	31,5	(1,0)	230,2
Juro - aumento da taxa + 100 bp	1,4	(532,2)	2,2	(1.223,4)

A alteração no impacto em Capital IFRS para a sensibilidade de juro – diminuição da taxa é devida sobretudo à venda da AICA em 2016. A alteração no impacto em Capital IFRS para o juro – aumento da taxa é devida sobretudo à metodologia de contabilidade de cobertura na Bélgica e à venda da AICA.

B. RISCO DE AÇÕES

O risco de ações é devido à sensibilidade dos ativos e passivos e instrumentos financeiros às variações no nível ou volatilidade dos preços de mercado das ações ou do seu rendimento.

Este risco é controlado através da definição do limite com base na apetência pelo risco e pelas políticas de investimento que necessitam da implementação de vários controlos, incluindo a ação que será adotada em caso de diminuições significativas de valor. Anteriormente, a gestão proativa deste risco

resultou na redução rápida da exposição ao risco de ações através de vendas e cobertura. Isto ajuda a limitar prejuízos e a assegurar que as companhias de seguros permanecem solventes ao longo de uma crise financeira.

Para fins da gestão do risco, a Ageas baseia a sua definição de exposição a ações na realidade económica dos ativos e riscos subjacentes. Adotando uma abordagem baseada no risco, a exposição económica total a ações pelo justo valor é indicada na tabela abaixo, em conjunto com a reconciliação aos valores de IFRS relacionados.

	2016	2015
Tipo de ativo		
Investimentos diretos de capital	2.700,8	2.439,3
Fundos de ações	268,8	308,1
Capital privado	67,2	85,8
Investimentos alternativos		66,0
Fundos de alocação de ativos	67,5	81,8
Fundos de mercadorias		0,6
Total da exposição económica a ações	3.104,3	2.981,6
Fundos de dívida	772,8	415,2
Fundos de mercado monetário	0,5	0,7
Fundos imobiliários (SICAFI/REITS)	603,9	578,7
Total de exposição a ações IFRS	4.481,5	3.976,2
dos quais:		
Disponíveis para venda (consulte a nota 11)	4.299,7	3.881,0
Detidos pelo justo valor (consulte a nota 11)	181,8	95,2

Sensibilidades

A tabela abaixo apresenta o impacto bruto na demonstração de resultados IFRS e em Capital IFRS em resultado de um choque de sensibilidade de descida de ações (-30%).

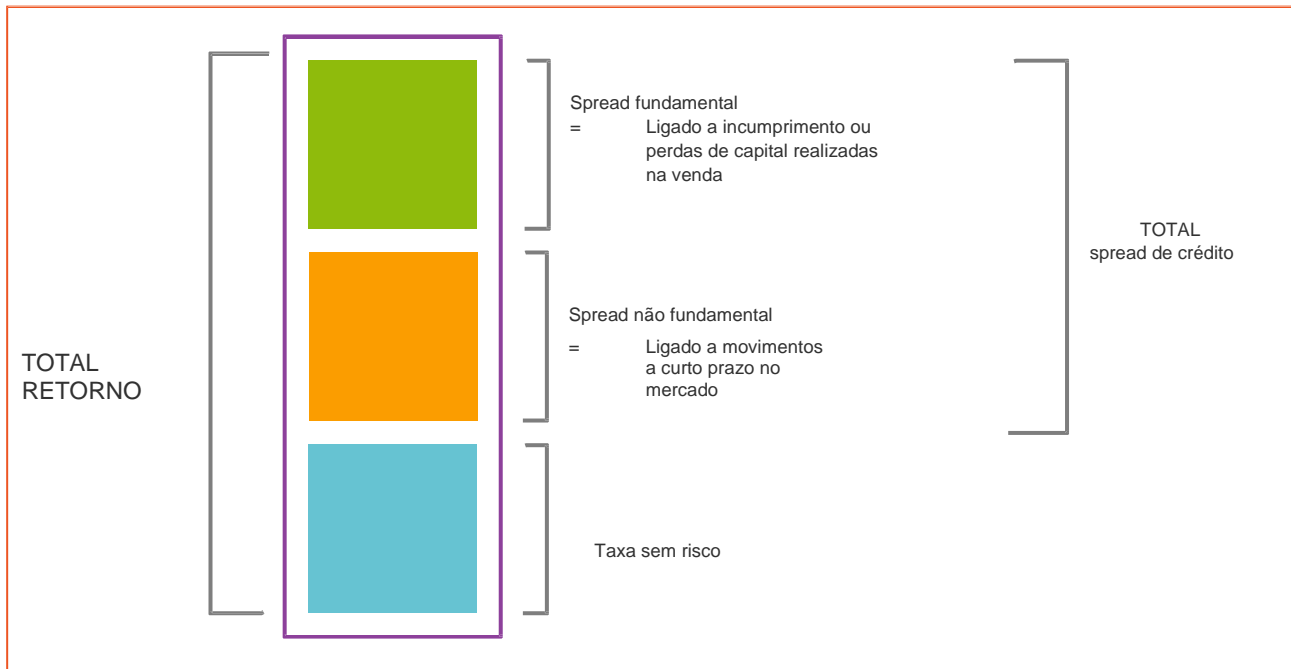
	Impacto em demonstração de resultados	2016 Impacto em Capital IFRS	Impacto em demonstração de resultados	2015 Impacto em Capital IFRS
Risco de ações - mercado	(79,3)	(560,8)	(173,0)	(606,8)

C. RISCO DE SPREAD

O risco de spread resulta da sensibilidade do valor dos ativos e passivos e investimentos financeiros às variações do nível ou da volatilidade dos spreads de crédito sobre a estrutura do termo da taxa de juro sem risco.

Uma parte significativa dos passivos da Ageas é relativamente ilíquida. A Ageas pretende geralmente manter os ativos de crédito até à maturidade. Isto limita significativamente o impacto a longo prazo do risco de spread porque os passivos que são relativamente ilíquidos significam que a Ageas consegue manter estes ativos até à maturidade.

Apesar de a volatilidade a curto prazo poder ser importante, é improvável que a Ageas seja forçada a vender a preços sujeitos a stress, mas a Ageas pode optar por vender se considerar que é o melhor curso de ação. É também por este motivo que a Ageas utiliza uma avaliação do risco de spread fundamental, que tem em consideração apenas essa parte do risco de spread relacionada com o incumprimento e redução dos ratings de crédito que poderiam provocar um prejuízo real. Esta evolução está alinhada com o conceito de Solvência II em termos de ajustamento da volatilidade, ignorando a volatilidade do spread a curto prazo que não resulte em perdas realizadas.



O tratamento do risco de spread da Ageas em SCR_{Ageas} é o seguinte:

- Inclusão de spread fundamental para obrigações soberanas da UE e exposições equivalentes;
- Exclusão de spread não fundamental para outras dívidas.

Sensibilidades

O impacto do risco de spread é avaliado com base num fator multiplicado pela duração. A tabela abaixo apresenta os fatores de AAA a B corporativos com uma duração modificada (inferior a) de cinco anos e igual a dez anos, que são aplicados à exposição do crédito para avaliar o impacto na demonstração de resultados IFRS e Capital IFRS:

	Impacto na demonstração de resultados	Impacto em Capital IFRS
Stress - AAA (5 anos / 10 anos)	+ 54 bps / + 42 bps	+ 68 bps / + 53 bps
Stress - AA (5 anos / 10 anos)	+ 66 bps / + 51 bps	+ 83 bps / + 64 bps
Stress - A (5 anos / 10 anos)	+ 84 bps / + 63 bps	+ 105 bps / + 79 bps
Stress - BBB (5 anos / 10 anos)	+ 150 bps / + 120 bps	+ 188 bps / + 150 bps
Stress - BB (5 anos / 10 anos)	+ 270 bps / + 210 bps	+ 338 bps / + 263 bps
Stress - B (5 anos / 10 anos)	+ 450 bps / + 351 bps	+ 563 bps / + 439 bps
Risco de spread	(1,8)	(994,6)

D. RISCO CAMBIAL

O risco cambial surge a partir da sensibilidade dos ativos e passivos às variações no nível das taxas de câmbio quando existe uma discrepância entre a moeda relevante dos ativos e passivos. Ao nível do Grupo, isto inclui situações onde a Ageas possui ativos (em subsidiárias e associadas de capital) ou passivos (de financiamento) que não são denominados em euros.

A política de investimento da Ageas limita este risco exigindo que a discrepância de moeda entre ativos e passivos nas subsidiárias seja minimizado e, na maioria dos casos, totalmente eliminado.

A política da Ageas é não cobrir investimentos de capital e financiamento permanente para subsidiárias e associadas de capital em moeda estrangeira. A Ageas aceita a discrepância emergente da propriedade de companhias operacionais locais em moedas diferentes do euro em consequência de ser um grupo internacional.

As principais exposições ao risco cambial de moedas estrangeiras a 31 de dezembro são indicadas na tabela seguinte. As exposições apresentadas são líquidas (ativos menos passivos), após qualquer cobertura denominada em euros.

A 31 de dezembro de 2016	HKD	GBP	USD	CNY	INR	MYR	PHP	THB	VND	RON	TRY	Outras
Total ativos	83,6	3 627,2	2 968,5	968,9	34,0	365,5	80,6	562,5	13,2	21,1	167,8	24,6
Total do passivo	7,3	2 982,2	574,6			34,1	24,2			1,2		2,2
Total de ativos menos passivos	76,3	645,0	2 393,9	968,9	34,0	331,4	56,4	562,5	13,2	19,9	167,8	22,4
Fora do balanço		98,6	(1.547,4)									
Posição líquida	76,3	743,6	846,5	968,9	34,0	331,4	56,4	562,5	13,2	19,9	167,8	22,4
Dos quais investidos em subsidiárias e associadas de capital	83,6	815,1	99,7	968,9	23,6	365,5	71,8	562,5	13,2	21,1	115,7	

A 31 de dezembro de 2015	HKD	GBP	USD	CNY	INR	MYR	PHP	THB	VND	RON	TRY	Outras
Total ativos	1.360,2	4.242,5	5.657,6	1.173,1	34,0	292,1	29,2	474,8		21,8	166,0	32,4
Total do passivo	1.503,1	3.295,4	2.632,7	31,0						16,6		15,7
Total de ativos menos passivos	(142,9)	947,1	3.024,9	1.142,1	34,0	292,1	29,2	474,8		5,2	166,0	16,7
Fora do balanço	(120,9)	121,3	(1.869,2)	2,3								
Posição líquida	(263,8)	1.068,4	1.155,7	1.144,4	34,0	292,1	29,2	474,8		5,2	166,0	16,7
Dos quais investidos em subsidiárias e associadas de capital	1.046,7	1.128,6	79,0	1.173,1	22,7	292,1	28,8	474,8		21,8	126,2	

E. RISCO DE PROPRIEDADE

O risco de propriedade surge em resultado da sensibilidade de ativos e passivos ao nível ou volatilidade dos preços de mercado de propriedades ou do respetivo rendimento.

Para fins de gestão do risco, a Ageas define a exposição ao imobiliário com base no valor de mercado destes ativos, incluindo ativos detidos de utilização própria. Isto difere da exposição relatada ao abrigo das definições de IFRS, que excluem ganhos não realizados. A tabela abaixo identifica o que a Ageas considera como exposição económica ao imobiliário e como isto é reconciliado com os valores relatados de acordo com as IFRS.

Note que a Ageas passou, durante o 3º trimestre de 2016, para um modelo interno de imobiliário para fins de gestão do risco. Deste modo, as concessões de estacionamento deixam de estar desreconhecidas, foi reconhecido um passivo por impostos diferidos relacionado e de fundos próprios não transferíveis, enquanto que os choques aplicados a propriedades se encontram em linha com uma calibração interna em função do tipo específico de imobiliário.

	2016	2015
Tipo de ativo		
<i>Montante líquido</i>		
Propriedades de investimento (consulte a nota 12)	2.772,5	2.847,1
PP&E: terrenos e imóveis de utilização própria (consulte a nota 17)	1.036,0	1.010,5
Propriedades para venda (ver a nota 16)	82,4	82,6
Total (ao custo amortizado)	3.890,9	3.940,2
Fundos imobiliários (ao justo valor)	603,9	578,7
Total de exposição ao imobiliário IFRS	4.494,8	4.518,9
<i>Ganho de capital não realizado (exposição económica)</i>		
Propriedades de investimento	1.073,0	1.114,2
PP&E: terrenos e imóveis de utilização própria	416,5	430,8
Total de exposição económica ao imobiliário	5.984,3	6.063,9

Sensibilidades

A tabela abaixo apresenta o impacto bruto da demonstração de resultados IFRS e Capital IFRS em resultado de um choque de diminuição de propriedades de 20%.

	Impacto em demonstração de resultados	2016 Impacto em Capital IFRS	Impacto em demonstração de resultados	2015 Impacto em Capital IFRS
Risco de imobiliário	(226,1)	(286,2)	(232,4)	(312,5)

F. RISCO DE CONCENTRAÇÃO DE MERCADO

O risco de concentração de mercado refere-se aos riscos decorrentes de uma falta de diversificação na carteira de ativos originada por uma grande exposição de um só emite de títulos ou um grupo de emissores relacionados.

O risco de concentração pode surgir devido a grandes exposições agregadas a contrapartes isoladas ou a um agregado de exposições a várias contrapartes correlacionadas positivamente (ou seja, tendência de incumprimento em circunstâncias semelhantes) com o potencial de geração de um montante significativo de imparidades devido a falência ou falta de pagamento.

Evitar a concentração é assim fundamental para a estratégia de risco de crédito da Ageas para manter carteiras granulares, líquidas e diversificadas.

Cada companhia local é responsável pelos seus próprios limites de contraparte, tendo em consideração a sua situação particular e quaisquer requisitos do Grupo. Cada companhia local está encarregue da monitorização contínua. Os relatórios periódicos permitem que o Grupo verifique estes limites e monitorize a posição global.

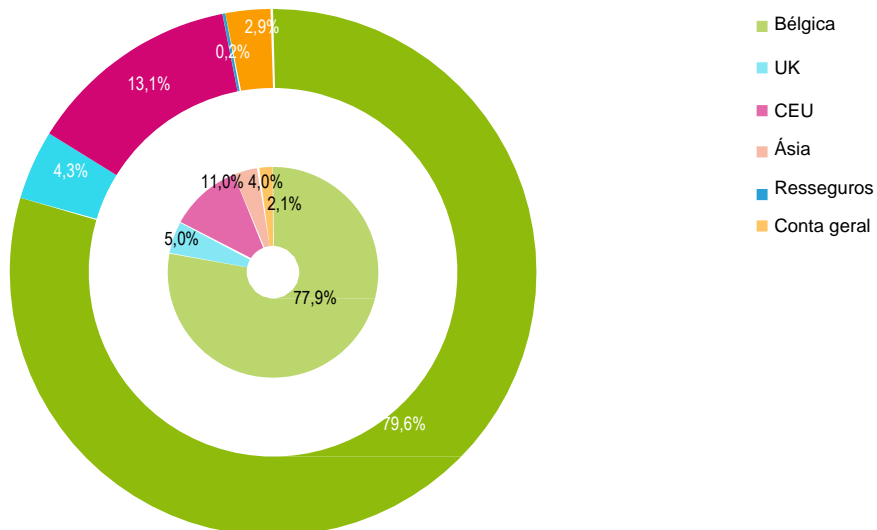
Para gerir a concentração do risco de crédito, os limites de investimento da Ageas destinam-se a dividir o risco de crédito entre diferentes setores e países. A Ageas monitoriza as suas maiores exposições a entidades individuais, grupos de companhias (Total de devedor único) e outras potenciais concentrações, tais como setores e áreas geográficas, para assegurar a diversificação e identificação da concentração do risco significativa.

A tabela abaixo fornece informação sobre a concentração do risco de crédito a 31 de dezembro por tipo e localização da entidade da Ageas.

31 de dezembro de 2016	Governo e instituições oficiais	Instituições de crédito	Clientes empresa	Clientes de retalho	Outros	Total
Bélgica	35.277,6	9.208,1	13.741,5	1.529,2	90,0	59.846,4
Reino Unido	401,3	866,7	1.873,4		70,5	3.211,9
Europa continental	5.972,6	1.863,8	1.829,5	25,0	141,6	9.832,5
- França	1.582,4	640,0	392,0	24,7	99,2	2.738,3
- Itália	415,8	54,8	205,1		1,2	676,9
- Portugal	3.974,4	1.169,0	1.232,4	0,3	41,2	6.417,3
Ásia		5,0			0,8	5,8
Resseguro		42,1	91,2		3,6	136,9
Conta Geral	35,2	1.695,6	204,6		245,0	2.180,4
Total	41.686,7	13.681,3	17.740,2	1.554,2	551,5	75.213,9

31 de dezembro de 2015	Governo e instituições oficiais	Instituições de crédito	Clientes empresa	Clientes de retalho	Outros	Total
Bélgica	33.836,9	10.033,2	12.413,0	1.545,6	110,0	57.938,7
Reino Unido	314,2	961,1	2.208,6		210,4	3.694,3
Europa continental	4.744,6	1.879,3	1.485,6	26,9	35,7	8.172,1
- França	1.475,6	656,7	408,2	26,9	31,1	2.598,5
- Itália	442,4	44,6	140,2		1,7	628,9
- Portugal	2.826,6	1.178,0	937,2		2,9	4.944,7
Ásia	472,4	974,0	1.452,1	64,7	5,6	2.968,8
Conta Geral	45,2	1.667,7	(158,9)		2,8	1.556,8
Total	39.413,3	15.515,3	17.400,4	1.637,2	364,5	74.330,7

O mapa abaixo apresenta o risco de crédito da Ageas a 31 de dezembro, dividido por segmentos operacionais (confirme descrito na secção 5.2).

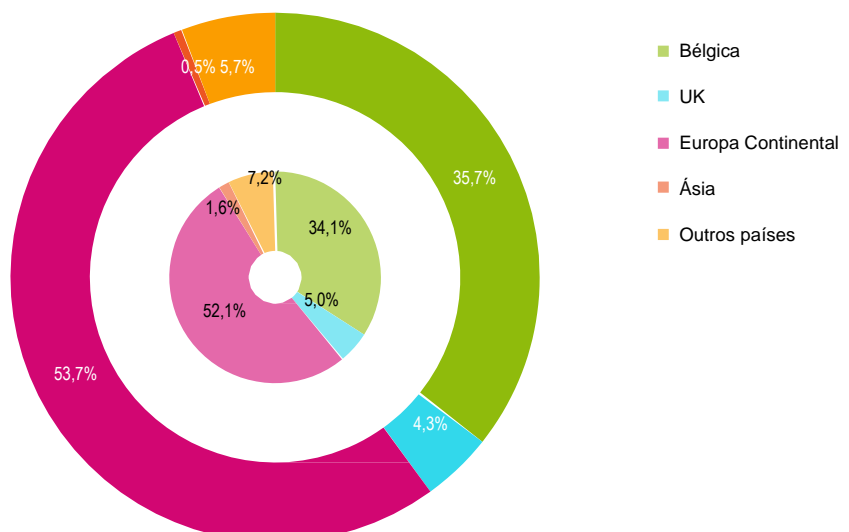


A tabela abaixo fornece informação sobre a concentração do risco de crédito a 31 de dezembro por tipo e localização de contraparte.

31 de dezembro de 2016	Governo e instituições oficiais	Instituições de crédito	Clientes empresa	Clientes de retalho	Outros	Total
Bélgica	21.827,9	1.083,9	2.088,9	1.529,1	304,6	26.834,4
Reino Unido	221,1	666,3	2.306,4		73,5	3.267,3
Europa continental	19.580,1	10.086,9	10.539,3	24,8	170,4	40.401,5
- França	6.318,2	2.673,3	3.349,1	24,7	102,6	12.467,9
- Itália	1.504,4	128,9	933,4		2,9	2.569,6
- Portugal	2.369,9	238,1	332,2		44,4	2.984,6
- Outras	9.387,6	7.046,6	5.924,6	0,1	20,5	22.379,4
Ásia		121,5	282,5		2,4	406,4
Outros países	57,6	1.722,7	2.523,1	0,3	0,6	4.304,3
Total	41.686,7	13.681,3	17.740,2	1.554,2	551,5	75.213,9

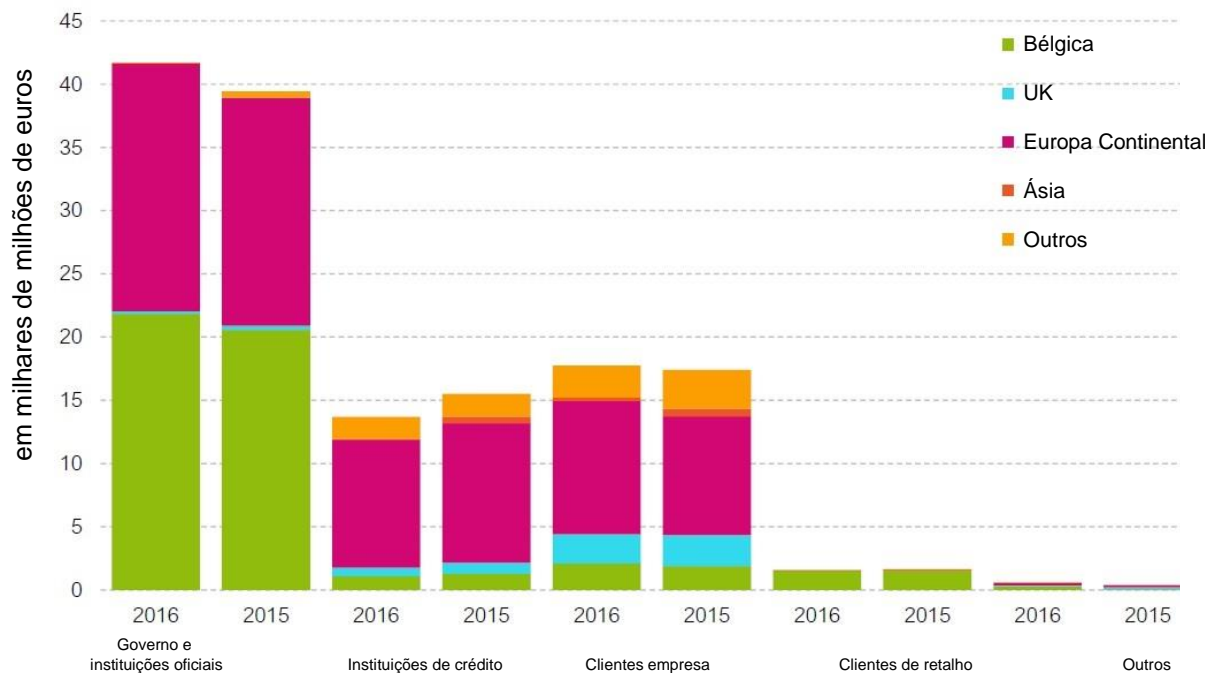
31 de dezembro de 2015	Governo e instituições oficiais	Instituições de crédito	Clientes empresa	Clientes de retalho	Outros	Total
Bélgica	20.564,2	1.276,3	1.884,6	1.545,6	67,1	25.337,8
Reino Unido	311,9	861,0	2.425,3		130,8	3.729,0
Europa continental	18.015,0	11.059,4	9.435,6	26,9	159,0	38.695,9
- França	5.995,1	2.782,2	3.086,1	26,9	49,3	11.939,6
- Itália	1.662,2	233,4	822,0		3,0	2.720,6
- Portugal	2.107,6	344,1	281,3		6,0	2.739,0
- Outras	8.250,1	7.699,7	5.246,2		100,7	21.296,7
Ásia	38,3	511,8	573,8	64,7	5,6	1.194,2
Outros países	483,9	1.806,8	3.081,1		2,0	5.373,8
Total	39.413,3	15.515,3	17.400,4	1.637,2	364,5	74.330,7

O mapa abaixo apresenta a concentração de risco de crédito a 31 de dezembro por localização de contraparte. O investimento principal de cada região encontra-se predominantemente no próprio ambiente regional. Dado que a AG Insurance está diversificada em grande medida em toda a Europa, as principais contrapartes estão localizadas na Europa Continental.



Círculo exterior = 2016
Círculo interior = 2015

O gráfico abaixo apresenta a concentração do crédito de risco a 31 de dezembro por tipo de contraparte.



A tabela abaixo apresenta as maiores exposições às principais companhias-mãe avaliadas pelo justo valor e valor nominal com os respetivos ratings.

Top 10 de maiores exposições	Rating do Grupo	Justo valor	Valor nominal
Reino da Bélgica	AA-	18.981,7	15.743,6
República Francesa	AA	8.054,1	6.179,5
República da Áustria	AA+	3.245,3	2.450,8
República Federal da Alemanha	AAA	2.472,1	1.881,4
República Portuguesa	BB+	2.458,5	2.444,6
Banco Europeu de Investimento	AAA	1.573,7	1.263,1
Reino de Espanha	BBB+	1.536,2	1.195,7
República da Itália	BBB	1.503,8	1.669,3
BNP Paribas	A	1.246,7	1.194,0
Reino da Holanda	AAA	1.133,9	978,8
Total		42.206,1	35.000,7

As principais 10 exposições apresentam as mesmas 10 primeiras contrapartes do ano anterior. O Reino da Bélgica permanece como a primeira contraparte, em linha com a estratégia de 'redomesticar' à custa do aumento do risco no país de origem. O BNP Paribas, a única contraparte não soberana na lista, recua uma posição na lista.

5.4.1.2 Risco de incumprimento

O risco de incumprimento é composto por dois sub-riscos:

- risco de incumprimento de investimento;
- risco de incumprimento de contraparte.

A tabela seguinte fornece uma visão geral do risco de crédito ao qual a Ageas está exposta.

31 de dezembro de 2016	Bélgica	UK	Europa Continental	Ásia	Resseguros	Eliminações de seguros	Total de seguros	Gerais	Grupo de Eliminações	Total Ageas
Caixa e equivalentes de caixa (consulte a nota 10)	869,2	157,0	335,8	5,0	13,3		1.380,3	800,6		2.180,9
Derivados detidos para negociação (ativos) (consulte a nota 11)	5,0		3,0				8,0			8,0
Empréstimos	7.818,1	63,6	25,2			-	7.906,9	1.458,0	(668,6)	8.696,3
Imparidades	(10,3)		(1,0)				(11,3)			(11,3)
Total de empréstimos, líquido (consulte a nota 13)	7.807,8	63,6	24,2				7.895,6	1.458,0	(668,6)	8.685,0
Investimentos geradores de juros	50.313,8	2.209,5	9.111,1		99,2	-	61.733,6	371,0		62.104,6
Imparidades	(22,7)		(21,6)				(22,7)			(22,7)
Total de investimentos geradores de juros, líquido (consulte a nota 11)	50.312,7	2.209,5	9.089,5		99,2		61.710,9	371,0		62.081,9
Resseguro e outras contas a receber	840,3	781,8	357,4	0,8	24,4	(27,1)	1.977,6	252,8	(6,3)	2.224,1
Imparidades	(6,4)	(1,2)	(24,2)				(31,8)			(31,8)
Total de resseguros e outras contas a receber, líquido (consulte a nota 15)	833,9	780,6	333,2	0,8	24,4	(27,1)	1.945,8	252,8	(6,3)	2.192,3
Total da exposição ao risco de crédito, bruto	59.846,4	3.211,9	9.832,5	5,8	136,9	(27,1)	73.006,4	2.882,4	(674,9)	75.213,9
Imparidades	(17,8)	(1,2)	(46,8)				(65,8)			(65,8)
Total da exposição ao risco de crédito, líquido no balanço	59.828,6	3.210,7	9.785,7	5,8	136,9	(27,1)	72.940,6	2.882,4	(674,9)	75.148,1
Compromissos fora do balanço (consulte a nota 30)	4.486,4						4.486,4	2,1		4.488,5
Total da exposição ao risco de crédito, fora do balanço	4.486,4						4.486,4	2,1		4.488,5
Total da exposição ao risco de crédito, líquido	64.315,0	3.210,7	9.785,7	5,8	136,9	(27,1)	77.427,0	2.884,5	(674,9)	79.636,6

31 de dezembro de 2015	Bélgica	UK	Europa Continental	Ásia		Gerais	Eliminações	Total Ageas
Caixa e equivalentes de caixa (consulte a nota 10)	934,6	209,6	219,4	194,5		836,2		2.394,3
Derivados detidos para negociação (ativos) (consulte a nota 11)	25,7		2,8					28,5
Empréstimos	6.574,3	78,0	31,4	258,8		1.534,9	(1.167,1)	7.310,3
Imparidades	(12,7)		(1,1)	(10,2)				(24,0)
Total de empréstimos, líquido (consulte a nota 13)	6.561,6	78,0	30,3	248,6		1.534,9	(1.167,1)	7.286,3
Investimentos geradores de juros	49.632,4	2.536,8	7.659,7	2.388,5		349,6		62.567,0
Imparidades	(3,5)		(21,0)					(24,5)
Total de investimentos geradores de juros, líquido (consulte a nota 11)	49.628,9	2.536,8	7.638,7	2.388,5		349,6		62.542,5
Resseguro e outras contas a receber	771,7	869,9	258,8	127,0		349,6		62.567,0
Imparidades	(5,4)		(8,7)	(2,6)				(16,7)
Total de resseguros e outras contas a receber, líquido (consulte a nota 15)	766,3	869,9	250,1	124,4		8,6	(5,4)	2.013,9
Total da exposição ao risco de crédito, bruto	57.938,7	3.694,3	8.172,1	2.968,8		2.729,3	(1.172,5)	74.330,7
Imparidades	(21,6)		(30,8)	(12,8)				(65,2)
Total da exposição ao risco de crédito, líquido no balanço	57.917,1	3.694,3	8.141,3	2.956,0		2.729,3	(1.172,5)	74.265,5
Compromissos fora do balanço (consulte a nota 30)	3.597,5			61,1		4,7		3.663,3
Total da exposição ao risco de crédito, fora do balanço	3.597,5			61,1		4,7		3.663,3
Total da exposição ao risco de crédito, líquido	61.514,6	3.694,3	8.141,3	3.017,1		2.734,0	(1.172,5)	77.928,8

A tabela abaixo fornece informação sobre a exposição ao risco de crédito em imparidade a 31 de dezembro.

	2016			2015		
	Imparidade pendente	Imparidades para risco de crédito específico	Rácio de cobertura	Imparidade pendente	Imparidades para risco de crédito específico	Rácio de cobertura
Investimentos geradores de juros (consulte a nota 11)	23,4	(22,7)	97,0%	27,1	(24,5)	90,4%
Empréstimos (consulte a nota 13)	57,5	(10,5)	18,3%	72,7	(23,2)	31,9%
Outras contas a receber (consulte a nota 15)	39,7	(31,8)	80,1%	22,5	(16,7)	74,2%
Total da exposição ao crédito em imparidade	120,6	(65,0)	53,9%	122,3	(64,4)	52,6%

A. RISCO DE INCUMPRIMENTO DE INVESTIMENTO

O risco de incumprimento de investimento representa o risco do incumprimento real dos investimentos da Ageas. As movimentações de valor devido a volatilidade a curto prazo do mercado são abrangidas pelo risco de mercado. Isto não inclui contratos abrangidos pelo risco de incumprimento de contraparte (consulte a secção B).

Este risco é gerido através de limites que consideram o tipo de exposição ao crédito, qualidade do crédito e, quando for necessário, maturidade, e através da monitorização e sistemas de aviso precoce.

As exposições ao investimento são monitorizadas através de um Relatório de Violação de Limites trimestral. Os limites são monitorizados pelos justos valores com base na classificação dos ativos. Os limites são definidos pelas seguintes categorias.

Os limites de obrigações de dívida pública são definidos por país de vários modos:

- 'limites macro', definidos como percentagens do produto interno bruto (PIB), dívida pública e ativos de investimento;
- Os limites de Total de devedor único (TOO) são definidos como a exposição máxima a um devedor com base nos ratings de crédito;
- restrições de (re)investimento: O aumento da exposição a países da zona euro com classificação BBB são permitidos apenas com a condição de terem uma previsão estável. Não é permitido nenhum investimento novo de dívida pública com um rating de BBB ou inferior sem a aprovação de ARC.

Os limites de obrigações de sociedades são definidos igualmente com vários critérios:

- exposição total às obrigações de sociedades como percentagem da carteira;
- limites em função do capital de solvência necessário para o risco de spread;
- limites por setor com base nos ratings de crédito;
- monitorização da exposição concentrada;
- Total de devedor único

A Ageas tem igualmente um cenário de stress da apetência pelo risco para incumprimento de investimento único, onde o incumprimento do maior investimento soberano, bem como o incumprimento do maior investimento corporativo, deverão permanecer dentro dos orçamentos de solvência da Apetência pelo risco.

Os investimentos de capital são permitidos quando a subsidiária assegura que os indicadores permanecem dentro dos limites de apetência pelo risco.

O rating de crédito aplicado pela Ageas baseia-se no segundo melhor dos ratings disponíveis da Moody's, Fitch e Standard & Poor's. Nos parágrafos seguintes, é fornecido maior detalhes sobre a qualidade de crédito de:

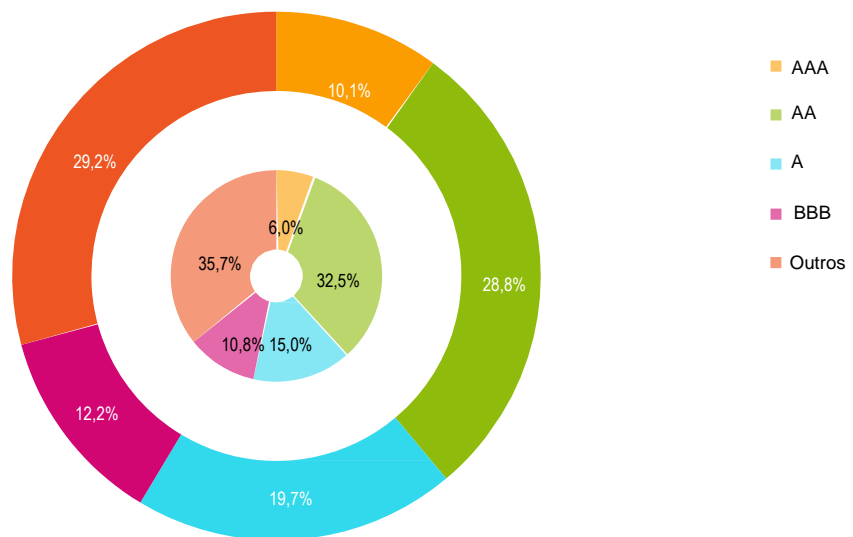
- empréstimos;
- investimentos geradores de juros;
 - obrigações de dívida pública;
 - obrigações de sociedades;
 - bancos e outras instituições financeiras.

1 Empréstimos

A tabela abaixo fornece informação sobre a qualidade de crédito de empréstimos.

	2016		2015	
	Valor contabilístico	Percentagem	Valor contabilístico	Percentagem
Grau de investimento				
AAA	880,9	10,1%	438,5	6,0%
AA	2.500,9	28,8%	2.379,5	32,5%
A	1.712,1	19,7%	1.093,4	15,0%
BBB	1.064,0	12,2%	790,1	10,8%
Grau de investimento	6.157,9	70,8%	4.701,5	64,3%
Abaixo do grau de investimento				
Sem classificação	2.538,4	29,2%	2.606,7	35,7%
Total de investimentos em empréstimos, bruto	8.696,3	100,0%	7.310,3	100,0%
Imparidades	(11,3)		(24,0)	
Total de investimentos em empréstimos, líquido (ver nota 13)	8.685,0		7.286,3	

O mapa abaixo apresenta a qualidade de crédito de empréstimos.



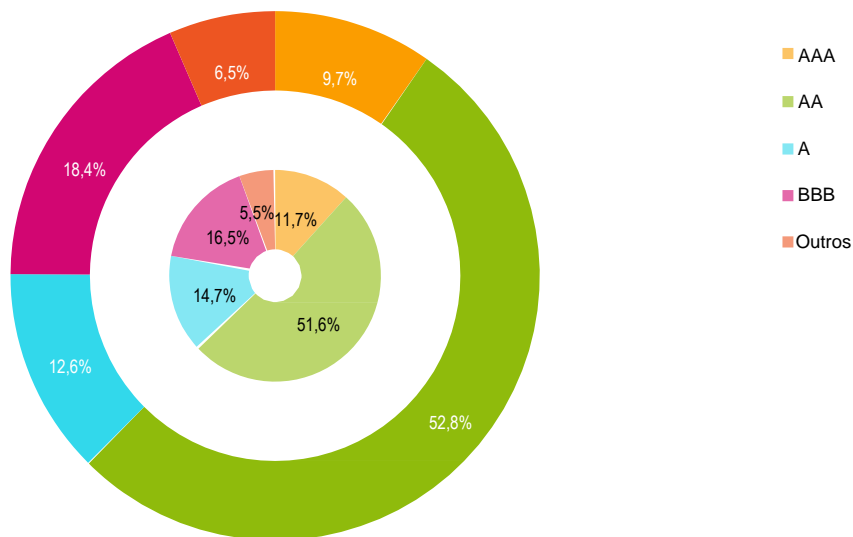
A proporção dos empréstimos com grau de investimento representa sobretudo um aumento nos empréstimos para soberanos. A proporção dos empréstimos não classificados, que representa principalmente crédito à habitação de clientes, permaneceu estável durante 2016.

2 Investimentos geradores de juros

A tabela abaixo sublinha a qualidade de crédito dos investimentos geradores de juros que apresentam uma proporção constante de investimentos com grau de investimento.

	2016		2015	
	Valor contabilístico	Percentagem	Valor contabilístico	Percentagem
Grau de investimento				
AAA	6.008,6	9,7%	7.327,9	11,7%
AA	32.798,2	52,8%	32.259,5	51,6%
A	7.824,2	12,6%	9.167,7	14,7%
BBB	11.437,4	18,4%	10.352,2	16,5%
Grau de investimento	58.068,4	93,5%	59.107,3	94,5%
Abaixo do grau de investimento	2.942,1	4,8%	2.658,8	4,3%
Sem classificação	1.071,4	1,7%	776,4	1,2%
Total de investimentos em títulos geradores de juros, líquido	62.081,9	100,0%	62.542,5	100,0%
Imparidades	22,7		24,5	
Total de investimentos geradores de juros, bruto (ver nota 11)	62.104,6		62.567,0	

O mapa abaixo apresenta a qualidade de crédito de investimentos geradores de juros.



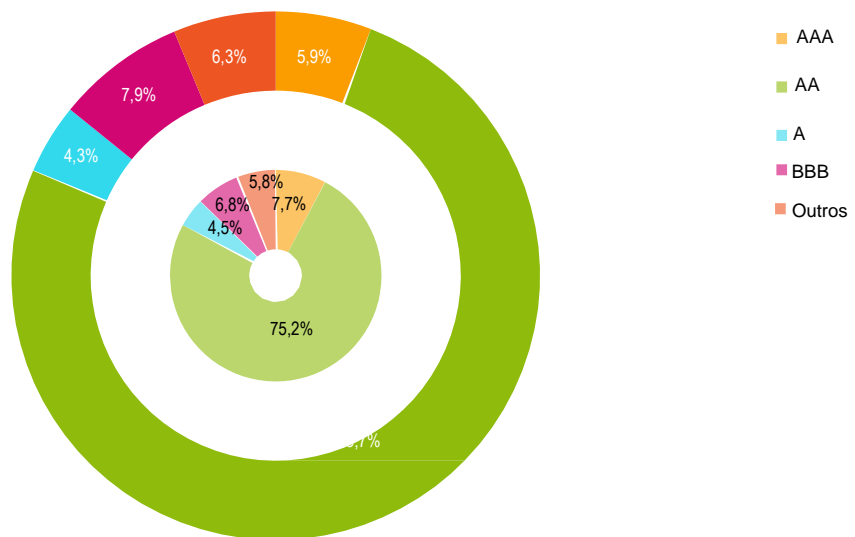
A carteira de obrigações é altamente orientada para obrigações de dívida pública e outro grau de investimento. As obrigações com grau de investimento constituem 93,5% (2015: 94,5%) da carteira com 75,1% (2015: 78,0%) de rating A ou superior e mais de 50% investidos em AA. A percentagem abaixo de grau de investimento compreende sobretudo a exposição portuguesa, enquanto que a principal exposição a obrigações com rating AA é composta pela exposição belga.

A OBRIGAÇÕES DE DÍVIDA PÚBLICA

A tabela abaixo fornece informação sobre a qualidade de crédito de obrigações de dívida pública.

	31 de dezembro de 2016	Percentagem	31 de dezembro de 2015	Percentagem
Por classificação IFRS				
Disponíveis para venda	33.197,4	87,7%	31.705,3	87,0%
Detidos até à maturidade	4.641,4	12,3%	4.725,0	13,0%
Total de obrigações de dívida pública (ver nota 11)	37.838,8	100,0%	36.430,3	100,0%
Por rating				
AAA	2.216,1	5,9%	2.822,1	7,7%
AA	28.636,0	75,7%	27.390,2	75,2%
A	1.621,0	4,3%	1.638,2	4,5%
BBB	2.993,6	7,9%	2.483,2	6,8%
Total de grau de investimento	35.466,7	93,7%	34.333,7	94,2%
Abaixo do grau de investimento	2.321,4	6,1%	2.047,6	5,7%
Sem classificação	50,7	0,1%	49,0	0,1%
Total de grau não investimento e sem rating	2.372,1	6,3%	2.096,6	5,8%
Total de obrigações de dívida pública	37.838,8	100,0%	36.430,3	100,0%

A tabela apresenta a qualidade de crédito de obrigações de dívida pública que permaneceram estáveis durante 2016:



Círculo exterior = 2016
Círculo interior = 2015

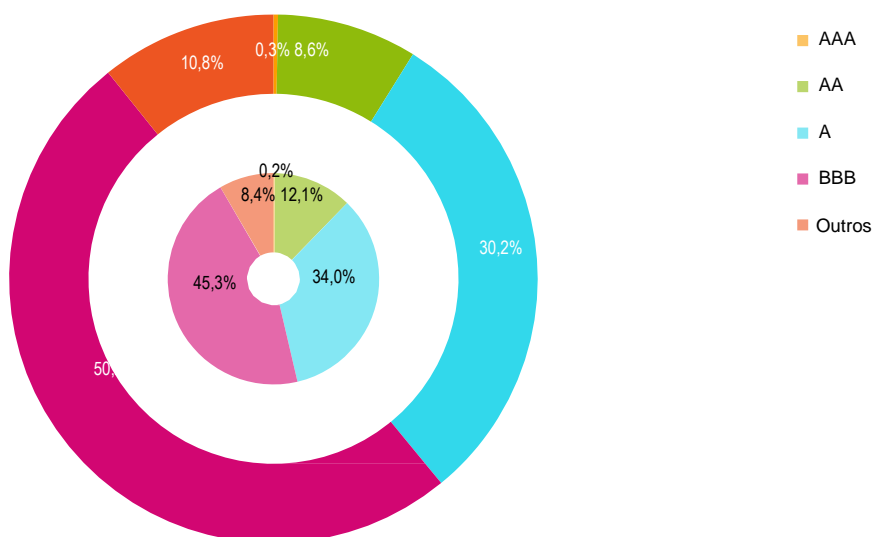
A exposição a ativos detidos até à maturidade é representada completamente pelas obrigações de dívida pública belga e portuguesa. A parte principal da carteira de obrigações de dívida pública está investido em obrigações AA, em grande medida explicado pela exposição a obrigações de dívida pública belga. Mais de 99% da exposição a grau de não investimento estão relacionados com a exposição portuguesa.

B OBRIGAÇÕES DE SOCIEDADES

A tabela abaixo fornece informação sobre a qualidade de crédito de obrigações de sociedades.

	31 de dezembro de 2016	Percentagem	31 de dezembro de 2015	Percentagem
Por classificação				
Disponíveis para venda	13.688,3	99,6%	13.562,9	99,6%
Detidos até à maturidade	60,3	0,4%	59,8	0,4%
Total de obrigações de sociedades (ver nota 11)	13.748,6	100,0%	13.622,7	100,0%
Por rating				
AAA	38,4	0,3%	28,9	0,2%
AA	1.177,8	8,6%	1.646,9	12,1%
A	4.153,7	30,2%	4.637,7	34,0%
BBB	6.899,2	50,2%	6.172,1	45,3%
Total de grau de investimento	12.269,1	89,2%	12.485,6	91,6%
Abaixo do grau de investimento	549,3	4,0%	526,3	3,9%
Sem classificação	930,2	6,8%	610,8	4,5%
Total de grau não investimento e sem rating	1.479,5	10,8%	1.137,1	8,4%
Total de obrigações de sociedades	13.748,6	100,0%	13.622,7	100,0%

O mapa abaixo apresenta a qualidade de crédito de obrigações de sociedades.



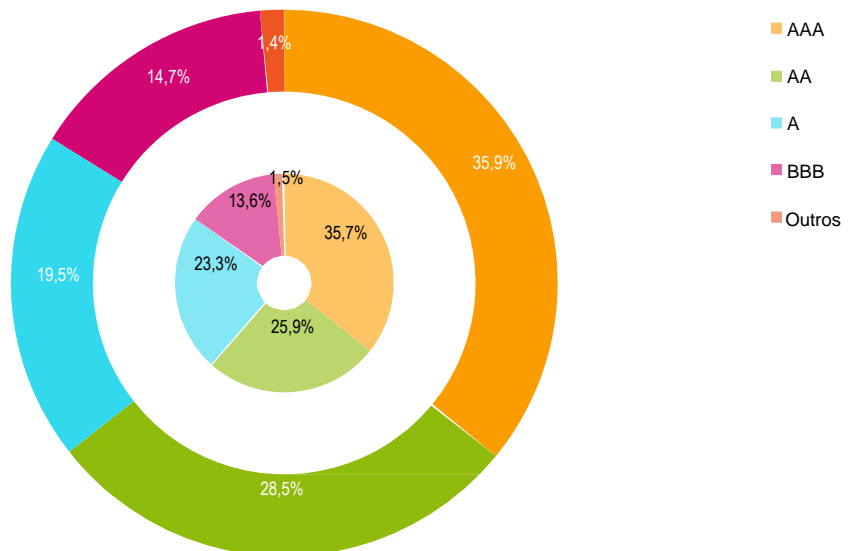
É observada uma pequena tendência da qualidade de crédito com classificação mais elevada para uma qualidade de crédito com classificação mais baixa, sobretudo como consequência do ambiente de rendimento baixo. No entanto, a carteira de obrigações de sociedades permanece dominada pelas obrigações com grau de investimento. Estas obrigações incluem 89,2% (2015: 91,6%) da carteira com 39,0% (2015: 46,3%) com rating A ou superior.

C BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

A tabela abaixo fornece informação sobre a qualidade de crédito de bancos e outras instituições financeiras.

	31 de dezembro de 2016	Percentagem	31 de dezembro de 2015	Percentagem
Por classificação IFRS				
Disponível para venda	10.293,6	99,2%	12.205,1	99,3%
Ao justo valor através de resultados	69,3	0,7%	75,7	0,6%
Detidos até à maturidade	13,6	0,1%	17,3	0,1%
Total de bancos e outras instituições financeiras (consulte a nota 11)	10.376,5	100,0%	12.298,1	100,0%
Por rating				
AAA	3.719,4	35,9%	4.391,8	35,7%
AA	2.960,3	28,5%	3.190,4	25,9%
A	2.019,8	19,5%	2.859,5	23,3%
BBB	1.529,6	14,7%	1.669,4	13,6%
Total de grau de investimento	10.229,1	98,6%	12.111,1	98,5%
Abaixo do grau de investimento	70,1	0,7%	83,3	0,7%
Sem classificação	77,3	0,7%	103,7	0,8%
Total de grau não investimento e sem rating	147,4	1,4%	187,0	1,5%
Total de bancos e outras instituições financeiras	10.376,5	100,0%	12.298,1	100,0%

O mapa abaixo apresenta a qualidade de crédito de bancos e outras instituições financeiras.



Círculo exterior = 2016
Círculo interior = 2015

A exposição a bancos e outras instituições financeiras é, em particular, orientada para grau de investimento (98,6%) com 83,9% de rating A ou superior.

B. RISCO DE INCUMPRIMENTO DE CONTRAPARTE

O risco de incumprimento de contraparte reflete possíveis perdas causadas por incumprimento inesperado, ou deterioração da posição de crédito, de contrapartes e devedores. O âmbito da categoria de risco de incumprimento de contraparte inclui contratos de redução do risco (tais como acordos de resseguro, securitizações e instrumentos derivados), valores a receber de intermediários e outra exposição ao crédito não abrangida de outro modo (garantias, tomadores de seguros, etc.).

O risco de incumprimento de contraparte pode surgir em resultado da compra de resseguros, redução de outros riscos e 'outros ativos'. A Ageas minimiza o risco através de políticas de seleção de contrapartes, requisitos de colaterais e diversificação.

Na Ageas, este risco é mitigado através da aplicação da Política de Incumprimento da Ageas e monitorização próxima das posições de crédito em incumprimento da contraparte. A diversificação e evitar as exposições a ratings baixos são elementos cruciais na redução deste risco.

A imparidade do risco de crédito específico é estabelecida se existir evidência objetiva de que a Ageas não conseguirá receber todos os valores devidos, de acordo com os termos contratuais. O valor da imparidade é a diferença entre o montante líquido e o montante recuperável. No caso de títulos de mercado negociáveis, o valor recuperável é pelo justo valor.

As imparidades são baseadas na mais recente estimativa da Ageas em relação ao valor recuperável e representam o prejuízo que a Ageas considera ir ocorrer. As condições para anulação contabilísticas podem ocorrer quando os procedimentos de falência do devedor forem finalizados e os títulos forem esgotados, o devedor e/ou os garantidos estão insolventes, todos os esforços normais de recuperação foram esgotados, ou o período de prejuízo económico (ou seja, o período no qual todas as despesas irão exceder o valor recuperável) for atingido.

5.4.1.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de não conseguir liquidar investimentos e outros ativos para liquidar obrigações financeiras, quando forem devidas. Por exemplo, este é o risco em que as exigências de caixa esperadas e inesperadas de tomadores de seguros, e outros detentores de contratos, não podem ser satisfeitas sem sofrer perdas ou sem colocar em perigo o franchise devido a constrangimentos na liquidação de ativos. Estes constrangimentos podem ser estruturais ou devidos a perturbação de mercado. O risco de liquidez abrange também o risco de que qualquer prémio de liquidez assumido (ajustamento de volatilidade), utilizado para valorizar responsabilidades ilíquidas, não se materialize.

Os compromissos financeiros da Ageas e as suas atividades locais são muitas vezes a longo prazo, e a generalidade dos ativos detidos para os apoiar serão de longo prazo e poderão não ser líquidos. Os sinistros e outras saídas podem ser imprevisíveis e podem diferir significativamente dos valores esperados. Se não estiverem disponíveis recursos líquidos para satisfazer um compromisso financeiro no respetivo vencimento, terão de ser obtidos fundos líquidos e/ou terão de ser vendidos ativos ilíquidos (o que pode provocar uma perda significativa de valor) para cumprir o compromisso. Surgirão perdas devido a qualquer desconto que terá de ser oferecido para liquidar ativos.

Sendo um grupo segurador, a Ageas tem normalmente um excesso de caixa, pelo que este risco é relativamente remoto. Os anos recentes foram dominados pelos efeitos das crises de dívida (europeia). O Banco Central Europeu adotou uma política monetária de melhoria da liquidez para ultrapassar estas crises. A Ageas mantém uma posição de caixa significativa para conseguir suportar (relativamente) condições adversas, se e quando surgirem. É dada atenção especial às mensagens do BCE sobre potenciais variações da posição da política monetária.

As causas do risco de liquidez podem ser divididas em elementos que podem criar um aumento repentino da necessidade de caixa, e elementos que podem reduzir inesperadamente a disponibilidade dos recursos esperados para cobrir as necessidades de caixa. Os tipos de risco de liquidez são os seguintes:

- o *risco de liquidez de financiamento* é o risco em que a Ageas ou uma companhia local não consegue obter financiamento externo suficiente porque os seus ativos são ilíquidos no momento em que são necessários (por exemplo, para cumprir um grande sinistro não antecipado);
- o *risco de liquidez de mercado* é o risco em que o próprio processo de venda resulte em perdas devido às condições de mercados ou concentrações elevadas;
- o *risco de liquidez de subscrição* é o risco em que a Ageas ou uma companhia local tem de pagar um montante importante para cobrir alterações não antecipadas do comportamento do cliente (risco de anulação) ou grandes sinistros súbitos resultantes de grandes catástrofes, tais como tempestades, chuvas de cinzas, epidemias de gripe, etc.

Cada companhia assegura que consegue cumprir todos os riscos de liquidez identificando e monitorizando a liquidez, para que as circunstâncias sob as quais poderão ser possíveis problemas de liquidez sejam conhecidas e compreendidas (ou seja, perfil run-off do passivo esperado, evento de anulação maciça, abrandamento de novos negócios, variação de rating, etc.), bem como a capacidade das companhias para responderem a tais problemas (ou seja, liquidez de ativos numa crise). Na Conta Geral, a liquidez agregada é monitorizada incluindo pagamentos relacionados com investimentos legados, transferências para/de companhias locais, pagamentos de dividendos a acionistas, tanto em condições normais como em condições de stress.

A tabela seguinte apresenta os ativos e passivos da Ageas classificados por grupo de maturidade relevante, com base no período remanescente até à data de maturidade contratual. Abrange todos os ativos e passivos da Ageas, pelo que inclui a atividades de seguro e as atividades de holding.

A 31 de dezembro de 2016	Até 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Ativos						
Investimentos financeiros de taxa fixa	654,8	468,8	3.598,0	15.883,4	47.337,3	67.942,3
Investimentos financeiros de taxa variável	821,0	517,6	769,1	1.140,1	2.117,4	5.365,2
Investimentos financeiros não geradores de juros	960,3	422,3	729,2	455,9	6.614,3	9.182,0
Ativos não financeiros	69,3	412,0	2.048,9	5.935,0	13.338,8	21.804,0
Total de ativos	2.505,4	1.820,7	7.145,2	23.414,4	69.407,8	104.293,5
Passivos						
Investimentos financeiros de taxa fixa	720,2	104,1	521,0	206,4	1.627,2	3.178,9
Investimentos financeiros de taxa variável	15,3	32,5	135,1	1.162,0	1.690,7	3.035,6
Investimentos financeiros não geradores de juros	313,8	577,4	2.506,5	17.903,1	45.495,1	66.795,9
Passivos não financeiros	84,1	587,6	973,6	6.956,6	12.476,2	21.078,1
Total do passivo	1.133,4	1.301,6	4.136,2	26.228,1	61.289,2	94.088,5
Excesso de liquidez líquido (gap)	1.372,0	519,1	3.009,0	(2.813,7)	8.118,6	10.205,0
Passivos incluindo juros futuros						
Investimentos financeiros de taxa fixa	755,0	321,3	842,8	2.506,4	3.875,4	8.300,9
Investimentos financeiros de taxa variável	16,8	32,6	135,4	1.162,7	440,7	1.788,2
Investimentos financeiros não geradores de juros	313,8	577,4	2.506,5	17.903,1	45.495,1	66.795,9
Passivos não financeiros	84,1	587,6	973,6	6.956,6	12.476,2	21.078,1
Total de passivos incluindo juros futuros	1.169,7	1.518,9	4.458,3	28.528,8	62.287,4	97.963,1
A 31 de dezembro de 2015						
Total do ativo	1.616,9	2.413,1	5.648,8	20.373,9	74.433,1	104.485,8
Total do passivo	903,1	1.525,8	3.766,7	21.580,3	64.734,9	92.510,8
Excesso de liquidez líquido (gap)	713,8	887,3	1.882,1	(1.206,4)	9.698,2	11.975,0

Note que a representação IFRS da liquidez líquida pode provocar uma interpretação incorreta de um gap de liquidez líquida entre um e cinco anos. No entanto, esta representação não fornece uma visão adequada da posição de liquidez porque se baseia no agendamento da maturidade dos ativos e passivos na demonstração da posição financeira pelo seu valor IFRS (que não é igual ao valor de mercado para imobiliário, hipotecas ou provisões). Adicionalmente, a liquidez é subestimada adicionalmente, dado que a tabela não inclui dividendos sobre ações, rendas imobiliárias e prémios futuros esperados, ou inclui responsabilidades que não representam atualmente uma saída de caixa (por exemplo, reserva para taxa de juro baixa, reserva para longevidade, etc.).

Por outro lado, a liquidez de alguns ativos específicos pode ser sobrestimada, dado que estes ativos são considerados pelo seu valor IFRS, enquanto que, na realidade, estes ativos não representam um fluxo de caixa real (por exemplo, goodwill, DAC e parte dos ativos intangíveis).

Os FRESH são, de acordo com IFRS, excluídos das responsabilidades que incluem juros futuros, dado que o montante do principal de 1.250 milhões de euros só pode ser resgatado através da conversão em ações da Ageas.

5.4.2 Riscos de responsabilidades de seguros

Os riscos de responsabilidade de seguros referem-se a todos os riscos de subscrição de seguros devido a desvios nos sinistros emergentes da incerteza e do timing dos sinistros, bem como desvios em despesas e anulações, comparando com os pressupostos subjacentes efetuados no momento da subscrição da apólice.

O risco Vida inclui o risco de mortalidade, risco de longevidade, risco de incapacidade, risco de morbilidade e risco de doença crítica, risco de anulação e persistência, risco de despesas, risco de catástrofes e risco de revisão.

Os riscos não Vida incluem risco de reserva, risco de prémio e riscos de catástrofe. O risco de reserva está relacionado com sinistros a pagar, enquanto o risco de prémio está relacionado com sinistros futuros, excluindo os sinistros por catástrofe. O risco de catástrofe está relacionado com sinistros emergentes de eventos catastróficos: tanto desastres naturais como provocados pelo homem.

Cada companhia gere os riscos de seguros através de uma combinação de Política de subscrição, Política de aprovação de produto, Política de reserva, Política de gestão de sinistros e Política de resseguro. É dada atenção particular para garantir que o segmento de clientes que compra o produto é consistente com os pressupostos subjacentes feitos sobre os clientes quando o produto foi desenhado e quando o seu preço foi estabelecido.

As políticas de subscrição são adotadas ao nível local como parte da gestão global do risco de empresa e são revistas pela equipa atuarial, que examina a experiência de perdas reais. É utilizado um conjunto de indicadores e análises estatísticas para refinar os padrões de subscrição, melhorando assim a experiência de perdas e/ou garantindo que os preços são ajustados adequadamente.

As seguradoras procuram definir prémios a um nível que garanta que os prémios recebidos, acrescentados ao rendimento associado ao investimento conseguido, excedam o total dos sinistros, os custos de resolução desses sinistros e o custo de gestão do negócio. A adequação do preço da tarifa é testada utilizando um conjunto adequado de técnicas e indicadores-chave de desempenho para uma carteira particular, tanto a priori (por exemplo, testes de lucro) como a posteriori (por exemplo, valor embutido, rácios combinados).

Os fatores considerados na tarificação de seguros variam por produto, de acordo com a cobertura e os benefícios oferecidos. Em geral incluem:

- Sinistros esperados pelos tomadores de seguros e pagamentos esperados relacionados e o respetivo timing;
- o nível e a natureza da variabilidade associada aos benefícios esperados. Esta variabilidade inclui a análise de estatísticas de sinistros, bem como a consideração da evolução da jurisprudência, o clima económico e as tendências demográficas;
- outros custos de produção do produto relevante, tais como distribuição, marketing, administração de apólices e custos de administração de sinistros;
- condições financeiras, refletindo o valor temporal do dinheiro;
- requisitos do capital de solvabilidade;
- objetivos dos níveis de rentabilidade;
- condições do mercado de seguros, nomeadamente preços de produtos semelhantes da concorrência.

Nas suas exposições aos riscos acima mencionados, a Ageas beneficia da diversificação entre regiões geográficas, linhas de produtos e mesmo entre os diferentes fatores de risco de seguros, para que a Ageas não seja exposta a concentrações significativas dos riscos de seguros. Adicionalmente, as companhias de seguros da Ageas criaram medidas de mitigação específicas para minimizar as suas exposições de risco. Os exemplos são: anulação de produtos suportados através de penalizações por anulação e/ou ajustamentos do valor de mercado, que reduzem a perda para a companhia de seguros e acordos de resseguro, que permitem a exposição limitada a grandes perdas.

5.4.2.1 Risco de subscrição Vida

O risco de subscrição Vida reflete o risco originado pelas obrigações de seguros Vida, em relação aos riscos cobertos e aos processos usados na condução do negócio.

Os riscos de subscrição Vida são compostos principalmente por mortalidade/longevidade, incapacidade/morbidade, anulação e persistência, risco de despesas, revisão e catástrofe. Esta secção irá descrever em primeiro lugar estes riscos (subsecções A a F). Dará depois uma visão geral sobre a sua gestão nas companhias operacionais da Ageas (subsecção G) e das principais sensibilidades do risco Vida (subsecção H).

A. RISCO DE MORTALIDADE/LONGEVIDADE

O risco de mortalidade é o risco de perda, ou de alteração adversa, do valor das responsabilidades de seguros, causado por alterações do nível, tendência ou volatilidade das taxas de mortalidade, onde um aumento da taxa de mortalidade conduz a um aumento do valor das responsabilidades de seguros. As tabelas de mortalidade utilizadas na tarificação incluem margens prudenciais. De acordo com as práticas do setor, as companhias operacionais da Ageas utilizam a experiência das tabelas de população com cargas de segurança adequadas. É necessária uma revisão anual dos pressupostos para comparar a mortalidade esperada da carteira com a experiência. Esta análise tem em consideração vários critérios, tais como idade, ano da apólice, montante seguro e outros critérios de subscrição.

O risco de longevidade é o risco de perda, ou de alteração adversa, do valor das responsabilidades de seguros, causado por alterações do nível, tendência ou volatilidade das taxas de mortalidade, onde uma diminuição da taxa de mortalidade conduz a um aumento do valor das responsabilidades de seguros. Este risco é gerido através da revisão anual da experiência de mortalidade na carteira. Quando for considerado que a longevidade está a aumentar mais rapidamente do que o assumido nas tabelas de mortalidade, são definidas provisões adicionais e a tarificação dos novos produtos é ajustada em conformidade.

B. RISCO DE INCAPACIDADE/MORBIDADE

O risco de incapacidade/morbidade é o risco de perda, ou de alteração adversa, do valor das responsabilidades de seguros, causado pela alteração do nível, da tendência ou da volatilidade das taxas de incapacidade, doença e morbilidade. Este risco pode surgir, por exemplo, no negócio da incapacidade, saúde e acidentes de trabalho. As companhias de seguros da Ageas reduzem o risco de incapacidade através de estratégias de seleção médica e cobertura de resseguro adequada.

C. RISCOS DE ANULAÇÃO E PERSISTÊNCIA

O risco de anulação é o risco de perda, ou de alteração adversa, do valor das responsabilidades de seguros, causado por alterações do nível ou volatilidade das taxas de anulação e persistência de apólices, incluindo renovações, resgates, reduções de prémios e outros fatores de redução de prémios. É de salientar que o risco de persistência é por vezes outra definição utilizada para descrever a volatilidade das anulações e reativações de apólices anuladas, cancelamentos dentro do período de não penalização ou resgates.

Quando as apólices de seguros são desenhadas e o seu preço é calculado, são necessários igualmente pressupostos relacionados com os custos de venda e posterior gestão das apólices até que sejam anuladas ou atinjam a sua maturidade, e relativamente à taxa de persistência que se verificará. Os riscos que, na experiência atual, podem ser diferentes do impacto potencial, são identificados durante a fase de desenvolvimento do produto e podem ser reduzidos através de um desenho cuidado do produto. Por exemplo, a utilização de penalizações por reembolso antecipado/bónus de fidelização, encargos iniciais ou spread da comissão paga a distribuidores para alinhar os interesses, ou um ajustamento do valor de mercado para determinados contratos de grupo, onde os riscos são suportados totalmente pelos tomadores de seguros em caso de anulação.

D. RISCOS DE DESPESAS DE SEGURO VIDA

O risco de despesas de seguro vida é o risco de perda, ou de alteração adversa, do valor das responsabilidades de seguros, causado por alterações do nível, tendência

ou volatilidade das despesas incorridas na gestão de contratos de seguro ou resseguro. O risco de despesas surge se as despesas antecipadas durante o cálculo do preço de uma garantia forem insuficientes para cobrir os custos reais acumulados no ano seguinte.

E. RISCO DE REVISÃO

O risco de revisão é o risco de perda, ou de alteração adversa, do valor das responsabilidades de seguros, causado por flutuações do nível, tendência ou volatilidade das taxas de revisão aplicadas às anuidades, devido a alterações do contexto legal ou do estado de saúde da pessoa segura.

F. RISCO DE CATÁSTROFE

O risco de catástrofe Vida deriva de eventos extremos ou irregulares com risco de vida, por exemplo, explosão nuclear, nova pandemia infecciosa, terrorismo ou desastres naturais.

G. GESTÃO DOS RISCOS VIDA NAS COMPANHIAS DE SEGUROS DA AGEAS

Os riscos de subscrição Vida são monitorizados através de relatórios de risco trimestrais, para compreender melhor a sua exposição a determinados eventos e a respetiva evolução. A maior parte das companhias de seguros Vida está exposta a eventos semelhantes, tais como eventos de anulação (maciça), despesas ou mortalidade/longevidade.

H. SENSIBILIDADES DO RISCO VIDA

As sensibilidades de Vida são as seguintes.

Vida	Impacto em valor em	Impacto em valor em
Sensibilidades	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Taxas de mortalidade (5%)	(4,2)	20,3
Despesas (10%)	134,3	185,5
Taxas de anulação (10%)	44,6	81,4

Tenha presente que os valores acima se baseiam nos cálculos do valor embutido anual para o qual o âmbito se baseia nos limites alargados dos contratos.

5.4.2.2 Risco de subscrição não vida

Os riscos de subscrição não vida são compostos principalmente por riscos de reserva, prémio, catástrofe e anulação. Esta secção irá descrever em primeiro lugar estes riscos (subsecções A a D). Fornecerá depois uma visão geral da sua gestão nas companhias de seguros da Ageas (subsecção E) e tabelas de rácios de perdas (subsecção F), de sensibilidades do risco não Vida (subsecção G) e de reserva para perdas (subsecção H).

A. RISCO DE RESERVA

O risco de reserva está relacionado com sinistros a pagar e representa o risco de alteração adversa do valor das responsabilidades de seguros, causado por flutuações de timing e do valor das liquidações de sinistros e despesas com sinistros.

B. RISCO DE PRÉMIO

O risco de prémios não vida é o risco de que os prémios não sejam suficientes para cobrir todas as responsabilidades, incluindo sinistros e despesas resultantes de flutuações de frequência, gravidade dos sinistros, timing das liquidações de sinistros ou alterações adversas nas despesas.

As perdas por sinistros podem diferir do resultado esperado devido a vários motivos. A análise de sinistros irá tratar normalmente de modo diferente os sinistros a curto e longo prazo. Os sinistros a curto prazo, tais como sinistros por dano automóvel ou dano de propriedade, são geralmente participados no espaço de alguns dias ou semanas e são liquidados pouco depois da participação. A resolução de sinistros de longo prazo, tais como lesões corporais ou sinistros de responsabilidade, pode demorar anos. Em caso de sinistros de longo prazo, a informação relacionada com o evento, tal como o tratamento médico necessário, pode, devido à sua natureza particular, não ser obtida rapidamente. A análise de perdas a longo prazo é também mais difícil, necessita de um trabalho mais detalhado e está sujeita a incertezas significativas, comparando com a análise de perdas de curto prazo.

As companhias de seguros Ageas têm em conta a experiência de casos semelhantes e tendências históricas, tais como padrões de reserva, aumento da exposição, pagamentos de perdas, níveis pendentes de sinistros por pagar, bem como decisões judiciais e condições económicas.

Para reduzir o risco de sinistros, as companhias de seguros da Ageas adotam as políticas de seleção e de subscrição com base na experiência do seu histórico de sinistros e modelização. Esta adoção é realizada por segmento de cliente e classe de negócio, com base no conhecimento ou nas expectativas de movimentos futuros na frequência e gravidade dos sinistros. As companhias de seguros Ageas beneficiam igualmente dos efeitos da diversificação, abrangendo um amplo conjunto de classes de seguros não vida e geografias. Esta diversificação não reduz os sinistros médios, embora reduza significativamente a variação do total de sinistros na carteira e, consequentemente, o risco. O risco de sinistros inesperadamente

grandes é contido pelos limites das apólices, pela gestão do risco de concentração e resseguro.

C. RISCO DE CATÁSTROFE

O risco de catástrofe está relacionado com sinistros gerados por eventos catastróficos, desastres naturais, tais como tempestades, inundações, sismos, nevões, tsunamis ou eventos provocados pelo homem, tais como ataques terroristas, explosões ou sinistros de fatalidades com muitas vítimas envolvidas, ou com impactos colaterais, tais como poluição ou interrupção de negócio.

D. RISCO DE ANULAÇÃO

O risco de anulação está relacionado com os prémios futuros incluídos na provisão de prémios, onde é previsto um lucro esperado. O risco de anulação é o risco de ocorrência de mais anulações do que as esperadas, gerando menos lucro do que o previsto.

E. GESTÃO DE RISCOS NÃO VIDA NAS COMPANHIAS DE SEGUROS DA AGEAS

A gestão do risco não Vida na Ageas está em conformidade com a subscrição e as instruções e orientação sobre a e gestão da aceitação do risco, emitidas em cada entidade não Vida do Grupo. Estas incluem, entre outras coisas, regras de aceitação do risco, orientações sobre a gestão de sinistros em termos de avaliação de custos e alocação de financiamento, atividade de aceitação de resseguros e gestão.

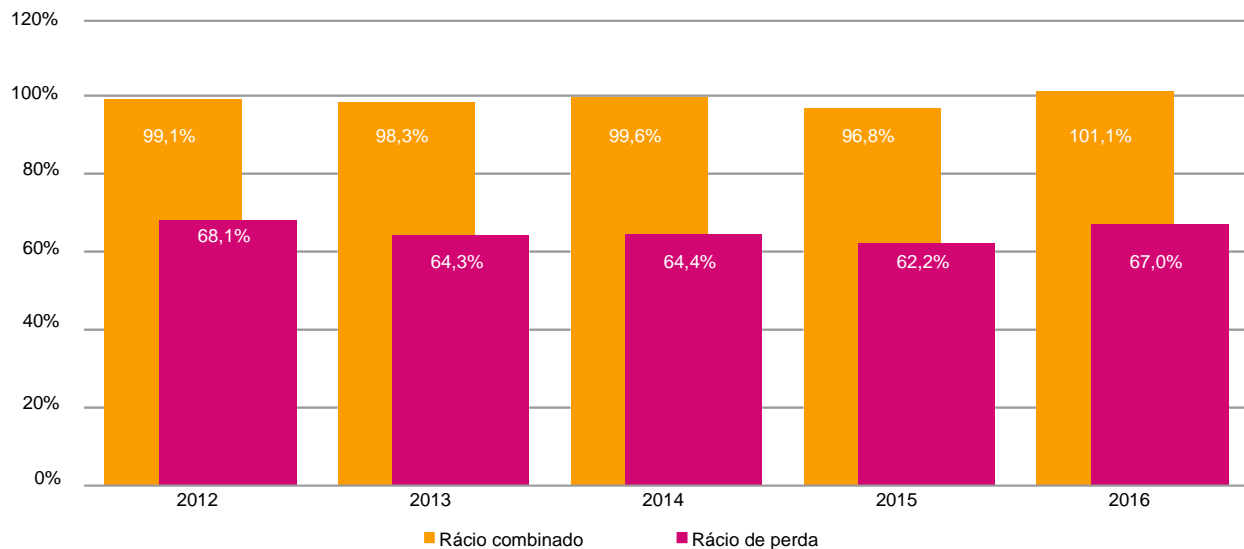
Ao nível do Grupo, estão em vigor vários esquemas de relatórios sobre o referido acima, por exemplo, relatórios de KPI e testes de adequação, tanto sobre reservas para sinistros e datas de prémios como para o histórico de responsabilidades de sinistros.

F. RÁCIOS DE PERDAS

Um rácio de perda é a avaliação única utilizada para avaliar a adequação da parte das taxas de prémios comercializados para cobrir sinistros de seguros. É definido como o rácio do custo total de sinistros (estimado) dividido pelos prémios recebidos. Tenha presente que as outras partes das taxas de prémios, custos de gestão e receitas, não são consideradas aqui. O rácio combinado é a soma do rácio de perda e o rácio de despesas (incluindo comissões).

De modo geral, deveremos esperar um rácio combinado inferior a 100 por cento. Por motivos de volatilidade intrínseca do processo dos sinistros e/ou ineficiência de prémios, podemos observar ocasionalmente um rácio combinado superior a 100 por cento. A última situação é abordada na gestão dos riscos não Vida (consulte o ponto E. acima).

A tabela abaixo fornece a história dos rácios combinados ao longo dos últimos cinco anos.



G. SENSIBILIDADES DE PROVISÕES TÉCNICAS

As sensibilidades não Vida apresentadas na tabela abaixo assumem o impacto no resultado antes de impostos, considerando uma redução de 10% das despesas, como incluída na demonstração de resultados consolidada, e um aumento de 5% dos custos com sinistros, incluído na demonstração de resultados consolidada

Sensibilidades	Impacto no resultado antes de impostos a	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Despesas (10%)	140,2	139,9
Custos com sinistros 5%	(137,8)	(125,5)

H. TABELAS DE RESERVAS PARA PERDAS

As reservas para sinistros e despesas com sinistros que constam da demonstração da posição financeira são analisadas pelos atuários e pelos departamentos de gestão de sinistros por ano de acidentes. Os pagamentos e as reservas para perdas são assim representados numa tabela de duas dimensões relacionadas com o tempo: ano de acidentes (ano da ocorrência das perdas, nas colunas) e ano de calendário (ou ano de desenvolvimento, nas linhas). Este denominado triângulo run-off apresenta o modo como a reserva para perdas se desenvolve ao longo do tempo devido aos pagamentos efetuados e às novas estimativas das perdas finais esperadas na data respetiva da demonstração da posição financeira.

Todos os sinistros a que dizem respeito resultam de contratos de seguros, conforme definido pelas IFRS, incluindo todos os contratos de acidentes e saúde, propriedade e morte, cujas reservas podem ser relatadas num formato triangular. Todos os valores materiais indicados são descontados. As reservas para sinistros que são mantidas numa base descontada com técnicas semelhantes a Vida (por exemplo, anuidades de incapacidade permanente ou morte derivadas de saúde ou acidentes de trabalho, ou outros contratos) estão incluídas nas linhas de reconciliação.

Todos os valores na tabela são calculados pelas taxas de câmbio aplicáveis no final de 2016.

A tabela de desenvolvimento da reserva para perdas por ano de acidente é a seguinte.

Ano do acidente	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Pagamentos a:										
N	1.015,9	1.007,2	1.076,9	1.144,0	1.073,0	1.069,1	1.024,0	1.133,8	1.111,7	1.357,5
N + 1	488,0	461,3	520,4	631,7	542,3	521,2	531,9	538,1	546,0	
N + 2	124,4	121,7	140,7	138,7	148,1	130,5	128,0	144,3		
N + 3	67,7	82,7	85,6	91,6	76,3	94,5	78,6			
N + 4	49,7	58,0	61,0	57,3	54,2	68,6				
N + 5	33,0	35,1	32,9	48,1	31,0					
N + 6	17,2	19,5	22,2	27,0						
N + 7	10,0	11,9	20,1							
N + 8	6,2	11,4								
N + 9	16,2									
Custos de sinistros: (Pagamentos acumulados + reservas pendentes para sinistros)										
N	1.944,6	1.939,7	2.097,5	2.294,2	2.222,4	2.216,7	2.196,7	2.295,7	2.284,9	2.751,5
N + 1	1.937,1	1.900,5	2.047,7	2.252,7	2.132,3	2.173,1	2.135,1	2.273,8	2.256,6	
N + 2	1.932,4	1.920,0	2.068,6	2.257,9	2.115,7	2.170,5	2.072,5	2.265,5		
N + 3	1.926,7	1.912,1	2.084,6	2.253,9	2.089,5	2.141,5	2.048,4			
N + 4	1.902,9	1.905,4	2.066,8	2.251,9	2.061,5	2.160,4				
N + 5	1.903,7	1.889,9	2.074,6	2.251,4	2.080,5					
N + 6	1.889,6	1.904,3	2.057,8	2.271,7						
N + 7	1.889,8	1.895,2	2.079,5							
N + 8	1.884,9	1.905,7								
N + 9	1.905,7									
Perda final, estimada à data inicial	1.944,6	1.939,7	2.097,5	2.294,2	2.222,4	2.216,7	2.196,7	2.295,7	2.284,9	2.751,5
Perda final, estimada pelo ano anterior	1.884,9	1.895,2	2.057,8	2.251,4	2.061,5	2.141,5	2.072,5	2.273,8	2.284,9	
Perda final, estimada pelo ano atual	1.905,7	1.905,7	2.079,5	2.271,7	2.080,5	2.160,4	2.048,4	2.265,5	2.256,6	2.751,5
Excesso (deficiência) ano atual vs. ano de acidentes inicial	38,9	34,0	18,0	22,5	141,9	56,3	148,3	30,2	28,3	
Excesso (deficiência) ano atual vs. ano anterior	(20,8)	(10,5)	(21,7)	(20,3)	(19,0)	(18,9)	24,1	8,3	28,3	
Do qual não Vida da Ageas Seguros adquiridos em 2016	(21,6)	(10,0)	(9,3)	(20,3)	(21,0)	(19,7)	(22,8)	(37,1)	(67,2)	
Reservas pendentes para sinistros antes de 2007										416,5
Reservas pendentes para sinistros entre 2007 e 2016										3.587,5
Outras responsabilidades de sinistros (não incluídas na tabela)										945,7
Sinistros relativos a acidentes de trabalho e cuidados de saúde										1.453,7
Total de reservas para sinistros na demonstração da posição financeira										6.403,4

A tabela de desenvolvimento de reservas para perdas por ano de acidentes apresenta o desenvolvimento do total da perda final (como pagamentos efetuados e reservas pendentes para sinistros) para cada ano de acidentes individuais (conforme indicado na coluna), para cada ano de desenvolvimento (conforme indicado na linha) desde o ano de ocorrência ao longo do ano de relatório 2016.

O triângulo relacionado com 'Pagamentos' relata o valor dos pagamentos de sinistros líquidos de recuperações, brutos de resseguros.

O segundo triângulo, 'Custos de sinistros', relata as reservas pendentes para sinistros, incluindo IBN(E)R para cada ano de acidentes, com base na nova estimativa da perda final dos sinistros e nos pagamentos já efetuados.

As rubricas da linha Perda final, estimada na data inicial da ocorrência no ano de relatório anterior e no ano de relatório atual, reflete o fato de que a estimativa varia com o conhecimento e a informação adquirida sobre os sinistros. Quanto maior for o

período de desenvolvimento dos sinistros, mais precisa será a estimativa da perda final.

O montante do total das reservas para sinistros na demonstração da posição financeira é divulgado ainda na secção 20.4 Responsabilidades de contratos de seguros não Vida.

5.4.2.3 Risco de saúde

O risco de subscrição de saúde reflete o risco emergente da subscrição das obrigações de seguros de saúde, quer seja seguida numa base técnica semelhante à dos seguros Vida ou não, seguindo de ambos os riscos abrangidos e os processos utilizados na condução do negócio.

Os componentes do risco de seguros de saúde são divididos, dependendo do tipo de responsabilidades: se for semelhante ao risco Vida ou modelado com base em técnicas semelhantes às das responsabilidades de Vida – consulte a secção 5.4.2.1 Riscos de subscrição Vida. Para responsabilidades semelhantes às responsabilidades não Vida ou modeladas de modo semelhante, consulte a secção 5.4.2.2 Riscos de subscrição não Vida.

5.4.2.4 Resseguro

Onde for adequado, as companhias de seguros da Ageas celebram contratos de resseguros para limitar a sua exposição às perdas de subscrição. Este resseguro pode ser realizado numa base de apólice-a-apólice (por risco), ou numa base de carteira (por evento), ou seja, onde as exposições dos tomadores de seguros individuais se encontram dentro dos limites locais, mas existe um risco inaceitável de acumulação de sinistros ao nível do grupo (riscos de catástrofe). Estes últimos eventos são relacionados sobretudo com condições climáticas ou por intervenção humana. As companhias de resseguro são selecionadas com base, em primeiro lugar, em considerações de tarifação e de risco de incumprimento de contrapartes. A gestão do risco de incumprimento de contrapartes é integrada na gestão global do risco de crédito.

As principais utilizações dos resseguros externos incluem a redução do impacto de desastres naturais (por exemplo, furacões, sismos e inundações), grandes sinistros isolados de apólices com limites elevados e vários sinistros acionados por um evento isolado provocado por intervenção humana.

A Ageas incorporou o ressegurador interno Intreas N.V. e obteve em junho de 2015 uma licença na Holanda. O capital social da Intreas é de 100 milhões de euros. A lógica do estabelecimento desta companhia de seguros interna é otimizar o programa de resseguros do Grupo Ageas

harmonizando os perfis de risco entre os limites/entidades controlados e melhorando a gestão de capital. A Intreas é uma companhia de seguros não Vida e só pode aceitar riscos das companhias do Grupo Ageas.

Em 2016, a Intreas apresentou um rácio de Solvência II, calculado de acordo com a fórmula padrão, de 259%. O objetivo está estabelecido em 200%. As companhias internas no âmbito da Intreas são:

- AG Insurance, Belgium
- Ageas Insurance Limited, UK
- Ageas Ocidental, Portugal
- Cargeas, Itália

Em linha com a sua Apetência pelo Risco, a Intreas reduz parte do seu risco no negócio assumido através da aquisição de coberturas de retrocessão e/ou coberturas que protegem o seu próprio balanço.

A Intreas respeita e opera dentro da Política de Gestão do Risco da Ageas e estabeleceu os seus corpos de governação e processos de controlo adequados seguindo as normas do Grupo.

A tabela abaixo fornece detalhes de retenção de risco por linha de produto (em montantes nominais) da Ageas.

2016	Maior retenção por risco	Maior retenção por evento
<i>Produto</i>		
Automóvel, responsabilidade de terceiros	4.250.000	
Motor Hull	42.500.000	
Propriedades	2.500.000	55.000.000
Responsabilidade geral de terceiros	4.100.000	
Acidentes de trabalho	2.700.000	
Acidentes pessoais	300.000	

A tabela apresenta o maior valor entre todas as entidades do Grupo para coberturas semelhantes, para as quais o Grupo Ageas assume responsabilidade pela redução dos riscos de emergência; qualquer montante superior aos da tabela será transferido para resseguradores terceiros para cobertura. A avaliação depende do tipo de evento coberto por estes acordos de resseguro: por risco único ou, em alternativa, por eventos. Adicionalmente, dado que as coberturas de catástrofes cobrem seguro automóvel contra todos foram integradas no acordo de resseguro regular, a retenção mencionada é a máxima pela qual o Grupo Ageas é responsável.

A tabela abaixo fornece detalhes por linha de produto da proporção de prémios cedidos a resseguradores no exercício terminado em 31 de dezembro (valores em milhões).

2016	Prémios brutos emitidos	Prémios cedidos.	Prémios líquidos
Linha de produtos			
Vida	4.934,8	(45,5)	4.889,3
Acidentes e Saúde	867,3	(32,0)	835,3
Propriedades e Acidentes	3.474,9	(183,7)	3.291,2

2015	Prémios brutos emitidos	Prémios cedidos.	Prémios líquidos
Linha de produtos			
Vida	5.061,3	(66,0)	4.995,3
Acidentes e Saúde	843,7	(28,8)	814,9
Propriedades e Acidentes	3.453,8	(200,1)	3.253,7

5.4.3 Riscos operacionais

A Ageas está exposta – tal como qualquer outra instituição financeira - a riscos operacionais, compreendidos como os riscos de perdas resultantes de processos internos inadequados ou respetivas falhas, pessoal, sistemas ou eventos externos.

A Ageas, ao nível do Grupo, bem como a nível local, tem implementados processos para gerir os riscos operacionais. Estes processos constituem uma parte integrante da estrutura de gestão do risco empresa. A estrutura de gestão do risco operacional é composta por políticas e processos a nível de companhia incorporados ao nível do Grupo e em todas as atividades locais, que pretendem coletivamente identificar, avaliar, gerir, monitorizar e relatar os riscos operacionais. Alguns destes processos a nível de companhia incluem:

- Gestão da continuidade de negócio;
- Gestão do risco de fraude;
- Outsourcing;
- Tratar os clientes de modo justo;
- Recolha de dados perdidos;
- Avaliação da adequação do controlo interno;
- Processo de identificação dos principais riscos.

Através da sua taxonomia do risco⁴, a Ageas identificou sete principais origens de riscos operacionais.

Cientes, produtos e práticas comerciais

Falha não intencional ou negligente no cumprimento de uma obrigação profissional para clientes específicos (incluindo requisitos fiduciários e de adequação) e partes interessadas corporativas, por exemplo, reguladores, ou de natureza ou desenho de um produto.

Gestão de execução, de entrega e de processo

Risco de falha do processamento de transações ou gestão de processos, de relações com negociações de contrapartes ou fornecedores.

Perturbação do negócio e falhas do sistema

Risco associado à interrupção da atividade da companhia devido a falhas do sistema interno e externo e/ou sistema de comunicação, a inacessibilidade da informação e/ou a indisponibilidade de serviços e outras disrupções do negócio com origem externa, que pode igualmente provocar danos pessoais.

Práticas de empregados e segurança do local de trabalho

Risco resultante de atos/omissões, intencionais ou não intencionais, inconsistentes com as leis aplicáveis sobre os relacionamentos com empregados, saúde, segurança e diversidade/atos de discriminação pelos quais a Companhia é responsável.

⁴ As definições são baseadas em Basileia II.

Fraude interna

O risco de fraude interna é o risco devido a abuso (tentativa de) deliberado de procedimentos, sistemas, equipamentos, produtos e/ou serviços de uma companhia, envolvendo pelo menos um membro do pessoal interno (ou seja, na folha de salários da companhia) que pretende beneficiar de modo enganoso ou ilegal a si próprio ou a outros (incluindo a companhia). A fraude interna pode ser perpetrada com ou sem a ajuda de terceiros.

Fraude externa

Risco emergente de atos de fraude e roubos (tentativa de), ou contorno intencional da lei, efetuado por terceiros, incluindo clientes, intermediários e companhias de contratados (incluindo subfornecedores e subcontratados), com o objetivo de obter um benefício, lesando a companhia ou as suas contrapartes (pelo qual a companhia paga), ou danos nos ativos da companhia. Inclui todas as formas de ciber-risco e fraudes de clientes e partes externas (ou seja, partes que não colaboram normalmente com a companhia e que não têm acesso aos sistemas da companhia).

Danos em bens

Prejuízos resultantes de perdas ou danos em bens devido a desastres naturais ou outros eventos.

A Ageas pretende manter os riscos operacionais acima mencionado em níveis adequados, mantendo ambientes saudáveis e bem controlados à luz das características da sua atividade, dos mercados e dos ambientes regulamentares onde opera. Apesar de estas medidas de controlo reduzirem os riscos operacionais, nunca os poderão eliminar completamente.

É realizado anualmente um processo de Avaliação do Controlo Interno (INCA) e resulta na Declaração de Controlo de Gestão emitida por todos os CEOs (locais e do Grupo), que expressam a sua confiança nas suas estruturas de controlo.

5.4.4 Outros riscos

Outros riscos cobrem fatores externos e internos que podem ter impacto na capacidade da Ageas de cumprir o seu plano de negócio e objetivos atuais, e também de se posicionar para conseguir crescimento continuado e criação de valor. Isto inclui alterações do ambiente externo, incluindo o contexto regulamentar e económico, panorama competitivo ou o modo como as pessoas (clientes ou pessoal) se comportam. Pode ser devido também a decisões ou gestão interna fracas, perda de reputação e de valor do franchise.

Na taxonomia de risco da Ageas, os seguintes tipos de risco são considerados como Outros riscos:

Risco de alteração regulamentar

Regulamentos relativos a características permitidas dos produtos, condução de negócios, práticas de subscrição (por exemplo, testes genéricos), garantias, participação de resultados, regras pessoais, reservas, solvência, que podem afetar o volume ou a qualidade de novas vendas ou a rentabilidade dos negócios em curso.

Risco de concorrência

Os riscos de concorrência surgem devido a alterações no panorama da concorrência ou posição de mercado.

Risco de distribuição

Este é o risco de um prejuízo devido ao desvio adverso dos planos de distribuição em relação às expectativas. Este tipo de risco estratégico foi isolado para atenção particular devido à importância da distribuição no modelo de negócio do Grupo e na nossa dependência de partes e parceiros externos para a distribuição. O risco de distribuição pode surgir devido a várias causas, incluindo falta de alinhamento de incentivos, fraca gestão de relações ou falta de poder de negociação suficiente no relacionamento.

Risco de reputação

Este é o risco de perda resultante de uma diminuição do número de clientes, transações e oportunidades de financiamento, resultante da perceção adversa da imagem da companhia pelos clientes, acionistas, investidores e reguladores.

Risco do país

O risco do país refere-se ao risco de investimento num país, dependente das alterações do ambiente comercial que possam afetar adversamente os resultados operacionais ou o valor dos ativos num país específico. Por exemplo, os fatores financeiros como os controlos de câmbios, desvalorização ou alterações regulamentares, ou fatores de estabilidade como motins, guerra civil e outros potenciais eventos que contribuam para os riscos estratégicos das companhias

(Por ex. dissolução da Eurozona). O risco do país refere-se apenas aos riscos que afetam todas as companhias que operam num país particular.

Risco de ambiente económico

O risco do ambiente económico geral é o risco em que o ambiente económico enfrenta alterações e o impacto que isto pode ter no ambiente comercial geral, comportamento dos clientes, etc. Neste âmbito o risco de inflação representa a sensibilidade do valor dos ativos e passivos a alterações nas expectativas da inflação.

Outros riscos de ambiente

O risco de ambiente abrange um conjunto de alterações no ambiente externo não cobertas pelas categorias acima referidas, incluindo:

- ambiente geopolítico, que pode ter impacto na capacidade da Ageas para desenvolver o negócio nos vários países onde opera;
- mudanças de tecnologia, tais como o crescimento da internet e o impacto que isto pode ter no comportamento de compra do cliente e a necessidade de desenvolver estratégias de TI apropriadas;
- outros riscos emergentes são os dos eventos de maior escala ou circunstâncias que ultrapassam a nossa capacidade direta de controlo, que poderá ter impacto de modos difíceis de imaginar atualmente, tais como potenciais sinistros com origem na nanotecnologia ou alterações dos padrões meteorológicos;
- riscos de contágio – uma forma extrema de risco de concentração que surge quando fatores de risco normalmente não relacionados se afetam entre si, tornando-se altamente correlacionados – ligados aos grandes níveis de conectividade em todo o mundo, e assim nos nossos mercados e tipos de risco.

Risco de concentração

O risco de concentração refere-se ainda a todas as exposições ao risco com uma perda potencial que seja suficientemente grande para ameaçar a solvência ou a posição financeira da Ageas.

Risco de ativos intangíveis

O risco de ativos intangíveis é o risco de perda ou de alteração adversa no valor dos ativos intangíveis, devido a uma alteração dos benefícios futuros a ganhar dos ativos intangíveis.

Risco de estratégia

O risco de estratégia é definido como o risco do impacto atual e prospetivo sobre o valor, receitas ou capital resultante de decisões empresariais incorretas, implementação inadequada de decisões ou falta de capacidade de resposta às alterações da indústria. O risco de estratégia é uma função da compatibilidade dos objetivos estratégicos assumidos, da estratégia empresarial desenvolvida para atingir esses objetivos, os recursos implementados para o alcance desses objetivos e a qualidade da implementação.



Supervisão e solvência regulamentares

O Banco Nacional da Bélgica (NBB) designou a Ageas SA/NV como uma Holding de Seguros e, deste modo, supervisiona a Ageas numa base consolidada. Até ao final do ano de 2015, a supervisão era baseada nos requisitos de Solvência I. Desde 1 de janeiro de 2016, a Ageas é supervisionada num nível consolidado baseado nos requisitos de Solvência II.

6.1 Requisitos e capital disponível ao abrigo de Solvência II - Modelo interno parcial (Pilar 1)

Desde 1 de janeiro de 2016, a Ageas é supervisionada num nível consolidado com base na estrutura de Solvência II, aplicando um Modelo interno parcial (PIM) para relatórios de pilar 1, onde a parte principal dos riscos não Vida são modelados de acordo com fórmulas específicas da Ageas, em alternativa à abordagem de fórmulas padrão.

O âmbito de consolidação de Solvência II é comparável ao âmbito de consolidação de IFRS. As associadas de capital europeias foram incluídas pro rata, sem quaisquer benefícios de diversificação. Todas as associadas de capital não europeias (incluindo Turquia) foram excluídas de fundos próprios e necessitavam de solvência, dado que os regimes de solvência aplicáveis são considerados não equivalentes aos de Solvência II.

O pagamento de dividendos esperados de todas as entidades consolidadas foi deduzido de fundos próprios. Adicionalmente, a Ageas adota uma abordagem conservadora em relação aos seus fundos próprios, dado que, para além dos fundos libertados pertencentes a acionistas terceiros, todos os benefícios de diversificação entre entidades controladas são tratados como fundos próprios não transferíveis.

No Modelo interno parcial (PIM), a Ageas aplica medidas transitórias relacionadas com provisões técnicas em Portugal e França, a anterioridade da dívida emitida e a extensão dos prazos do relatório ao nível do Grupo.

Os valores de Solvência II apresentados neste Relatório e Contas não foram auditados pelo auditor externo para 2015.

A reconciliação das Ações IFRS com os fundos próprios ao abrigo de Solvência II e o rácio de solvência resultante de acordo com o Modelo interno parcial é a seguinte.

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Capital IFRS	10.205,0	11.975,0
Capitais Próprios	9.560,6	11.376,1
Participação não controladora	644,4	598,9
Passivos subordinados de qualificação	2.263,9	2.380,0
Alterações no âmbito do valor IFRS	(2.777,4)	(2.575,6)
Exclusão de dividendos esperados	(418,4)	(330,0)
Exclusão de participação não controladora de serviços anclares	(237,9)	(204,7)
Desreconhecimento de associadas de capital	(2.121,1)	(2.040,9)
Diferenças de valorização	(835,9)	(1.864,3)
Reavaliação de investimentos imobiliários	1.558,0	1.551,0
Desreconhecimento de concessões de estacionamento	(414,3)	(401,6)
Desreconhecimento de goodwill	(697,4)	(822,7)
Reavaliação de rubricas do balanço relacionadas com seguros (Provisões técnicas, Resseguros recuperáveis, VOBA e DAC)	(4.544,8)	(5.167,1)
Reavaliação de ativos que, ao abrigo de IFRS, não são contabilizados pelo justo valor (Obrigações detidas até à maturidade, Empréstimos, hipotecas)	3.046,8	2.521,0
Impacto fiscal nas diferenças de valorização	169,8	403,5
Outros	46,0	51,6
Total de fundos próprios em Solvência II	8.855,6	9.915,1
Fundos próprios não transferíveis	(744,1)	(491,4)
Total de fundos próprios elegíveis em Solvência II	8.111,5	9.423,7
Capital exigido do Grupo ao abrigo do Modelo interno parcial (SCR) – (não auditado)	4.653,4	4.565,7
Rácio de capital	174,3%	206,4%

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Total de fundos próprios elegíveis em Solvência II, dos quais:	8.111,5	9.423,7
Tier 1	5.653,9	6.939,0
Tier 1 restritos	1.413,5	1.823,7
Tier 2	918,4	494,9
Tier 3	125,7	166,1

A composição dos requisitos de solvência de capital pode ser resumida do seguinte modo:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Risco de mercado	4.813,2	4.792,6
Risco de incumprimento de contraparte	356,0	327,4
Risco de subscrição Vida	647,9	791,1
Risco de subscrição Saúde	439,5	357,7
Risco de subscrição não Vida	834,9	805,6
Diversificação entre os riscos acima mencionados	(1.548,9)	(1.564,4)
Riscos não diversificáveis	684,4	671,0
Absorção de perdas através de provisões técnicas	(513,2)	(487,1)
Absorção de perdas através de impostos diferidos	(1.060,4)	(1.128,2)
Capital exigido do Grupo ao abrigo do Modelo interno parcial (SCR) – (não auditado)	4.653,4	4.565,7
Impacto do modelo interno não Vida no Risco de subscrição não Vida	285,5	363,2
Impacto do modelo interno não Vida na diversificação entre riscos	(165,3)	(194,6)
Impacto do modelo interno não Vida na absorção de perdas através de impostos diferidos	19,4	19,4
Capital exigido do Grupo ao abrigo da fórmula padrão de SII	4.793,0	4.753,7

6.2 Gestão de capital da Ageas ao abrigo de Solvência II – SCR_{Ageas} (Pilar 2 - não auditado)

A Ageas considera necessária uma base de capital forte nas operações de seguros individuais, por um lado como vantagem competitiva e, por outro, sendo necessária para financiar o crescimento planeado.

Para a gestão do seu capital a Ageas utiliza uma abordagem interna com base no Modelo interno parcial, com um risco de spread ajustado, aplicando um modelo interno para imobiliário (desde 2016) e a remoção de medidas transitórias (com a

exceção da anterioridade da dívida emitida e extensão dos prazos de relatórios). Neste ajustamento, o risco de spread é calculado sobre a parte fundamental do risco de spread para todas as obrigações. Isto aumenta o SCR para obrigações de dívida pública da UE e diminui o risco de spread de todas as outras obrigações. Este SCR é denominado SCR_{Ageas}.

O objetivo da Ageas é conseguir um rácio de capital mínimo agregado de Solvência II de 175% do SCR_{Ageas} ao nível de seguros totais.

O SCR_{Ageas} pode ser reconciliado com o Modelo interno parcial SCR do seguinte modo:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Modelo interno parcial SCR	4.653,4	4 565,7
Excluindo impacto Conta Geral	(64,4)	(32,0)
Modelo interno parcial SCR Seguros	4.589,0	4.533,7
Modelo interno Imobiliário	(367,0)	
Risco de spread adicional	(118,6)	(31,0)
Menos diversificação	50,3	(123,7)
Menos diminuição da perda por impostos diferidos	27,9	13,0
SCR ageas	4.181,6	4.392,0

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Fundos próprios elegíveis do Grupo em Solvência II ao abrigo do Modelo interno parcial	8.111,5	9.423,7
Exclusão de Conta Geral	(495,8)	(1.358,0)
Reversão de medidas transitórias	(323,7)	
Reconhecimento de concessões de estacionamento	166,1	
Recálculo de não transferíveis	20,1	(57,7)
Fundos próprios elegíveis de seguros em Solvência II ageas	7.478,2	8.008,0

As diferenças em fundos próprios e SCR entre o Modelo interno parcial e SCR_{Ageas} apresentadas nas tabelas acima resultam numa diminuição dos fundos próprios não transferíveis, ascendendo a 20 milhões de euros (31 de dezembro de 2015: aumento de 58 milhões de euros).

Posição de capital da Ageas por segmento, com base em SCR_{Ageas}.

	31 de dezembro de 2016			31 de dezembro de 2015		
	Fundos próprios	SCR	Rácio de solvência	Fundos próprios	SCR	Rácio de solvência
Bélgica	6.943,6	2.849,6	243,7%	6.911,8	2.852,0	242,3%
Reino Unido	708,9	707,3	100,2%	1.099,1	843,0	130,4%
Europa continental	1.184,7	934,2	126,8%	943,0	722,0	130,6%
Ásia 1)				574,8	321,0	179,1%
Resseguro	106,4	38,2	278,1%			
Fundos próprios não transferíveis/diversificação	(1.465,4)	(347,7)		(1.520,7)	(346,0)	
Total Seguros	7.478,2	4.181,6	178,8%	8.008,0	4.392,0	182,3%
Impacto da inclusão da Conta Geral	662,9	76,5		1.359,0	34,0	
Total Ageas	8.141,1	4.258,1	191,2%	9.367,0	4.426,0	211,6%

1) A única entidade de seguros totalmente consolidada é vendida no segundo trimestre de 2016 (consulte a Nota 3).



Remunerações e benefícios

7.1 Benefícios para empregados

Esta nota abrange benefícios pós-emprego, outros benefícios a longo prazo para empregados e benefícios de cessação. Os benefícios pós-emprego são benefícios para empregados, tais como pensões e cuidados médicos pós-emprego, que são pagos após a terminação do emprego. Outros benefícios a longo prazo para empregados são os benefícios para empregados que não são (totalmente) devidos

no prazo de doze meses após o período em que os empregados prestaram o serviço relacionado, incluindo compensações de serviço prolongado e benefícios de incapacidade de longo prazo. Os benefícios de cessação são benefícios para empregados pagos em resultado do final prematuro do contrato de trabalho do empregado.

A tabela abaixo apresenta uma visão geral de todos os passivos (ativos) de benefícios para empregados na Ageas.

	2016	2015
Benefícios pós-emprego - planos de benefícios definidos - pensões	654,2	432,6
Benefícios pós-emprego - planos de benefícios definidos - outros	122,1	111,9
Outros benefícios de longo prazo para empregados	15,1	13,0
Benefícios de cessação	8,7	10,4
Total de passivos (ativos) de benefícios definidos, líquido	800,1	567,9

Os passivos e os custos de serviço relacionados são calculados de acordo com o método de crédito de unidades projetadas. O objetivo desta metodologia é pagar os benefícios de cada participante à medida que vencem, tendo em conta futuros aumentos da compensação e os princípios de alocação de benefícios do plano.

A obrigação do benefício definido é o valor atual líquido dos benefícios atribuídos ao participante avaliados à data do relato. O custo real do serviço é o valor presente líquido dos benefícios do participante atribuídos ao serviço durante o exercício.

O custo de pensões inclui o custo de juro líquido, calculado aplicando a taxa de desconto sobre o passivo de pensões líquido.

A taxa de desconto é a taxa das obrigações de alta qualidade da companhia onde existe um mercado ativo para essas obrigações, e uma taxa de obrigações de dívida pública noutros mercados.

Alguns ativos poderão ser limitados ao seu valor recuperável sob a forma de uma redução em contribuições futuras ou um reembolso em numerário (limite do ativo). Adicionalmente, poderá haver o reconhecimento de um passivo a partir de um requisito de financiamento mínimo.

O reconhecimento de ganhos e perdas atuariais para benefícios pós-emprego ocorre em outro resultado integral, enquanto que para outros benefícios a longo prazo de empregados e benefícios de cessação ocorrem na demonstração de resultados.

7.1.1 Benefícios pós-emprego

7.1.1.1 Planos de pensões de benefício definido e outros benefícios pós-emprego

A Ageas opera planos de pensões de benefício definido que abrangem a maior parte dos seus empregados. A abordagem preferida pela Ageas é substituir os planos de benefício definido por planos de contribuição definida, para monitorizar e controlar melhor os custos do empregador, para facilitar a mobilidade entre países e a compreensão do benefício. No entanto, respeitando compromissos anteriores, a Ageas ainda opera planos de pensões de benefício definido que abrangem uma grande percentagem dos seus empregados.

Ao abrigo dos planos de pensões de benefício definido, os benefícios são calculados com base nos anos de serviço e nível de salário. As obrigações de pensões são determinadas com base nas tabelas de mortalidade, rotação de empregados, desvio salarial e pressupostos económicos, tais como inflação e taxa de desconto. As taxas de desconto são definidas por país ou região com base no rendimento (à data de fecho) das obrigações AA corporativas. Estes planos de benefício definido expõem o Grupo a riscos atuariais, tais como longevidade, câmbio, taxa de juro e risco de mercado.

Para além das pensões, os benefícios pós-emprego podem incluir igualmente outras despesas, tais como o reembolso parcial de prémios de seguros de saúde, que continuam a ser concedidos aos empregados após a reforma.

A tabela seguinte fornece detalhes sobre os montantes apresentados na demonstração da posição financeira a 31 de dezembro, em relação às obrigações de pensões de benefício definido e outros benefícios pós-emprego.

	Planos de pensões de benefício definido		Outros benefícios pós-emprego	
	2016	2015	2016	2015
Valor atual de obrigações financiadas	335,2	300,9		
Valor atual de obrigações não financiadas	623,2	432,8	122,1	111,9
Obrigação de benefício definido	958,4	733,7	122,1	111,9
Justo valor dos ativos do plano	(318,3)	(300,9)		
	640,1	432,8	122,1	111,9
Limite do ativo/requisito de financiamento mínimo	14,1			
Outros montantes reconhecidos na demonstração da posição financeira		(0,2)		
Passivos (ativos) de benefício definido, líquido	654,2	432,6	122,1	111,9
Montantes na demonstração da posição financeira:				
Passivos de benefício definido	654,4	448,4	122,1	111,9
Ativos de benefício definido	(0,2)	(15,8)		
Passivos (ativos) de benefício definido, líquido	654,2	432,6	122,1	111,9

Os passivos de benefício definido são classificados em juros reconhecidos e outros passivos (consulte a nota 25) e os ativos de benefício definido são classificados em juros reconhecidos e outros ativos (consulte a nota 16).

Dado que a Ageas é uma instituição financeira especializada na gestão de benefícios de empregados, os planos de pensões de alguns dos seus empregados são segurados pelas companhias de seguros da Ageas. Ao abrigo de IFRS, os ativos que apoiam estes planos de pensão não são de qualificação e, consequentemente, não podem ser

considerados ativos do plano. por este motivo, estes planos são classificados como 'não financiados'.

Num ponto de vista económico, o passivo definido líquido é compensado pelos ativos do plano não qualificativos que são detidos na Ageas (2016: 440,2 milhões de euros; 2015: 312,6 milhões de euros), resultando um passivo líquido de 214,1 milhões de euros em 2016 (2015: 120,2 milhões de euros) para as obrigações de pensões de benefício definido.

A tabela seguinte reflete as variações dos passivos de (ativos) benefício definido reconhecidos na demonstração da posição financeira.

	Planos de pensões de benefício definido		Outros benefícios pós-emprego	
	2016	2015	2016	2015
Passivos (ativos) de benefício definido, líquidos, a 1 de janeiro	432,6	455,7	111,9	116,3
Total de custos com benefício definido	53,5	22,9	5,8	5,8
Contribuições do empregador	(7,4)	(7,0)		
Contribuições dos participantes pagas ao empregador	1,4			
Benefícios pagos diretamente pelo empregador	(37,8)	(22,0)	(2,3)	(2,2)
Transferência	119,4			
Diferenças cambiais	2,3	0,3		
Outros	(0,3)	(0,3)	(0,9)	(0,8)
Reavaliação	90,5	(17,0)	7,6	(7,2)
Passivos (ativos) de benefício definido, líquidos, a 31 de dezembro	654,2	432,6	122,1	111,9

A tabela abaixo apresenta as alterações das obrigações de benefício definido.

	Planos de pensões de benefício definido		Outros benefícios pós-emprego	
	2016	2015	2016	2015
Obrigações de benefício definido a 1 de janeiro	733,7	711,5	111,9	116,3
Custo de serviço atual	38,1	31,8	3,6	3,8
Custo dos juros	17,2	12,6	2,2	2,0
Custo de serviços passados - benefícios adquiridos	5,7	(13,3)		
Reduções	1,0			
Reavaliação	94,1	8,8	7,6	(7,2)
Contribuições de participantes	0,3	0,3		
Contribuições dos participantes pagas ao empregador	1,4			
Pagamentos efetuados	(10,0)	(7,7)		
Benefícios pagos diretamente pelo empregador	(37,8)	(22,0)	(2,3)	(2,2)
Aquisições e alienações de subsidiárias	24,6			
Transferência	120,5			
Diferenças cambiais	(30,4)	12,0		
Outros		(0,3)	(0,9)	(0,8)
Obrigações de benefício definido a 31 de dezembro	958,4	733,7	122,1	111,9

Consulte a secção 7.1.1.2 para obter mais detalhes sobre o impacto nos planos de pensões de benefício definido com retorno garantido, sendo valorizado como Passivos de benefício definido a partir de 1 de janeiro de 2016. Os benefícios pagos diretamente pelo empregador estão relacionados com planos de pensões de benefício definido detidos diretamente por uma entidade da Ageas.

A tabela seguinte apresenta as variações do justo valor dos ativos do plano.

Planos de pensões de benefício definido	2016	2015
Justo valor de ativos do plano a 1 de janeiro	300,9	271,1
Margem financeira	9,0	8,6
Reavaliação (retorno sobre os ativos do plano, excluindo o efeito da taxa de juro)	8,3	9,0
Contribuições do empregador	7,4	7,0
Contribuições de participantes	0,3	0,3
Pagamentos efetuados	(10,0)	(7,7)
Aquisições e alienações de subsidiárias	34,0	
Transferência	1,1	
Diferenças cambiais	(32,7)	12,6
Justo valor de ativos do plano a 31 de dezembro	318,3	300,9

A tabela seguinte apresenta as alterações do limite do ativo e/ou requisito de financiamento mínimo

	Planos de pensões de benefício definido	
	2016	2015
Limite do ativo/requisito de financiamento mínimo a 1 de janeiro		15,3
Custo dos juros		0,6
Reavaliação	4,7	(16,8)
Aquisições e alienações de subsidiárias	9,4	
Diferenças cambiais		0,9
Limite do ativo/requisito de financiamento mínimo a 31 de dezembro	14,1	

O limite do ativo está relacionado com as subsidiárias adquiridas em Portugal, com um fundo de pensões numa posição de sobre-financiamento. Durante 2015, foram efetuadas algumas alterações ao esquema de pensões no Reino Unido, para proporcionar maior clareza de que o empregador tem

o direito a qualquer excedente resultante dos esquemas numa das circunstâncias abordadas em IFRIC 14. Como resultado, o limite do ativo está definido como zero em 2015 e o empregado reconheceu o excesso no seu ativo de pensões.

A tabela seguinte apresenta os componentes que afetam a demonstração de resultados relacionados com os planos de pensões de benefício definido e outros benefícios pós-emprego para o exercício terminado em 31 de dezembro.

	Planos de pensões de benefício definido		Outros benefícios pós-emprego	
	2016	2015	2016	2015
Custo de serviço atual	38,1	31,8	3,6	3,8
Custo de juro líquido	8,2	4,6	2,2	2,0
Custo de serviço passado - benefícios adquiridos	5,7	(13,3)		
Reduções	1,0			
Outros	0,5	(0,2)		
Total de custos com benefício definido	53,5	22,9	5,8	5,8

O custo de juro líquido e outros são incluídos nos custos de financiamento (consulte a nota 40). Todos os outros itens são incluídos nos custos com pessoal (consulte a nota 43).

O item da linha Custo de serviços passados - benefícios adquiridos para 2015 reflete algumas alterações nos esquemas de pensões no Reino Unido.

A tabela seguinte apresenta a composição das reavaliações para o exercício terminado a 31 de dezembro.

	Planos de pensões de benefício definido		Outros benefícios pós-emprego	
	2016	2015	2016	2015
Retorno sobre os ativos do plano, excluindo o efeito da taxa de juro	(8,3)	(9,0)		
Reavaliação do limite do ativo/requisito de financiamento mínimo	4,7	(16,8)		
Perdas (ganhos) atuariais em relação a:				
alteração de pressupostos financeiros	101,6	(1,9)		
alteração de pressupostos financeiros	101,6	(1,9)		
ajustamentos por experiência	(8,8)	4,3	1,7	0,1
Reavaliação do passivo (ativo) definido, líquido	90,5	(17,0)	7,6	(7,2)

A reavaliação do passivo de benefício definido líquido é reconhecida em outro resultado integral. As reavaliações dos ativos do plano são sobretudo a diferença entre o retorno atual sobre os ativos do plano e a taxa de desconto esperada. As reavaliações das obrigações de benefício definido refletem a alteração dos pressupostos atuariais (ou seja, pressupostos demográficos e financeiros) e ajustamento pela experiência.

Os ajustamentos pela experiência são ganhos e perdas atuariais que surgem devido às diferenças entre os pressupostos atuariais efetuados no início do exercício e a experiência real durante o ano.

A tabela seguinte reflete a duração média ponderada da obrigação de benefício definido.

2016	Planos de pensões de benefício definido	Outros benefícios pós-emprego
Duração média ponderada da obrigação de benefício definido	15,9	20,5

A tabela seguinte apresenta os principais pressupostos atuariais efetuados para os países da eurozona.

	Planos de pensões de benefício definido				Outros benefícios pós-emprego			
	2016		2015		2016		2015	
	Baixo	Alto	Baixo	Alto	Baixo	Alto	Baixo	Alto
Taxa de desconto	0,6%	1,7%	1,2%	2,0%	1,0%	1,9%	1,6%	2,2%
Futuros aumentos de salários (incluindo inflação de preços)	0,5%	4,8%	1,5%	4,5%				
Futuros aumentos de pensões (incluindo inflação de preços)	0,0%	1,8%	0,0%	1,8%				
Taxas da tendência de cuidados médicos					3,8%	3,8%	3,8%	3,8%

A taxa de desconto de pensões é ponderada pelo passivo (ativo) de benefício definido líquido em pensões. Os maiores esquemas de pensões encontram-se na Bélgica, com taxas de desconto que variam entre 0,50% e 1,90%. A taxa de desconto para outros benefícios pós-emprego variou em 2016 num intervalo entre 1,00% e 1,85%. Os futuros aumentos de salários variaram em 2016 entre 0,51% para o grupo de empregados mais velhos e 4,80% para os mais novos.

A tabela seguinte apresenta os principais pressupostos atuariais efetuados para outros países.

Planos de pensões de benefício definido	2016	2015
Taxa de desconto	3,1%	3,5%
Futuros aumentos de salários (incluindo inflação de preços)	3,8%	3,5%
Futuros aumentos de pensões (incluindo inflação de preços)	0,0%	0,0%

A eurozona representa 78% do total das obrigações de benefício definido da Ageas. Os outros países incluem apenas as obrigações no Reino Unido. Os benefícios pós-emprego em países fora da eurozona e do Reino Unido não são considerados como significativos.

Uma alteração de um por cento nos pressupostos atuariais terá o seguinte efeito nas obrigações de benefício definido para planos de pensões de benefício definido e outros benefícios pós-emprego.

	Planos de pensões de benefício definido		Outros benefícios pós-emprego	
	2016	2015	2016	2015
Obrigação de benefício definido	958,4	733,7	122,1	111,9
Efeito das variações na taxa de desconto assumida:				
Aumento de um por cento	(13,8%)	(14,2%)	(17,1%)	(17,0%)
Diminuição de um por cento	17,6%	18,2%	23,3%	22,9%
Efeito das variações no aumento de salários futuros assumidos:				
Aumento de um por cento	12,6%	14,5%		
Diminuição de um por cento	(7,3%)	(8,2%)		
Efeito das variações no aumento de pensões assumidas:				
Aumento de um por cento	10,1%	10,7%		
Diminuição de um por cento	(8,6%)	(9,2%)		

Uma alteração de um por cento nas taxas da tendência de custos médicos assumidos teria o seguinte efeito nas obrigações de benefício definido para custos médicos.

	2016	Cuidados Médicos 2015
Obrigação de benefício definido	119,9	109,4
Efeito das variações dos custos médicos e taxas de tendências:		
Aumento de um por cento	24,1%	23,9%
Diminuição de um por cento	(18,2%)	(18,1%)

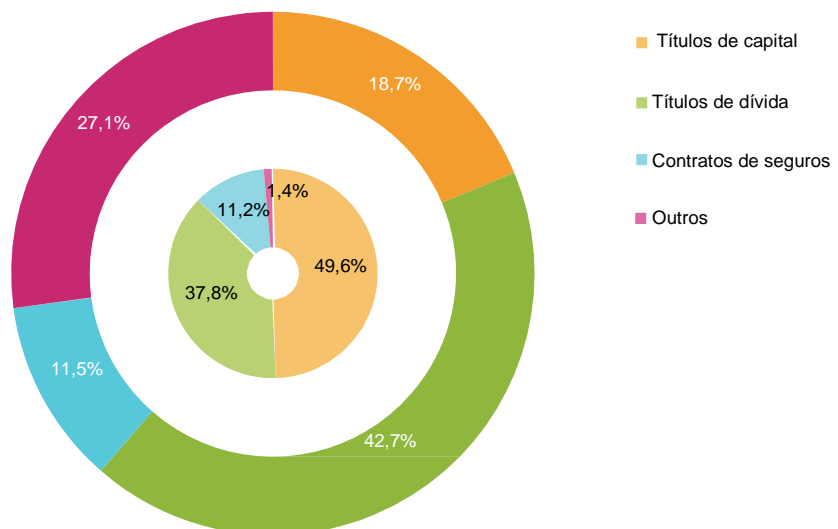
Os ativos do plano incluem predominantemente títulos de capital, títulos de rendimento fixo e contratos de investimento com companhias de seguros. A política interna de investimento da Ageas estipula que o investimento em derivados e mercados emergentes para financiamento de planos de pensões deve ser evitado. A Ageas ajusta gradualmente a sua

política de alocação de ativos para assegurar uma correspondência aproximada entre a duração dos ativos e dos passivos de pensões. No Reino Unido, ocorreu uma reestruturação da composição de ativos em resultado da revisão de diminuição do risco do esquema de pensões. O montante em 'Outros' está relacionado com os dois fundos diversificados no Reino Unido.

A composição de ativos do plano para obrigações de pensões é a seguinte.

	31 de dezembro de 2016	%	31 de dezembro de 2015	%
Títulos de capital	59,5	18,7%	149,2	49,6%
Títulos de dívida	135,9	42,7%	113,6	37,8%
Contratos de seguros	36,8	11,5%	33,8	11,2%
Imobiliário	0,2	0,1%	0,3	0,1%
Caixa	7,7	2,4%	3,3	1,1%
Obrigações conversíveis	37,5	11,8%		
Outros	40,7	12,8%	0,7	0,2%
Total	318,3	100,0%	300,9	100,0%

A composição do plano de ativos pode ser apresentada graficamente do seguinte modo.

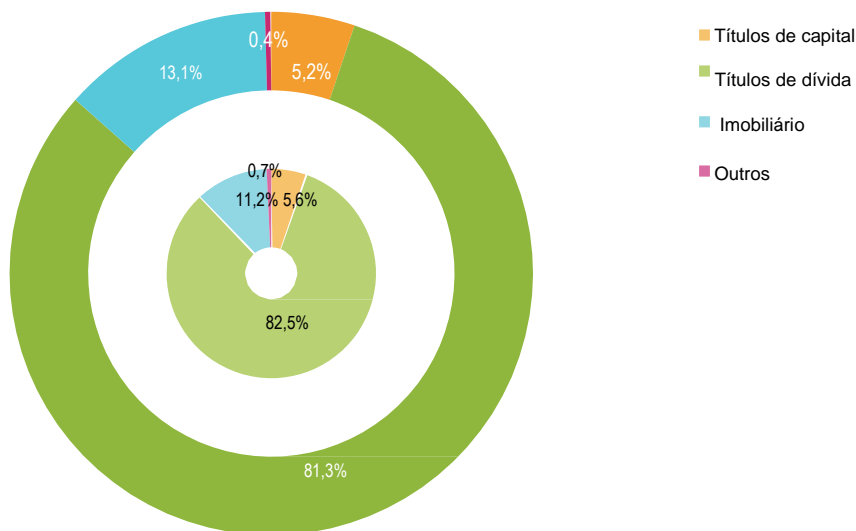


Círculo exterior = 2016
Círculo interior = 2015

A composição dos ativos não qualificados para obrigações de pensões é a seguinte.

	31 de dezembro de 2016	%	31 de dezembro de 2015	%
Títulos de capital	22,7	5,2%	17,5	5,6%
Títulos de dívida	357,9	81,3%	258,1	82,5%
Imobiliário	57,5	13,1%	34,9	11,2%
Obrigações conversíveis	2,3	0,5%	1,5	0,5%
Caixa	(0,2)	(0,1%)	0,7	0,2%
Total	440,2	100,0%	312,7	100,0%

A composição dos ativos não qualificados para obrigações de pensões pode ser apresentada graficamente do seguinte modo.



As contribuições do empregador que deverão ser pagas para os planos de benefícios pós-emprego durante o exercício que terminou em 31 de dezembro de 2016 são as seguintes.

	Planos de pensões de benefício definido
Contribuição esperada no ano seguinte para ativos do plano	5,9
Contribuição esperada no ano seguinte para ativos do plano não qualificados	29,4

7.1.1.2 Planos de contribuição definida

A Ageas opera vários planos de contribuição definida em todo o mundo. O compromisso do empregador para um plano de contribuição definida está limitado ao pagamento de contribuições calculado de acordo com os regulamentos do plano. As contribuições do empregador para planos de contribuição definida ascenderam a 14,5 milhões de euros em 2016 (2015: 26,8 milhões de euros) e estão incluídas em custos com pessoal (consulte a nota 43).

Na Bélgica, a Ageas definiu planos de contribuição definida de acordo com a Lei de 28 de abril de 2003 relativa a pensões ocupacionais (planos WAP/LPC). Estes planos comprometem o empregador com o pagamento de contribuições definidas pelos termos do plano, e para garantir um retorno mínimo ligado aos rendimentos das obrigações de dívida pública belgas, com uma base de 1,75% e um limite de 3,75%.

A lei de 18 de dezembro de 2015, que assegura a sustentabilidade e a natureza social das pensões ocupacionais e o fortalecimento de caráter adicional relativo às pensões de reforma, modifica o compromisso do empregador sobre estes planos. A 1 de janeiro de 2016, a taxa de juro garantida pelo empregador é igual a uma percentagem (igual a 65% para 2016 e 2017) do retorno médio sobre as obrigações lineares belgas com um termo de 10 anos ao longo dos 24 meses anteriores a

1 de junho. Esta taxa estará em vigor em 1 de janeiro do ano seguinte. Este cálculo resulta numa taxa de juro garantida de 1,75% em 1 de janeiro de 2017.

Devido a estes garantidos de retorno mínimo, os planos WAP/LPC não cumprem, num sentido rigoroso, a definição de planos de contribuição definida de IAS 19. Apesar de IAS 19 não abordar a contabilização de planos híbridos, a alteração da lei em 1 de janeiro de 2016 facilita a contabilização destes planos aplicando o método de crédito de unidades projetadas. Em conformidade, a Ageas estimou os passivos de obrigações definidas a 1 de janeiro de 2016 ao abrigo de IAS 19 e classificou-os como juros reconhecidos e outros passivos (consulte a nota 25). Anteriormente, as reservas matemáticas relacionadas calculadas de acordo com IFRS 4 na aplicação de IAS 8.10 foram classificadas em Responsabilidades resultantes de contratos de seguros Vida (consulte a nota 20.1). Dado que a diferença entre as duas valorizações resulta principalmente de alterações das taxas de mercado, esta diferença foi reconhecida como uma reavaliação nos resultados de outro resultado integral.

A tabela seguinte apresenta o impacto da variação da valorização destes planos em 2016.

Planos de pensões de benefício definido

2016

Obrigações de benefício definido a 1 de janeiro

Custo de serviço atual	7,5
Custo dos juros	2,6
Reavaliação	65,6
Contribuições dos participantes pagas ao empregador	1,4
Benefícios pagos diretamente pelo empregador	(9,1)
Transferência	120,7
Obrigações de benefício definido a 31 de dezembro	188,7

7.1.2 Outros benefícios de longo prazo para empregados

Os outros benefícios a longo prazo para empregados incluem compensações de serviço prolongado. A tabela abaixo apresenta os passivos líquidos. Os passivos relacionados com outros benefícios a longo prazo para empregados são incluídos na demonstração da posição financeira, em juros reconhecidos e outros passivos (consulte a nota 25).

	2016	2015
Obrigações de benefício definido	15,1	13,0
Passivos (ativos) de benefício definido, líquido	15,1	13,0

A tabela seguinte apresenta as variações de passivos para outros benefícios a longo prazo para empregados durante o exercício.

	2016	2015
Passivo líquido a 1 de janeiro	13,0	13,2
Total de custos	2,7	0,7
Benefícios pagos diretamente pelo empregador	(0,6)	(0,9)
Passivo líquido a 31 de dezembro	15,1	13,0

A tabela abaixo fornece o conjunto de pressupostos atuariais aplicados no cálculo dos passivos para outros benefícios a longo prazo para empregados.

	2016		2015	
	Baixo	Alto	Baixo	Alto
Taxa de desconto	1,00%	1,25%	1,45%	1,50%
Aumentos futuros de salários	1,80%	4,80%	1,50%	4,50%

Os custos relacionados com outros benefícios a longo prazo para empregados são apresentados abaixo. O custo de juros está incluído nos custos de financiamento (consulte a nota 40), todos os outros custos são incluídos em custos com pessoal (consulte a nota 43).

	2016	2015
Custo de serviço atual	0,7	0,6
Custo dos juros	0,2	0,1
Perdas (ganhos) atuariais líquidos reconhecidos imediatamente	1,8	
Total de custos	2,7	0,7

7.1.3 Benefícios de cessação

Os benefícios de cessação são benefícios dos empregados pagos em resultado da decisão de uma sociedade para cessar o emprego de um empregado antes da data de reforma normal, ou a decisão de um empregado de aceitar voluntariamente a redundância em troca desses benefícios.

A tabela abaixo apresenta os passivos relacionados com benefícios de cessação incluídos na demonstração da posição financeira, em jutos reconhecidos e outros passivos (consulte a nota 25).

	2016	2015
Obrigação de benefício definido	8,7	10,4
Passivos (ativos) de benefício definido, líquido	8,7	10,4

A tabela seguinte apresenta as variações de passivos para benefícios de cessação durante o exercício.

	2016	2015
Passivo líquido a 1 de janeiro	10,4	8,5
Total de custos	1,3	4,8
Benefícios pagos diretamente pelo empregador	(3,0)	(2,9)
Passivo líquido a 31 de dezembro	8,7	10,4

Os custos relacionados com benefícios de cessação são apresentados abaixo. O custo de juros está incluído nos custos de financiamento (consulte a nota 40). Todos os outros custos estão incluídos nos custos com pessoal (consulte a nota 43).

	2016	2015
Custo de serviço atual	1,4	5,0
Perdas (ganhos) atuariais líquidos reconhecidos imediatamente	(0,1)	(0,2)
Total de custos	1,3	4,8

O item da linha do custo de serviço atual reflete algumas convenções de reforma antecipada na Bélgica em 2015.

7.2 Opção de ações para empregados e planos de compra de ações

O pacote de remunerações da Ageas para os seus empregados e membros da Comissão Executiva pode incluir investimentos relacionados com ações.

Estes benefícios podem assumir a forma de:

- opções de ações para empregados, planos fantasma
- ações restritas.

Os planos de opções seguintes estavam pendentes a 31 de dezembro (os preços de exercício são expressos em euros).

2016	Opções pendentes	Preço de exercício médio ponderado	Maior preço de exercício	Menor preço de exercício
<i>Anos decorridos</i>				
2017	490.187	280,20	286,20	272,30
2018	479.690	154,32	164,60	150,60
Total	969.877	217,94		

2015	Opções pendentes	Preço de exercício médio ponderado	Maior preço de exercício	Menor preço de exercício
<i>Anos decorridos</i>				
2016	431.659	246,01	246,80	244,90
2017	490.187	280,20	286,20	272,30
2018	479.690	154,32	164,60	150,60
Total	1.401.536	226,59		

A duração média das opções por converter no final do ano de 2016 é de 0,7 anos (2015: 1,3 anos). As alterações nas opções a converter são as seguintes.

	2016		2015	
	Número de opções	Preço de exercício médio ponderado	Número de opções	Preço de exercício médio ponderado
Saldo a 1 de Janeiro	1.401.536	226,59	1.738.337	218,94
Decorrido	(431.659)		(336.801)	
Saldo a 31 de dezembro	969.877	217,94	1.401.536	226,59
Em ações da Ageas existentes			7.048	
Em ações da Ageas novas	969.877		1 394 488	

Todas as opções por converter na tabela acima são incondicionais e podem ser exercidas, mas com valor intrínseco negativo.

Em 2016 e 2015, a Ageas não registou despesas relativas aos planos de opções, dado que ainda estão em vigor. Desde que as opções não sejam exercidas, não têm impacto em capitais próprios, dado que as despesas registadas na demonstração de resultados são compensadas por um aumento correspondente de capitais próprios. Quando as opções forem exercidas, será transferido um montante igual ao preço do exercício para capitais próprios a partir de reservas de capital social e reservas de prémios. Em 2016 e 2015, não foram exercidas opções.

As opções concedidas pela Ageas são opções de compra ao preço de mercado americanas a dez anos com um período de aquisição de cinco anos, sendo o valor baseado no modelo Simple-Cox. A volatilidade é baseada na informação de mercado de entidades externas.

Todos os planos de opções e planos de ações restritas (ver abaixo) são liquidados através da entrega de ações da Ageas, em vez de numerário. Alguns planos de opções e planos de ações restritas indicam especificamente que as ações existentes devem ser entregues no momento do seu exercício. Noutros casos podem ser emitidas novas ações.

7.2.2 Ações restritas

Em 2015, 2014 e 2013, a Ageas criou um programa de ações restritas para a sua gestão sénior. Dependendo do desempenho relativo das ações da Ageas em relação a um grupo de pares ao longo dos próximos três anos e

de algumas condições adicionais, os gestores seniores serão compensados, no total:

- entre zero e 167.000 ações existentes da Ageas gratuitamente em 1 de abril de 2016 (plano 2013);
- entre zero e 139.600 ações da Ageas existentes gratuitamente em 1 de abril de 2017 (plano 2014);
- entre zero e 154.440 ações existentes da Ageas gratuitamente em 1 de abril de 2018 (plano 2015).

Em 2016, a Ageas registou 5,5 milhões de euros relativos a estes compromissos como custos com pessoal (2015: 3,4 milhões de euros).

A concessão das ações respetivas para 2013 foi confirmada no início de 2016 e ascende a 200% das ações concedidas condicionalmente, totalizando 149.000 ações da Ageas. Estas ações foram adquiridas em abril de 2016.

Para além destes planos, foram comprometidas 136.047 ações para conceder aos membros da Comissão de Gestão como um incentivo de longo prazo.

As condições dos compromissos de concessão e venda de ações restritas estão descritas na nota 7, secção 7.3 Remunerações dos membros do Conselho de Administração e membros da Comissão Executiva.

A tabela abaixo apresenta as alterações dos compromissos de ações restritas para a gestão sénior durante o exercício.

(número de ações em '000)	2016	2015
Número de ações restritas comprometidas para concessão a 1 de janeiro	441	409
Ações restritas comprometidas para concessão		155
Ações restritas adquiridas	(149)	(110)
Ações restritas canceladas	(18)	(13)
Número de ações restritas comprometidas para concessão a 31 de dezembro	274	441

A tabela abaixo apresenta as alterações dos compromissos de ações restritas durante o exercício para membros da ExCo e da MCO.

(número de ações em '000)	2016	2015
Número de ações restritas comprometidas para concessão a 1 de janeiro	154	154
Ações restritas comprometidas para concessão e concedidas	82	
Ações restritas adquiridas	(100)	
Número de ações restritas comprometidas para concessão a 31 de dezembro	136	154

7.3 Remunerações dos membros do Conselho de Administração e da Comissão Executiva

Esta nota descreve a Política de remunerações da Ageas aplicada em 2016. Contém informação detalhada sobre as remunerações dos membros individuais do Conselho de Administração e da Comissão Executiva em exercício durante 2016.

As remunerações dos membros do Conselho de Administração e da Comissão Executiva do Grupo foram determinadas de acordo com a Política de Remunerações, que foi aprovada pelas Assembleias Gerais de Acionistas da Ageas SA/NV e da Ageas N.V. em, respetivamente, 28 e 29 de abril de 2010. A Política de Remunerações está anexada ao Mapa de Governo Societário da Ageas, e pode ser encontrada em:

<https://www.ageas.com/en/about-us/corporate-governance>.

7.3.1 Remunerações do Conselho de Administração

Alterações no Conselho de Administração em 2016 – Remunerações 2016

O Conselho de Administração é composto atualmente por treze membros: Jozef De Mey (Presidente), Guy de Selliers de Moranville (Vice-presidente), Lionel Perl, Jan Zegering Hadders, Roel Nieuwdorp, Jane Murphy, Richard Jackson, Lucrezia Reichlin, Yvonne Lang Ketterer, Bart De Smet (CEO), Christophe Boizard (CFO), Filip Coremans (CRO) e Antonio Cano (COO).

Foram eleitos dois novos administradores em 2016: Yvonne Lang Ketterer, como membro independente do Conselho de Administração, e Antonio Cano, membro da Comissão Executiva.

Foram reconduzidos três administradores em 2016: Richard Jackson, Lucrezia Reichlin e Jane Murphy.

Davina Bruckner decidiu rescindir o seu cargo de membro do Conselho de Administração com efeitos a partir de 16 de abril de 2016 por motivos pessoais.

Em relação à participação de membros não executivos do Conselho de Administração no Conselho de Administração de subsidiárias da Ageas, Guy de Selliers de Moranville é Presidente do Conselho de Administração da AG Insurance SA/NV e Jan Zegering Hadders é membro deste Conselho de Administração. Lionel Perl e Jane Murphy são membros do Conselho de Administração da Ageas UK Ltd. e Jozef De Mey é Presidente deste Conselho de Administração. Jozef De Mey é igualmente Presidente do Conselho de Administração da Credimo Holding N.V. (BE) e da Credimo N.V. (BE). É Vice-presidente da Muang Thai Group Holding Company Ltd. (Tailândia) e da Muang Thai Life Assurance Public Company Ltd. (Tailândia).

Roel Nieuwdorp é membro do Conselho de Administração da Ageas France S.A. Richard Jackson é membro do Conselho de Administração da Ageas Portugal Holdings SGSP (PT), da Médis (Companhia Portuguesa de Seguros de Saude S.A.) e da Ocidental (Companhia Portuguesa de Seguros S.A.). Dado que estas posições são remuneradas, os valores pagos são divulgados nas tabelas seguintes.

As remunerações totais dos membros não executivos do Conselho de Administração ascenderam a 1,25 milhões de euros no exercício financeiro de 2016 (2015: 1,34 milhões de euros). Estas remunerações incluem a remuneração base dos membros de Conselho de Administração e os honorários de participação nas reuniões do Conselho de Administração e nas reuniões das Comissões do Conselho de Administração, tanto a nível da Ageas como das suas subsidiárias.

Implementação da Política de remunerações

Em abril de 2010, a Assembleia Geral de Acionistas da Ageas SA/NV e da Ageas N.V. aprovou a Política de remunerações aplicáveis aos membros não executivos do Conselho de Administração da Ageas a partir de 1 de janeiro de 2010.

A Política de remunerações da Ageas está em linha com a Lei de Governo de Sociedades de 6 de abril de 2010 e com a Circular 2016 -31 do Banco Nacional Belga.

Os níveis de remuneração dos membros não executivos do Conselho de Administração foram aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas em abril de 2013 e não foi alterada em 2016. Estes níveis de remuneração são compostos por uma remuneração anual fixa e um honorário de participação. A remuneração anual fixa ascende a 90.000 euros para o Presidente e 45.000 euros para os outros membros não executivos do Conselho de Administração. Os membros não executivos do Conselho de Administração recebem um honorário de participação de 2.000 euros por reunião do Conselho de Administração e 1.500 euros por reunião das Comissões do Conselho de Administração. Para o Presidente do Conselho de Administração e das Comissões do Conselho de Administração, os respetivos honorários de participação estão estabelecidos em 2.500 euros por reunião do Conselho de Administração e 2.000 euros por reunião das Comissões do Conselho de Administração.

De acordo com a política, os membros não executivos do Conselho de Administração não recebem incentivos anuais nem opções de ações e não têm direito a benefícios de pensões. A remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração (os membros da Comissão Executiva) está relacionada exclusivamente com o seu cargo como membros da Comissão Executiva, pelo que é determinada em linha com a Política de remunerações dos membros da Comissão Executiva (consulte o parágrafo 7.3.2).

Remunerações do Conselho de Administração

As remunerações recebidas pelos membros do Conselho de Administração em 2016 são mencionadas na tabela abaixo. O número de ações da Ageas detidas pelos membros do Conselho de Administração a 31 de dezembro de 2016 é relatado na mesma tabela.

	Função	De	Até	Remunerações em 2016 (em euros) como membro do Conselho de Administração da Ageas ¹⁾³⁾	Ações da Ageas detidas diretamente em 31 de dezembro de 2016 pelos membros atuais do Conselho de Administração
Jozef De Mey	Presidente	1 Jan 2016	31 Dez 2016	125.000	20 000
Guy de Selliers de Moranville	Vice-presidente	1 Jan 2016	31 Dez 2016	82.500	264.333 ⁵⁾
Roel Nieuwdorp	Membro não executivo do Conselho de Administração	1 Jan 2016	31 Dez 2016	79.000	260
Lionel Perl	Membro não executivo do Conselho de Administração	1 Jan 2016	31 Dez 2016	80.500	
Jan Zegering Hadders	Membro não executivo do Conselho de Administração	1 Jan 2016	31 Dez 2016	86.500	
Steve Broughton	Membro não executivo do Conselho de Administração	1 Jan 2016	27 Abr 2016	27.500	
Jane Murphy	Membro não executivo do Conselho de Administração	1 Jan 2016	31 Dez 2016	80.500	
Richard Jackson	Membro não executivo do Conselho de Administração	1 Jan 2016	31 Dez 2016	72.000	
Lucrezia Reichlin	Membro não executivo do Conselho de Administração	1 Jan 2016	31 Dez 2016	76.000	
Davina Bruckner	Membro não executivo do Conselho de Administração	1 Jan 2016	27 Abr 2016	24.125	
Yvonne Lang Ketterer	Membro não executivo do Conselho de Administração	27 Abr 2016	31 Dez 2016	49.500	
Bart De Smet	Chief Executive Officer (CEO)	1 Jan 2016	31 Dez 2016	Ver acima ²⁾	13.457 ⁴⁾
Christophe Boizard	Chief Financial Officer (CFO)	1 Jan 2016	31 Dez 2016	Ver acima ²⁾	12.849 ⁴⁾
Filip Coremans	Chief Risk Officer (CRO)	1 Jan 2016	31 Dez 2016	Ver acima ²⁾	3.610 ⁴⁾
Antonio Cano	Chief Operating Officer (COO)	27 Abr 2016	31 Dez 2016	Ver acima ²⁾	5.244 ⁴⁾
Total				783.125	319.753

1) Os membros do Conselho de Administração recebem igualmente um honorário de participação pelas reuniões das comissões onde participam como convidados.

2) Os membros executivos do Conselho de Administração não são remunerados como membros do Conselho de Administração, mas como membros da Comissão Executiva (consulte a nota 7.3.2 para obter detalhes sobre a sua remuneração).

3) Excluindo reembolso de despesas.

4) Não incluindo as ações comprometidas para concessão como LTI.

5) Ações detidas indiretamente através de fundos.

As remunerações recebidas pelos membros do Conselho de Administração em 2016 pelos seus mandatos em subsidiárias da Ageas são mencionadas na tabela abaixo.

	De	Até	Remuneração total em 2016 (em euros) como membro do Conselho de Administração de subsidiárias da Ageas ²⁾
Jozef De Mey	1 Jan 2016	31 Dez 2016	151.403
Guy de Selliers de Moranville	1 Jan 2016	31 Dez 2016	56.996
Roel Nieuwdorp	1 Jan 2016	31 Dez 2016	60.000
Lionel Perl	1 Jan 2016	31 Dez 2016	48.592
Jan Zegering Hadders	1 Jan 2016	31 Dez 2016	59.956
Steve Broughton	1 Jan 2016	27 Abr 2016	13.498
Jane Murphy	1 Jan 2016	31 Dez 2016	47.535
Richard Jackson	1 Jan 2016	31 Dez 2016	25.000
Lucrezia Reichlin	1 Jan 2016	31 Dez 2016	
Davina Bruckner	1 Jan 2016	27 Abr 2016	
Yvonne Lang Ketterer	27 Abr 2016	31 Dez 2016	
Bart De Smet	1 Jan 2016	31 Dez 2016	Ver acima ¹⁾
Christophe Boizard	1 Jan 2016	31 Dez 2016	Ver acima ¹⁾
Filip Coremans	1 Jan 2016	31 Dez 2016	Ver acima ¹⁾
Antonio Cano	27 Abr 2016	31 Dez 2016	Ver acima ¹⁾
Total			462.980

1) Os membros executivos do Conselho de Administração não são remunerados como membros do Conselho de Administração, mas como membros da Comissão Executiva (consulte a nota 7.3.2 para obter detalhes sobre a sua remuneração).

2) Excluindo reembolso de despesas.

7.3.2 Remunerações dos membros da Comissão Executiva da Ageas

A 31 de dezembro de 2016, a Comissão Executiva da Ageas era composta por Bart De Smet (CEO), Christophe Boizard (CFO), Filip Coremans (CRO) e Antonio Cano (COO). Antonio Cano foi nomeado como membro adicional da Comissão Executiva na Assembleia Geral de Acionistas de 27 de abril de 2016. A remuneração de Antonio Cano nos comentários abaixo é relatada ao longo de todo o exercício de 2016, e é relacionada apenas com o seu cargo como COO da Ageas. Todos os membros da Comissão Executiva são membros executivos do Conselho de Administração.

Em 2016, o total das remunerações da Comissão Executiva ascendeu a 3.803.583 euros, comparados com 4.237.912 em 2015.

Esta incluiu:

- uma remuneração base de 2.000.000 euros (comparados com 1.450.000 em 2015). O aumento é devido sobretudo à extensão da Comissão Executiva com um membro;
- um incentivo a curto prazo (STI) de 805.949 euros em 2016 (comparados com 732.759 euros em 2015). Em linha com a Política de remunerações aprovada, apenas 50% do incentivo de curto prazo para 2014 foi pago em 2015, 25% foram ajustados e pagos em 2016, o remanescente irá ser ajustado e pago em 2017. Adicionalmente, apenas 50% do incentivo de curto prazo para 2015 foi pago em 2016, o remanescente será ajustado e pago em 2017 e 2018. O STI para o exercício financeiro de 2016 será pago parcialmente em 2017, 2018 e 2019;
- tendo em conta o desempenho relativo da Rentabilidade total para o acionista (TSR), das ações da Ageas ao longo do exercício de 2016, não há concessão de um incentivo de longo prazo (LTI) para 2016 (comparando com 2015, quando existiram 38.038 ações por um montante de 1.305.000 euros);
- custos com pensões de 690.641 euros (excluindo impostos) (comparados com 518.365 euros em 2015);
- um montante de 306.993 euros (comparados com 231.788 euros em 2015), representando outros benefícios habituais, tais como saúde, morte, incapacidade e carro da companhia;
- não foi paga qualquer compensação por cessação em 2016.

A remuneração de cada membro da Comissão Executiva é detalhada com maior detalhes em baixo.

Política de remunerações

A Política de remunerações para os membros da Gestão Executiva foi determinada pelo Conselho de Administração, mediante propostas da Comissão de remunerações, aprovadas em abril de 2010 e alteradas em abril de 2011 pelas Assembleias Gerais de Acionistas da Ageas SA/NV e da Ageas N.V. Para obter informação mais detalhada sobre a remuneração aplicável aos membros da Comissão Executiva da Ageas, consulte o Relatório da Comissão de Remunerações.

O pacote de remunerações faz parte dos termos e condições específicos de um contrato: uma descrição dos componentes do pacote, cláusulas de cessação e várias outras cláusulas, tais como confidencialidade e exclusividade. Com efeito a partir de 1 de dezembro de 2009, os contratos incluíram uma indemnização por cessação, de acordo com os regulamentos estabelecidos pelo governo belga.

Os membros da Comissão Executiva são empregados por conta própria.

Remunerações dos membros da ExCo em 2016

A remuneração dos membros da Comissão Executiva, que são todos membros do Conselho de Administração, está relacionada apenas com o seu cargo como membro da Comissão Executiva.

CEO

A remuneração de Bart De Smet foi determinada após consultar uma empresa externa especializada em remunerações e benefícios de executivos, após recomendação da Comissão de remunerações e de acordo com a Política de remunerações.

A remuneração de Bart De Smet em 2016 foi composta por:

- uma remuneração base de 650.000 euros, dentro do intervalo aprovado pelos acionistas em 2013. A Assembleia Geral de Acionistas validou em 27 de abril de 2016 o relatório de remunerações, incluindo o aumento da remuneração base anual do CEO, de 575.000 euros para 650.000, aplicável a partir de 1 de janeiro de 2016;
- um incentivo a curto prazo de 308.750 euros Em linha com a Política de remunerações, irá receber 310.320 euros durante 2017, dos quais:
 - 154.375 euros, correspondendo a 50% de STI de 308.750 euros relacionados com o exercício financeiro de 2016. O remanescente será pago nos próximos dois anos, sujeito a revisão – em alta ou em baixa – conforme previsto na Política de remunerações;
 - 77.694 euros, correspondendo a 25% de STI para o exercício financeiro de 2015, após revisão em baixa do montante inicial de 86.250 euros, tendo em conta o resultado de 2016. O remanescente será pago no próximo ano, sujeito a revisão – em alta ou em baixa, e;
 - 78.251 euros, correspondendo a 25% de STI para o exercício financeiro de 2014, após revisão em baixa do montante inicial de 81.938 euros, tendo em conta os resultados de 2015.
- não houve concessão de um incentivo de curto prazo ao longo do ano de 2016. Isto em comparação com 15.084 ações ao longo do ano de 2015;
- um montante de 247.666 euros (excluindo impostos), que representa os custos do plano de pensões de contribuição definida;
- um montante de 83.043 euros, que representa outros benefícios habituais, tais como saúde, morte, cobertura de incapacidade e carro da companhia.

Outros membros da Comissão Executiva

Em 2016, a remuneração de Christophe Boizard, CFO, incluiu:

- uma remuneração base de 450.000 euros, inalterada em comparação com 2015;
- um incentivo a curto prazo de 189.450 euros Em linha com a Política de remunerações, irá receber 203.028 euros durante 2017, dos quais:
 - 94.725 euros, correspondendo a 50% de STI de 189.450 euros relacionados com o exercício financeiro de 2016. O remanescente será pago nos próximos dois anos, sujeito a revisão – em alta ou em baixa – conforme previsto na Política de remunerações;
 - 55.406 euros, correspondendo a 25% de STI para o exercício financeiro de 2015, após revisão em baixa do montante inicial de 62.100 euros, tendo em conta o resultado de 2016. O remanescente será pago no próximo ano, sujeito a revisão – em alta ou em baixa;
 - 52.897 euros, correspondendo a 25% de STI para o exercício financeiro de 2014, após revisão em baixa do montante inicial de 55.622 euros, tendo em conta os resultados de 2015.
- não houve concessão de um incentivo de curto prazo ao longo do ano de 2016. Isto em comparação com 11.805 ações ao longo do ano de 2015;
- um montante de 172.194 euros (excluindo impostos), que representa os custos do plano de pensões de contribuição definida;
- um montante de 93.391 euros, que representa outros benefícios habituais, tais como saúde, morte, cobertura de incapacidade e carro da companhia.

Em 2016, a remuneração de Filip Coremans, CRO, incluiu:

- uma remuneração base de 450.000 euros. A Assembleia Geral de Acionistas validou em 27 de abril de 2016 o relatório de remunerações, incluindo o aumento da remuneração base anual do CRO, de 425.000 euros para 450.000, aplicável a partir de 1 de janeiro de 2016;
- um incentivo a curto prazo de 202.275 euros Em linha com a Política de remunerações, irá receber 184.217 euros durante 2017, dos quais:
 - 101.138 euros, correspondendo a 50% de STI de 202.275 euros relacionados com o exercício financeiro de 2016. O remanescente será pago nos próximos dois anos, sujeito a revisão – em alta ou em baixa – conforme previsto na Política de remunerações;

- 55.674 euros, correspondendo a 25% de STI para o exercício financeiro de 2015, após revisão em baixa do montante inicial de 61.997 euros, tendo em conta o resultado de 2016. O remanescente será pago no próximo ano, sujeito a revisão – em alta ou em baixa;
- 27.405 euros, correspondendo a 25% de STI para o exercício financeiro de 2014, após revisão em baixa do montante inicial de 28.768 euros, tendo em conta os resultados de 2015 e 2016.

- não houve concessão de um incentivo de curto prazo ao longo do ano de 2016. Isto em comparação com 11.149 ações ao longo do ano de 2015;
- um montante de 150.830 euros (excluindo impostos), que representam os custos do plano de pensões de contribuição definida;
- um montante de 61.331 euros, que representam outros benefícios habituais, tais como saúde, morte, cobertura de incapacidade e carro da companhia.

Em 2016, a remuneração de Antonio Cano, COO, incluiu:

- uma remuneração base de 450.000 euros;
- um incentivo a curto prazo de 190.125 euros; Em linha com a Política de remunerações, irá receber 108.384 euros durante 2017, dos quais:
 - 95.063 euros, correspondendo a 50% de STI de 190.125 euros relacionados com o exercício financeiro de 2016. O remanescente será pago nos próximos dois anos, sujeito a revisão – em alta ou em baixa – conforme previsto na Política de remunerações;
 - 13.321 euros, correspondendo a 25% de STI para o exercício financeiro de 2015, após revisão em baixa do montante inicial de 14.902 euros, tendo em conta o resultado de 2016. O remanescente será pago no próximo ano, sujeito a revisão – em alta ou em baixa;
- não houve concessão de um incentivo de curto prazo ao longo do ano de 2016. Isto em comparação com 8.230 ações ao longo do ano de 2015;
- um montante de 119.951 euros (excluindo impostos), que representam os custos do plano de pensões de contribuição definida;
- um montante de 69.228 euros, que representam outros benefícios habituais, tais como saúde, morte, cobertura de incapacidade e carro da companhia.

Incentivo de longo prazo

Conforme mencionado acima, não houve concessão de um incentivo de curto prazo ao longo do ano de 2016. Isto em comparação com 2015, quando foram comprometidas 38.038 ações para serem concedidas à ExCo.

A tabela abaixo fornece uma visão geral do número de ações concedidas em exercícios anteriores. Estas ações vencem apenas em 30 de junho de N+4 e são ajustadas tendo em consideração do desempenho ao longo do período intercalar.

	Número de ações comprometidas para concessão para 2013	Número de ações comprometidas para concessão para 2014	Número de ações comprometidas para concessão para 2015	Número de ações comprometidas para concessão para 2016
Bart De Smet	10.101		15.084	
Christophe Boizard	7.466		11.805	
Filip Coremans			11.149	
Antonio Cano	4.684		8.230	
Total	22.251		46.268	

As ações comprometidas para concessão para o plano LTI de 2012 venceram em 30 de junho de 2016. O número de ações foi ajustado tendo em conta a evolução ao longo dos exercícios de 2013, 2014 e 2015. A tabela abaixo fornece uma visão geral do plano LTI de 2012.

	Número de ações comprometidas para concessão para 2012	Número ajustado adquirido em 30 de junho de 2016	Número de ações vendidas para financiar o imposto sobre o rendimento	Número de ações bloqueadas até 1 de janeiro de 2018
Bart De Smet	16.576	13.452	6.585	6.867
Christophe Boizard	14.090	11.160		11.160
Filip Coremans				
Antonio Cano	8.840	7.203	3.526	3.677
Total	39.506	31.815	10.111	21.704

Não existem ações restritas pendentes de anos anteriores. As ações de Antonio Cano são relativas ao seu mandato como membro da Comissão Executiva da Ageas.

Antes da nomeação

Os detalhes das opções de ações (concedidas) entregues aos membros da ExCo em relação aos seus cargos anteriores no Grupo são os seguintes.

	Ano	Número de opções concedidas	Preço do exercício	Data de expiração	Exercida antes de 2016	Opções exercidas em 2016	Pendentes a 31 de dezembro de 2016
Filip Coremans	2007	4.778	28,62	02-04-2017			4.778
	2008	4.000	16,46	05-03-2018			4.000

Na tabela acima, o número de opções concedidas e o preço de exercício estão relacionados com as ações unitárias antes da reversão da divisão de ações em agosto de 2012. Para as exprimir como ações correntes e ao preço atual da ação, o número de opções tem de ser dividido por dez e o preço de exercício multiplicado por dez.

Os detalhes das ações restritas (concedidas) relacionadas com os planos Restricted Stock Unit atribuídos aos membros da ExCo em relação aos seus cargos anteriores no Grupo são os seguintes.

	Ano	Número de RSU concedidos	Data de aquisição	Adquiridas em 2016	Vendidas em 2016	RSU comprometidos para concessão em 31 de dezembro de 2016
Filip Coremans	2013	1.000	1-04-2016	2.000	2.000	
	2014	800	1-04-2017			800



Partes relacionadas

As partes relacionadas com a Ageas incluem associadas, fundos de pensão, membros do Conselho de Administração (ou seja, membros não executivos e executivos do Conselho de Administração da Ageas), gestores executivos, parentes próximos de qualquer indivíduo referido acima, entidades controladas ou influenciadas significativamente por qualquer indivíduo referido acima e outras entidades relacionadas. A Ageas realiza frequentemente transações com partes relacionadas no decurso das suas operações comerciais. Essas transações dizem respeito sobretudo a empréstimos, depósitos e contratos de resseguro, e são realizadas ao abrigo dos mesmos termos comerciais e de mercado que se aplicam a partes não relacionadas.

As companhias da Ageas podem conceder créditos, empréstimos ou garantias no decurso normal da sua atividade aos membros do Conselho de Administração e gestores executivos ou a parentes próximos dos membros do Conselho de Administração ou parentes próximos dos gestores executivos.

Em 31 de dezembro de 2016, não existiam empréstimos, créditos ou garantias bancárias pendentes concedidas a membros do Conselho de Administração e gestores executivos ou a parentes próximos dos membros do Conselho de Administração e parentes próximos de gestores executivos.

As transações realizadas com as seguintes partes realizadas durante o exercício terminado em 31 de dezembro são resumidas abaixo:

- associadas;
- outras partes relacionadas, tais como fundos de pensões;
- membros do Conselho de Administração.

Em abril de 2013, a Ageas fechou uma transação que incluiu a aquisição de uma participação de 33% na DTH Partners LLC. Davina Bruckner, que sucedeu a seu pai, Ronny Bruckner, e que se tornou um membro do Conselho de Administração da Ageas SA/NV em abril de 2014, está afiliada com a DTH Partners LLC. O Conselho de Administração da DTH Partners LLC é presidido por Mr. Jozef De Mey (também presidente do Conselho de Administração da Ageas). Ao abrigo das regras IFRS, as transações e compromissos como este são considerados como uma transação com uma parte relacionada e têm assim que ser divulgados. Em 19 de abril de 2016, a Ageas anunciou que Davina Bruckner decidiu renunciar ao cargo de administrador da Ageas SA/NV, com efeitos a partir de 16 de abril de 2016, por motivos pessoais.

Detalhes da transação

Em dezembro de 2011, a AG Insurance emitiu para a DTH Partners LLC e NB 70 Pine LLC (em conjunto e vários mutuários), ambas companhias de investimentos imobiliários nos EUA, um empréstimo intercalar conversível de 70 milhões de dólares americanos (53 milhões de euros) para ajudar a financiar a aquisição de um imóvel emblemático na cidade de Nova Iorque, na Pine Street 70, em Manhattan. A maturidade do empréstimo foi em

26 de abril de 2013 e, consequentemente, os acordos seguintes foram finalizados e fechados:

- um acordo operacional com a DTH (ou seja, um acordo de joint-venture) entre a Westbridge s.à.r.l e a AG Real Estate Westinvest SA, resultante numa contribuição de capital de 103 milhões de dólares americanos (84,8 milhões de euros), representando uma participação de 33% na DTH Partners LLC. Esta participação no capital está incluída na demonstração da posição financeira, na rubrica 'Investimentos em associadas'. No final do exercício de 2013, a contabilização da aquisição foi completada, não sendo reconhecido goodwill nem badwill;
- um Acordo de Empréstimo Mezzanine entre a DTH Partners LLC e a AG Insurance por um montante nominal de 117,5 milhões de dólares americanos (96,8 milhões de euros) com taxas de juro iniciais entre 10,5% e 12%. O empréstimo Mezzanine beneficia de uma pacote de garantias que possui (i) uma caução de todas as ações emitidas da DTH Partners LLC (ii) vários acordos normais de garantias;
- um acordo de empréstimo intercalar entre a EBNB 70 Pine Development e a AG Real Estate (North Star NV) por 23 milhões de dólares americanos (18,9 milhões de euros). Este montante é parte de uma concessão intercalar total de 46 milhões de dólares americanos pelos acionistas da DTH para pré-financiar uma estrutura de imposto-crédito, que foi atrasado pelo processo de aprovação do Serviço de receita interna dos EUA.

Em 2016, a Ageas subscreveu adicionalmente aumentos posteriores de capital. No final do exercício, a contribuição de capital era de 125,8 milhões de dólares americanos (119,3 milhões de euros) para uma participação de 33%.

Em 2016, a DTH Partners LLC vendeu duas propriedades (Wall Street 63 & 67), por uma consolidação total de 417 milhões de dólares americanos, gerando um ganho de capital de 13,1 milhões de euros na nossa participação. Consequentemente, a DTH Partners LLC reembolsou a maior parte dos seus empréstimos mezzanine por um montante total de 62,4 milhões de dólares americanos, com um saldo no final do exercício de 55,1 milhões de dólares americanos (52,3 milhões de euros).

No início de 2015, a EBNB 70 Pine Development reembolsou o principal do seu empréstimo intercalar inicial e recebeu até duas novas tranches por um total de 61,0 milhões de dólares americanos (55,8 milhões de euros), dos quais 32,9 milhões de dólares foram sacados inicialmente. A EBNB 70 Pine Development reembolsou totalmente o montante do saque no decurso de 2016. Em relação ao empréstimo intercalar, o único saldo pendente é igual a 7,9 milhões de dólares americanos (7,5 milhões de euros) com juros acumulados. A sua maturidade é em abril de 2018.

No final de 2016, a AG Real Estate Westloan SA emitiu ações para a DTH Partners LLC. Os montantes a receber ascendem a 5,0 milhões de dólares americanos (4,7 milhões de euros) no final do ano.

Em 2013, ocorreu uma transação entre a Ageas SA/NV e um dos membros independentes do Conselho de Administração, Mr. Guy de Selliers de Moranville. A transação está relacionada com o arrendamento pela Ageas SA/NV de uma das suas propriedades. Esta propriedade é considerada como um local adequado para alojar convidados VIP do Conselho de Administração e da Gestão Executiva, e está arrendada por uma renda anual de 50.000 euros.

A gestão considera que as transações com a DTH Partners e Mr. Guy de Selliers de Moranville devem ser realizadas em condições normais de mercado.

Não ocorreram outras alterações nas transações com partes relacionadas, comparando com o final do exercício de 2015.

As tabelas abaixo apresentam as rubricas na demonstração de resultados e na demonstração da posição financeira onde estão incluídos os montantes das partes relacionadas.

	Associadas	Outras	2016 Total	Associadas	Outras	2015 Total
Demonstração de resultados - partes relacionadas						
Margem financeira	23,8	2,3	26,1	9,5	16,0	25,5
Receita de honorários e comissões	14,7		14,7	15,1		15,1
Outras receitas	0,6		0,6	0,5		0,5
Despesas de honorários e comissões	(26,8)		(26,8)	(19,3)		(19,3)
Custos operacionais, administrativos e outros				(0,1)		(0,1)

	Associadas	Outras	2016 Total	Associadas	Outras	2015 Total
Demonstração da posição financeira - partes relacionadas						
Investimentos financeiros	105,2		105,2	87,0		87,0
Devido pelos clientes	339,9	12,4	352,3	247,2	177,7	424,9
Outros ativos	6,9		6,9	5,9	3,5	9,4
Títulos de dívida, passivos subordinados e outros empréstimos	1,7		1,7	8,4		8,4
Outros passivos	3,7		3,7	5,0		5,0

As alterações nos empréstimos a partes relacionadas durante o exercício terminado a 31 de dezembro são as seguintes.

	2016	Empréstimos 2015
Empréstimos a partes relacionada a 1 de janeiro	424,9	254,4
Adições ou adiantamentos	59,3	169,5
Reembolsos	(125,2)	
Diferenças cambiais	(6,7)	
Outros		1,0
Empréstimos a partes relacionada a 31 de dezembro	352,3	424,9



Informação sobre segmentos operacionais

9.1 Informação geral

Segmentos operacionais

A Ageas está organizada em seis segmentos operacionais:

- Bélgica;
- Reino Unido (UK);
- Europa Continental;
- Ásia;
- Resseguro;
- Conta Geral.

A Ageas decidiu que o modo mais adequado de relatar os segmentos operacionais ao abrigo das IFRS é por região onde a Ageas opera, ou seja, Bélgica, Reino Unido, Europa Continental, Ásia e Resseguros. Adicionalmente, a Ageas relata atividades que não estão relacionadas com a atividade nuclear de seguros, tais como financiamento do Grupo e outras atividades de holding, na Conta Geral, que é tratada como um segmento operacional separado.

Esta abordagem de segmentos é consistente com o âmbito das responsabilidades de gestão.

As transações entre as várias atividades são realizadas ao abrigo de termos e condições comerciais padrão.

Regras de alocação

De acordo com o modelo de negócio da Ageas, as companhias de seguros relatam atividades de suporte diretamente nas áreas de negócio.

Quando se alocam itens da demonstração da posição financeira aos segmentos operacionais, é utilizada uma abordagem de baixo para cima com base nos produtos vendidos a clientes externos.

Para os itens na demonstração da posição financeira não relacionados com produtos vendidos a clientes, é aplicada uma metodologia feita à medida adaptada ao modelo de negócio específico de cada segmento relatable.

9.2 Bélgica

As atividades de seguros belgas, que operam sob o nome de AG Insurance, têm uma história longa. A companhia serve aproximadamente 3,5 milhões de clientes e suas receitas de prémios ascenderam a 6,1 mil milhões de euros em 2016. Cerca de 69% destas receitas provêm dos seguros Vida; o restante de seguros não Vida. A AG Insurance é igualmente proprietária a 100% da AG Real Estate, que gere as suas atividades imobiliárias e que se tornou no maior grupo imobiliário na Bélgica.

A AG Insurance está direcionada para indivíduos privados, bem como para empresas de pequena, média e grande dimensão. Oferece aos seus clientes uma gama global de seguros Vida e não Vida através de vários canais, tais como corretores independentes e através de canais bancários do BNP Paribas Fortis SA/NV e das suas subsidiárias. A AG Employee Benefits é a unidade de negócio dedicada que oferece soluções de pensões e cuidados de saúde de grupos, sobretudo a grandes empresas. Desde maio de 2009, o BNP Paribas Fortis SA/NV detém 25% da AG Insurance.

9.3 Reino Unido (UK)

O negócio da Ageas no Reino Unido tem uma presença como uma das seguradoras genéricas estabelecidas no Reino Unido, e adota uma estratégia de distribuição multicanal através de corretores, parceiros e distribuição própria. A visão é o crescimento da rentabilidade no mercado de seguros genéricos no Reino Unido, através da oferta de uma ampla gama de soluções de seguros, focando-se nas linhas pessoais e as linhas comerciais de pequenas empresas.

Até 2015, a Ageas dividia os resultados no Reino Unido em dois subsegmentos não Vida e Outros seguros. Outros seguros incluía os resultados das suas operações de retalho e os custos da sede no Reino Unido. A partir do primeiro trimestre de 2016, o anterior segmento Outros seguros foi integrado no segmento não Vida após a integração completa das atividades de distribuição na organização de vendas não Vida.

9.4 Europa continental

A Europa Continental é constituída pelas atividades de seguros da Ageas na Europa, excluindo Bélgica e Reino Unido. A Ageas está ativa em cinco mercados: Portugal, França, Itália, Luxemburgo e Turquia. A gama de produtos inclui Vida (em Portugal, França e Luxemburgo) e não Vida (em Portugal, Itália e Turquia). O acesso aos mercados é facilitado por várias parcerias-chave com companhias que possuem uma posição dimensionável nos respetivos mercados.

Em 2016, cerca de 72% das entradas totais estavam relacionadas com Vida, e o restante relacionado com não Vida.

9.5 Ásia

A Ageas está ativa em vários países na Ásia, com o seu escritório regional baseado em Hong Kong. As atividades estão organizadas na forma de joint ventures com parceiros locais líderes na China (20-24,9% detidos pela Ageas), Malásia (30,95% detidos pela Ageas), Tailândia (15-31% detidos pela Ageas), Índia (26% detidos pela Ageas), Filipinas (50% detidos pela Ageas) e Vietname (29% detidos pela Ageas e 3% através da Muang Thai Life). Em termos de relatórios, estas participações são reconhecidas como associadas de capital.

No segundo trimestre de 2016, a Ageas vendeu a sua atividade de seguros Vida totalmente consolidada em Hong Kong.

9.6 Resseguro

A Intreas é o ressegurador não Vida interno da Ageas, estabelecido em 2015 com o objetivo de otimizar os programas de resseguros não Vida do Grupo Ageas. Em 2015, os valores da Intreas foram relatados como parte da Conta Geral. A partir de 2016, as atividades da Intreas são apresentadas num segmento separado em Seguros e, mais especificamente, nas atividades não Vida. Sendo um ressegurador interno, parte da atividade tem de ser eliminada no processo de consolidação dos Seguros totais do Grupo Ageas.

A Intreas iniciou o registo da atividade na segunda metade de 2015, e está a construir gradualmente um maior registo de negócios a partir de 2016.

9.7 Conta Geral

A Conta Geral inclui as atividades não relacionadas com a atividade nuclear de seguros, tais como o financiamento do Grupo e outras atividades da holding. Adicionalmente, a Conta Geral inclui igualmente o investimento nos Royal Park Investments, os passivos relacionados CASHES/RPN(I) e a opção de venda subscrita sobre AG Insurance.

9.8 Demonstração da posição financeira por segmento operacional

31 de dezembro de 2016	Bélgica	Reino Unido	Europa Continental	Ásia	Resseguro	Eliminações de seguros	Total Seguros	Conta Geral	Eliminações de grupos	Total
Ativos										
Caixa e equivalentes de caixa	869,2	157,0	335,8	5,0	13,3		1.380,3	800,6		2.180,9
Investimentos financeiros	53.694,5	2.273,9	10.136,9		99,2		66.204,5	377,2	(10,3)	66.571,4
Propriedade de investimento	2.684,0	24,3	64,2				2.772,5			2.772,5
Empréstimos	7.807,8	63,6	24,2				7.895,6	1.458,0	(668,6)	8.685,0
Investimentos relacionados										
com contratos unit-linked	7.164,4		7.191,3				14.355,7			14.355,7
Investimentos financeiros em associadas	469,2	76,4	251,3	2.005,4			2.802,3	46,9	6,5	2.855,7
Resseguro e outras contas a receber	833,9	780,6	333,2	0,8	24,4	(27,1)	1.945,8	252,8	(6,3)	2.192,3
Ativos por impostos correntes		38,5	28,6				67,1			67,1
Ativos por impostos diferidos	41,1	25,7	104,7				171,5			171,5
Juros acumulados e outros ativos	1.387,0	264,9	249,4	0,3	1,6		1.903,2	129,0	(126,1)	1.906,1
Imóveis, instalações e equipamentos	1.105,8	57,0	8,9				1.171,7	0,6		1.172,3
Goodwill e outros ativos intangíveis	404,6	253,8	559,3				1.217,7			1.217,7
Ativos detidos para venda	145,3						145,3			145,3
Total de ativos	76.606,8	4.015,7	19.287,8	2.011,5	138,5	(27,1)	102.033,2	3.065,1	(804,8)	104.293,5
Passivos										
Responsabilidades resultantes de contratos de seguros Vida	24.670,3		3.555,9				28.226,2		(8,1)	28.218,1
Responsabilidade de contratos de investimento Vida	27.162,0		4.740,2				31.902,2			31.902,2
Responsabilidades relacionadas com contratos unit-linked	7.164,4		7.188,9				14.353,3			14.353,3
Responsabilidades de contratos de seguros não Vida	3.886,7	2.694,6	1.388,8		29,9	(24,8)	7.975,2			7.975,2
Passivos subordinados	1.363,9	202,4	175,0				1.741,3	1.250,0	(668,6)	2.322,7
Empréstimos	2.355,7	102,8	37,3				2.495,8			2.495,8
Passivos por impostos correntes	56,7	1,4	36,1				94,2			94,2
Passivos por impostos diferidos	1.285,4		63,0				1.348,4	2,2		1.350,6
RPN(I)								275,0		275,0
Juros acumulados e outros passivos	2.028,3	193,4	372,5	7,4	4,4	(2,5)	2.603,5	173,4	(117,6)	2.659,3
Provisões	23,7	6,0	8,9				38,6	1.028,6		1.067,2
Passivos relacionados										
com opções de vendas emitidas em NCI	108,9						108,9	1.266,0		1.374,9
Total do passivo	70.106,0	3.200,6	17.566,6	7,4	34,3	(27,3)	90.887,6	3.995,2	(794,3)	94.088,5
Capitais Próprios	4.682,8	815,1	1.350,0	2.004,1	104,2	0,7	8.956,9	614,8	(11,1)	9.560,6
Participações não controladas	1.818,0		371,2			(0,5)	2.188,7	(1.544,9)	0,6	644,4
Total capitais próprios	6.500,8	815,1	1.721,2	2.004,1	104,2	0,2	11.145,6	(930,1)	(10,5)	10.205,0
Total de passivos e capitais próprios	76.606,8	4.015,7	19.287,8	2.011,5	138,5	(27,1)	102.033,2	3.065,1	(804,8)	104.293,5
Número de empregados	6.208	3.953	1.714	67	4		11.946	134		12.080

31 de dezembro de 2015	Bélgica	Reino Unido	Europa Continental	Ásia	Conta Geral	Eliminações	Total
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	934,6	209,6	219,4	194,5	836,2		2.394,3
Investimentos financeiros	52.600,3	2.582,9	8.567,4	2.436,4	370,9	(10,7)	66.547,2
Propriedade de investimento	2.781,2	46,9	19,0				2.847,1
Empréstimos	6.561,6	78,0	30,3	248,6	1.534,9	(1 167,1)	7.286,3
Investimentos relacionados com contratos unit-linked	6.991,2		7.225,5	931,4		(22,1)	15.126,0
Investimentos financeiros em associadas	434,1	96,8	262,8	1.991,6	48,9	7,2	2.841,4
Resseguro e outras contas a receber	766,3	869,9	250,1	124,4	8,6	(5,4)	2.013,9
Ativos por impostos correntes	2,7	9,4	27,0				39,1
Ativos por impostos diferidos	40,4	37,4	53,4				131,2
Juros acumulados e outros ativos	1.418,6	314,6	226,5	571,8	165,8	(129,3)	2.568,0
Imóveis, instalações e equipamentos	1.079,6	58,7	7,1	5,9	0,8		1.152,1
Goodwill e outros ativos intangíveis	394,9	294,3	415,0	435,0			1.539,2
Ativos detidos para venda							
Total ativos	74.005,5	4.598,5	17.303,5	6.939,6	2.966,1	(1.327,4)	104.485,8
Passivos							
Passivos resultantes de contratos de seguros Vida	23.673,8		3.161,4	2.243,3		(4,8)	29.073,7
Passivos resultantes de contratos de investimento Vida	25.671,1		4.231,1	0,7			29.902,9
Passivos relacionados com contratos unit-linked	6.991,2		7.219,2	931,4			15.141,8
Passivos resultantes de contratos de seguros Não Vida	3.779,1	2.908,9	771,8		3,7		7.463,5
Passivos subordinados	1.440,6	183,4	178,0		1.345,1	(766,7)	2.380,4
Empréstimos	2.255,3	141,9	26,8	584,1	201,9	(422,5)	2.787,5
Passivos por impostos correntes	61,0	2,6	17,3	1,9			82,8
Passivos por impostos diferidos	1.517,2	0,4	44,4		3,0		1.565,0
RPN(I)					402,0		402,0
Juros acumulados e outros passivos	1.683,4	226,9	320,8	168,8	96,3	(123,1)	2.373,1
Provisões	23,5	5,8	7,7		138,0		175,0
Passivos relacionados com opções de venda emitidas em NCI	99,1				1.064,0		1.163,1
Total do passivo	67.195,3	3.469,9	15.978,5	3.930,2	3.254,0	(1.317,1)	92.510,8
Capitais Próprios	4.932,0	1.128,6	976,5	3.009,4	1.339,9	(10,3)	11.376,1
Participações não controladas	1.878,2		348,5		(1.627,8)		598,9
Total capitais próprios	6.810,2	1.128,6	1.325,0	3.009,4	(287,9)	(10,3)	11.975,0
Total de passivos e capitais próprios	74.005,5	4.598,5	17.303,5	6.939,6	2.966,1	(1.327,4)	104.485,8
Número de empregados	6.163	4.289	879	462	126		11.919

9.9 Demonstração de resultados por segmento operacional

2016	Bélgica	Reino Unido	Europa Continental	Ásia	Resseguro	Eliminações de seguros	Total Seguros	Conta Geral	Eliminações de grupos	Total
Resultado										
- Receitas de prémios brutos	5.659,2	1.719,8	1.754,1	143,9	41,1	(41,1)	9.277,0		(0,3)	9.276,7
- Variação em prémios não adquiridos	4,9	(10,8)	(3,8)				(9,7)			(9,7)
- Prémios adquiridos cedidos	(56,2)	(110,6)	(100,9)	(12,1)	(27,0)	41,1	(265,7)			(265,7)
Prémios de seguros adquiridos	5.607,9	1.598,4	1.649,4	131,8	14,1		9.001,6		(0,3)	9.001,3
Receitas de participações, dividendos e outros investimentos	2.544,4	68,2	270,9	50,6	1,2		2.935,3	36,4	(33,0)	2.938,7
Ganhos (perdas) não realizados em RPN(I)								82,7		82,7
Resultado em vendas e revalorizações	209,5	11,8	25,6	203,2	(0,5)		449,6	196,1		645,7
Receitas relacionadas com investimentos de contratos unit-linked	231,5		224,8	(30,6)			425,7			425,7
Participação em resultados de associadas	17,5	(20,7)	17,1	210,0			223,9	25,9		249,8
Receita de honorários e comissões	126,3	106,0	109,5	28,3	1,9	(1,2)	370,8			370,8
Outras receitas	150,7	36,2	17,0	8,9		(4,3)	208,5	7,9	(17,0)	199,4
Total de receitas	8.887,8	1.799,9	2.314,3	602,2	16,7	(5,5)	13.615,4	349,0	(50,3)	13.914,1
Custos										
- Custos com sinistros e benefícios, bruto	(5.929,9)	(1.372,0)	(1.413,6)	(113,2)	(28,3)	22,1	(8.834,9)		0,8	(8.834,1)
- custos com sinistros e benefícios, cedido	58,4	82,7	30,2	4,5	20,7	(22,1)	174,4			174,4
Custos com sinistros e benefícios, líquido	(5.871,5)	(1.289,3)	(1.383,4)	(108,7)	(7,6)		(8.660,5)		0,8	(8.659,7)
Taxas relacionadas com contratos unit-linked	(260,9)		(255,7)	27,9			(488,7)			(488,7)
Custos de financiamento	(112,5)	(9,0)	(32,3)	(17,9)			(171,7)	(28,0)	32,5	(167,2)
Variação das imparidades	(28,7)		(18,0)	(5,2)			(51,9)	(12,8)		(64,7)
Variação das provisões	(0,2)		0,1				(0,1)	(892,6)		(892,7)
Despesas de honorários e comissões	(632,2)	(321,7)	(185,1)	(35,0)	(4,5)	1,2	(1.177,3)			(1.177,3)
Despesas com pessoal	(502,6)	(190,0)	(86,8)	(36,3)		-	(815,7)	(39,2)	8,9	(846,0)
Outras despesas	(763,7)	(174,5)	(160,9)	(31,5)	(2,0)	4,3	(1.128,3)	(62,9)	8,1	(1.183,1)
Total de despesas	(8.172,3)	(1.984,5)	(2.122,1)	(206,7)	(14,1)	5,5	(12.494,2)	(1.035,5)	50,3	(13.479,4)
Resultado antes de impostos	715,5	(184,6)	192,2	395,5	2,6		1.121,2	(686,5)		434,7
Imposto sobre o rendimento (despesas)	(170,7)	28,6	(61,1)	(1,3)			(204,5)	(7,4)		(211,9)
Resultado líquido do período	544,8	(156,0)	131,1	394,2	2,6		916,7	(693,9)		222,8
Atribuível a participações não controladas	154,2		41,3				195,5		0,2	195,7
Resultado líquido atribuível a acionistas	390,6	(156,0)	89,8	394,2	2,6		721,2	(693,9)	(0,2)	27,1
Total de receitas de clientes externos	8.893,2	1.808,5	2.319,8	602,2			13.623,7	279,2		13.902,9
Total de receitas internas	(5,4)	(8,6)	(5,5)		16,7	(5,5)	(8,3)	69,8	(50,3)	11,2
Total de receitas	8.887,8	1.799,9	2.314,3	602,2	16,7	(5,5)	13.615,4	349,0	(50,3)	13.914,1
Custos não monetários (excluindo depreciação e amortização)	(83,6)		(9,2)	(36,3)			(129,1)	(893,3)		(1.022,4)

As entradas brutas (soma dos prémios brutos emitidos e entradas de prémios de contratos de investimentos sem características de participação discricionária) podem ser calculadas do seguinte modo.

2016	Bélgica	Reino Unido	Europa Continental	Ásia	Resseguro	Eliminações de seguros	Total Seguros	Conta Geral	Eliminações de grupos	Total
Receita de prémios brutos	5.659,2	1.719,8	1.754,1	143,9	41,1	(41,1)	9.277,0		(0,3)	9.276,7
Contabilização da entrada de depósitos	405,7		888,6	39,4			1.333,7			1.333,7
Entradas brutas	6.064,9	1.719,8	2.642,7	183,3	41,1	(41,1)	10.610,7		(0,3)	10.610,4

2015	Bélgica	Reino Unido	Europa Continental	Ásia	Conta Geral	Eliminações	Total
Resultado							
- <i>Receitas de prémios brutos</i>	5.186,5	1.904,8	1.851,7	415,8	3,4	(3,6)	9.358,6
- <i>Variação em prémios não adquiridos</i>	8,0	(29,0)	(10,0)				(31,0)
- <i>Prémios adquiridos cedidos</i>	(60,6)	(124,8)	(75,1)	(34,4)	(0,2)	3,4	(291,7)
Prémios de seguros adquiridos	5.133,9	1.751,0	1.766,6	381,4	3,2	(0,2)	9.035,9
Receita de participações, dividendos e outros investimentos	2.557,7	74,4	243,0	136,8	51,4	(54,8)	3.008,5
Ganhos (perdas) não realizados em RPN(I)					65,0		65,0
Resultado em vendas e revalorizações	167,7	7,2	15,2	2,5	(0,6)		192,0
Receitas relacionadas com investimentos em contratos unit-linked	250,2		276,1	(61,6)			464,7
Participação em resultados de associadas	3,3	(0,2)	13,1	248,1	21,8		286,1
Receita de honorários e comissões	150,7	92,1	101,9	90,5			435,2
Outras receitas	135,2	101,8	2,2	0,9	8,4	(18,7)	229,8
Total de receitas	8.398,7	2.026,3	2.418,1	798,6	149,2	(73,7)	13.717,2
Custos							
- <i>Custos com sinistros e benefícios, bruto</i>	(5.402,4)	(1.255,0)	(1.610,2)	(338,9)	(3,7)	0,2	(8.610,0)
- <i>Custos com sinistros e benefícios, cedido</i>	22,1	40,8	24,2	15,4			102,5
Custos com sinistros e benefícios, líquido	(5.380,3)	(1.214,2)	(1.586,0)	(323,5)	(3,7)	0,2	(8.507,5)
Taxas relacionadas com contratos unit-linked	(284,6)		(330,9)	53,3			(562,2)
Custos de financiamento	(110,0)	(8,7)	(10,8)	(46,8)	(45,5)	54,8	(167,0)
Variação das imparidades	(41,7)		(28,0)	(1,6)	(8,3)		(79,6)
Variação das provisões	0,9	(1,9)	1,3		0,1		0,4
Despesas de honorários e comissões	(648,7)	(364,2)	(149,5)	(110,7)	(0,3)		(1.273,4)
Despesas com pessoal	(498,8)	(214,0)	(62,4)	(51,7)	(22,8)	3,0	(846,7)
Outras despesas	(724,2)	(188,0)	(128,8)	(41,3)	(49,0)	15,7	(1.115,6)
Total de despesas	(7.687,4)	(1.991,0)	(2.295,1)	(522,3)	(129,5)	73,7	(12.551,6)
Resultado antes de impostos	711,3	35,3	123,0	276,3	19,7		1.165,6
Receitas (despesas) de impostos	(181,8)	(5,8)	(29,4)	(4,4)	(4,6)		(226,0)
Resultado líquido do período	529,5	29,5	93,6	271,9	15,1		939,6
Atribuível a participações não controladas	145,8		23,6				169,4
Resultado líquido atribuível a acionistas	383,7	29,5	70,0	271,9	15,1		770,2
Total de receitas de clientes externos	8.387,2	1.978,2	2.418,6	790,5	142,7		13.717,2
Total de receitas internas	11,5	48,1	(0,5)	8,1	6,5	(73,7)	
Total de receitas	8.398,7	2.026,3	2.418,1	798,6	149,2	(73,7)	13.717,2
Custos não monetários (excluindo depreciação e amortização)	(98,3)		(11,5)	(62,8)			(172,6)

As entradas brutas (soma dos prémios brutos emitidos e entradas de prémios de contratos de investimentos sem características de participação discricionária) podem ser calculadas do seguinte modo.

2015	Bélgica	Reino Unido	Europa Continental	Ásia	Conta Geral	Eliminações	Total
Receita de prémios brutos	5.186,5	1.904,8	1.851,7	415,8	3,4	(3,6)	9.358,6
Contabilização da entrada de depósitos	492,6		673,9	141,4			1.307,9
Entradas brutas	5.679,1	1.904,8	2.525,6	557,2	3,4	(3,6)	10.666,5

9.10 Demonstração da posição financeira dividida em Vida e não Vida

31 de dezembro de 2016	Vida	Não Vida	Eliminações de seguros	Total Seguros	Conta Geral	Eliminações de grupos	Total
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	993,3	387,0		1.380,3	800,6		2.180,9
Investimentos financeiros	58.353,2	7.851,3		66.204,5	377,2	(10,3)	66.571,4
Propriedade de investimento	2.506,6	265,9		2.772,5			2.772,5
Empréstimos	6.972,3	959,2	(35,9)	7.895,6	1.458,0	(668,6)	8.685,0
Investimentos relacionados com contratos unit-linked	14.355,7			14.355,7			14.355,7
Investimentos financeiros em associadas	2.416,0	386,3		2.802,3	46,9	6,5	2.855,7
Resseguro e outras contas a receber	474,1	1.939,4	(467,7)	1.945,8	252,8	(6,3)	2.192,3
Ativos por impostos correntes	5,7	61,4		67,1			67,1
Ativos por impostos diferidos	80,5	91,0		171,5			171,5
Juros acumulados e outros ativos	1.399,0	504,2		1.903,2	129,0	(126,1)	1.906,1
Imóveis, instalações e equipamentos	979,8	191,9		1.171,7	0,6		1.172,3
Goodwill e outros ativos intangíveis	838,4	379,3		1.217,7			1.217,7
Ativos detidos para venda	129,7	15,6		145,3			145,3
Total de ativos	89.504,3	13.032,5	(503,6)	102.033,2	3.065,1	(804,8)	104.293,5
Passivos							
Passivos resultantes de contratos de seguros Vida	28.226,2			28.226,2		(8,1)	28.218,1
Passivos resultantes de contratos de investimento Vida	31.902,2			31.902,2			31.902,2
Passivos relacionados com contratos unit-linked	14.353,3			14.353,3			14.353,3
Passivos resultantes de contratos de seguros Não Vida		8.000,0	(24,8)	7.975,2			7.975,2
Passivos subordinados	1.266,6	510,6	(35,9)	1.741,3	1.250,0	(668,6)	2.322,7
Empréstimos	2.159,7	336,1		2.495,8			2.495,8
Passivos por impostos correntes	58,8	35,4		94,2			94,2
Passivos por impostos diferidos	1.046,7	301,7		1.348,4	2,2		1.350,6
RPN(I)					275,0		275,0
Juros acumulados e outros passivos	2.146,2	900,7	(443,4)	2.603,5	173,4	(117,6)	2.659,3
Provisões	21,1	17,5		38,6	1.028,6		1.067,2
Passivos relacionados com opções de venda emitidas em NCI	87,2	21,7		108,9	1.266,0		1.374,9
Total do passivo	81.268,0	10.123,7	(504,1)	90.887,6	3.995,2	(794,3)	94.088,5
Capitais Próprios	6.371,4	2.585,0	0,5	8.956,9	614,8	(11,1)	9.560,6
Participações não controladas	1.864,9	323,8		2.188,7	(1.544,9)	0,6	644,4
Total capitais próprios	8.236,3	2.908,8	0,5	11.145,6	(930,1)	(10,5)	10.205,0
Total de passivos e capitais próprios	89.504,3	13.032,5	(503,6)	102.033,2	3.065,1	(804,8)	104.293,5
Número de empregados	3.994	7.952		11.946	134		12.080

31 de dezembro de 2015	Vida	Não Vida	Outros Seguros	Conta Geral	Eliminações	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	1.173,5	331,2	53,4	836,2		2.394,3
Investimentos financeiros	58.887,4	7.299,4	0,2	370,9	(10,7)	66.547,2
Propriedade de investimento	2.562,8	284,3				2.847,1
Empréstimos	6.136,3	734,2	48,0	1.534,9	(1.167,1)	7.286,3
Investimentos relacionados com contratos unit-linked	15.148,1				(22,1)	15.126,0
Investimentos financeiros em associadas	2.400,5	384,8		48,9	7,2	2.841,4
Resseguro e outras contas a receber	576,7	1.245,9	209,5	9,1	(27,3)	2.013,9
Ativos por impostos correntes	28,9	7,7	2,5			39,1
Ativos por impostos diferidos	61,9	63,1	6,2			131,2
Juros acumulados e outros ativos	2.101,4	424,3	25,2	165,8	(148,7)	2.568,0
Imóveis, instalações e equipamentos	964,0	175,3	12,0	0,8		1.152,1
Goodwill e outros ativos intangíveis	1.080,5	164,4	294,3			1.539,2
Ativos detidos para venda						
Total ativos	91.122,0	11.114,6	651,3	2.966,6	(1.368,7)	104.485,8
Passivos						
Passivos resultantes de contratos de seguros Vida	29.078,5				(4,8)	29.073,7
Passivos resultantes de contratos de investimento Vida	29.902,9					29.902,9
Passivos relacionados com contratos unit-linked	15.141,8					15.141,8
Passivos resultantes de contratos de seguros Não Vida		7.459,8		3,7		7.463,5
Passivos subordinados	1.363,1	391,8	47,1	1.345,1	(766,7)	2.380,4
Empréstimos	2.651,3	216,4	140,4	201,9	(422,5)	2.787,5
Passivos por impostos correntes	48,1	32,2	2,5			82,8
Passivos por impostos diferidos	1.315,2	246,8		3,0		1.565,0
RPN(I)				402,0		402,0
Juros acumulados e outros passivos	1.630,0	708,5	102,2	96,8	(164,4)	2.373,1
Provisões	21,7	15,3		138,0		175,0
Passivos relacionados com opções de venda emitidas em NCI	81,7	17,4		1.064,0		1.163,1
Total do passivo	81.234,3	9.088,2	292,2	3.254,5	(1.358,4)	92.510,8
Capitais Próprios	8.040,1	1.647,3	359,1	1.339,9	(10,3)	11.376,1
Participações não controladas	1.847,6	379,1		(1.627,8)		598,9
Total capitais próprios	9.887,7	2.026,4	359,1	(287,9)	(10,3)	11.975,0
Total de passivos e capitais próprios	91.122,0	11.114,6	651,3	2.966,6	(1.368,7)	104.485,8
Número de empregados	4.184	5.437	2.172	126		11.919

9.11 Demonstração de resultados dividida em Vida e não Vida

2016	Vida	Não Vida	Eliminações de seguros	Total Seguros	Conta Geral	Eliminações de grupos	Total
Resultado							
- Receita de prémios bruta	4.934,8	4.342,2		9.277,0		(0,3)	9.276,7
- Variação em prémios não adquiridos		(9,7)		(9,7)			(9,7)
- Prémios adquiridos cedidos	(45,5)	(220,2)		(265,7)			(265,7)
Prémios adquiridos líquidos	4.889,3	4.112,3		9.001,6		(0,3)	9.001,3
Receita de participações, dividendos e outros investimentos	2.612,8	338,4	(15,9)	2.935,3	36,4	(33,0)	2.938,7
Ganhos (perdas) não realizados em RPN(I)					82,7		82,7
Resultado em vendas e revalorizações	422,4	27,2		449,6	196,1		645,7
Receitas relacionadas com investimentos de contratos unit-linked	425,7			425,7			425,7
Participação em resultados de associadas	208,0	15,9		223,9	25,9		249,8
Receita de honorários e comissões	245,0	125,8		370,8			370,8
Outras receitas	119,8	91,2	(2,5)	208,5	7,9	(17,0)	199,4
Total de receitas	8.923,0	4.710,8	(18,4)	13.615,4	349,0	(50,3)	13.914,1
Custos							
- Sinistros de seguros e benefícios, bruto	(5.870,6)	(2.964,3)		(8.834,9)		0,8	(8.834,1)
- Sinistros de seguros e benefícios, cedido	18,1	156,3		174,4			174,4
Sinistros de seguros e benefícios, líquido	(5.852,5)	(2.808,0)		(8.660,5)		0,8	(8.659,7)
Taxas relacionadas com contratos unit-linked	(488,7)			(488,7)			(488,7)
Custos de financiamento	(133,9)	(37,8)		(171,7)	(28,0)	32,5	(167,2)
Variação das imparidades	(51,8)	(0,1)		(51,9)	(12,8)		(64,7)
Variação das provisões	(0,2)	0,1		(0,1)	(892,6)		(892,7)
Despesas de honorários e comissões	(390,7)	(786,6)		(1.177,3)			(1.177,3)
Despesas com pessoal	(389,4)	(426,3)		(815,7)	(39,2)	8,9	(846,0)
Outras despesas	(632,4)	(514,3)	18,4	(1.128,3)	(62,9)	8,1	(1.183,1)
Total de despesas	(7.939,6)	(4.573,0)	18,4	(12.494,2)	(1.035,5)	50,3	(13.479,4)
Resultado antes de impostos	983,4	137,8		1.121,2	(686,5)		434,7
Receitas (despesas) de impostos	(145,1)	(59,4)		(204,5)	(7,4)		(211,9)
Resultado líquido do período	838,3	78,4		916,7	(693,9)		222,8
Atribuível a participações não controladas	134,7	60,8		195,5		0,2	195,7
Resultado líquido atribuível a acionistas	703,6	17,6		721,2	(693,9)	(0,2)	27,1
Total de receitas de clientes externos	8.895,7	4.709,9	18,1	13.623,7	290,4		13.914,1
Total de receitas internas	27,3	0,9	(36,5)	(8,3)	58,6	(50,3)	
Total de receitas	8.923,0	4.710,8	(18,4)	13.615,4	349,0	(50,3)	13.914,1
Custos não monetários (excluindo depreciação e amortização)	(123,9)	(5,2)		(129,1)	(893,3)		(1.022,4)

As entradas brutas (soma dos prémios brutos emitidos e entradas de prémios de contratos de investimentos sem características de participação discricionária) podem ser calculadas do seguinte modo.

2016	Vida	Não Vida	Eliminações de seguros	Total Seguros	Conta Geral	Eliminações de grupos	Total
Receita de prémios brutos	4.934,8	4.342,2		9.277,0		(0,3)	9.276,7
Contabilização da entrada de depósitos	1.333,7			1.333,7			1.333,7
Entradas brutas	6.268,5	4.342,2		10.610,7		(0,3)	10.610,4

2015	Vida	Não Vida	Outros Seguros	Conta Geral	Eliminações	Total
Resultado						
- Receitas de prémios brutos	5.061,3	4.297,5		3,4	(3,6)	9.358,6
- Variação em prémios não adquiridos		(31,0)				(31,0)
- Prémios adquiridos cedidos	(66,0)	(228,9)		(0,2)	3,4	(291,7)
Prémios adquiridos líquidos	4.995,3	4.037,6		3,2	(0,2)	9.035,9
Receita de participações, dividendos e outros investimentos	2.711,2	313,0	(10,5)	51,4	(56,6)	3.008,5
Ganhos (perdas) não realizados em RPN(I)				65,0		65,0
Resultado em vendas e revalorizações	184,1	8,7	(0,2)	(0,6)		192,0
Receitas relacionadas com investimentos em contratos unit-linked	464,7					464,7
Participação em resultados de associadas	253,4	10,9		21,8		286,1
Receita de honorários e comissões	325,9	21,8	154,5		(67,0)	435,2
Outras receitas	94,8	59,6	105,0	8,9	(38,5)	229,8
Total de receitas	9.029,4	4.451,6	248,8	149,7	(162,3)	13.717,2
Custos						
- Sinistros de seguros e benefícios, bruto	(5.985,7)	(2.620,8)		(3,7)	0,2	(8.610,0)
- Sinistros de seguros e benefícios, cedido	33,2	69,3				102,5
Sinistros de seguros e benefícios, líquido	(5.952,5)	(2.551,5)		(3,7)	0,2	(8.507,5)
Taxas relacionadas com contratos unit-linked	(562,2)					(562,2)
Custos de financiamento	(153,1)	(17,5)	(7,6)	(45,5)	56,7	(167,0)
Variação das imparidades	(69,1)	(2,2)		(8,3)		(79,6)
Variação das provisões	0,7	(0,4)		0,1		0,4
Despesas de honorários e comissões	(476,2)	(829,0)	(34,9)	(0,3)	67,0	(1.273,4)
Despesas com pessoal	(394,7)	(323,2)	(109,0)	(22,8)	3,0	(846,7)
Outras despesas	(607,8)	(390,4)	(103,3)	(49,5)	35,4	(1.115,6)
Total de despesas	(8.214,9)	(4.114,2)	(254,8)	(130,0)	162,3	(12.551,6)
Resultado antes de impostos	814,5	337,4	(6,0)	19,7		1.165,6
Receitas (despesas) de impostos	(124,2)	(98,4)	1,2	(4,6)		(226,0)
Resultado líquido do período	690,3	239,0	(4,8)	15,1		939,6
Atribuível a participações não controladas	117,6	51,8				169,4
Resultado líquido atribuível a acionistas	572,7	187,2	(4,8)	15,1		770,2
Total de receitas de clientes externos	8.994,5	4.449,0	180,2	93,5		13.717,2
Total de receitas internas	34,9	2,6	68,6	56,2	(162,3)	
Total de receitas	9.029,4	4.451,6	248,8	149,7	(162,3)	13.717,2
Custos não monetários (excluindo depreciação e amortização)	(170,6)	(2,0)				(172,6)

As entradas brutas (soma dos prémios brutos emitidos e entradas de prémios de contratos de investimentos sem características de participação discricionária) podem ser calculadas do seguinte modo.

2015	Vida	Não Vida	Outros Seguros	Conta Geral	Eliminações	Total
Receita de prémios brutos	5.061,3	4.297,5		3,4	(3,6)	9.358,6
Contabilização da entrada de depósitos	1.307,9					1.307,9
Entradas brutas	6.369,2	4.297,5		3,4	(3,6)	10.666,5

9.12 Resultado operacional

Para analisar os resultados de seguros, a Ageas utiliza o conceito de resultado operacional.

O resultado operacional inclui prémios, honorários e proveitos financeiros alocados menos sinistros e benefícios e custos operacionais. Os ganhos e perdas realizados em investimentos apoiam determinadas responsabilidades de seguros, incluindo fundos separados, são parte dos proveitos financeiros, sendo assim incluídos. As receitas financeiras, líquidas dos custos do investimento relacionado, são alocadas às várias classes de Vida e não Vida, com base nas carteiras de investimento que apoiam os sinistros destas classes

A reconciliação da margem operacional e dos resultados antes de impostos inclui todos os proveitos e custos não alocados aos contratos de seguros ou investimento, pelo que não é relatada na margem operacional.

Nos seus segmentos operacionais de seguros, a Ageas gere separadamente as suas atividades de Vida e não Vida. A atividade de Vida inclui contratos de seguros que cobrem riscos relacionados com a vida e morte de indivíduos. A atividade de Vida inclui igualmente contratos de investimento com e sem características de participação discricionária (DPF). Não Vida inclui quatro linhas de atividade: Acidente e Saúde, Automóvel, Incêndio e outros danos de propriedade (cobrindo o risco de perdas de propriedade ou responsabilidades de sinistros) e Outros.

A margem operacional dos vários segmentos e linhas de negócio e a reconciliação do resultado antes de impostos são apresentados abaixo.

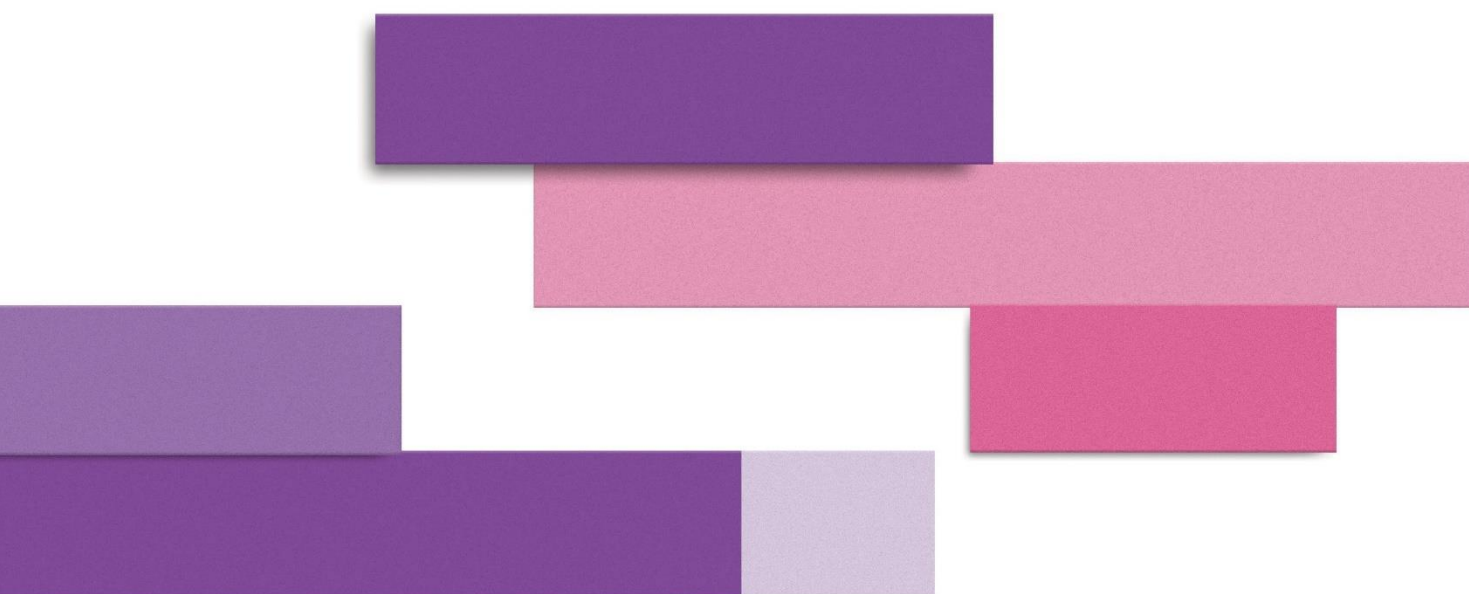
2016	Bélgica	Reino Unido	Europa Continental	Ásia	Resseguro	Eliminações de seguros	Total Seguros	Conta Geral	Eliminações	Total Ageas
Entradas brutas Vida	4.182,3		1.902,9	183,3			6.268,5			6.268,5
Entradas brutas não Vida	1.882,6	1.719,8	739,8		41,1	(41,1)	4.342,2		(0,3)	4.341,9
Custos operacionais	(534,3)	(197,0)	(201,8)	(22,2)	(2,0)		(957,3)			(957,3)
- Produtos garantidos	417,1		104,8	10,0			531,9			531,9
- Produtos unit-linked	18,6		4,0	7,1			29,7			29,7
Resultado operacional Vida	435,7		108,8	17,1			561,6			561,6
- Acidentes e Saúde	38,4	1,0	37,5		(0,1)		76,8			76,8
- Automóvel	59,8	(121,6)	4,3		(1,0)		(58,5)			(58,5)
- Incêndio e outros danos de propriedade	60,3	14,7	19,2		3,1		97,3			97,3
- Outras	16,6	(23,9)	23,5				16,2			16,2
Resultado operacional não Vida	175,1	(129,8)	84,5		2,0		131,8			131,8
Resultado operacional	610,8	(129,8)	193,3	17,1	2,0		693,4			693,4
Participações em resultados de associadas não alocadas		(20,7)	17,1	209,9			206,3	26,0		232,3
Outros resultados, incluindo corretagem	104,7	(34,1)	(18,2)	168,5	0,6		221,5	(712,5)		(491,0)
Resultado antes de impostos	715,5	(184,6)	192,2	395,5	2,6		1 121,2	(686,5)		434,7
Principais indicadores de desempenho (Key performance indicators) Vida										
Margem de solvência líquida	(0,01%)		0,29%				0,08%			0,08%
Margem de investimento	0,81%		0,45%				0,73%			0,73%
Margem operacional	0,80%		0,74%				0,81%			0,81%
- Margem operacional Produtos garantidos	0,86%		1,21%				0,93%			0,93%
- Margem operacional Produtos unit-linked	0,31%		0,07%				0,25%			0,25%
Rácio de custos Vida em % de responsabilidades técnicas Vida (anualizado)	0,38%		0,42%				0,42%			0,42%
Principais indicadores de desempenho (Key performance indicators) não Vida										
Rácio de despesas	37,7%	31,5%	30,1%		32,4%		34,1%			34,1%
Rácio de sinistralidade	58,3%	80,7%	58,6%		53,7%		67,0%			67,0%
Rácio combinado	96,0%	112,2%	88,7%		86,1%		101,1%			101,1%
Margem operacional	9,5%	(8,1%)	12,7%		13,9%		3,2%			3,2%
Responsabilidades técnicas de seguros	62 883,4	2 694,6	16 873,8		29,9	(24,8)	82 456,9		(8,1)	82 448,8

2015	Bélgica	Reino Unido	Europa Continental	Ásia	Conta Geral	Eliminações	Total Ageas
Entradas brutas Vida	3.798,6		2.013,4	557,2			6.369,2
Entradas brutas não Vida	1.880,5	1.904,8	512,2		3,4	(3,6)	4.297,3
Custos operacionais	(525,5)	(177,7)	(141,7)	(64,1)			(909,0)
- <i>Produtos garantidos</i>	413,1		70,1	35,5			518,7
- <i>Produtos unit-linked</i>	18,8		4,2	24,0			47,0
Resultado operacional Vida	431,9		74,3	59,5			565,7
- <i>Acidentes e Saúde</i>	34,6	1,4	47,6				83,6
- <i>Automóvel</i>	76,4	41,2	1,7				119,3
- <i>Incêndio e outros danos de propriedade</i>	79,2	(14,0)	21,0				86,2
- <i>Outras</i>	(0,6)	3,9	12,9				16,2
Resultado operacional não Vida	189,6	32,5	83,2				305,3
Resultado operacional	621,5	32,5	157,5	59,5			871,0
Participações em resultados de associadas não alocadas		(0,2)	13,1	248,1	21,8		282,8
Outros resultados, incluindo corretagem	89,8	3,0	(47,6)	(31,3)	(2,1)		11,8
Resultado antes de impostos	711,3	35,3	123,0	276,3	19,7		1 165,6
Principais indicadores de desempenho (Key performance indicators)							
Vida							
Margem de solvência líquida	0,02%		0,19%	2,28%			0,14%
Margem de investimento	0,78%		0,34%	(0,16%)			0,66%
Margem operacional	0,80%		0,53%	2,12%			0,80%
- <i>Margem operacional Produtos garantidos</i>	0,86%		0,88%	1,89%			0,90%
- <i>Margem operacional Produtos unit-linked</i>	0,32%		0,07%	2,57%			0,36%
Rácio de custo Vida em % de Responsabilidades técnicas Vida (anualizadas)	0,37%		0,40%	2,28%			0,45%
Principais indicadores de desempenho (Key performance indicators) não Vida							
Rácio de despesas	37,8%	32,7%	29,5%				34,6%
Rácio de sinistralidade	56,9%	69,3%	55,9%				62,2%
Rácio combinado	94,7%	102,0%	85,4%				96,8%
Margem operacional	10,3%	1,9%	18,3%				7,6%
Responsabilidades técnicas de seguros	60 115,2	2.908,9	15.383,5	3.175,4	3,7	(4,8)	81.581,9

Rácio de sinistralidade: custo de sinistros, líquido de resseguros, como percentagem dos prémios recebidos líquidos.

Rácio de despesas: despesas como percentagem dos prémios recebidos líquidos. Encontra-se incluídos nas despesas os custos internos das comissões de tratamento de sinistros, líquidos de resseguros.

Rácio combinado: despesas totais do segurador como percentagem dos prémios recebidos líquidos. Este é a soma do rácio de sinistralidade e do rácio de despesas.



Notas da Demonstração consolidada da posição financeira

10

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa inclui valor em caixa, contas correntes e outros instrumentos financeiros com um termo inferior a três meses a partir da data em que foram adquiridos.

A composição de caixa e equivalentes de caixa a 31 de dezembro é a seguinte.

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Valor em caixa	2,8	2,7
Bancos	2.076,1	2.167,1
Outros	102,0	224,5
Total de caixa e equivalentes de caixa	2.180,9	2.394,3



Investimentos financeiros

A composição dos investimentos financeiros é a seguinte.

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Investimentos financeiros		
- Detidos até à maturidade	4.715,3	4.802,1
- Disponíveis para venda	61.816,9	61.745,8
- Detidos pelo justo valor através de resultados	251,1	170,9
- Derivados detidos para negociação	8,0	28,5
Total, bruto	66.791,3	66.747,3
Imparidades:		
- de investimentos disponíveis para venda	(219,9)	(200,1)
Total de imparidades	(219,9)	(200,1)
Total	66.571,4	66.547,2

11.1 Investimentos detidos até à maturidade

	Títulos de dívida pública	Títulos de dívida de empresas	Total
Investimentos detidos até à maturidade a 1 de janeiro de 2015	4.801,3	85,7	4.887,0
Maturidades	(91,5)	(9,9)	(101,4)
Vendas		(1,2)	(1,2)
Amortização	15,2	2,5	17,7
Investimentos detidos até à maturidade a 31 de dezembro de 2015	4.725,0	77,1	4.802,1
Maturidades	(94,5)	(5,7)	(100,2)
Amortização	10,9	2,5	13,4
Investimentos detidos até à maturidade a 31 de dezembro de 2016	4.641,4	73,9	4.715,3
Justo valor a 31 de dezembro de 2015	6.747,1	81,0	6.828,1
Justo valor a 31 de dezembro de 2016	7.046,1	74,8	7.120,9

O justo valor das obrigações de dívida pública classificadas como investimentos detidos até à maturidade é baseado nos preços cotados em mercados ativos (nível 1) e o justo valor de títulos de dívida de empresas são classificados como investimentos detidos até à maturidade com preços não observáveis, que são baseados em cotações ou modelos de contrapartes (nível 3).

Na tabela seguinte, as obrigações de dívida pública classificadas como detidas até à maturidade a 31 de dezembro são detalhadas por país de origem.

31 de dezembro de 2016	Custo histórico amortizado	Justo valor
Governo belga	4.342,6	6.674,9
Governo português	298,8	371,2
Total	4.641,4	7.046,1

31 de dezembro de 2015		
Governo belga	4.349,3	6.257,9
Governo português	375,7	489,2
Total	4.725,0	6.747,1

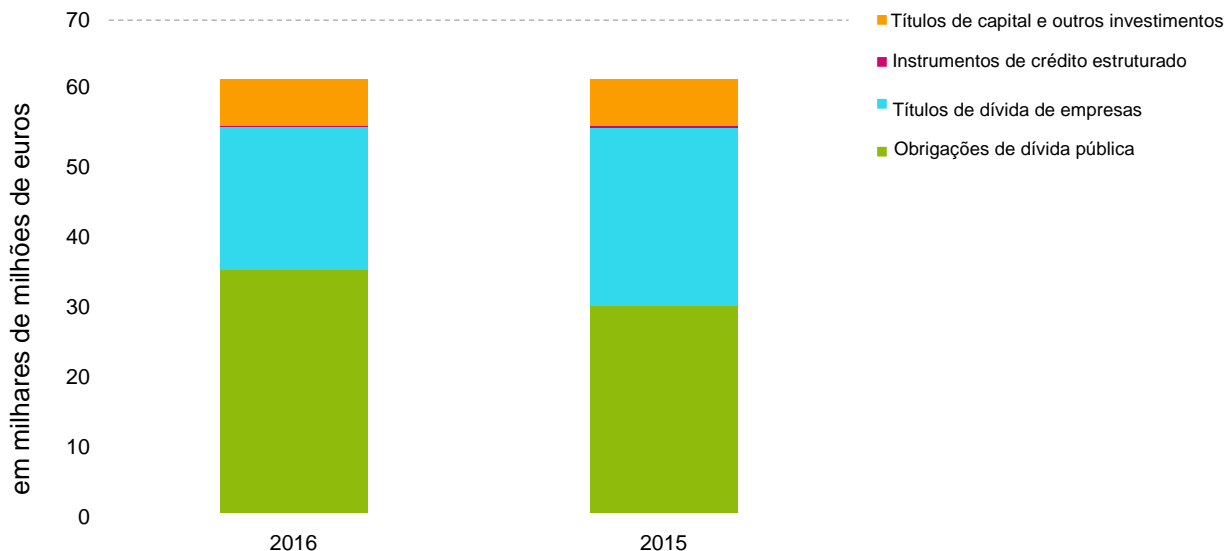
11.2 Investimentos disponíveis para venda

O justo valor e o custo amortizado de investimentos disponíveis para venda, incluindo ganhos brutos não realizados, perdas brutas não realizadas e imparidades são os seguintes.

	Custo histórico amortizado	Ganhos brutos não realizados	Perdas brutas não realizadas	Total bruto	Imparidades	Justo valor
31 de dezembro de 2016						
Obrigações de dívida pública	27.358,5	5.941,2	(102,3)	33.197,4		33.197,4
Títulos de dívida de empresas	22.168,4	1.878,2	(42,1)	24.004,5	(22,6)	23.981,9
Instrumentos de crédito estruturado	108,2	11,3	(1,4)	118,1	(0,1)	118,0
Aplicações em títulos de dívida disponíveis para venda	49.635,1	7.830,7	(145,8)	57.320,0	(22,7)	57.297,3
Fundos de capital de risco	62,6	5,9	(1,3)	67,2		67,2
Títulos de capital	3.842,9	609,2	(31,6)	4.420,5	(197,2)	4.223,3
Outros investimentos	9,2			9,2		9,2
Investimentos em títulos de capital disponíveis para venda e outros investimentos	3.914,7	615,1	(32,9)	4.496,9	(197,2)	4.299,7
Total de investimentos disponíveis para venda	53.549,8	8.445,8	(178,7)	61.816,9	(219,9)	61.597,0
31 de dezembro de 2015						
	Custo histórico amortizado	Ganhos brutos não realizados	Perdas brutas não realizadas	Total bruto	Imparidades	Justo valor
Obrigações de dívida pública	26.244,6	5.489,5	(28,8)	31.705,3		31.705,3
Títulos de dívida de empresas	24.196,7	1.740,4	(144,7)	25.792,4	(24,4)	25.768,0
Instrumentos de crédito estruturado	182,4	11,8	(2,7)	191,5	(0,1)	191,4
Aplicações em títulos de dívida disponíveis para venda	50.623,7	7.241,7	(176,2)	57.689,2	(24,5)	57.664,7
Fundos de capital de risco	79,0	7,5	(0,6)	85,9	(0,1)	85,8
Títulos de capital	3.445,6	574,3	(51,0)	3.968,9	(175,5)	3.793,4
Outros investimentos	1,8			1,8		1,8
Investimentos em títulos de capital disponíveis para venda e outros investimentos	3.526,4	581,8	(51,6)	4.056,6	(175,6)	3.881,0
Total de investimentos disponíveis para venda	54.150,1	7.823,5	(227,8)	61.745,8	(200,1)	61.545,7

Um montante de 1.288,4 milhões de euros dos investimentos disponíveis para venda foi caucionado como colateral (2015: 1.189,6 milhões de euros) (consulte também a nota 22 Empréstimos).

A carteira de investimentos disponíveis para venda no final do exercício pode ser apresentada do seguinte modo.



A valorização dos investimentos disponíveis para venda é baseada em:

- Nível 1: preços cotados em mercados ativos;
- Nível 2: dados de mercado observáveis em mercados ativos;
- Nível 3: informações não observáveis (cotações de contrapartes).

A valorização no final do exercício é a seguinte.

2016	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Obrigações de dívida pública	33.149,6	47,8		33.197,4
Títulos de dívida de empresas	23.342,0	639,9		23.981,9
Instrumentos de crédito estruturado	37,3	49,3	31,4	118,0
Títulos de capital, capitais privados e outros investimentos	2.839,9	1.313,0	146,8	4.299,7
Total de investimentos disponíveis para venda	59.368,8	2.050,0	178,2	61.597,0

2015	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Obrigações de dívida pública	31.678,8	26,5		31.705,3
Títulos de dívida de empresas	24.831,7	936,3		25.768,0
Instrumentos de crédito estruturado	85,7	66,9	38,8	191,4
Títulos de capital, capitais privados e outros investimentos	2.891,5	808,4	181,1	3.881,0
Total de investimentos disponíveis para venda	59.487,7	1.838,1	219,9	61.545,7

As variações da valorização de nível 3 são as seguintes.

	2016	2015
Saldo a 1 de Janeiro	219,9	225,4
Maturidade/resgate ou reembolso	(25,1)	(13,6)
Aquisições	13,2	24,4
Receitas de vendas	(26,7)	(53,5)
Ganhos (perdas) realizados	2,6	(1,5)
Imparidades	(4,7)	(0,9)
Ganhos (perdas) não realizados	(1,0)	5,1
Transferências entre categorias de valorização		34,5
Saldo a 31 de dezembro	178,2	219,9

As valorizações de nível 3 para capitais privados e capital de risco utilizam os justos valores divulgados nas demonstrações financeiras auditadas das participações relevantes. As valorizações de nível 3 para títulos de capital e títulos garantidos por ativos utilizam uma metodologia de fluxos de caixa descontados. Os fluxos de caixa esperados têm em consideração os critérios de intermediação originais, atributos do mutuário (tais como idade e classificação de crédito), rácios entre o empréstimo e o ativo, flutuações dos valores imobiliários e taxas de pré-pagamento esperadas, etc. Os fluxos de caixa esperados são descontados nas taxas ajustadas pelo risco. Os intervenientes no mercado usam com frequência estas técnicas de fluxo de caixa descontado para atribuir um preço aos capitais privados e capital de risco. Utilizamos igualmente em certa medida estas cotações na valorização destes instrumentos.

Estas técnicas estão sujeitas às limitações inerentes, tais como a estimativa da taxa de desconto ajustada pelo risco apropriada, e os diferentes pressupostos e contribuições proporcionarão resultados diferentes.

As posições de nível 3 são sensíveis sobretudo a uma variação do nível de fluxos de caixa futuros esperados e, em conformidade, os seus justos valores variam proporcionalmente em relação às variações destes fluxos de caixa. As variações do valor dos instrumentos de nível 3 são contabilizadas em outro rendimento integral.

Obrigações de dívida pública detalhadas por país de origem

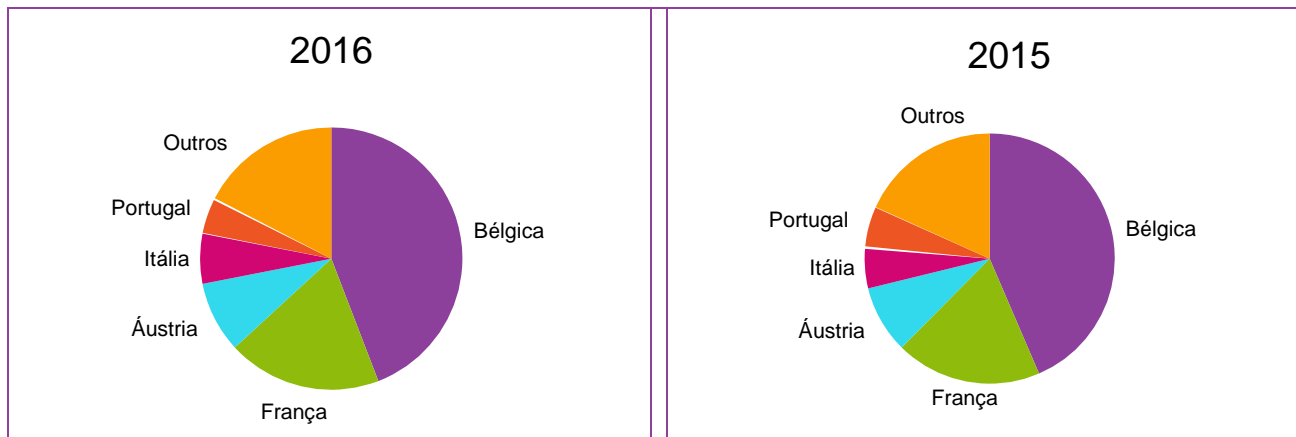
As obrigações de dívida pública a 31 de dezembro detalhadas por país de origem são as seguintes.

31 de dezembro de 2016	Custo histórico amortizado	Ganhos (perdas) brutas não realizadas	Justo valor
Governo belga	11.881,9	2.777,4	14.659,3
Governo francês	5.001,0	1.305,3	6.306,3
Governo austríaco	2.351,0	555,9	2.906,9
Governo português	2.018,8	52,2	2.071,0
Governo italiano	1.186,3	299,3	1.485,6
Governo espanhol	1.366,7	114,8	1.481,5
Governo alemão	859,2	337,7	1.196,9
Governo irlandês	608,8	71,2	680,0
Governo holandês	527,3	90,9	618,2
Governo eslovaco	299,5	44,0	343,5
Governo polaco	259,2	62,7	321,9
Governo checo	197,7	24,2	221,9
Governo britânico	209,2	11,9	221,1
Governo finlandês	132,4	32,2	164,6
Governo dos EUA	23,3	(0,1)	23,2
Outros governos	436,2	59,3	495,5
Total	27.358,5	5.838,9	33.197,4

31 de dezembro de 2015	Custo histórico amortizado	Ganhos (perdas) brutas não realizadas	Justo valor
Governo belga	11.367,0	2.435,8	13.802,8
Governo francês	4.879,3	1.111,6	5.990,9
Governo austríaco	2.307,6	467,3	2.774,9
Governo português	1.520,5	186,7	1.707,2
Governo italiano	1.268,9	375,7	1.644,6
Governo espanhol	703,7	88,6	792,3
Governo alemão	950,5	306,7	1.257,2
Governo irlandês	659,9	83,1	743,0
Governo holandês	581,6	73,0	654,6
Governo eslovaco	304,1	49,3	353,4
Governo polaco	247,1	67,3	314,4
Governo checo	197,9	29,5	227,4
Governo britânico	297,7	14,2	311,9
Governo finlandês	133,0	29,2	162,2
Governo dos EUA	341,5	83,3	424,8
Outros governos	484,3	59,4	543,7
Total	26.244,6	5.460,7	31.705,3

Não existiam imparidades nas obrigações de dívida pública em 2016 e 2015.

A quota por país na carteira de investimento de obrigações de dívida pública, baseada no justo valor no final do exercício, pode ser apresentada graficamente do seguinte modo.



A tabela abaixo apresenta os ganhos e perdas líquidos não realizados em investimentos disponíveis para venda, incluindo capital (que inclui títulos de dívida, títulos de capital e outros investimentos). Os títulos de capital e os outros investimentos incluem igualmente capitais privados e capital de risco.

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Investimentos disponíveis para venda em títulos de dívida:		
Valor contabilístico	57.297,3	57.664,7
Ganhos e perdas brutos não realizados	7.684,9	7.065,5
- Imposto relacionado	(2.597,2)	(2.337,3)
Contabilidade de cobertura	(3.701,3)	(2.573,3)
- Imposto relacionado	1.256,7	823,3
Ganhos e perdas líquidos não realizados	2.643,1	2.978,2
Investimentos disponíveis para venda de títulos de rendimento variável e outros investimentos:		
Valor contabilístico	4.299,7	3 881,0
Ganhos e perdas brutos não realizados	582,2	530,2
- Imposto relacionado	(67,8)	(50,4)
Contabilidade de cobertura	(282,4)	(183,9)
- Imposto relacionado	96,1	64,1
Ganhos e perdas líquidos não realizados	328,1	360,0

Imparidades dos investimentos disponíveis para venda

A tabela seguinte apresenta a decomposição das imparidades dos investimentos disponíveis para venda.

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Imparidades dos investimentos disponíveis para venda:		
- Títulos de dívida	(22,7)	(24,5)
- Títulos de capital e outros investimentos	(197,2)	(175,6)
Total de imparidades de investimentos disponíveis para venda	(219,9)	(200,1)

As variações em imparidades de investimentos disponíveis para venda são as seguintes.

	2016	2015
Saldo a 1 de Janeiro	(200,1)	(164,3)
Aumento em imparidades	(58,0)	(69,9)
Reversão por venda/alienação	36,7	33,7
Diferenças cambiais e outros ajustamentos	1,5	0,4
Saldo a 31 de dezembro	(219,9)	(200,1)

11.3 Investimentos detidos pelo justo valor através de resultados

A tabela seguinte fornece informação a 31 de dezembro sobre investimentos detidos pelo justo valor, para os quais são registados ganhos ou perdas não realizadas através de resultados.

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Títulos de dívida de empresas	69,3	75,7
Títulos de dívida	69,3	75,7
Títulos de capital	117,5	49,3
Outros investimentos	64,3	45,9
Títulos de capital e outros investimentos	181,8	95,2
Total de investimentos detidos pelo justo valor através de resultados	251,1	170,9

Os investimentos detidos pelo justo valor através de resultados incluem primariamente os investimentos relacionados com passivos de seguro, onde os fluxos de caixa estão ligados ao desempenho destes ativos, tanto contratualmente como na base de participação discricionária, cuja avaliação incorpora informação corrente. Esta avaliação reduz significativamente uma discrepância contabilística que, de outro modo, apareceria a partir da avaliação dos ativos e passivos e dos ganhos e perdas relacionados em bases diferentes.

O valor nominal dos títulos de dívida detidos pelo justo valor através de resultados a 31 de dezembro de 2016 é de 69,4 milhões de euros (31 de dezembro de 2015: 76,3 milhões de euros).

A valorização dos investimentos detidos pelo justo valor através de resultados baseia-se em:

- Nível 1: preços cotados em mercados ativos;
- Nível 2: dados de mercado observáveis em mercados ativos;
- Nível 3: informações não observáveis (cotações de contrapartes).

A valorização no final do exercício é a seguinte.

2016	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos de dívida de empresas	69,3			69,3
Títulos de capital	76,5	41,0		117,5
Outros investimentos		64,3		64,3
Total de investimentos detidos pelo justo valor através de resultados	145,8	105,3		251,1

2015	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos de dívida de empresas	50,9	24,8		75,7
Títulos de capital		49,3		49,3
Outros investimentos		45,9		45,9
Total de investimentos detidos pelo justo valor através de resultados	50,9	120,0		170,9

11.4 Derivados detidos para negociação (ativos)

A tabela seguinte fornece a composição dos derivados detidos para negociação (ativos).

31 de dezembro de 2016 31 de dezembro de 2015

Over the counter (OTC) (Mercado de balcão)	8,0	28,4
Negociados em bolsa		0,1
Total de derivados detidos para negociação (ativos)	8,0	28,5

Os derivados detidos para negociação estão relacionados sobretudo com a taxa de juro, opções de ações e swaps de taxa de juro. Os derivados detidos para negociação em 2016 e 2015 baseiam-se numa valorização de nível 2 (informações observáveis de mercados ativos) (consulte também a nota 29 Derivados para obter detalhes adicionais).

12

Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem sobretudo edifícios de escritórios e espaços de retalho.

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Propriedades de investimento	2.821,3	2.897,9
Imparidades de propriedades de investimento	(48,8)	(50,8)
Total de propriedades de investimento	2.772,5	2.847,1

A tabela seguinte apresenta as variações em propriedades de investimento no exercício terminado a 31 de dezembro.

	2016	2015
Custo de aquisição a 1 de janeiro	3.713,6	3.476,1
Aquisições/desinvestimentos de subsidiárias	20,2	312,9
Adições/compras	56,8	56,3
Melhorias de capital	42,0	15,6
Alienações	(116,7)	(90,4)
Transferência de (para) imóveis, instalações e equipamentos		3,6
Diferenças cambiais	(6,2)	0,6
Outros	(128,4)	(61,1)
Custo de aquisição a 31 de dezembro	3.581,3	3.713,6
Depreciação acumulada a 1 de janeiro	(815,7)	(787,7)
Aquisições/desinvestimentos de subsidiárias	108,0	
Despesas de depreciação	(95,1)	(88,0)
Reversão de depreciação devido a alienações	33,9	31,1
Transferência de (para) imóveis, instalações e equipamentos		(0,3)
Diferenças cambiais	0,2	(0,1)
Outros	8,7	29,3
Depreciação acumulada a 31 de dezembro	(760,0)	(815,7)
Imparidades a 1 de janeiro	(50,8)	(47,1)
Aumento em imparidades debitado na demonstração de resultados	(3,1)	(9,6)
Reversão em imparidades creditada na demonstração de resultados	2,0	5,7
Reversão em imparidades devido a alienações	3,1	0,2
Imparidades a 31 de dezembro	(48,8)	(50,8)
Líquido de propriedades de investimento a 31 de dezembro	2.772,5	2.847,1
Custo de propriedades de investimento em construção	123,9	25,1

Os montantes de 2015 relatados na rubrica 'Outros' no custo de aquisição e a depreciação acumulada estão relacionados com a reclassificação das propriedades de investimento para propriedades de utilização própria na Bélgica.

O montante de 2016 em 'Outros' está relacionado sobretudo com uma reclassificação do edifício da PWC no Luxemburgo para ativos detidos para venda, devido à

promessa de venda da subsidiária totalmente consolidada B.G. 1 no Luxemburgo. É esperado que a venda seja concluída no primeiro trimestre de 2017.

Um montante de 223,6 milhões de euros em propriedades de investimento foi caucionado como colateral a 31 de dezembro de 2016 (31 de dezembro de 2015: 229,3 milhões de euros) (consulte também a nota 22 Empréstimos).

As avaliações anuais, onde os avaliadores independentes mudam em cada três anos, abrangem quase todas as propriedades de investimento. Os justos valores (nível 3) baseiam-se em dados de mercado não observáveis e/ou fluxos de caixa descontados. Os fluxos de caixa esperados de propriedades têm em consideração as taxas de crescimento esperadas do rendimento de rendas, períodos de não ocupação, taxas de ocupação, custos dos incentivos de arrendamento, tais como períodos sem renda, e outros custos não pagos pelos arrendatários.

Os fluxos de caixa líquidos esperados são depois descontados utilizando taxas de desconto ajustadas pelo risco. Entre outros fatores, a estimativa da taxa de desconto considera a qualidade de um edifício e a sua localização (qualidade superior vs. secundário), qualidade de crédito do arrendatário e os prazos de locação. Para uma propriedade em desenvolvimento (ou seja, em construção), o justo valor é definido com o custo até que a propriedade esteja operacional.

O justo valor das propriedades de investimento é estabelecido abaixo.

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Justos valores suportados por evidências de mercado	160,2	354,3
Justo valor sujeito a uma avaliação independente	3.685,3	3.607,0
Total de justo valor de propriedades de investimento	3.845,5	3.961,3
Total do valor contabilístico	2.772,5	2.847,1
Ganhos (perdas) brutos não realizados	1.073,0	1.114,2
Fiscalidade	(353,1)	(368,8)
Ganhos (perdas) líquidos não realizados (não reconhecidos em capital)	719,9	745,4

A depreciação dos edifícios é calculada utilizando a metodologia linear para reduzir o custo destes ativos para os seus valores residuais ao longo das suas vidas úteis estimadas. O imobiliário é dividido nos seguintes componentes: estrutura, telhado, técnicas e equipamentos, acabamento pesado e acabamento ligeiro.

A vida útil máxima dos componentes é a seguinte:

- Estrutura 50 anos para escritório e retalho; 70 anos para residencial;
- Telhado 30 anos para escritórios e retalho; 40 anos para residencial;
- Técnicas e equipamentos 20 anos para escritórios; 25 anos para retalho e 40 anos para residencial;
- Acabamento pesado 20 anos para escritórios; 25 anos para retalho e 40 anos para residencial;
- Acabamento ligeiro 10 anos para escritórios, retalho e residencial.

Os terrenos têm uma vida útil ilimitada, pelo que não são depreciados. Informática, escritórios e equipamentos são depreciados ao longo das respetivas vidas úteis, que são determinadas individualmente. Como regra geral, os valores residuais são considerados como zero.

Propriedade arrendada em locação operacional

A Ageas arrenda determinados ativos – sobretudo propriedades de rendimento – a terceiros com base em contratos de locação operacional. Em 31 de dezembro, os pagamentos mínimos a receber por contratos de locação irrevogáveis ascendiam a:

	2016	2015
Menos de 3 meses	56,0	58,5
Entre três meses e um ano	162,6	173,2
1 ano até 5 anos	690,1	722,1
Mais de 5 anos	892,0	777,4
Total	1.800,7	1.731,2

Um montante de 65,2 milhões de euros em 2016 do total de pagamentos mínimos a receber por contratos de locação irrevogáveis está relacionado com imóveis, instalações e equipamentos (2015: 33,1 milhões de euros). O restante está relacionado com propriedades de investimento.

13

Empréstimos

A composição dos empréstimos é a seguinte.

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Governo e instituições oficiais	3.803,1	2.922,4
Empréstimos hipotecários à habitação	1.288,6	1.336,6
Empréstimos comerciais	2.009,9	1.604,9
Depósitos geradores de juros	737,4	542,2
Empréstimos a bancos	512,1	536,3
Empréstimos a tomadores de seguros	265,5	284,1
Empréstimos a empresas	79,7	83,8
Total	8.696,3	7.310,3
Menos imparidades	(11,3)	(24,0)
Total de empréstimos	8.685,0	7.286,3

13.1 Empréstimos comerciais

A composição dos empréstimos comerciais é a seguinte.

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Empréstimos pessoais		16,6
Imobiliário	243,0	359,2
Infraestruturas	520,4	305,6
Outros	1.246,5	923,5
Total de empréstimos comerciais	2.009,9	1.604,9

A rubrica 'Imobiliário' em empréstimos comerciais inclui o empréstimo à Mezzanine pelo valor de 55,1 milhões de dólares a LLC para parceiros DTH (consulte também a nota 8 Partes relacionadas e a nota 14 Investimentos em associadas), enquanto que os empréstimos intercalares (7,9 milhões de dólares, incluindo juros corridos) entre o EBNB 70 Pine Development e o AG Real Estate (AG Westloan) estão incluídos na rubrica 'Outros' em empréstimos comerciais.

A Ageas concedeu linhas de crédito por um montante total de 850 milhões de euros (31 de dezembro de 2015: 709 milhões de euros).

13.2 Empréstimos a bancos

Os empréstimos a bancos consistem no seguinte.

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Aplicações	432,6	504,6
Outros	79,5	31,7
Total de empréstimos a bancos	512,1	536,3

13.3 Colaterais sobre empréstimos

A tabela seguinte fornece detalhes de colaterais e garantias recebidos como garantia para empréstimos.

Total de empréstimos com exposição de crédito	2016	2015
Valor contabilístico	8.685,0	7.286,3
Colaterais recebidos		
Instrumentos financeiros	348,4	680,7
Imóveis, instalações e equipamentos	2.171,4	2.223,6
Outros colaterais e garantias	62,6	53,4
Montantes de colaterais superiores à exposição de crédito ¹⁾	1.091,8	1.438,5
Exposição não colateralizada	7.194,4	5.767,1

1) Os montantes de colaterais superiores à exposição de crédito estão relacionados com empréstimos para os quais o colateral é superior ao empréstimo individual subjacente. Dado que este colateral adicional não pode ser compensado em relação a empréstimos cujo colateral é inferior ao empréstimo individual subjacente, é adicionada uma posição em excesso à exposição não colateralizada.

13.4 Imparidades em empréstimos

As variações nas imparidades em empréstimos são as seguintes.

	Risco de crédito Específico	IBNR 2016	Risco de crédito Específico	IBNR 2015
Saldo a 1 de Janeiro	23,1	0,8	24,4	0,9
Aquisições/desinvestimentos de subsidiárias	(10,2)			
Aumento em imparidades	2,0		3,0	
Libertação de imparidades	(0,7)		(0,6)	(0,4)
Abates de empréstimos incobráveis	(3,7)		(4,8)	
Diferenças cambiais e outros ajustamentos			1,1	0,3
Saldo a 31 de dezembro	10,5	0,8	23,1	0,8

A tabela seguinte fornece detalhes de colaterais e garantias recebidos como garantia para empréstimos em imparidade.

Total de exposição de crédito em imparidade de empréstimos	2016	2015
Pendente de imparidade	57,5	72,7
Colaterais recebidos		
Instrumentos financeiros	0,8	0,1
Imóveis, instalações e equipamentos	79,3	108,1
Colaterais e garantias superiores à exposição de crédito em imparidade ¹⁾	23,7	46,9
Exposição não colateralizada	1,1	11,4

1) Os montantes de colaterais superiores à exposição de crédito estão relacionados com empréstimos para os quais o colateral é superior ao empréstimo individual subjacente. Dado que este colateral adicional não pode ser compensado em relação a empréstimos cujo colateral é inferior ao empréstimo individual subjacente, é adicionada uma posição em excesso à exposição não colateralizada.

14

Investimentos em associadas

A tabela seguinte fornece uma visão geral dos investimentos em associadas mais significativos a 31 de dezembro. A percentagem da participação pode incluir mais do que uma percentagem se as participações forem detidas em mais do que uma entidade do grupo associado, e se estas percentagens não forem iguais.

		% participação	2016 Valor contabilístico	2015 Valor contabilístico
Associadas				
Taiping Holdings	China	20,0% - 24,9%	968,9	1.173,1
Muang Thai Group Holding	Tailândia	7,8% - 30,9%	562,5	474,8
Mayban Ageas Holding Berhad	Malásia	31,0%	365,5	292,1
Cardif Lux Vie	Luxemburgo	33,3%	135,6	136,6
DTHP	Bélgica	33,0%	99,7	79,0
Tesco Insurance Ltd	Reino Unido	50,1%	76,4	96,9
East West Ageas Life	Filipinas	50,0%	71,8	28,8
Evergreen	Bélgica	35,7%	54,7	56,8
Predirec	Bélgica	29,4%	49,0	55,7
Royal Park Investments	Bélgica	44,7%	41,9	41,1
Aksigorta	Turquia	36,0%	115,7	126,2
IDBI Federal Life Insurance	Índia	26,0%	23,6	22,7
MB Ageas Life JSC	Vietname	32,0%	13,2	
Outros			277,2	257,6
Total			2.855,7	2.841,4

Uma nova associada, comparando com o ano anterior, é a MB Ageas Life JSC, sediada no Vietname. Referimos igualmente a nota 3 Aquisições e alienações.

O valor contabilístico da Taiping Holdings diminuiu em 2016 devido a perdas não realizadas e a uma evolução desfavorável da taxa de câmbio.

Os detalhes das associadas são os seguintes.

2016	Total ativos	Total do passivo	Capital	Participação da Ageas	Total de receitas	Total de despesas	Resultado líquido	Participação da Ageas	Dividendos recebidos
Taiping Holdings	44.332,6	40.417,9	3.914,7	965,3	14.378,5	(13.953,0)	425,5	105,5	71,5
Muang Thai Group Holding	10.664,7	8.832,0	1.832,7	528,9	3.024,1	(2.784,4)	239,7	70,2	15,9
Mayban Ageas Holding Berhad	6.771,9	5.658,0	1.113,9	344,8	1.339,2	(1.209,5)	129,7	40,1	17,9
Cardif Lux Vie	21.291,4	20.884,7	406,7	135,6	3.618,5	(3.589,9)	28,6	9,6	7,2
DTHP	1.011,5	709,4	302,1	99,7	112,6	(101,4)	11,2	3,7	
Tesco Insurance Ltd	1.127,0	974,6	152,4	76,4	487,1	(528,5)	(41,4)	(20,7)	
East West Ageas Life	154,9	11,7	143,2	71,6	5,6	(17,4)	(11,8)	(5,8)	
Evergreen	270,0	118,1	151,9	54,2	21,9	(5,8)	16,1	5,7	
Predirec	167,5	1,3	166,2	49,0	3,8	(0,2)	3,6	1,1	
Royal Park Investments	93,9	0,3	93,6	41,8	83,7	(21,4)	62,3	27,9	17,2
Aksigorta	545,2	429,6	115,6	41,6	362,8	(341,7)	21,1	7,6	
IDBI Federal Life Insurance	832,1	741,4	90,7	23,6	231,0	(230,8)	0,2	0,1	
MB Ageas Life JSC	46,5	0,8	45,7	14,6	0,7	(1,3)	(0,6)	(0,2)	
Related Goodwill				132,0					
Outros				276,6				5,0	21,5
Total				2.855,7				249,8	151,2

2015	Total ativos	Total do passivo	Capital	Participação da Ageas	Total de receitas	Total de despesas	Resultado líquido	Participação da Ageas	Dividendos recebidos
Taiping Holdings	44.666,0	39.952,4	4.713,6	1.169,3	14.143,6	(13.479,4)	664,2	165,3	13,0
Muang Thai Group Holding	8.506,8	6.976,5	1.530,3	442,6	2.721,3	(2.520,5)	200,8	58,9	13,0
Mayban Ageas Holding Berhad	5.762,1	4.818,2	943,9	292,1	1.182,8	(1.110,3)	72,5	22,4	17,8
Cardif Lux Vie	19.289,7	18.880,0	409,7	136,6	3.038,5	(2.992,5)	46,0	15,3	
DTHP	1.284,4	1.044,9	239,5	79,0	60,7	(80,9)	(20,2)	(6,7)	
Tesco Insurance Ltd	1.230,2	1.036,9	193,3	96,8	573,4	(573,7)	(0,3)	(0,2)	
East West Ageas Life	41,9	5,6	36,3	9,1		(3,1)	(3,1)	(0,8)	
Evergreen	262,1	111,6	150,5	53,7	17,3	(11,4)	5,9	2,1	
Predirec	190,1	1,1	189,0	55,7	3,1	(0,9)	2,2	0,6	
Royal Park Investments	92,1	0,2	91,9	41,1	56,7	(16,1)	40,6	18,2	14,7
Aksigorta	548,2	437,9	110,3	39,7	387,9	(394,1)	(6,2)	(2,2)	2,7
IDBI Federal Life Insurance	683,6	593,5	90,1	23,4	221,3	(212,7)	8,6	2,2	
Goodwill relacionada				148,0					
Outros				254,3				11,0	20,8
Total				2.841,4				286,1	82,0

As associadas de capital estão sujeitas a restrições de dividendos emergentes dos requisitos de capital mínimo e de solvência impostos pelas entidades reguladoras nos países onde estas associadas de capital operam. Os pagamentos de dividendos de associadas estão por vezes sujeitos a acordos de acionistas com os sócios da companhia. Em determinadas situações, é necessário consenso antes da declaração dos dividendos.

Adicionalmente, os acordos de acionistas (relacionados com terceiros que detêm uma participação numa empresa onde a Ageas tem uma participação não controlada) podem incluir:

- artigos específicos sobre direitos de voto ou distribuição de dividendos;
- períodos de bloqueio de venda, durante os quais todas as partes que têm ações não podem vender ações antes de um determinado período ou sem a autorização prévia das outras partes envolvidas;

- opções de venda ou revenda de ações à outra parte/partes envolvida(s) no acordo de acionistas, incluindo a metodologia de cálculo subjacente para valorizar as ações;
- mecanismos de provisões contratuais, que permitem que a parte que vendeu originalmente as ações tenha receitas adicionais ao serem atingidos determinados objetivos;
- cláusulas de exclusividade ou cláusulas de não-concorrência relacionadas com a venda de produtos de seguros.

Royal Park Investments

Após a alienação dos ativos e a liquidação dos passivos, a restante atividade do RPI é limitada essencialmente à gestão dos litígios iniciados contra vários ativos nos EUA.

15

Resseguro e outras contas a receber

A tabela abaixo apresenta os componentes de resseguro e outras contas a receber a 31 de dezembro.

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Quota dos resseguradores nos passivos emergentes de contratos de seguro e investimento	639,4	596,6
Contas a receber de tomadores de seguros	577,0	579,9
Taxas e comissões a receber	62,7	66,4
Contas a receber de intermediários	337,1	483,1
Contas a receber de resseguros	23,4	19,1
Outros	584,5	285,5
Total bruto	2.224,1	2.030,6
Imparidades	(31,8)	(16,7)
Total líquido	2.192,3	2.013,9

A rubrica 'Outros' inclui IVA e outros impostos indiretos. Em 2016, inclui igualmente o pagamento adiantado de 241 milhões de euros à Stichting Forsettlement (consulte a nota 26 Provisões).

Variações em imparidades de resseguros e outras contas a receber

A tabela seguinte apresenta as variações em imparidades de resseguros e outras contas a receber.

	2016	2015
Saldo a 1 de Janeiro	16,7	14,8
Aquisições/desinvestimentos de subsidiárias	16,9	
Aumento em imparidades	1,6	1,9
Libertação de imparidades	(4,2)	(1,9)
Abates de montantes incobráveis	(0,1)	(0,9)
Diferenças cambiais e outros ajustamentos	0,9	2,8
Saldo a 31 de dezembro	31,8	16,7

Variações de responsabilidades dos resseguradores em contratos de seguros e investimento

As variações de responsabilidades do ressegurador emergentes de contratos de seguros e investimento são apresentadas abaixo.

	2016	2015
Saldo a 1 de Janeiro	596,6	604,2
Aquisições/desinvestimentos de subsidiárias	(3,3)	
Variações de responsabilidades no exercício corrente	61,9	46,8
Variações de responsabilidades em exercícios anteriores	(17,2)	(100,6)
Sinistros pagos no exercício corrente	12,5	8,6
Sinistros pagos em exercícios anteriores	17,7	18,0
Outras adições líquidas através da demonstração de resultados	8,4	1,4
Diferenças cambiais e outros ajustamentos	(37,2)	18,2
Saldo a 31 de dezembro	639,4	596,6



Juros reconhecidos e outros ativos

A tabela abaixo apresenta os componentes de juros reconhecidos e outros ativos a 31 de dezembro.

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Custo de aquisição diferido	450,1	872,2
Outros encargos diferidos	88,6	121,9
Receita acrescida	1.243,4	1.307,1
Derivados detidos para cobertura	4,4	133,9
Propriedades destinadas a venda	82,4	82,6
Ativos de benefício definido	0,2	15,8
Outros	37,7	37,8
Total bruto	1.906,8	2.571,3
Imparidades	(0,7)	(3,3)
Juros reconhecidos e outros ativos	1.906,1	2.568,0

A receita acrescida consiste sobretudo em rendimentos de juros reconhecidos sobre obrigações de dívida pública (2016: 746 milhões de euros; 2015: 739 milhões de euros), obrigações de sociedades (2016: 387 milhões de euros; 2015: 436 milhões de euros) e instrumentos de crédito estruturado (2016: 1 milhão de euros; 2015: 2 milhões de euros).

Custos de aquisição diferidos

As variações nos custos de aquisição diferidos relacionados com contractos de seguros e investimento são apresentadas abaixo.

	2016	2015
Saldo a 1 de Janeiro	872,2	787,0
Aquisições/desinvestimentos de subsidiárias	(395,8)	
Custos de aquisição diferidos capitalizados	427,6	410,5
Despesas de depreciação	(397,2)	(389,0)
Outros ajustamentos, incluindo diferenças cambiais	(56,7)	63,7
Saldo a 31 de dezembro	450,1	872,2

A rubrica de aquisições/desinvestimentos de subsidiárias para 2016 consiste nos custos de aquisição diferidos de AICA (consulte também a nota 3 Aquisições e alienações).

17

Imóveis, instalações e equipamentos

Os imóveis, instalações e equipamentos incluem edifícios de escritórios ocupados pelo proprietário e parques de estacionamento públicos geridos pelo proprietário.

A tabela abaixo apresenta o valor contabilístico de cada categoria de imóveis, instalações e equipamentos a 31 de dezembro.

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Terrenos e edifícios detidos para utilização própria	1.036,0	1.010,5
Melhorias em edifícios de rendimento	27,8	37,1
Equipamento	108,5	104,5
Total	1.172,3	1.152,1

Variações em imóveis, instalações e equipamentos

As variações em imóveis, instalações e equipamentos são apresentadas abaixo

	Terrenos e edifícios detidos para utilização própria	Melhorias em edifícios de rendimento	Equipamento	Total
2015				
Custo de aquisição a 1 de janeiro	1.468,3	67,8	353,8	1.889,9
Aquisições/desinvestimentos de subsidiárias	10,7			10,7
Adições	33,1	10,2	31,2	74,5
Reversão de custos devido a alienações		(0,2)	(71,4)	(71,6)
Transferência de (para) propriedades de investimento	(3,6)			(3,6)
Diferenças cambiais	2,0	1,5	10,3	13,8
Outros	61,4		(13,8)	47,6
Custo de aquisição a 31 de dezembro	1.571,9	79,3	310,1	1.961,3
Depreciação acumulada a 1 de janeiro	(489,0)	(35,9)	(238,0)	(762,9)
Despesas de depreciação	(34,5)	(6,0)	(38,9)	(79,4)
Reversão de depreciação devido a alienações		0,2	70,7	70,9
Transferência de (para) propriedades de investimento	0,3			0,3
Diferenças cambiais		(1,0)	(7,9)	(8,9)
Outros	(29,6)	0,5	8,5	(20,6)
Depreciação acumulada a 31 de dezembro	(552,8)	(42,2)	(205,6)	(800,6)
Imparidades a 1 de janeiro	(7,6)			(7,6)
Aumento em imparidades debitadas na demonstração de resultados	(0,5)			(0,5)
Outros	(0,5)			(0,5)
Imparidades a 31 de dezembro	(8,6)			(8,6)
Imóveis, instalações e equipamentos a 31 de dezembro	1.010,5	37,1	104,5	1.152,1

	Terrenos e edifícios detidos para utilização própria	Melhorias em edifícios de rendimento	Equipamento	Total
2016				
Custo de aquisição a 1 de janeiro	1.571,9	79,3	310,1	1.961,3
Aquisições/desinvestimentos de subsidiárias		(11,3)	8,1	(3,2)
Adições	69,0	(1,5)	22,2	89,7
Reversão de custos devido a alienações	(4,7)	(0,1)	(16,1)	(20,9)
Diferenças cambiais	(5,1)	(1,6)	(11,9)	(18,6)
Outros	(3,7)	(0,5)	1,3	(2,9)
Custo de aquisição a 31 de dezembro	1.627,4	64,3	313,7	2.005,4
Depreciação acumulada a 1 de janeiro	(552,8)	(42,2)	(205,6)	(800,6)
Aquisições/desinvestimentos de subsidiárias		7,7	(5,4)	2,3
Despesas de depreciação	(37,0)	(6,0)	(36,2)	(79,2)
Reversão de depreciação devido a alienações	4,0	0,1	13,3	17,4
Diferenças cambiais	0,2	0,9	8,5	9,6
Outros	1,4	3,0	20,2	24,6
Depreciação acumulada a 31 de dezembro	(584,2)	(36,5)	(205,2)	(825,9)
Imparidades a 1 de janeiro	(8,6)			(8,6)
Reversão de imparidades creditadas na demonstração de resultados	1,4			1,4
Imparidades a 31 de dezembro	(7,2)			(7,2)
Imóveis, instalações e equipamentos a 31 de dezembro	1.036,0	27,8	108,5	1.172,3

Um montante de 202,9 milhões de euros de imóveis, instalações e equipamentos foi caucionado como colateral (31 de dezembro de 2015: 202,7 milhões de euros). A rubrica Aquisições/desinvestimentos de subsidiárias para 2016 consiste em melhorias em edifícios de rendimento da AICA (desinvestimento) e os equipamentos da AICA (desinvestimento) e da Ageas Seguros (aquisição).

Os imóveis, para além dos estacionamentos automóveis, são avaliados externamente todos os anos, sendo os avaliadores independentes mudados em cada três anos. Os justos valores refletem o nível 3.

A Ageas determina os justos valores dos estacionamentos automóveis utilizando metodologias internas que usam igualmente dados de mercado não observáveis (nível 3). Os justos valores resultantes são calibrados com base em dados e/ou transações de mercado disponíveis. As técnicas de valorização de nível 3 são utilizadas para avaliar primariamente os estacionamentos automóveis usando fluxos de caixa descontados. Os fluxos de caixa esperados de estacionamentos automóveis consideram a inflação esperada e o crescimento económico em áreas de estacionamento automóvel, entre outros fatores. Os fluxos de caixa líquidos esperados são descontados usando taxas de desconto ajustadas pelo risco. A estimativa da taxa de desconto considera a qualidade do estacionamento automóvel e a sua localização, entre outros fatores.

Justo valor de terrenos e edifícios detidos para utilização própria

O justo valor dos imóveis ocupados pelo proprietário é estabelecido abaixo.

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Total do justo valor de terrenos e edifícios detidos para utilização própria	1.452,5	1.441,3
Total do valor contabilístico	1.036,0	1.010,5
Ganhos (perdas) brutos não realizados	416,5	430,8
Fiscalidade	(141,6)	(146,4)
Ganhos (perdas) líquidos não realizados (não reconhecidos em capital)	274,9	284,4

As metodologias de depreciação de imóveis, instalações e equipamentos são as mesmas estabelecidas na nota 12 Propriedades de investimento.



Goodwill e outros ativos intangíveis

Goodwill e outros ativos intangíveis a 31 de dezembro são os seguintes.

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Goodwill	697,4	822,7
VOBA	106,0	312,6
Software adquirido	21,2	28,7
Software desenvolvido internamente	8,2	6,4
Outros ativos intangíveis	384,9	368,8
Total	1.217,7	1.539,2

Value of business acquired (Valor do negócio adquirido) (VOBA) é a diferença entre o justo valor à data de aquisição e a quantia escriturada subsequente de uma carteira de contratos adquiridos separadamente ou numa combinação de negócios. VOBA é reconhecido como um ativo intangível e amortizado ao longo do período de reconhecimento do rendimento da carteira de contratos. Os principais contribuintes para VOBA são a Ageas Insurance Company Asia (AICA) (apenas 2015) e o Millenniumbcp Ageas. A diminuição de VOBA é, para além da venda da AICA em 2016, devida à amortização.

Outros ativos intangíveis incluem ativos intangíveis com uma vida útil finita, tais como concessões, patentes, licenças, marcas comerciais e outros direitos semelhantes. Isto está relacionado sobretudo com a AG Real Estate. Em geral, o software é amortizado ao longo de um máximo de cinco anos, e os outros ativos intangíveis têm uma vida útil máxima esperada de 10 anos. Os outros ativos intangíveis são amortizados de acordo com as suas vidas esperadas.

Com a exceção de goodwill, a Ageas não tem quaisquer ativos intangíveis com vidas úteis indeterminadas.

Variações em goodwill e outros ativos intangíveis

As variações em goodwill e outros ativos intangíveis para os anos de 2015 e 2016 são apresentadas abaixo.

	Goodwill	VOBA	Software Comprado	Software desenvolvido internamente	Outros ativos intangíveis	Total
2015						
Custo de aquisição a 1 de janeiro	925,9	826,8	47,3	16,0	584,1	2.400,1
Aquisições/desinvestimentos de subsidiárias	4,2				18,8	23,0
Adições			16,1	2,4	15,8	34,3
Reversão de custos devido a alienações			(1,7)		(23,7)	(25,4)
Diferenças cambiais	56,7	34,6	1,9		0,2	93,4
Outros		(0,1)	15,0		1,7	16,6
Custo de aquisição a 31 de dezembro	986,8	861,3	78,6	18,4	596,9	2.542,0
Amortização acumulada a 1 de janeiro		(499,7)	(29,5)	(10,2)	(209,9)	(749,3)
Despesas de amortização		(35,5)	(12,1)	(1,8)	(23,4)	(72,8)
Reversão de amortizações devido a alienações			1,7		22,3	24,0
Diferenças cambiais		(13,5)	(1,4)		(0,2)	(15,1)
Outros			(8,6)		(1,3)	(9,9)
Amortização acumulada a 31 de dezembro		(548,7)	(49,9)	(12,0)	(212,5)	(823,1)
Imparidades a 1 de janeiro	(146,1)				(16,1)	(162,2)
Aumento em imparidades debitado na demonstração de resultados	(2,8)				(0,7)	(3,5)
Reversão de imparidades creditadas na demonstração de resultados					0,7	0,7
Diferenças cambiais	(15,2)					(15,2)
Outros					0,5	0,5
Imparidades a 31 de dezembro	(164,1)				(15,6)	(179,7)
Goodwill e outros ativos intangíveis a 31 de dezembro	822,7	312,6	28,7	6,4	368,8	1.539,2
2016						
Custo de aquisição a 1 de janeiro	986,8	861,3	78,6	18,4	596,9	2.542,0
Aquisições/desinvestimentos de subsidiárias	(216,8)	(317,2)	(21,6)	24,0	20,2	(511,4)
Adições			10,4	3,9	10,2	24,5
Ajustes emergentes de variações subsequentes no valor dos ativos e passivos	(0,2)				(1,5)	(1,7)
Reversão de custos devido a alienações			(7,4)	(3,2)	(5,8)	(16,4)
Diferenças cambiais	(34,0)	(15,1)	(3,4)			(52,5)
Outros	(1,6)		0,1		10,6	9,1
Custo de aquisição a 31 de dezembro	734,2	529,0	56,7	43,1	630,6	1.993,6
Amortização acumulada a 1 de janeiro		(548,7)	(49,9)	(12,0)	(212,5)	(823,1)
Aquisições/desinvestimentos de subsidiárias		143,3	16,5	(19,9)		139,9
Despesas de amortização		(24,2)	(12,6)	(3,6)	(18,9)	(59,3)
Reversão de amortizações devido a alienações			0,1			0,1
Diferenças cambiais		6,6	2,0			8,6
Outros			8,4	0,6	(1,3)	7,7
Amortização acumulada a 31 de dezembro		(423,0)	(35,5)	(34,9)	(232,7)	(726,1)
Imparidades a 1 de janeiro	(164,1)				(15,6)	(179,7)
Aquisições/desinvestimentos de subsidiárias	121,3					121,3
Aumento em imparidades debitado na demonstração de resultados	(4,7)					(4,7)
Reversão de imparidades creditadas na demonstração de resultados					2,6	2,6
Diferenças cambiais	10,7					10,7
Imparidades a 31 de dezembro	(36,8)				(13,0)	(49,8)
Goodwill e outros ativos intangíveis a 31 de dezembro	697,4	106,0	21,2	8,2	384,9	1.217,7

A rubrica 'Outros' na coluna de software adquirido em 2015 e na coluna 'Outros ativos intangíveis' em 2016 está relacionada com uma transferência de equipamentos (consulte a nota 17 Imóveis, instalações e equipamentos). Para obter mais informações sobre a aquisição e desinvestimento de subsidiárias, consulte a nota 3 Aquisições e alienações.

Imparidade de goodwill

O teste de imparidade de goodwill é realizado anualmente no final do ano, comparando o montante recuperável das unidades geradoras de caixa (cash-generating units - CGU) com o seu valor contabilístico. O montante recuperável é o maior entre o valor de uso e o justo valor menos os custos de venda. O tipo de entidade adquirida, o nível da integração operacional e a gestão comum determinam a definição da CGU. Com base nestes critérios, a Ageas designou CGUs ao nível de país.

O montante recuperável de uma CGU é avaliado através de um modelo de fluxo de caixa descontado dos futuros fluxos de caixa antecipados da CGU. Os principais pressupostos utilizados no modelo de fluxo de caixa dependem da informação, que reflete várias variáveis financeiras e económicas, incluindo a taxa sem risco num determinado país, e um prémio, que reflete o risco inerente da entidade sob avaliação.

Estas variáveis são determinadas com base na consideração da gestão. Se a entidade estiver cotada numa bolsa de valores, o preço de mercado será igualmente considerado como um elemento na avaliação.

A decomposição do goodwill e imparidades das principais unidades geradora de caixa a 31 de dezembro de 2016 é a seguinte.

	Montante de goodwill	Imparidades	Valor líquido	Segmento	Método utilizado para o montante recuperável
Unidade geradora de caixa (CGU)					
Ageas Portugal	332,8		332,8	Europa continental (CEU)	Valor de uso
Ageas (UK)	274,9	29,3	245,6	Reino Unido (UK)	Valor de uso
Cargeas Assicurazioni	92,2		92,2	Europa continental (CEU)	Valor de uso
Outros	34,3	7,5	26,8		Valor de uso
Total	734,2	36,8	697,4		

Ageas Portugal

O goodwill relatado para a Ageas Portugal ascende a 332,8 milhões de euros (2015: 168,4 milhões de euros). O aumento está relacionado com a aquisição em 2016 da Ageas Seguros (consulte a nota 3.1). Em 2016, a estrutura legal em Portugal foi simplificada e reestruturada e todas as entidades portuguesas são agora detidas e controladas pela Ageas Portugal Holding, com uma Comissão Executiva central ao nível de país que decide todas as questões estratégicas. Deste modo, a partir de 2016, a Ageas Portugal é considerada como uma CGU, enquanto que nos exercícios anteriores as entidades eram consideradas como CGUs separadas.

O cálculo do valor de uso utiliza os dividendos esperados, com base nos planos de negócio aprovados pela gestão local e da Ageas ao longo de um período de cinco anos. Os planos de negócio consideram a integração adicional das diferentes entidades em Portugal.

As estimativas para depois deste período foram extrapoladas utilizando uma taxa de crescimento de 2,0 por cento, o que representa uma aproximação à inflação esperada em Portugal. A taxa de desconto utilizada baseia-se na taxa de juro sem risco, risco de país, prémio do risco de mercado e coeficiente beta de 1,05, e ascende a 8,5 por cento. O teste de imparidade demonstrou que o montante recuperável excedia o valor contabilístico da CGU, incluindo goodwill. Consequentemente, o goodwill da Ageas Portugal não foi considerado em imparidade.

Com base na análise de sensibilidade em relação aos pressupostos, o goodwill da Ageas Portugal não deverá ser ainda considerado em imparidade se a taxa de crescimento for negativa ou se a taxa de desconto aumentar 6,6 pontos percentuais.

Ageas UK

O goodwill da Ageas UK ascende a 274,9 milhões de euros (2015: 320,7 milhões de euros). O goodwill líquido após imparidades ascende a 245,6 milhões de euros (2015: 286,5 milhões de euros). A alteração no montante entre 2016 e 2015 é causada pelas diferenças cambiais entre o euro e a libra esterlina. No Reino Unido encontram-se todas as entidades detidas e controladas pela holding Ageas UK, com a sua própria Comissão Executiva, que decide todas as questões estratégicas. Deste modo, a partir de 2016, a Ageas UK é considerada como uma CGU, enquanto que nos exercícios anteriores a Ageas UK Retail era considerada como uma CGU separada.

O cálculo do valor de uso utiliza os dividendos esperados, com base nos planos de negócio aprovados pela gestão local e da Ageas ao longo de um período de cinco anos. As estimativas para depois deste período foram extrapoladas utilizando uma taxa de crescimento de 2,0 por cento, o que representa uma aproximação à inflação esperada.

A taxa de desconto utilizada, incluindo um coeficiente beta de 1,0, ascende a 8,0 por cento. O resultado do teste de imparidade indicou que o montante recuperável excedia o valor contabilístico da CGU, incluindo goodwill. Devido ao resultado positivo, o goodwill não foi considerado em imparidade.

Com base na análise de sensibilidade em relação aos pressupostos, o goodwill do Reino Unido não deverá ser ainda considerado em imparidade se a taxa de crescimento a longo prazo descer 4,8 pontos percentuais e se a taxa de desconto aumentar 4,0 pontos percentuais.

Amortização do VOBA

As despesas de amortização esperadas para o VOBA a partir de 2017 são as seguintes.

Cargeas Assicurazioni

O goodwill comunicado para o Cargeas Assicurazioni ascende a 92,2 milhões de euros (2015: 92,2 milhões de euros). O cálculo do valor de uso utiliza os dividendos esperados, com base nos planos de negócio aprovados pela gestão local e da Ageas ao longo de um período de cinco anos.

As estimativas para depois deste período foram extrapoladas utilizando uma taxa de crescimento de 2,0 por cento, o que representa uma aproximação à inflação esperada e ao desenvolvimento do mercado local para o canal bancário. A taxa de desconto utilizada baseia-se na taxa de juro sem risco, risco de país, prémio do risco de mercado e coeficiente beta de 1,1, e ascende a

7,8 por cento. O resultado do teste de imparidade indicou que o montante recuperável excedia o valor contabilístico da CGU, incluindo goodwill. Consequentemente, o goodwill do Cargeas Assicurazioni não foi considerado em imparidade.

Com base na análise de sensibilidade em relação aos pressupostos, o goodwill do Cargeas Assicurazioni não deverá ser ainda considerado em imparidade se a taxa de crescimento for negativa ou se a taxa de desconto aumentar 20,5 pontos percentuais.

Outros

Outros inclui goodwill em CGUs em França e na Bélgica. Para uma subsidiária belga, é reconhecida uma imparidade de goodwill de 4,7 milhões de euros.

Amortização estimada do VOBA

2017	17,1
2018	16,0
2019	14,7
2020	13,1
2021	11,5
Posteriormente	33,6



Capitais próprios

A tabela seguinte apresenta a composição dos capitais próprios a 31 de dezembro de 2016.

Capital social

Ações ordinárias: 216.570.471 ações emitidas e pagas com um valor fracionado de 7,40 euros	1.602,6
Reserva para prémios de emissão	2.450,2
Outras reservas	2.923,7
Reservas para conversões de moeda	86,1
Resultados líquidos atribuíveis a acionistas	27,1
Ganhos e perdas não realizados	2.470,9
Capitais próprios	9.560,6

19.1 Ações ordinárias

Ações emitidas e número potencial de ações

De acordo com as provisões que regulam a Ageas SA/NV, na medida em que a lei permita, e no interesse da Companhia, o Conselho de Administração da Ageas foi autorizado, por um período de três anos (2016-2018), pela Assembleia Geral de Acionistas de 27 de abril de 2016, a aumentar o capital social por um montante máximo de 155.400.000 euros, para fins gerais.

Aplicado a um valor fracionado de 7,40 euros, permite a emissão de até 21.000.000 de ações, representando aproximadamente 10% do capital social total atual da Companhia. Esta autorização permite igualmente que a Companhia cumpra as suas responsabilidades assumidas no contexto da emissão de instrumentos financeiros. As ações também podem ser emitidas devido à denominada metodologia alternativa de liquidação de cupões (ACSM), incluídos em determinados instrumentos financeiros híbridos (para obter detalhes, consulte a nota 46 Passivos contingentes).

A Ageas emitiu opções ou instrumentos com características de opções que poderão, ao serem exercidas, conduzir ao aumento do número de ações em circulação.

O número de ações emitidas inclui ações relacionadas com o instrumento conversível FRESH (4,0 milhões). O FRESH é um instrumento financeiro que foi emitido em 2002 pela Ageasfinlux SA. Uma das características deste instrumento é que só pode ser resgatado através da conversão em 4,0 milhões de ações da Ageas. A Ageasfinlux SA adquiriu todas as ações da Ageas necessárias para resgatar o FRESH (consequentemente, estão incluídas no número de ações em circulação da Ageas). No entanto, a Ageasfinlux SA e a Ageas acordaram que estas ações não receberão dividendos nem terão direitos de voto, desde que estas ações sejam caucionadas ao FRESH. Dado que a Ageasfinlux SA faz parte do Ageas Group, as ações relacionadas com o FRESH são tratadas como ações

próprias (ver abaixo) e eliminadas contra capitais próprios (consulte a nota 21 Passivos subordinados).

Ações próprias

As ações próprias são ações ordinárias emitidas que foram recompradas pela Ageas. As ações são deduzidas dos capitais próprios e comunicadas em outras reservas.

O número total de ações próprias (11,2 milhões) é composto pelas ações detidas para FRESH (4,0 milhões), pelo programa de ações limitado (0,1 milhões) e pelas ações remanescentes resultantes do programa de recompra de ações (7,1 milhões, ver abaixo). Os detalhes dos títulos FRESH são fornecidos na nota 21 Passivos subordinados.

Programa de recompra de ações 2016

A Ageas anunciou em 10 de agosto de 2016 um novo programa de recompra de ações a partir de 15 de agosto de 2016 e até 4 de agosto de 2017, para um montante de 250 milhões de euros.

Entre 15 de agosto de 2016 e 31 de dezembro de 2016, a Ageas recomprou 2.419.328 ações, correspondentes a 1,12% do total de ações em circulação, totalizando 79,7 milhões de euros.

Programa de recompra de ações 2015

A Ageas anunciou em 5 de agosto de 2015 um programa de recompra de ações a partir de 17 de agosto de 2015 e até 5 de agosto de 2016, para um montante de 250 milhões de euros.

A Ageas completou no dia 5 de agosto de 2016, sexta-feira, o programa de recompra de ações anunciado em 5 de agosto de 2015. Entre 17 de agosto de 2015 e 5 de agosto de 2016, a Ageas recomprou 6.977.544 ações, correspondentes a 3,22% do total de ações em circulação, totalizando 250 milhões de euros.

A Assembleia Geral de Acionistas de 27 de abril de 2016 aprovou o cancelamento de 2.226.350 ações próprias que tinham sido recompradas até 31 de dezembro de 2015.

Programa de recompra de ações 2014

A Ageas anunciou em 6 de agosto de 2014 um programa de recompra de ações a partir de 11 de agosto de 2014 e até 31 de julho de 2015, para um montante de 250 milhões de euros.

A Ageas completou no dia 31 de julho de 2015, sexta-feira, o programa de recompra de ações anunciado em 6 de agosto de 2014. Entre 11 de agosto de 2014 e 31 de julho de 2015, a Ageas recomprou 8 176 085 ações, correspondentes a 3,65% do total de ações em circulação, totalizando 250 milhões de euros.

A Assembleia Geral de Acionistas de 29 de abril de 2015 aprovou o cancelamento de 3.194.473 ações próprias que tinham sido recompradas até 31 de dezembro de 2014. Em 27 de abril de 2016, a Assembleia Geral de Acionistas aprovou o cancelamento de 4.981.612 ações próprias remanescentes.

Programa de ações limitado

Em 2014, 2015 e 2016, a Ageas criou programas de ações limitados para a sua gestão sénior (consulte também a nota 7, secção 7.2 Opções de ações e planos de compra de ações pelos empregados).

19.2 Ações com direito a dividendos e direitos de voto

A tabela abaixo fornece uma visão geral das ações com direito a dividendos e direitos de voto a 31 de dezembro.

em milhares

Número de ações emitidas a 31 de dezembro de 2016	216.570
<u>Ações sem direito a dividendos e direitos de voto:</u>	
Ações detidas pelo ageas SA/NV	7.216
Ações relacionadas com FRESH (consulte a nota 21)	3.968
Ações relacionadas com CASHES (consulte a nota 46)	3.959
<u>Ações com direitos de voto e dividendos</u>	<u>201.427</u>

CASHES e a liquidação com BNP Paribas Fortis SA/NV e BNP Paribas

O BNP Paribas Fortis SA/NV (o anterior Fortis Bank) emitiu um instrumento financeiro denominado CASHES em 2007. Uma das características deste instrumento é que só pode ser resgatado através da conversão em 12,5 milhões de ações da Ageas.

O BNP Paribas Fortis SA/NV adquiriu todas as ações necessárias da Ageas para resgatar CASHES (consequentemente, estão incluídas no número de ações em circulação da Ageas). As ações detidas pelo BNP Paribas Fortis SA/NV relacionadas com CASHES não têm direito a dividendos nem têm direitos de voto (consulte a nota 21 Passivos subordinados e a nota 46 Passivos contingentes).

Em 2012, o BNP Paribas fez uma oferta pública (parcialmente bem-sucedida) sobre o CASHES. Em 6 de fevereiro de 2012, o BNP Paribas Fortis SA/NV converteu 7.553 dos 12.000 títulos CASHES em circulação (62,9%) em 7,9 milhões de ações da Ageas.

A Ageas e o BNP Paribas acordaram que o BNP Paribas pode adquirir CASHES sob a condição de que sejam convertidos em ações da Ageas. Em 2016, foram comprados e convertidos 656 CASHES. O acordo entre a Ageas e o BNP Paribas expirou no final de 2016. Neste momento, 4,0 milhões de ações da Ageas relacionadas com CASHES são ainda detidas pelo BNP Paribas Fortis SA/NV.

Ações em circulação

A tabela seguinte apresenta o número de ações em circulação.

em milhares	Ações emitidas	Ações próprias	Ações em circulação
Número de ações a 1 de janeiro de 2015	230.996	(11.633)	219.363
Ações canceladas	(7.218)	7.218	
Saldo (adquiridas)/vendidas		(7.075)	(7.075)
Número de ações a 31 de dezembro de 2015	223.778	(11.490)	212.288
Ações canceladas	(7.208)	7.208	
Saldo (adquiridas)/vendidas		(6.950)	(6.950)
Número de ações a 31 de dezembro de 2016	216.570	(11.232)	205.338

A tabela abaixo fornece uma visão geral das ações emitidas e do número potencial de ações a 31 de dezembro.

em milhares

Número de ações a 31 de dezembro de 2016	216.570
Ações que podem ser emitidas, de acordo com a Assembleia de Acionistas de 27 de abril de 2016	21.000
Relacionadas com planos de ações (consulte a nota 7)	970
Número potencial total de ações a 31 de dezembro de 2016	238.540

19.3 Outras reservas

As ações próprias, ou seja, ações ordinárias recompradas pela Ageas, são deduzidas de capitais próprios e comunicadas em outras reservas. As outras reservas incluem igualmente o ajustamento das opções de venda emitidas sobre participações não controladas. Todos os anos, o saldo dos lucros para o exercício e os dividendos relacionados com o mesmo são adicionados ou deduzidos de outras reservas.

19.4 Reservas para conversões de moeda

A reserva para conversões de moeda é uma componente separada de capitais próprios onde são comunicadas as diferenças cambiais emergentes da conversão dos resultados e das posições financeiras em moedas estrangeiras, que estão incluídas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Ageas.

A Ageas não cobre investimentos líquidos em transações que não têm o euro como moeda funcional, a menos que o impacto dos potenciais movimentos em moedas estrangeiras seja considerado superior ao apetite de risco da Ageas. No entanto, os empréstimos não atribuídos para fins de financiamento permanente e os pagamentos ou dividendos conhecidos em moeda estrangeira estão cobertos. As diferenças cambiais emergentes de empréstimos e outros instrumentos em outras moedas designados como instrumentos de cobertura de tais investimentos são registadas em capitais (na rubrica 'Reserva para conversões de moeda') até à alienação do investimento líquido, exceto por ineficácia de qualquer cobertura, que será reconhecida imediatamente na demonstração de resultados. Na alienação de qualquer entidade, essas diferenças cambiais são reconhecidas na demonstração de resultados como parte dos ganhos ou perdas na venda.

19.5 Ganhos e perdas não realizados incluídos em capitais próprios

A tabela abaixo apresenta os ganhos e perdas não realizados incluídos em capitais próprios.

31 de dezembro de 2016	Investimentos disponíveis para venda	Investimentos detidos até à maturidade	Revalorização de associadas	Coberturas dos fluxos de caixa	Componente DPF	Total
Valor Bruto	8.272,8	(67,9)	283,6	(45,4)		8.443,1
Imposto relacionado	(2.665,9)	18,3		2,7		(2.644,9)
Contabilidade de cobertura	(3.983,7)					(3.983,7)
Imposto relacionado	1.352,8					1.352,8
Participações não controladas	(732,7)	21,8	7,7	6,8		(696,4)
Características de participação discricionária (DPF)	9,2				(9,2)	
Total	2.252,5	(27,8)	291,3	(35,9)	(9,2)	2.470,9

31 de dezembro 2015	Investimentos Disponíveis para venda	Investimento detidos até à maturidade	Revalorização de associadas	Coberturas dos fluxos de caixa	Componente DPF	Total
Valor Bruto	7.540,7	(88,2)	501,3	81,5		8.035,3
Imposto relacionado	(2.386,7)	23,5		1,6		(2.361,6)
Contabilidade de cobertura	(2.715,9)			(100,1)		(2.816,0)
Imposto relacionado	887,4					887,4
Participações não controladas	(829,3)	29,2	2,3	7,8		(790,0)
Características de participação discricionária (DPF)	12,9				(12,9)	
Total	2.509,1	(35,5)	503,6	(9,2)	(12,9)	2.955,1

Ganhos e perdas não realizados em investimentos disponíveis para venda são discutidos em detalhe na nota 11 Investimentos financeiros. Os ganhos e perdas não realizados detidos até à maturidade representam ganhos e perdas a serem amortizados.

As variações do justo valor de derivados designados e qualificados como cobertura de fluxos de caixa são reconhecidas como um ganho ou perda não realizado em capitais próprios. Qualquer ineficácia de cobertura é reconhecida imediatamente na demonstração de resultados.

A Ageas celebra contratos de seguro que contêm não só uma parte garantida, mas também outros benefícios, dos quais os montantes e a oportunidade da declaração e pagamento são por decisão única da Ageas. Dependendo dos termos e condições contratuais e estatutários, as variações não realizadas no justo valor do misto de ativos relacionados com tais contratos são, após a aplicação da Contabilidade de cobertura, relatadas em capitais próprios sob as características de participação discricionária (DPF) separadas e em ganhos e perdas não realizados relacionados com investimentos disponíveis para venda.

A tabela abaixo apresenta as variações em ganhos e perdas brutos não realizados incluídos em capitais próprios para 2015 e 2016.

	Investimentos disponíveis para venda	Investimentos detidos até à maturidade	Revalorização de associadas	Coberturas dos fluxos de caixa	Total
Ganhos (perdas) brutos não realizados a 1 de janeiro de 2015	9.020,9	(112,2)	263,1	56,5	9.228,3
Variações de ganhos (perdas) não realizados durante o exercício	(1.206,8)		279,5	30,9	(896,4)
Reversão de (ganhos) perdas não realizados devido a vendas	(254,4)		(3,6)		(258,0)
Reversão de perdas não realizadas devido a imparidades	(2,7)				(2,7)
Amortização		23,6		(0,1)	23,5
Outros	(16,3)	0,4	(37,7)	(5,8)	(59,4)
Ganhos (perdas) brutos não realizados a 31 de dezembro de 2015	7.540,7	(88,2)	501,3	81,5	8.035,3
Variações de ganhos (perdas) não realizados durante o exercício	1.184,8		(217,7)	(2,5)	964,6
Reversão de (ganhos) perdas não realizados devido a vendas	(218,7)				(218,7)
Reversão de perdas não realizadas devido a imparidades	4,1				4,1
Aquisições e desinvestimentos de associadas	(236,8)			(133,6)	(370,4)
Amortização		19,9		9,2	29,1
Outros	(1,3)	0,4			(0,9)
Ganhos (perdas) brutos não realizados a 31 de dezembro de 2016	8.272,8	(67,9)	283,6	(45,4)	8.443,1

19.6 Capacidade de pagamento de dividendos

As companhias incluídas na Ageas estão sujeitas a restrições legais relativas ao montante dos dividendos que podem pagar aos seus acionistas.

O Código Civil Holandês estipula que uma companhia holandesa apenas pode pagar dividendos se o capital líquido dessa companhia exceder o total do capital realizado e exigido e as reservas exigidas por lei ou pelos Estatutos da companhia.

Ao abrigo do Código das Sociedades Belgas, 5% do resultado líquido anual de uma companhia deve ser colocado num fundo de reserva legal até que este fundo atinja 10% do capital social. Não podem ser pagos dividendos se o valor dos ativos líquidos da companhia descender abaixo do, ou se após o pagamento de um dividendo descender abaixo do, somatório do seu capital realizado e reservas não distribuídas.

As subsidiárias e as associadas também estão sujeitas a restrições de dividendos emergentes dos requisitos de capital mínimo e de solvência impostos pelas entidades reguladoras nos países onde essas subsidiárias operam e de acordos de acionistas com os sócios da companhia. Em determinadas situações, é necessário o consenso entre os acionistas antes da declaração dos dividendos.

Adicionalmente, os acordos de acionistas (relacionados com partes que têm uma participação não controlada nas subsidiárias da Ageas) podem incluir:

- artigos específicos sobre direitos de voto ou distribuição de dividendos;
- períodos de bloqueio de venda, durante os quais todas as partes que têm ações não podem vender ações antes de um determinado período ou sem a autorização prévia das outras partes envolvidas;
- opções de venda ou revenda de ações a outra parte (partes) envolvido no acordo de acionistas, incluindo a metodologia de cálculo subjacente para valorizar as ações;
- mecanismos de provisões contratuais, que permitem que a parte que vendeu originalmente as ações tenha receitas adicionais ao serem atingidos determinados objetivos;
- cláusulas de exclusividade ou cláusulas de não concorrência relacionadas com as vendas de produtos de seguros.

Dividendo proposto para 2016

O Conselho de Administração da Ageas decidiu propor, para aprovação da Assembleia Geral de Acionistas anual, um dividendo bruto em dinheiro de 2,10 euros por ação para 2016, incluindo 0,40 euros relacionados com a venda de Hong Kong.

19.7 Rendibilidade dos capitais próprios

A Ageas calcula a rendibilidade dos capitais próprios dividindo o resultado líquido do período pelo capital líquido médio no início e no final do período.

A rendibilidade dos capitais próprios para 2016 e 2015 é a seguinte.

	2016	2015
Rendibilidade do capital próprio de atividades de seguros (excluindo ganhos e perdas não realizados)	10,6%	11,0%

20

Responsabilidades de seguros

Responsabilidades de seguros Vida

As responsabilidades de seguros Vida são estabelecidas quando uma apólice é vendida, para assegurar que são reservados fundos suficientes para cumprir os sinistros futuros relacionados com essa apólice. As responsabilidades dos seguros Vida podem ser divididas em:

- responsabilidades de contratos de seguros Vida (ver 20.1);
- responsabilidades de contratos de investimento Vida (ver 20.2);
- responsabilidades relacionadas com contratos unit-linked (ligados a instrumentos financeiros) (ver 20.3).

Responsabilidades não Vida

- responsabilidades de contratos de seguros não Vida (ver 20.4);

Os detalhes destas responsabilidades de seguros são fornecidos mais à frente. Para obter informação mais detalhada sobre sensibilidades e exposições ao risco das responsabilidades de seguros, consulte a nota 5.4 Detalhes das várias exposições ao risco.

20.1 Responsabilidades resultantes de contratos de seguros Vida

A tabela seguinte fornece uma visão geral das responsabilidades dos contratos de seguros Vida a 31 de dezembro.

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Responsabilidades para futuros benefícios dos tomadores de seguros	25.722,8	27.047,1
Reserva para participação nos resultados dos tomadores de seguros	176,5	385,9
Contabilidade de cobertura	2.326,9	1.645,5
Antes de eliminações	28.226,2	29.078,5
Eliminações	(8,1)	(4,8)
Bruto	28.218,1	29.073,7
Resseguro	(22,9)	(51,8)
Líquido	28.195,2	29.021,9

As variações das responsabilidades de contratos de seguros Vida (brutos de resseguros e antes de eliminações) são apresentadas abaixo.

	2016	2015
Saldo a 1 de Janeiro	29.078,5	29.424,5
Aquisições de subsidiárias	372,4	
Desinvestimentos em subsidiárias	(2.380,8)	
Entradas brutas	2.034,1	2.343,8
Valor temporal	844,8	949,7
Pagamentos devido a resgates, maturidades e outros	(1.971,1)	(2.116,2)
Transferência de responsabilidades	(158,6)	(34,2)
Diferenças cambiais		220,2
Ajustamento da Contabilidade de cobertura	925,4	(1.029,3)
Variações líquidas em contratos do grupo	16,1	12,6
Outas variações, incluindo cobertura do risco	(534,6)	(692,6)
Saldo a 31 de dezembro	28.226,2	29.078,5

Em 2016, as aquisições de subsidiárias dizem respeito à Ageas Seguros em Portugal e aos desinvestimentos no AICA na Ásia (consulte a nota 3). O ajustamento da Contabilidade de cobertura é um reflexo dos ganhos e perdas não realizados na carteira de investimento, relacionado com a evolução dos rendimentos de mercado.

Uma adição de 483 milhões de euros em 2016 é causada por uma alteração na estimativa. As estimativas dos fluxos de caixa previstos da carteira de investimento incorporam agora uma probabilidade de incumprimento e a taxa de desconto para determinar que o valor presente líquido já não inclui um prémio de iliquidez.

A transferência de responsabilidades está relacionada principalmente com os planos de contribuições definidos com uma taxa garantida na Bélgica (consulte a nota 7.1.1.2) e com os movimentos internos entre

carteiras de produtos. As diferenças cambiais em 2015 estão relacionadas sobretudo com a taxa de câmbio do dólar de Hong Kong. A rubrica 'Variações líquidas em contratos do grupo' compensa a mesma rubrica relativa a contratos unit-linked (consulte a secção 20.3). A rubrica 'Outas variações, incluindo cobertura do risco', está relacionada sobretudo com o consumo de risco de seguros e risco atuarial relativo às garantias incluídas nos contratos, pelo que variam em conjunto com os volumes.

O efeito das variações nos pressupostos utilizados para avaliar as responsabilidades relacionadas com os contratos de seguros Vida foi imaterial em 2016 e 2015.

20.2 Passivos resultantes de contratos de investimento Vida

A tabela seguinte fornece uma visão geral das responsabilidades dos contratos de investimento Vida a 31 de dezembro.

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Responsabilidades para futuros benefícios dos tomadores de seguros	30.097,9	28.513,2
Reserva para participação nos resultados dos tomadores de seguros	147,4	169,0
Contabilidade de cobertura	1.656,9	1.220,7
Bruto	31.902,2	29.902,9
Resseguro		
Líquido	31.902,2	29.902,9

As variações das responsabilidades de contratos de investimento Vida são apresentadas abaixo.

	2016	2015
Saldo a 1 de Janeiro	29.902,9	30.569,7
Aquisições de subsidiárias	478,9	
Desinvestimentos em subsidiárias	(0,8)	
Entradas brutas	2.703,5	2.485,1
Valor temporal	570,3	612,3
Pagamentos devido a resgates, maturidades e outros	(2.070,5)	(2.941,1)
Transferência de responsabilidades	(52,4)	(153,7)
Ajustamento da Contabilidade de cobertura	436,1	(551,5)
Outas variações, incluindo cobertura do risco	(65,8)	(117,9)
Saldo a 31 de dezembro	31.902,2	29.902,9

O ajustamento da Contabilidade de cobertura é um reflexo dos ganhos e perdas não realizados na carteira de investimento, relacionado com a evolução dos rendimentos de mercado. A transferência de responsabilidades está relacionada sobretudo com movimentos internos entre carteiras de produtos. A rubrica 'Outas variações, incluindo cobertura do risco' está relacionada sobretudo com o consumo de risco de seguros e risco atuarial relativo às garantias incluídas nos contratos,

pelo que variam em conjunto com os volumes. 2016 sofreu também o impacto do desinvestimento no AICA.

O efeito das variações nos pressupostos utilizados para avaliar as responsabilidades relacionadas com os contratos de investimento Vida foi imaterial em 2016 e 2015.

20.3 Passivos relacionados com contratos unit-linked

As responsabilidades relacionadas com contratos unit-linked são divididas em contratos de seguros e de investimento do seguinte modo.

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Contratos de seguros	2.296,9	2.155,0
Contrato de investimento	12.056,4	12.986,8
Total	14.353,3	15.141,8

A tabela seguinte apresenta as variações das responsabilidades relacionadas com contratos de seguros unit-linked.

	2016	2015
Saldo a 1 de Janeiro	2.155,0	1.969,1
Aquisições de subsidiárias	92,9	
Desinvestimentos em subsidiárias	(64,5)	
Entradas brutas	199,8	234,8
Variações do justo valor/valor temporal	20,0	27,1
Pagamentos devido a resgates, maturidades e outros	(85,1)	(85,5)
Transferência de responsabilidades	(3,6)	14,8
Diferenças cambiais		5,2
Variações líquidas em contratos do grupo	(16,1)	(12,6)
Outas variações, incluindo cobertura do risco	(1,5)	2,1
Saldo a 31 de dezembro	2.296,9	2.155,0

A tabela seguinte apresenta as variações das responsabilidades relacionadas com contratos de investimento unit-linked.

	2016	2015
Saldo a 1 de Janeiro	12.986,8	12.859,9
Desinvestimentos em subsidiárias	(912,6)	
Entradas brutas	1.331,2	1.305,6
Variações do justo valor/valor temporal	379,4	358,8
Pagamentos devido a resgates, maturidades e outros	(1.773,9)	(1.731,8)
Transferência de responsabilidades	110,7	166,4
Diferenças cambiais		94,5
Outas variações, incluindo cobertura do risco	(65,2)	(66,6)
Saldo a 31 de dezembro	12.056,4	12.986,8

A transferência de responsabilidades reflete principalmente movimentos internos entre contratos de diferentes produtos. As diferenças cambiais em 2015 estão relacionadas com a taxa de câmbio do dólar de Hong Kong. A rubrica 'Variações líquidas em contratos do grupo' compensa a mesma rubrica relativa a

contratos não unit-linked (consulte a secção 20.1). A rubrica 'Outas variações, incluindo cobertura do risco' está relacionada sobretudo com o consumo de risco de seguros e risco atuarial, para garantias complementares incluídas nos contratos.

20.4 Passivos resultantes de contratos de seguros Não Vida

A tabela seguinte fornece uma visão geral das responsabilidades dos contratos de seguros não Vida a 31 de dezembro.

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Reservas para sinistros	6.403,4	5.837,6
Prémios não adquiridos	1.571,7	1.609,6
Reserva para participação nos resultados dos tomadores de seguros	24,9	16,3
Antes de eliminações	8.000,0	7.463,5
Eliminações	(24,8)	
Bruto	7.975,2	7.463,5
Resseguro	(616,6)	(544,8)
Líquido	7.358,6	6.918,7

As responsabilidades de sinistros não Vida são reconhecidas para sinistros que ocorreram mas que ainda não foram liquidados, quantificando a obrigação por perdas pendentes. Em geral, as companhias de seguros Ageas definem as responsabilidades de sinistros por categoria de produto, cobertura e ano, e consideram previsões prudentes (não) descontadas de pagamentos em sinistros comunicados e estimativas de sinistros não comunicados. Os valores para despesas de sinistros e inflação estão igualmente incluídos. Os pagamentos são tipicamente não descontados. No entanto, alguns sinistros de acidentes e saúde (em particular Acidentes de Trabalho)

têm uma natureza de longo prazo e as suas responsabilidades são calculadas com metodologias semelhantes às das técnicas de vida, incluindo assim igualmente os fluxos de caixa descontados.

Os prémios não adquiridos estão relacionados com a parte não expirada do risco, para a qual o prémio foi adquirido mas ainda não foi adquirido pelo segurador.

As variações das responsabilidades de contratos de seguros não Vida (brutos de resseguros e antes de eliminações) são apresentadas abaixo.

	2016	2015
Saldo a 1 de Janeiro	7.463,5	7.147,6
Aquisições de subsidiárias	638,5	
Adição a responsabilidades do exercício atual	3.012,3	2.843,1
Sinistros pagos no exercício corrente	(1.519,3)	(1.376,0)
Variações de responsabilidades no exercício corrente	1.493,0	1.467,1
Adição a responsabilidades de exercícios anteriores	(48,0)	(222,3)
Sinistros pagos em exercícios anteriores	(1.130,1)	(1.152,7)
Variações de responsabilidades em exercícios anteriores	(1.178,1)	(1.375,0)
	314,9	92,1
Variações em prémios não adquiridos	9,7	31,0
Transferência de responsabilidades	(2,0)	(2,2)
Diferenças cambiais	(419,9)	168,0
Outras variações	(4,7)	27,0
Saldo a 31 de dezembro	8.000,0	7.463,5

A aquisição de subsidiárias em 2016 está relacionada com a Ageas Seguros em Portugal. As diferenças cambiais estão relacionadas com a taxa de câmbio da libra esterlina.

A adição a responsabilidades inclui o impacto da decisão de 27 de fevereiro de 2017 do Lord Chancellor do Reino Unido, que reviu a taxa Ogden, usada pelos tribunais do Reino Unido para calcular as perdas financeiras sob a forma de um montante fixo em casos de ferimentos pessoais, e baixou esta taxa de 2,5% positivos para 0,75% negativos. A nova taxa foi aplicada para reavaliar as responsabilidades de seguros a 31 de dezembro de 2016 com um impacto de 146 milhões de euros (consulte a nota 48 Eventos após a data da demonstração da posição financeira).

20.5 Teste de adequação de responsabilidades de seguros

A adequação das responsabilidades de seguros ('Teste de adequação de responsabilidades') é testada por cada companhia em cada data de relatório. Os testes são realizados geralmente ao nível legal fungível para Vida e ao nível da linha de negócio para não Vida. A Ageas considera as melhores estimativas atuais de todos os fluxos de caixa contratuais, incluindo os fluxos de caixa relacionados, tais como comissões, resseguros e despesas. Para contratos de seguros

Vida, os testes incluem fluxos de caixa resultantes de opções incorporadas e garantias e receitas de investimentos. O valor atual destes fluxos de caixa foi determinado por (a) usando o rendimento contabilístico atual da carteira existente, com base no pressuposto de que ocorrerão reinvestimentos após a maturidade dos instrumentos financeiros a uma taxa sem risco acrescida pelo ajustamento da volatilidade e (b) uma taxa de desconto sem risco que permite um ajustamento da volatilidade com base na metodologia EIOPA (após o último ponto líquido, é utilizada a extrapolação da denominada Ultimate Forward Rate (Taxa de juro a prazo final)). São aplicados os limites contratuais de Solvência II. As companhias de seguros locais aplicam requisitos locais mais rigorosos para o teste de adequação de responsabilidades.

O valor líquido atual dos fluxos de caixa é comparado com as responsabilidades técnicas correspondentes. Qualquer insuficiência é reconhecida imediatamente na conta de resultados, tanto como imparidade DAC ou VOBA ou como reconhecimento de perda. Se, num período subsequente, a insuficiência diminuir, a diminuição é revertida através de resultados.

Os testes realizados no final de 2016 confirmaram que as responsabilidades relatadas eram adequadas.

Visão geral de responsabilidades de seguros por segmento operacional

A tabela abaixo fornece uma visão geral das responsabilidades por segmento operacional.

31 de dezembro de 2016	Divisão de responsabilidades brutas não Vida:			Total Vida	Divisão de responsabilidades brutas Vida:	
	Total não vida	Prémios não adquiridos	Sinistros pendentes		Unit-linked	Garantia Vida
Bélgica	3.886,7	351,9	3.534,8	58.996,7	7.164,4	51.832,3
Reino Unido	2.694,6	842,1	1.852,5			
Europa continental	1.388,8	377,7	1.011,1	15.485,0	7.188,9	8.296,1
Resseguro	29,9		29,9			
Eliminações	(24,8)		(24,8)	(8,1)		(8,1)
Total seguros	7.975,2	1.571,7	6.403,5	74.473,6	14.353,3	60.120,3

31 de dezembro de 2015	Divisão de responsabilidades brutas não Vida:			Total Vida	Divisão de responsabilidades brutas Vida:	
	Total não vida	Prémios não adquiridos	Sinistros pendentes		Unit-linked	Garantia Vida
Bélgica	3.779,1	356,8	3.422,3	56.336,1	6.991,2	49.344,9
Reino Unido	2.908,9	970,3	1.938,6			
Europa continental	771,8	282,5	489,3	14.611,7	7.219,2	7.392,5
Ásia				3.175,4	931,4	2.244,0
Conta Geral (Resseguros)	3,7		3,7			
Eliminações				(4,8)		(4,8)
Total seguros	7.463,5	1.609,6	5.853,9	74.118,4	15.141,8	58.976,6

21

Passivos subordinados

A tabela seguinte fornece uma especificação dos passivos subordinados a 31 de dezembro.

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
FRESH	1.250,0	1.250,0
Hybrone		73,0
Fixed Rate Reset Perpetual Subordinated Notes	518,6	500,7
Fixed to Floating Rate Callable Subordinated Notes	99,6	99,6
Fixed to Floating Rate Callable Subordinated Loan BCP Investments	58,8	58,8
Dated Fixed Rate Subordinated Notes	395,7	395,3
Outros passivos subordinados		3,0
Total de passivos subordinados	2.322,7	2.380,4

21.1 FRESH

Em 7 de maio de 2002, a Ageasfinlux SA emitiu títulos de capital não datados Floating Rate Equity-linked Subordinated Hybrid (FRESH) por um montante do principal total de 1.250 milhões de euros a uma taxa variável indexada à Euribor a três meses + 135 pontos base. Os títulos não têm data de maturidade, mas podem ser permutados por ações da Ageas a um preço de 315 euros por ação, por decisão do titular. Os títulos serão convertidos automaticamente em ações da Ageas se o preço da ação da Ageas for igual ou superior a 472,50 euros durante vinte dias úteis consecutivos na bolsa de valores. Os títulos qualificam-se como Grandfathered Tier 1 capital ao abrigo dos requisitos regulamentares europeus para seguradores (Solvência II).

Os títulos foram emitidos pela Ageasfinlux SA, atuando a Ageas SA/NV como codevedor. O montante do principal dos títulos não será repago em numerário. O recurso único dos titulares de FRESH contra o codevedor em relação ao montante do principal são os 4,0 milhões de ações da Ageas que a Ageasfinlux SA caucionou a favor de tais titulares. Estando pendentes da permuta de FRESH por ações da Ageas, estas ações da Ageas não têm quaisquer direitos a dividendos nem direitos de voto

(o número relatado de ações em circulação da Ageas em 31 de dezembro de 2016 já inclui os 4,0 milhões de ações da Ageas emitidas destinadas a essa troca).

No caso em que os dividendos não são pagos sobre as ações da Ageas, ou se os dividendos a declarar estiverem abaixo de um limiar relativo a qualquer exercício financeiro (o dividendo rende menos de 0,5%) e noutras circunstâncias excepcionais, o pagamento de cupões será efetuado de acordo com a denominada metodologia alternativa de liquidação de cupões (ACSM). O ACSM implica que as novas ações da Ageas sejam emitidas e entregues aos titulares de FRESH. Até à data todos os cupões foram pagos em numerário. Se o ACSM for acionado e se não estiver disponível capital autorizado suficiente para permitir que a Ageas SA/NV cumpra a obrigação do ACSM, a liquidação dos cupões será adiada até que seja reposta a possibilidade de emitir ações.

21.2 Hybrone

Os títulos foram emitidos e são resgatados na sua primeira data de resgate possível em 20 de junho de 2016.

21.3 Fixed Rate Reset Perpetual Subordinated Notes

Em 21 de março de 2013, a AG Insurance emitiu 550 milhões de dólares americanos de Fixed Rate Reset Perpetual Subordinated Notes a uma taxa de juro de 6,75%, pagável duas vezes por ano. As Notes podem ser resgatadas por opção da AG Insurance, total ou parcialmente, na primeira data de resgate possível (março de 2019) ou em qualquer data de pagamento de juros posterior. Na primeira data de resgate possível e em cada sexto aniversário da primeira data de resgate possível, a taxa será restaurada, com base na taxa de Mid-Swap do dólar americano de seis anos acrescida de uma margem de 5,433%. As Notes estão cotadas na Bolsa de Valores do Luxemburgo e qualificam-se como capital Grandfathered Tier 1 ao abrigo dos requisitos regulamentares para seguradores (Solvência II).

21.4 Fixed-to-Floating Callable Subordinated Notes

Em 18 de dezembro de 2013, a AG Insurance emitiu 450 milhões de euros de Fixed-to-Floating Callable Subordinated Notes com uma taxa de juro de 5,25% e com uma maturidade de 31 anos. As Notes podem ser resgatadas por opção da AG Insurance, total ou parcialmente, na primeira data de resgate possível em 18 de junho de 2024 ou em qualquer data de pagamento de juros posterior. Na sua primeira data de resgate possível, as Notes vencerão juros a uma taxa variável indexada à Euribor a 3 meses acrescida de 4,136% por ano, pagável trimestralmente. As Notes qualificam-se como capital Tier 2 ao abrigo dos requisitos regulamentares europeus em vigor para seguradores (Solvência II). As Notes são subscritas pela Ageas SA/NV (350 milhões de euros) e pelo BNP Paribas Fortis SA/NV (100 milhões de euros) e estão cotadas na Bolsa de Valores do Luxemburgo. A parte subscrita pela Ageas SA/NV é eliminada como transação entre companhias.

21.5 Fixed-to-Floating Callable Subordinated Loan BCP Investments

Em 5 de dezembro de 2014, a Ageas Insurance International N.V. (51%) (AII) e o BCP Investments B.V. (49%) concederam um empréstimo subordinado de 120 milhões de euros ao Millenniumbcp Ageas a 4,75% por ano até à primeira data de resgate possível, em dezembro de 2019, e indexada à Euribor a 6 meses + 475 pontos base por ano posteriormente. A parte subscrita pela AII é eliminada porque é uma transação entre companhias. As Notes qualificam-se como capital Grandfathered Tier 1 ao abrigo dos requisitos regulamentares europeus em vigor para seguradores (Solvência II).

21.6 Dated Fixed Rate Subordinated Notes

Em 31 de março de 2015, a AG Insurance emitiu 400 milhões de euros de Fixed Rate Subordinated Securities a uma taxa de juro de 3,5% e com uma maturidade de 32 anos. Os títulos podem ser resgatados por opção da AG Insurance, total ou parcialmente, na primeira data de resgate possível em 30 de junho de 2027 ou em qualquer data de pagamento de juros posterior. Na primeira data de resgate possível e em cada quinto aniversário da primeira data de resgate possível, a taxa de juro será reposta com um valor igual ao somatório da taxa mid-swap do euro a cinco anos, acrescida de 3,875%. As Notes estão cotadas na Bolsa de Valores do Luxemburgo e qualificam-se como capital Tier 2 ao abrigo dos requisitos regulamentares europeus para seguradores (Solvência II).



Empréstimos recebidos

A tabela abaixo apresenta os componentes de empréstimos recebidos a 31 de dezembro.

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Acordos de recompra	1.300,0	1.200,7
Empréstimos	1.061,8	1.204,0
Devidos a Bancos	2.361,8	2.404,7
Fundos detidos em acordos de resseguros	92,0	83,8
Acordos de locação financeira	19,8	20,9
Outras tomadas de empréstimos	22,2	278,1
Total de tomadas de empréstimos	2.495,8	2.787,5

Os acordos de recompra são essencialmente empréstimos de curto-prazo garantidos utilizados para cobrir investimentos específicos e para fins de gestão de tesouraria.

A Ageas caucionou títulos de dívida com um valor contabilístico de 1.288,4 milhões de euros (2015: 1.189,6 milhões de euros) como colateral para acordos de recompra. Adicionalmente, as propriedades foram caucionadas como colateral para empréstimos e outros com um valor contabilístico de

391,5 milhões de euros (2015: 391,5 milhões de euros). A diminuição em 'Outros empréstimos' é devida à venda da AICA.

O valor contabilístico dos empréstimos é uma aproximação razoável do seu justo valor, dado que as maturidades do contrato são inferiores a um ano (acordos de recompra) e/ou contratos com uma taxa variável (créditos de bancos). Em conformidade, o justo valor baseia-se em dados de mercado observáveis (nível 2).

Termos contratuais de depósitos detidos por bancos

Depósitos detidos por bancos por ano de maturidade contratual a 31 de dezembro.

	2016	2015
2016		111,3
2017	13,1	
Total de depósitos	13,1	111,3

Obrigações de locação financeira

As obrigações da Ageas ao abrigo de acordos de locação financeira são detalhados na tabela abaixo.

	2016		2015	
	Pagamentos mínimos da locação	Valor atual dos pagamentos mínimos de locação a receber	Pagamentos mínimos da locação	Valor atual dos pagamentos mínimos de locação a receber
Menos de 3 meses	0,6	0,5	0,5	0,3
Entre três meses e um ano	1,9	1,3	1,7	1,0
1 ano até 5 anos	9,0	4,4	8,8	5,3
Mais de 5 anos	53,7	13,6	55,5	14,3
Total	65,2	19,8	66,5	20,9
Encargos financeiros futuros	45,4		45,6	

Outros

Outros empréstimos, excluindo outros empréstimos a clientes, são classificados pela maturidade remanescente na tabela abaixo.

	2016	2015
Menos de 3 meses		13,5
Entre três meses e um ano	3,1	12,1
1 ano até 5 anos	4,2	11,2
Mais de 5 anos	6,7	232,8
Total	14,0	269,6

23

Ativos e passivos por impostos correntes e diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos pelas diferenças temporárias entre o valor escriturado de IFRS e os valores de impostos escriturados, bem como para prejuízos fiscais transportados, na medida em que seja provável que exista um futuro lucro tributável suficiente no qual possa ser utilizado o ativo por impostos diferidos.

Os componentes dos ativos por impostos diferidos e passivos por impostos diferidos a 31 de dezembro são apresentados abaixo.

	Demonstração da posição financeira		Demonstração de resultados	
	2016	2015	2016	2015
Ativos por impostos diferidos relativos a:				
Investimentos financeiros (disponíveis para venda)	3,4		8,3	6,2
Propriedades de investimento	34,5	33,0	0,1	12,8
Empréstimos a clientes	2,1		(0,2)	
Imóveis, instalações e equipamentos	38,3	39,5	(1,0)	2,6
Ativos intangíveis (excluindo goodwill)	3,9	10,2	(0,6)	(1,3)
Apólices de seguros e reservas para sinistros	1.416,3	919,4	(2,6)	(5,0)
Certificados de dívida e passivos subordinados	(2,1)		0,2	
Provisões para pensões e benefícios pós-reforma	202,5	170,4	5,8	3,2
Outras provisões	13,4	7,9	(3,4)	(4,7)
Acréscimos de gastos e proveitos diferidos	1,5	1,5		1,3
Prejuízos fiscais não utilizados	132,7	153,3	2,7	11,5
Outros	63,0	69,3	(15,6)	0,5
Ativos por impostos diferidos brutos	1.909,5	1.404,5	(6,3)	27,1
Ativos por impostos diferidos não reconhecidos	(44,6)	(59,1)	(3,3)	8,4
Ativos por impostos diferidos líquidos	1.864,9	1.345,4	(9,6)	35,5
Passivos por impostos diferidos relativos a:				
Derivados detidos para negociação (ativos)	1,0	2,3	1,3	(0,8)
Investimentos financeiros (disponíveis para venda)	2.480,2	2.185,2	26,6	15,7
Investimentos unit-linked	(1,0)	(3,7)	(2,8)	0,3
Propriedades de investimento	153,3	152,9	11,6	5,4
Créditos a clientes	3,0	2,9	(0,1)	(0,3)
Imóveis, instalações e equipamentos	177,0	184,9	8,0	(5,2)
Ativos intangíveis (excluindo goodwill)	98,4	103,1	4,7	6,3
Outras provisões		14,4	12,5	(0,7)
Custos de aquisição diferido	36,9	34,7	(2,2)	(0,2)
Custos diferidos e acréscimos do proveitos	1,2	1,3	0,1	0,1
Reservas realizadas por isenções fiscais	38,0	51,3	13,3	10,0
Outros	56,0	49,9	(10,6)	(3,7)
Total de passivos por impostos diferidos	3.044,0	2.779,2	62,4	26,9
Receitas (despesas) de impostos diferidos			52,8	62,4
Impostos diferidos líquidos	(1.179,1)	(1.433,8)		

Os ativos e passivos por proveitos de impostos diferidos são compensados quando existir um direito legalmente inegável para compensar os ativos por impostos diferidos correntes contra os passivos por impostos diferidos relativos à mesma autoridade tributária. Os montantes na demonstração da posição financeira após tal compensação são os seguintes.

	2016	2015
Ativos por impostos diferidos	171,5	131,2
Passivos por impostos diferidos	1.350,6	1.565,0
Impostos diferidos líquidos	(1.179,1)	(1.433,8)

Em 31 de dezembro de 2016, foram debitados 1.244,8 milhões de euros em capitais relacionados com impostos diferidos e foram debitados 48,8 milhões de euros em capitais relacionados com impostos correntes (2015: 1.417,6 milhões de euros e 56,7 milhões de euros, respetivamente, ambos debitados em capitais).

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos na medida em que for provável que existam futuramente lucros tributáveis suficientes em relação aos quais o ativo por impostos diferidos possa ser utilizado. Os ativos por impostos diferidos foram reconhecidos em prejuízos fiscais (reclamados) não utilizados e créditos fiscais não utilizados, por um valor fiscal estimado de 88,0 milhões de euros (2015: 94,2 milhões de euros), não tendo sido reconhecido um montante de 4.890 milhões de euros (2015: 4.468 milhões de euros). A partir do total de prejuízos fiscais, um valor fiscal de 4.315 milhões de euros pode ser transportado indefinidamente, enquanto que um montante estimado de 574 milhões de euros irá

expirar ao longo de um período de nove anos, dependendo da expiração anual do ano de origem. A maior parte da posição transportada de prejuízos fiscais (reclamados) tem origem na liquidação do Brussels Liquidation Holding (o anterior Fortis Brussels, a companhia que detinha as operações bancárias do Fortis). Em relação a impostos, o prejuízo da venda do Fortis Bank foi materializado apenas no momento da liquidação.

Os ativos por impostos diferidos dependentes dos lucros tributáveis futuros em excesso dos lucros resultantes da reversão do montante das diferenças tributáveis temporárias existentes ascendem a 88,0 milhões de euros (2015: 94,2 milhões de euros), e foram reconhecidos com base na expectativa de que será gerado um lucro tributável suficiente nos exercícios futuros para utilizar estes ativos por impostos diferidos.

24

RPN (I)

O RPN(I) é um instrumento financeiro que resulta em pagamentos trimestrais ao, ou recebidos do, BNP Paribas Fortis SA/NV.

O BNP Paribas Fortis SA/NV emitiu títulos CASHES em 2007 com a Ageas SA/NV como codevedor. Os CASHES são títulos conversíveis em ações da Ageas a um preço pré-estabelecido de 239,40 euros por ação. O BNP Paribas Fortis SA/NV e a Ageas SA/NV, nessa altura, ambos parte do Fortis Group, introduziram uma Relative Performance Note, destinada a evitar a volatilidade contabilística nas ações da Ageas e nos CASHES valorizados pelo justo valor na escrita contabilística do BNP Paribas Fortis SA/NV. No momento da cisão do Fortis em 2009, o BNP Paribas Fortis SA/NV e a Ageas acordaram em pagar juros por um montante de referência indicado nestas Relative Performance Notes. O pagamento trimestral de juros é valorizado como um instrumento financeiro e referido como RPN(I).

O RPN(I) existe na medida em que os títulos CASHES permaneçam em circulação no mercado. Originalmente, foram emitidos 12.000 títulos CASHES em 2007. Em fevereiro de 2012, o BNP Paribas lançou uma oferta pública sobre os CASHES a um preço de 47,5% e converteu 7.553 títulos CASHES associados à proposta em ações da Ageas; a Ageas concordou em pagar uma indemnização de 287 milhões de euros ao BNP Paribas, dado que a conversão despoletou um cancelamento pro rata do passivo de RPN(I).

Em maio de 2015, a Ageas e o BNP Paribas acordaram que o BNP Paribas pode adquirir CASHES a investidores individuais em qualquer momento, sob a condição de que os títulos adquiridos sejam convertidos em ações da Ageas; nessa conversão, a parte pro rata do passivo RPN(I) é paga ao BNP Paribas, enquanto que a Ageas recebe uma taxa de separação sujeita ao preço com que o BNP Paribas conseguir adquirir CASHES.

O BNP Paribas adquiriu e converteu 656 CASHES ao abrigo deste acordo nos primeiros nove meses de 2016; a Ageas pagou 44,3 milhões de euros pela liquidação pro rata de RPN(I), após a dedução da taxa de separação recebida. O acordo entre a Ageas e o BNP Paribas expirou no final de 2016 e não foi renovado.

A 31 de dezembro de 2016, continuavam em circulação 3.791 CASHES.

Montante de referência e juros pagos

O montante de referência é calculado do seguinte modo:

- a diferença entre 2.350 milhões de euros e o valor de mercado de 12,53 milhões de euros das ações da Ageas em que o instrumento foi convertido, menos
- a diferença entre 3.000 milhões de euros da emissão e o valor de mercado dos CASHES, conforme a cotação na Bolsa de Valores do Luxemburgo, multiplicado pelo
- número de títulos CASHES em circulação, dividido pelo número de títulos CASHES emitidos originalmente.

A Ageas paga juros ao BNP Paribas Fortis SA/NV sobre o montante de referência médio no trimestre (se o resultado se tornar negativo, o BNP Paribas Fortis SA/NV pagará à Ageas); os juros estão indexados à Euribor a 3 meses acrescidos de 90 pontos base. A Ageas caucionou 6,3% do total das ações da AG Insurance em circulação a favor do BNP Paribas Fortis SA/NV.

Valorização

A Ageas aplica uma noção de transferência para chegar ao justo valor do passivo de RPN(I). O justo valor é definido na IFRS 13 como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação controlada à data da avaliação. A definição é descrita explicitamente como um preço de saída, ligado ao preço 'pago para transferir um passivo'. Quando este cálculo de preço não estiver disponível e se o passivo for detido por outra entidade como um ativo, o passivo tem de ser valorizado na perspectiva do participante de mercado que detém o ativo. A Ageas valoriza o seu passivo pelo montante de referência.

O montante de referência RPN é baseado no preço dos CASHES e no preço das ações da Ageas. O montante de referência diminuiu de 402,0 milhões de euros no final de 2015 para 275,0 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016, predominantemente devido a uma queda no preço dos CASHES durante 2016, de 75,70% para 66,40%, compensada parcialmente por uma queda do preço da ação da Ageas, de 42,80 euros para 37,61 euros, ao longo do mesmo período. O montante de referência diminuiu ainda 47,6 milhões de euros em resultado dos 656 CASHES que o BNP Paribas converteu em 2016, pelos quais a Ageas pagou 44,3 milhões de euros (RPN(I) - liquidação - taxa de separação).

Sensibilidade do valor RPN(I)

A 31 de dezembro de 2016, cada 1% de aumento no preço dos CASHES, expresso como uma percentagem do seu valor nominal, conduziu a um aumento de 9,5 milhões de euros do montante de referência, enquanto que cada aumento de 1,00 euro no preço da ação da Ageas diminuiu o montante de referência em 4,0 milhões de euros.

25

Juros reconhecidos e outros passivos

A composição dos juros reconhecidos e outros passivos a 31 de dezembro é a seguinte.

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Receitas diferidas	127,3	110,1
Custos financeiros reconhecidos	29,1	44,2
Outras despesas reconhecidas	125,1	164,8
Derivados detidos para cobertura	50,6	22,2
Passivos de pensões de benefício definido	654,4	448,4
Passivos de benefício definido para além de pensões	122,1	111,9
Benefícios de cessação	8,7	10,4
Outros passivos por benefícios de longo prazo de empregados	15,1	13,0
Passivos por benefícios de curto prazo de empregados	85,8	88,7
Contas a pagar	196,4	160,9
Devido a agentes, tomadores de seguros e intermediários	477,9	545,5
IVA e outros impostos devidos	142,5	145,7
Dividendos a pagar	20,6	21,6
Devido a resseguradores	37,9	53,7
Derivados detidos para negociação	74,1	32,0
Outros passivos	491,7	400,0
Total	2.659,3	2.373,1

Os detalhes dos passivos por benefícios a empregados podem ser encontrados na nota 7, secção 7.1 Benefícios a empregados.

Os derivativos detidos para negociação são valorizados com base no nível 2 (dados de mercado observáveis em mercados ativos). Todas as compras e vendas de ativos financeiros que necessitam de entrega no período de tempo estabelecido pela regulamentação ou convenção de mercado são reconhecidas na data de realização da operação, ou seja

a data em que a Ageas se tornou numa parte das provisões contratuais do instrumento.

A rubrica 'Outros passivos' inclui valores a pagar relacionados com a compensação de transações de títulos, recebimentos que aguardam alocação a investimentos e despesas menores a pagar.

26

Provisões

As provisões estão relacionadas principalmente com disputas legais e reorganizações e baseiam-se nas melhores estimativas disponíveis no final do período, com base na consideração da gestão, apoiada na maioria dos casos pelo parecer de consultores jurídicos. A definição do momento da saída de caixa relacionada com estas provisões é de natureza incerta devido à imprevisibilidade do resultado e ao tempo envolvido na conclusão de litígios/disputas. Referimos a nota 46 Passivos contingentes, que descreve os vários processos de litígio em curso.

Liquidação global relacionada com eventos do Fortis em 2007 e 2008

Em 14 de março de 2016, a Ageas e as organizações requerentes, Deminor, Stichting FortisEffect, Stichting Investor Claims Against Fortis (SICAF) e o acionista holandês Association VEB (as "Partes") anunciaram uma proposta de resolução em relação a todos os processos civis relativos ao antigo grupo Fortis para os eventos ocorridos em 2007 e 2008 (os "Eventos").

As Partes solicitaram ao Tribunal de Apelação de Amesterdão que declarasse a resolução vinculativa para todos os acionistas elegíveis do Fortis, de acordo com o Dutch Act on Collective Settlement of Mass Claims (Wet Collectieve Afwikkeling Massaschade, "WCAM").

A Resolução só será final (i) se o Tribunal de Apelação de Amesterdão tiver declarado a Resolução vinculativa e (ii) se, no final do período de desistência, o rácio da desistência acordado não tiver sido excedido ou se a Ageas tiver renunciado ao seu direito de resolução.

Adicionalmente, a Ageas anunciou em 14 de março de 2016 que celebrou igualmente um acordo com as seguradoras das responsabilidades para com os diretores e gerentes, os diretores e gestores envolvidos no litígio e o BNP Paribas Fortis.

As variações das provisões durante o exercício são as seguintes.

O impacto financeiro das resoluções anunciadas em 14 de março de 2016, com as organizações requerentes por um lado e com os diretores, gestores e as seguradoras por outro, é reconhecido nas demonstrações financeiras intercalares no Q1 2016 IFRS. O impacto pode ser resumido do seguinte modo:

O impacto das resoluções propostas no resultado IFRS líquido do Grupo ascende a 894 milhões de euros. Este montante é resultado de:

- um débito de 1.204 milhões de euros relacionados com o acordo de resolução WCAM;
- acrescido de 50 milhões de euros relacionados com os custos e despesas de representação das organizações em relação aos interesses dos investidores de retalho e/ou o seu papel futuro no processo de administração da resolução;
- acrescido de uma provisão adicional de 62 milhões de euros relacionada com o risco de prazo, estimado em 5% do montante total da resolução;
- menos o montante de resolução de 290 milhões de euros, contribuído pelas seguradoras das responsabilidades para com os diretores e gestores, e a reversão da provisão para litígio estabelecida em 2014 (132,6 milhões de euros).

Em relação ao acordo de resolução, foi pago um montante de 241 milhões de euros à Stichting Forsettlement ('Stichting') como pagamento adiantado para resolver as reclamações. No entanto, dado que a resolução ainda não foi declarada vinculativa, este pagamento não é deduzido da provisão da Resolução, mas contabilizado como um valor a receber da Stichting. Quando a resolução for declarada vinculativa, este pagamento será deduzido da provisão para a resolução.

Os montantes são apresentados na rubrica 'Provisões' na demonstração da posição financeira e na rubrica 'Variações das provisões' na demonstração de resultados.

	2016	2015
Saldo a 1 de Janeiro	175,0	171,4
Aquisições e desinvestimentos de associadas	4,5	2,7
Aumento (diminuição) de provisões	892,7	(0,2)
Utilizadas durante o exercício	(4,1)	(1,5)
Acréscimo de juros		2,6
Diferenças cambiais	(0,9)	
Saldo a 31 de dezembro	1.067,2	175,0

27

Passivos relacionados com opções de venda emitidas de NCI

27.1 Passivo relacionado com opções de venda emitidas sobre as ações da AG Insurance detidas pelo BNP Paribas Fortis SA/NV

A Ageas celebrou em 12 de março de 2009 um acordo sobre a venda de 25% + 1 ação da AG Insurance ao Fortis Bank (agora denominado BNP Paribas Fortis SA/NV) por um montante de 1.375 milhões de euros. Este acordo foi aprovado pela Reunião de Acionistas da Ageas em abril de 2009. Como parte desta transação, a Ageas concedeu ao Fortis Bank uma opção de venda para revender a participação adquirida na AG Insurance à Ageas no período de seis meses com início em 1 de janeiro de 2018.

A Ageas concluiu que o exercício da opção de venda é incondicional. De acordo com a IAS 32, a Ageas é deste modo obrigada a reconhecer um passivo financeiro que ascende ao valor atual do preço de exercício estimado da opção de venda em 2018. Este passivo financeiro é apresentado numa rubrica separada (Passivo relacionado com opções de venda emitidas) na demonstração da posição financeira. Adicionalmente, o passivo é alocado à Conta Geral, dado que o passivo está relacionado com a Ageas Insurance International N.V. (a empresa mãe da AG Insurance). A Ageas valoriza o passivo pelo montante esperado a pagar na resolução, descontado de novo na data do relatório.

A contraparte deste passivo é uma redução do valor da participação não controlada subjacente à opção. A diferença entre o valor da participação não controlada e o justo valor do passivo é adicionada a outras reservas, que estão incluídas em capitais próprios. As variações subsequentes do justo valor do passivo relacionadas com a opção de venda são registadas em outras reservas.

Se a opção for exercida em 2018, o passivo será liquidado através de um pagamento de caixa pela Ageas ao BNP Paribas Fortis SA/NV, resultando na reacquirição pela Ageas de 25% + 1 ação da AG Insurance. No entanto, se a maturidade da opção for atingida sem ter sido exercida, então o passivo será abatido contra a participação não controlada e outras reservas.

Cálculo do passivo

A Ageas utiliza o valor embutido do negócio Vida da AG Insurance e um modelo de fluxo de caixa descontado para não Vida como base para o cálculo do passivo. Para determinar o montante esperado da resolução, a metodologia de valorização aplicada baseia-se em:

- o valor embutido atual é multiplicado para as companhias de seguros de vida. A partir de 2016, o grupo de pares é mais aperfeiçoado, selecionando apenas companhias exclusivamente de Vida que operam na Europa Continental e excluindo as entidades compostas;
- um aumento de valor baseado numa taxa de rentabilidade esperada de 9% (2015: 9%) sobre o valor embutido e 75% de rácio de pagamento de dividendos para 2015 e 2016 e um rácio de pagamento de 100% para 2017;
- uma taxa de desconto de 7,0% (2015: 7,0%).

Tratamento da opção na demonstração de resultados

Desde que a opção não seja exercida, os resultados na demonstração de resultados consolidada ligados à participação não controlada (25% + 1 ação do BNP) serão registados como participação não controlada.

Com base nestes pressupostos, o valor presente líquido do passivo em 31 de dezembro de 2016 é de 1.266 milhões de euros (31 de dezembro de 2015: 1 064 milhões de euros). Foram calculadas as seguintes sensibilidades.

Taxa de desconto	+1% ponto	(1%) ponto
Valor do passivo	1.255	1.278
Impacto relativo	(0,9%)	0,9%

Preço do valor embutido	+10%	(10%)
Valor do passivo	1.355	1.177
Impacto relativo	7,0%	(7,0%)

Taxa de crescimento	+1% ponto	(1%) ponto
Valor do passivo	1.284	1.249
Impacto relativo	1,4%	(1,3%)

O impacto do passivo relacionado com a opção de venda emitida sobre capitais próprios é o seguinte:

Valor da opção de venda 31 de dezembro de 2016		31 de dezembro de 2015	Variação
Valor do passivo da opção de venda	1.266,0	1.064,0	202,0
Participação não controlada correspondente	(1.561,2)	(1.644,2)	83,0
Impacto em capitais próprios	295,2	580,2	(285,0)

27.2 Opção de venda da AG Insurance concedida à Parkimo

A AG Insurance concedeu uma opção de venda incondicional sobre a sua participação de 10,05% à Parkimo, um acionista minoritário do Interparking. A opção de venda foi avaliada pelo justo valor da resolução esperada, ascendendo a 101,0 milhões de euros (2015: 91,2 milhões). A AG Insurance concedeu outras opções de venda por um montante de 7,9 milhões de euros (2015: 7,9 milhões de euros).

28

Participações não controladas

A tabela seguinte fornece informação sobre as participações não controladas mais significativas (NCI) em entidades da Ageas.

	% de participação não controlada	Resultado a 31 de dezembro de 2016	Capital a 31 de dezembro de 2016	% de participação não controlada	Resultado a 31 de dezembro de 2015	Capital a 31 de dezembro de 2015
Companhia do Grupo						
AG Insurance (Bélgica)	25,0%	130,2	1.561,2	25,0%	127,9	1.644,2
Interparking SA (parte do AG Insurance)	49,0%	21,7	208,8	49,0%	16,6	201,8
Sicavonline (parte de CEU) ¹⁾		(0,4)		35,0%	0,3	1,8
Millenniumbcp Ageas (parte de CEU)	49,0%	19,8	283,3	49,0%	8,9	268,0
Cargeas Assicurazioni (parte de CEU)	50,0%	21,9	104,6	50,0%	14,4	95,0
Outros		2,5	47,7		1,3	32,3
Total		195,7	2.205,6		169,4	2.243,1
Ajustamento de NCI do AG Insurance relacionado						
Passivo da opção de venda emitida (consulte a nota 27)			(1.561,2)			(1.644,2)
Total NCI		195,7	644,4		169,4	598,9

1) No Q4 de 2016, a Ageas adquiriu os restantes 35% do Sicavonline.

A participação não controlada (NCI) representa a participação relativa de um terceiro nos capitais próprios de uma subsidiária da Ageas, de acordo com o determinado pela Ageas e com as normas internacionais de relatório financeiro.

São fornecidos detalhes sobre o ajustamento de NCI da AG Insurance relacionados com o passivo sobre a opção de venda emitida na nota 27 Passivos relacionados com opções de venda emitidas NCI, secção 27.1.

Subsidiárias

Os detalhes da demonstração da posição financeira da AG Insurance estão incluídos na nota 9 Informação sobre segmentos operacionais. Os detalhes de outras subsidiárias da Ageas onde são mantidas participações não controladas são:

	Ativos a 31 de dezembro de 2016	Passivos a 31 de dezembro de 2016	Capital a 31 de dezembro de 2016	Ativos a 31 de dezembro de 2015	Passivos a 31 de dezembro de 2015	Capital a 31 de dezembro de 2015
Subsidiária						
Sicavonline				9,0	7,0	2,0
Cargeas Assicurazioni	872,3	705,3	167,0	890,9	743,2	147,8
Millenniumbcp Ageas	9.941,3	9.657,6	283,7	10.648,5	9.955,1	693,4

29

Derivados

Os derivados usados pelas subsidiárias individuais cumprem os regulamentos de supervisão relevantes e as diretrizes internas da Ageas. Os derivados são usados para gerir riscos de mercado e de investimento, tanto para negociação como para cobertura. As subsidiárias gerem as exposições ao risco nas suas carteiras de investimento com base nos limiares e objetivos gerais. A finalidade mais importante destes instrumentos é cobrir movimentos adversos do mercado de títulos selecionados ou para partes de uma carteira. A Ageas utiliza seletivamente instrumentos financeiros derivados, tais como swaps, opções e forwards, para cobrir as variações das taxas cambiais ou taxas de juro na sua carteira de investimento. Os contratos de taxa de juro constituem a maior parte, com 49% da carteira de derivados total a 31 de dezembro de 2016 (2015: 46%).

Os instrumentos de cobertura importantes são contratos de forwards de capital, opções sobre ações, swaps de retorno total, swaps de taxa de juro, forwards de taxa de juro, swaps de moeda e forwards de moeda. Os instrumentos de cobertura podem ser usados para transações individuais (micro cobertura) ou para uma carteira de ativos ou passivos semelhantes (cobertura da carteira). Quando a Ageas aplica a contabilidade de cobertura para mitigar inconsistências contabilísticas, são cumpridos os critérios da contabilidade de cobertura. Em particular, é avaliada a eficácia das relações de cobertura na compensação das variações dos justos valores ou fluxos de caixa entre o instrumento de cobertura e o item coberto. Adicionalmente, é preparada a documentação de cobertura necessária. Na data de início, todas as relações de cobertura são aprovadas para assegurar que todos os requisitos de cobertura são satisfeitos e que a documentação de cobertura é completada. Se não for possível estabelecer a relação formal de cobertura ou se for demasiado onerosa, os derivados são contabilizados como detidos para negociação.

Contratos em moeda estrangeira

Futuros são contratos que necessitam da liquidação a um preço específico e numa data futura especificada, e podem ser negociados em mercados semelhantes. Forwards são contratos personalizados entre duas entidades onde a liquidação ocorre numa data específica no futuro ao preço pré-acordado no contrato. Num nível consolidado, os contratos de futuros e forwards

de moeda contabilizaram 100% dos instrumentos derivados de moeda (com base nos valores nominais dos montantes a 31 de dezembro de 2016) no final de 2016, comparando com 59% no final de 2015. Os contratos de futuros e forwards de moeda são detidos principalmente para cobrir o risco de moeda em ativos denominados em moedas estrangeiras, e aumentaram de 1.680 milhões de euros em 2015 para 1.927 milhões de euros em 2016, devido ao aumento da posição dos empréstimos comerciais denominados em USD. No final de 2016, a Ageas não tinha swaps de moeda em circulação (2015: 1.161 milhões de euros).

Contratos de taxa de juro

Os valores nominais dos montantes dos contratos de taxa de juro diminuiu de 2.699 milhões de euros em 2015 para 1.991 milhões de euros em 2016, com um valor de mercado de, respetivamente, 119 milhões de euros (ativo líquido) e 56 milhões de euros (passivo líquido).

Os contratos de swap são acordos entre duas partes para permutar um conjunto de fluxos de caixa por outro conjunto de fluxos de caixa. Os pagamentos são efetuados com base no valor notional dos swaps. A Ageas utiliza os contratos de swap de taxa de juro sobretudo para gerir fluxos de caixa emergentes dos juros recebidos ou pagos ou contratos de swap cambial para gerir fluxos de caixa denominados em moedas estrangeiras (consulte 'Contratos em moeda estrangeira').

Os swaps de taxa de juro representam a maior parte dos contratos de taxa de juro (91%) a 31 de dezembro de 2016, com um montante notional de 1.818 milhões de euros. No final de 2015, o montante notional era de 1.864 milhões de euros (69%).

O montante da carteira de opções era de 173 milhões de euros (valor de mercado 0 milhões de euros) em 2016 e representava 9% dos contratos de taxa de juro. Em 2015, o montante da carteira de opções era de 182 milhões de euros (7%). A diminuição do valor é devida à maturidade de parte da carteira de opções em 2016.

Derivados de negociação

	31 de dezembro de 2016			31 de dezembro de 2015		
	Justos valores		Montante Nocial	Justos valores		Montante Nocial
	Ativos	Passivos		Ativos	Passivos	
Contratos em moeda estrangeira						
Forwards e futuros	2,0	60,8	1.926,7	20,5	9,5	1.680,2
Total	2,0	60,8	1.926,7	20,5	9,5	1 680,2
Contratos de taxa de juro						
Swaps	2,9	12,8	376,1	2,9	21,0	413,6
Opções	0,2		91,0			100,0
Total	3,2	12,8	467,1	2,9	21,0	513,6
Contratos sobre capitais/índices						
Opções e warrants		0,5		2,3	1,5	189,5
Total		0,5		2,3	1,5	189,5
Outros	2,8		35,2	2,8		24,8
Total	8,0	74,1	2.429,0	28,5	32,0	2.408,1
Justos valores apoiados em dados de mercado observáveis	0,2	10,9			10,3	
Justos valores obtidos usando um modelo de valorização	7,8	63,2		28,5	21,7	
Total	8,0	74,1		28,5	32,0	
Over the counter (OTC) (Mercado de balcão)	8,0	74,1	2.429,0	28,4	32,0	2.408,1
Negociados em bolsa				0,1		
Total	8,0	74,1	2.429,0	28,5	32,0	2 408,1

Derivados de cobertura

	31 de dezembro 2016			31 de dezembro 2015		
	Justos valores		Montante Nocial	Justos valores		Montante Nocial
	Ativos	Passivos		Ativos	Passivos	
Contratos em moeda estrangeira						
Swaps				11,1	1,7	1.160,9
Total				11,1	1,7	1.160,9
Contratos de taxa de juro						
Forwards e futuros				106,8		652,2
Swaps		43,4	1.441,9	9,5	18,6	1.450,9
Opções	0,1		82,2	0,1		82,2
Total	0,1	43,4	1.524,1	116,4	18,6	2.185,3
Contratos sobre capitais/índices						
Forwards e futuros	4,3	7,2	97,4	6,4	1,9	129,5
Total	4,3	7,2	97,4	6,4	1,9	129,5
Total	4,4	50,6	1.621,5	133,9	22,2	3.475,7
Justos valores apoiados em dados de mercado observáveis	4,3	36,6		22,7	1,9	
Justos valores obtidos usando um modelo de valorização	0,1	14,0		111,2	20,3	
Total	4,4	50,6		133,9	22,2	
Over the counter (OTC) (Mercado de balcão)	4,4	50,6	1.621,5	133,9	22,2	3.475,7
Total	4,4	50,6	1.621,5	133,9	22,2	3.475,7

Os derivados são valorizados com base no nível 2 (dados de mercado observáveis em mercados ativos).

30

Compromissos

Os compromissos recebidos e dados a 31 de dezembro são os seguintes.

Compromissos	2016	2015
Compromissos recebidos		
Linhas de crédito	526,6	520,2
Colaterais e garantias recebidos	4.919,5	4.287,6
Outros direitos extrapatrimoniais		2,4
Total recebidos	5.446,1	4.810,2
Compromissos dados		
Garantias, cartas de crédito financeiras e de desempenho	91,4	39,6
Linhas de crédito	1.468,5	1.178,6
Utilizadas	(618,3)	(469,3)
Disponíveis	850,2	709,3
Colaterais e garantias dados	1.695,4	1.597,8
Ativos e valores a receber confiados	724,2	100,0
Direitos e compromissos de capital	243,1	69,9
Outros compromissos extrapatrimoniais	884,2	1.146,7
Total dado	4.488,5	3.663,3

A maior parte dos compromissos recebidos consiste em colaterais e garantias recebidos, e estão relacionados principalmente com colaterais recebidos de clientes com créditos hipotecários à habitação e, em menor medida, empréstimos a tomadores de seguros e empréstimos comerciais.

Os compromissos dados incluem largamente colaterais e garantias dados (1.695 milhões de euros) ligados a acordos de recompra,

ativos e valores a receber confiados (724 milhões de euros) e linhas de crédito prolongadas.

Outros compromissos extrapatrimoniais a 31 de dezembro de 2016 incluem 58 milhões de euros em ofertas de crédito pendentes (31 de dezembro de 2015: 298 milhões de euros) e 749 milhões de euros em compromissos imobiliários (31 de dezembro de 2015: 788 milhões de euros).

31

Justo valor de ativos financeiros e passivos financeiros

A tabela seguinte apresenta os valores contabilísticos e o justo valor destas classes de ativos financeiros e passivos financeiros não relatados pelo justo valor na demonstração consolidada da posição financeira da Ageas. Os passivos são detidos ao custo amortizado.

Uma descrição das metodologias utilizadas para determinar o justo valor dos instrumentos financeiros é apresentada abaixo.

			2016		2015
	Nível	Valor contabilístico	Justo valor	Valor contabilístico	Justo valor
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	2	2.180,9	2.180,9	2.394,3	2.394,3
Investimentos financeiros detidos até à maturidade	1 / 3	4.715,3	7.120,9	4.802,1	6.828,1
Empréstimos	2	8.685,0	9.357,6	7.286,3	7.811,3
Resseguro e outras contas a receber	2	2.192,3	2.192,3	2.013,9	2.013,9
Total de ativos financeiros		17.773,5	20.851,7	16.496,6	19.047,6
Passivos					
Passivos subordinados	2	2.322,7	2.360,0	2.380,4	2.387,2
Empréstimos	2	2.462,0	2.461,2	2.497,0	2.495,9
Outros empréstimos	2	33,8	33,8	290,5	289,2
Total de passivos financeiros		4.818,5	4.855,0	5.167,9	5.172,3

O justo valor é o montante pelo qual um ativo pode ser permutado, um passivo liquidado ou um instrumento de capital atribuído permutado entre partes informadas de livre vontade numa transação em condições normais de mercado.

A Ageas utiliza as seguintes metodologias, pela ordem listada, quando determina o justo valor:

- preço cotado (não ajustado) num mercado ativo;
- técnicas de valorização baseadas em informações observáveis de mercado;
- técnicas de valorização não baseadas em informações observáveis de mercado;
- custo.

Quando um instrumento financeiro é negociado num mercado ativo e líquido, o seu preço ou valor de mercado cotado constitui a melhor evidência do justo valor. Não é efetuado qualquer ajustamento ao justo valor de grandes titulares de ações, a menos que exista um acordo vinculativo para vender as ações a um preço diferente do preço de mercado. O preço de mercado cotado adequado para um ativo ou um passivo detido a emitir é o preço da oferta atual, e para um ativo a adquirir ou um passivo detido, o preço

pedido. As cotações intermédias de mercado são usadas como base para estabelecer o justo valor dos ativos e passivos com compensação de riscos de mercado.

Se não estiver disponível qualquer preço de mercado, os justos valores são estimados utilizando o valor atual ou outras técnicas de valorização com base em informações observáveis de mercado existentes à data do relatório. Se existir uma técnica de valorização utilizada habitualmente pelos participantes no mercado para atribuir um preço a um instrumento e se tiver sido comprovado que essa técnica fornece estimativas fiáveis de preços obtidas em transações de mercados reais, a Ageas aplica essa técnica.

As técnicas de valorização bem estabelecidas em mercados financeiros incluem transações recentes de mercado, fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções. Uma técnica de valorização aceitável incorpora todos os fatores que os participantes do mercado considerariam quando estabelecem um preço, e deverá ser consistente com metodologias económicas aceites para o cálculo do preço de instrumentos financeiros.

Os princípios básicos para estimar o justo valor são:

- maximizar as informações de mercado e minimizar as estimativas e pressupostos internos;
- alterar as técnicas de previsão apenas se for possível demonstrar uma melhoria ou se for necessária uma alteração devido à disponibilidade da informação.

O justo valor apresentado é o justo valor 'limpo', que é o justo valor total ou 'sujo' menos as provisões de juros. As provisões de juros são relatadas separadamente.

As metodologias e pressupostos utilizados na determinação do justo valor dependem largamente do instrumento ser negociado em mercados financeiros e da informação disponível a incorporar nos modelos de valorização. Está incluído abaixo um resumo dos vários tipos de instrumentos financeiros, em conjunto com o tratamento do justo valor:

- (I) Os justos valores dos títulos disponíveis para venda ou pelo justo valor através de resultados são determinados utilizando cotações de mercados ativos. Se não estiverem disponíveis cotações de um mercado ativo, o justo valor é determinado utilizando modelos de fluxos de caixa descontados. Os fatores de desconto baseiam-se numa curva de swap acrescida de um spread, que reflete as características de risco do instrumento. Os justos valores dos títulos detidos até à maturidade (necessários apenas para divulgações) são determinados do mesmo modo.
- (II) Os justos valores de instrumentos financeiros derivados são obtidos a partir de mercados ativos ou determinados utilizando, conforme adequado, modelos de fluxos de caixa descontados apropriados e modelos de avaliação de opções.
- (III) Os justos valores para investimentos de capital privado não cotados são estimados utilizando múltiplos de mercado aplicáveis (por exemplo, rácios de preço/lucro ou preço/fluxo de caixa), ajustados para refletir as circunstâncias específicas do emissor.
- (IV) Os justos valores dos créditos são determinados utilizando modelos de fluxos de caixa descontados com base em taxas ativas incrementais atuais da Ageas para tipos de créditos semelhantes. Para empréstimos de taxa variável cujo preço varia frequentemente e que não constituem um risco de crédito significativo, os justos valores são aproximados ao valor contabilístico. Os modelos de avaliação de opções são utilizados para valorizar caps e opções de pagamento antecipado incorporadas nos créditos, que foram separadas de acordo com as IFRS.

- (V) Os compromissos ou garantias extrapatrimoniais são baseados nos justos valores das taxas debitadas atualmente para celebrar acordos semelhantes, tendo em consideração os termos restantes dos acordos e as posições de crédito das contrapartes.

Referimos as notas 11, 12 e 17 para obter detalhes sobre a valorização de nível 3 no balanço.

Os instrumentos financeiros não permutados-negociados são muitas vezes negociados em mercados over-the-counter (OTC) (mercado de balcão) por operadores de mercado ou outros intermediários, de quem podem ser obtidos os preços de mercado.

As cotações estão disponíveis a partir de várias fontes para muitos instrumentos financeiros negociados regularmente no mercado OTC. Estas fontes incluem a imprensa financeira, várias publicações e serviços de relatório financeiro e também decisores de mercados individuais.

Os preços cotados em mercados constituem o justo valor mais fiável para derivados negociados numa bolsa de valores reconhecida. O justo valor dos derivados não negociados numa bolsa de valores reconhecida é considerado como o valor que poderia ser realizado através da cessação ou atribuição do derivado.

As metodologias de valorização comuns para um swap de taxa de juro incorporam uma comparação da rendibilidade do swap com a curva de rendimento atual do swap. A curva de rendimento do swap deriva das taxas de swap cotadas. A oferta de operadores de mercado e as cotações oferecidas estão geralmente disponíveis para swaps de taxa de juro básicos que envolvem contrapartes, cujos títulos têm uma classificação de investimento.

Os fatores que influenciam a valorização de um derivado individual incluem o rating de crédito da contraparte e da complexidade do derivado. Se estes fatores forem diferentes dos fatores básicos subjacentes à cotação, pode ser considerado um ajustamento do preço cotado.

Dado que os FRESH não podem ser resgatados antecipadamente e só podem ser resgatados através da permuta de ações, o justo valor dos FRESH é igual ao montante nominal.

O cálculo do justo valor (FV) dos instrumentos financeiros não negociados ativamente em mercados financeiros pode ser resumido do seguinte modo.

Tipo de instrumento	Produtos Ageas	Cálculo do justo valor
Instrumentos sem maturidade indicada	Contas correntes, contas poupança etc.	Valor nominal.
Instrumentos sem características opcionais	Empréstimos ordinários, depósitos etc.	Metodologia de fluxo de caixa descontado; desconto curva de rendimento é a curva do swap mais spread (ativos) ou a curva de swap menos spread (passivos); o spread baseia-se na margem comercial calculada com base na média da nova produção durante os últimos três meses.
Instrumentos com características opcionais	Empréstimos hipotecários e outros instrumentos com características opcionais	O produto é dividido e componente linear (não opcional) valorizado utilizando uma metodologia de fluxo metodologia de caixa descontado e componente de opção valorizado com base na metodologia de avaliação de opções.
Passivos subordinados e valores a receber relacionados	Passivos subordinados	A valorização é baseada em cotações de corretores num mercado ativo (nível 3).
Capital privado	Capital privado e investimentos não cotadas	Em geral, baseado nas diretrizes de valorização em participações da Associação europeia de capital de risco, utilizando rácios como Valor empresa/EBITDA, preço/fluxo de caixa e preço/lucro, etc.
Ações preferenciais (não cotadas)	Ações preferenciais	Se a ação for caracterizada como instrumento de dívida, é utilizada uma metodologia de fluxo de caixa descontado.

A Ageas aplica uma política destinada a quantificar e monitorizar as incertezas do cálculo de preços relacionadas com o cálculo dos justos valores usando técnicas de valorização e modelos internos. As incertezas relacionadas constituem uma característica do conceito de 'risco do modelo'.

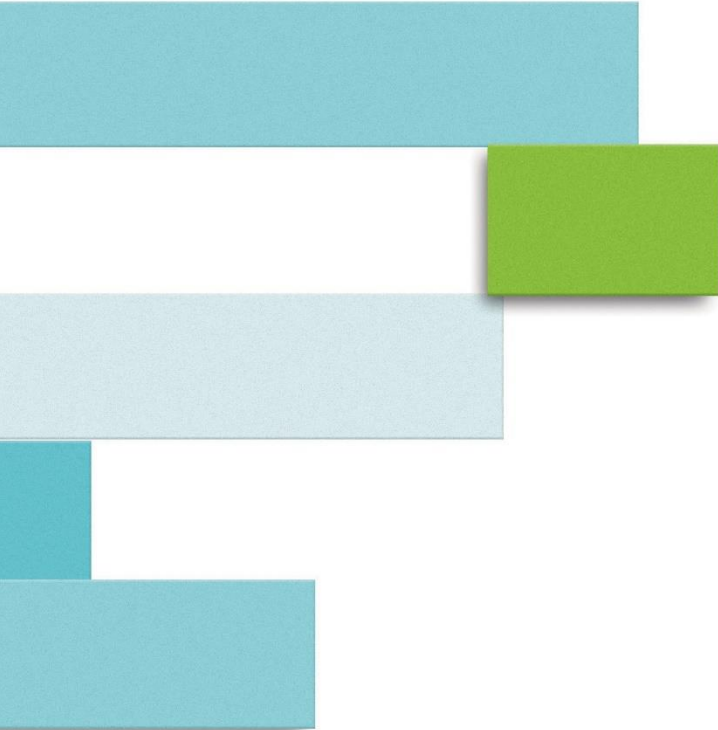
O risco do modelo surge quando o cálculo do preço do produto necessita de técnicas de valorização que ainda não estão normalizadas ou para as quais não podem ser observados diretamente dados informativos do mercado, conduzindo a pressupostos sobre os próprios dados informativos.

A introdução de novos produtos sofisticados no mercado resultou no desenvolvimento de modelos matemáticos para calcular o respetivo preço. Por sua vez, estes modelos dependem de pressupostos relativos

ao comportamento estocástico das variáveis subjacentes, algoritmos numéricos e outras aproximações possíveis necessárias para replicar a complexidade dos instrumentos financeiros.

Adicionalmente, as hipóteses subjacentes de um modelo dependem das condições gerais de mercado (por exemplo, taxas de juro específicas, volatilidades) prevalecentes no momento em que o modelo é desenvolvido. Não existe qualquer garantia de que o modelo irá continuar a produzir resultados adequados se as condições de mercado mudarem drasticamente.

Qualquer incerteza relacionada com o modelo é quantificada com a maior precisão possível e constitui a base para ajustar o justo valor calculado pelas técnicas de valorização e modelos internos.



Notas da Demonstração de Resultados Consolidados



Prémios de seguros

A tabela seguinte fornece uma visão geral da composição das entradas brutas e prémios adquiridos líquidos para o exercício terminado a 31 de dezembro.

	2016	2015
Entradas brutas Vida	6.268,5	6.369,2
Entradas brutas não Vida	4.342,2	4.297,5
Conta Geral e eliminações	(0,3)	(0,2)
Total de entradas brutas	10.610,4	10.666,5

	2016	2015
Prémios adquiridos líquidos Vida	4.889,3	4.995,3
Prémios adquiridos líquidos não Vida	4.112,3	4.037,6
Conta Geral e eliminações	(0,3)	3,0
Total de prémios adquiridos líquidos	9.001,3	9.035,9

Vida

A tabela abaixo apresenta os detalhes das entradas brutas Vida para o exercício terminado a 31 de dezembro.

	2016	2015
Contratos de seguros unit-linked		
Prémios de seguros únicos	116,6	139,7
Prémios de seguros periódicos	83,2	95,1
Total de contratos de seguros unit-linked	199,8	234,8
Contratos de seguros não unit-linked		
Prémios de seguros únicos	269,3	310,3
Prémios de seguros periódicos	833,8	800,0
Total da atividade do Grupo	1.103,1	1.110,3
Prémios de seguros únicos	352,1	426,3
Prémios de seguros periódicos	578,8	807,2
Total da atividade individual	930,9	1.233,5
Total de contratos de seguros não unit-linked	2.034,0	2.343,8
Contratos de investimento com DPF		
Prémios de seguros únicos	2.249,4	2.059,5
Prémios de seguros periódicos	451,6	423,2
Total de contratos de investimento com DPF	2.701,0	2.482,7
Receita de prémios brutos Vida	4.934,8	5.061,3
Prémios de seguros únicos	1.270,6	1.160,1
Prémios de seguros periódicos	63,1	147,8
Contabilização da entrada de depósitos de prémios	1.333,7	1.307,9
Entradas brutas Vida	6.268,5	6.369,2

As entradas brutas Vida consistem em prémios adquiridos pelas companhias de seguros pelos contratos de seguros e investimento emitidos. As entradas de prémios de contratos de seguros e contratos de investimento com DPF são reconhecidas na demonstração de resultados. As entradas de prémios de contratos de investimento sem DPF, sobretudo contratos unit-linked, são (após dedução de honorários) reconhecidas diretamente como passivos (contabilização de depósitos). Os honorários são reconhecidos como receitas de honorários na demonstração de resultados.

	2016	2015
Prémios brutos Vida	4.934,8	5.061,3
Prémios de resseguros cedidos	(45,5)	(66,0)
Prémios líquidos Vida	4.889,3	4.995,3

Não Vida

A tabela abaixo apresenta os detalhes dos prémios adquiridos líquidos não Vida para o exercício terminado a 31 de dezembro. Os prémios de automóvel, incêndio e outros danos de propriedade e outros são agrupados em Propriedades.

2016	Acidentes e Saúde	Propriedades	Total
Prémios brutos emitidos	867,3	3.474,9	4.342,2
Variações em prémios não adquiridos, brutos	(2,0)	(7,7)	(9,7)
Prémios adquiridos brutos	865,3	3.467,2	4.332,5
Prémios de resseguros cedidos	(32,0)	(183,7)	(215,7)
Quota-parte de prémios não adquiridos pelos resseguradores	4,7	(9,2)	(4,5)
Prémios adquiridos líquidos não Vida	838,0	3.274,3	4.112,3

2015	Acidentes e Saúde	Propriedades	Total
Prémios brutos emitidos	843,7	3.453,8	4.297,5
Variações em prémios não adquiridos, brutos	(3,7)	(27,3)	(31,0)
Prémios adquiridos brutos	840,0	3.426,5	4.266,5
Prémios de resseguros cedidos	(31,7)	(198,6)	(230,3)
Quota-parte de prémios não adquiridos pelos resseguradores	2,9	(1,5)	1,4
Prémios adquiridos líquidos não Vida	811,2	3.226,4	4.037,6

Encontra-se abaixo uma decomposição dos prémios adquiridos líquidos não Vida pelo segmento operacional de seguros.

2016	Acidentes e Saúde	Propriedades	Total
Bélgica	471,5	1.364,6	1.836,1
Reino Unido	38,5	1.559,9	1.598,4
Europa continental	327,7	336,0	663,7
Resseguro	0,3	13,8	14,1
Prémios adquiridos líquidos não Vida	838,0	3.274,3	4.112,3

2015	Acidentes e Saúde	Propriedades	Total
Bélgica	484,2	1.348,2	1.832,4
Reino Unido	71,8	1.679,3	1.751,1
Europa continental	255,2	198,9	454,1
Prémios adquiridos líquidos não Vida	811,2	3.226,4	4.037,6

33

Juros, dividendos e receitas de outros investimentos

A tabela abaixo fornece detalhes sobre juros, dividendos e receitas de outros investimentos do exercício terminado a 31 de dezembro.

	2016	2015
Rendimentos de juros		
Rendimentos de juros sobre caixa e equivalentes de caixa	3,5	3,3
Rendimentos de juros sobre créditos a bancos	17,3	16,5
Rendimentos de juros sobre investimentos	1.921,2	2.036,6
Rendimentos de juros sobre crédito a clientes	210,8	193,1
Rendimentos de juros sobre derivados detidos para negociação	(1,7)	0,6
Outros rendimentos de juros	13,3	31,8
Total dos rendimentos de juros	2.164,4	2.281,9
Receitas de dividendos de títulos de capital	136,2	112,2
Rendimento de rendas de propriedades de investimento	237,9	227,1
Receitas da garagem de estacionamento	349,0	340,1
Outras receitas de investimento	51,2	47,2
Total de juros, dividendos e outras receitas de investimento	2.938,7	3.008,5

34

Resultado em vendas e revalorizações

O resultado em vendas e revalorizações do exercício terminado a 31 de dezembro é dividido do seguinte modo.

	2016	2015
Títulos de dívida classificados como disponíveis para venda	98,8	56,9
Títulos de capital classificados como disponíveis para venda	22,2	131,7
Instrumentos financeiros detidos para negociação	(15,3)	(24,2)
Propriedades de investimento	38,1	36,3
Ganhos (perdas) de capital na venda de ações de subsidiárias e associadas	495,7	0,3
Investimentos financeiros em associadas	0,3	(0,3)
Imóveis, instalações e equipamentos	2,1	(0,1)
Ativos e passivos ao justo valor através de resultados	1,5	(0,5)
Resultados de cobertura	3,8	(10,7)
Outros	(1,5)	2,6
Total de resultados em vendas e revalorizações	645,7	192,0

Os derivados detidos para negociação são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição, incluindo os custos da transação para adquirir o instrumento financeiro. A avaliação subsequente é efetuada pelo justo valor, sendo as variações do justo valor registadas na demonstração de resultados.

Todas as variações do justo valor dos ativos e passivos detidos pelo justo valor através de resultados são relatados acima. Isto inclui ganhos e perdas não realizados de revalorizações e ganhos e perdas realizados no momento do desreconhecimento dos ativos e passivos.

Os resultados de cobertura contêm as variações do justo valor atribuíveis ao risco de cobertura (sobretudo risco de taxa de juro) dos ativos e passivos cobertos e as variações do justo valor dos instrumentos de cobertura.

O ganho de capital pela venda de ações de subsidiárias e associadas de 0,5 mil milhões de euros em 2016 está relacionado principalmente com a venda da atividade de seguros Vida em Hong Kong, e é explicado com maior detalhe na nota 3 Aquisições e alienações.

35

Rendimento do investimento relacionado com Contratos unit-linked

O rendimento do investimento relacionado com contratos unit-linked é apresentado abaixo.

	2016	2015
Ganhos (perdas) não realizados - contratos de seguros	69,2	84,1
Ganhos (perdas) não realizados - contratos de investimento	127,3	132,4
Ganhos (perdas) não realizados	196,5	216,5
Rendimento do investimento - contratos de seguros	6,4	3,8
Rendimento do investimento - contratos de investimento	222,8	244,4
Rendimento de investimento realizado	229,2	248,2
Total de rendimento de investimento relacionado com contratos unit-linked	425,7	464,7

36

Participação em resultados de associadas

A participação em resultados de associadas no exercício terminado a 31 de dezembro é especificado pelas principais associadas na tabela abaixo.

2016	Total de receitas (100% de participação)	Total de despesas (100% de participação)	Resultado líquido (100% de participação)	Participação da Ageas	%	Participação em resultados de associadas (participação da Ageas)
Taiping Holdings	14.378,5	(13.953,0)	425,5	20,0% - 24,9%		105,5
Muang Thai Group Holding	3.024,1	(2.784,4)	239,7	7,8% - 30,9%		70,2
Mayban Ageas Holding Berhad	1.339,2	(1.209,5)	129,7	31,0%		40,1
Cardif Lux Vie	3.618,5	(3.589,9)	28,6	33,3%		9,6
DTHP	112,6	(101,4)	11,2	33,0%		3,7
Tesco Insurance Ltd	487,1	(528,5)	(41,4)	50,1%		(20,7)
East West Ageas Life	5,6	(17,4)	(11,8)	50,0%		(5,8)
Evergreen	21,9	(5,8)	16,1	35,7%		5,7
Predirec	3,8	(0,2)	3,6	29,4%		1,1
Royal Park Investments	83,7	(21,4)	62,3	44,7%		27,9
Aksigorta	362,8	(341,7)	21,1	36,0%		7,6
IDBI Federal Life Insurance	231,0	(230,8)	0,2	26,0%		0,1
MB Ageas Life JSC	0,7	(1,3)	(0,6)	32,0%		(0,2)
Outros						5,0
Total da participação em resultados de associadas						249,8

2015	Total de receitas (100% de participação)	Total de despesas (100% de participação)	Resultado líquido (100% de participação)	Participação da Ageas	%	Participação em resultados de associadas (participação da Ageas)
Taiping Holdings	14.143,6	(13.479,4)	664,2	20,0% - 24,9%		165,3
Muang Thai Group Holding	2.721,3	(2.520,5)	200,8	7,8% - 30,9%		58,9
Mayban Ageas Holding Berhad	1.182,8	(1.110,3)	72,5	31,0%		22,4
Cardif Lux Vie	3.038,5	(2.992,5)	46,0	33,3%		15,3
DTHP	60,7	(80,9)	(20,2)	33,0%		(6,7)
Tesco Insurance Ltd	573,4	(573,7)	(0,3)	50,1%		(0,2)
East West Ageas Life		(3,1)	(3,1)	25,0%		(0,8)
Evergreen	17,3	(11,4)	5,9	35,7%		2,1
Predirec	3,1	(0,9)	2,2	29,5%		0,6
Royal Park Investments	56,7	(16,1)	40,6	44,7%		18,2
Aksigorta	387,9	(394,1)	(6,2)	36,0%		(2,2)
IDBI Federal Life Insurance	221,3	(212,7)	8,6	26,0%		2,2
Outros						11,0
Total da participação em resultados de associadas						286,1

37

Receita de honorários e comissões

A receita de honorários e comissões do exercício terminado a 31 de dezembro é especificada na tabela abaixo.

	2016	2015
Receita de honorários e comissões		
Comissões de resseguros	29,9	41,2
Comissões de seguros e investimentos	142,6	205,2
Gestão de ativos	31,0	31,8
Comissões de garantias e compromissos	1,3	3,7
Comissões de outros serviços	166,0	153,3
Total da receita de honorários e comissões	370,8	435,2

A rubrica 'Comissões de outros serviços' está relacionada sobretudo com os honorários recebidos pelas companhias de corretagem da Ageas pela venda de apólices de seguros a terceiros.

38

Outras receitas

As outras receitas incluem os seguintes elementos do exercício terminado a 31 de dezembro.

	2016	2015
Outras receitas		
Proveitos da venda de propriedades destinadas a venda	41,6	24,9
Recuperação de despesas com pessoal e outras despesas de terceiros	48,3	54,8
Outras	109,5	150,1
Total de outras receitas	199,4	229,8

A rubrica 'Outras' inclui sobretudo a refaturação de custos de serviços relacionados com atividades de arrendamento e a recuperação de despesas com pessoal e outras de terceiros.



Custos com sinistros e outros benefícios

Os detalhes dos custos com sinistros e outros benefícios, líquidos de resseguros, do exercício terminado a 31 de dezembro são apresentados na tabela abaixo.

	2016	2015
Seguros Vida	5.852,5	5.952,5
Seguros não Vida	2.808,0	2.551,5
Conta Geral e eliminações	(0,8)	3,5
Total de custos com sinistros e outros benefícios, líquido	8.659,7	8.507,5

Os detalhes dos custos com sinistros de Vida e outros benefícios, líquidas de resseguros, são apresentados abaixo.

	2016	2015
Benefícios e resgates, brutos	4.448,3	5.477,5
Variação dos custos com sinistros de contratos de seguros e investimento, bruta	1.422,3	508,2
Total de reclamações de seguros Vida e benefícios, bruto	5.870,6	5.985,7
Quota-parte de sinistros e outros benefícios de resseguradores	(18,1)	(33,2)
Total de custos com sinistros de seguros Vida e outros benefícios, líquido	5.852,5	5.952,5

Os detalhes sinistros de seguros não Vida e outros benefícios, líquidas de resseguros, são apresentados na tabela seguinte.

	2016	2015
Reclamações pagas, brutas	2.649,4	2.528,7
Variação custos com sinistros de contratos de seguros, brutas	314,9	92,1
Total dos custos com sinistros de seguros não Vida e outros benefícios, brutas	2.964,3	2.620,8
Quota-parte de sinistros de resseguradores pagas	(83,0)	(103,7)
Quota de variações de sinistros de resseguradores	(73,3)	34,4
Total de sinistros de seguros não Vida e outros benefícios, líquido	2.808,0	2.551,5



Custos de financiamento

A tabela seguinte apresenta a decomposição dos custos de financiamento por produto no ano terminado a 31 de dezembro.

	2016	2015
Custos de financiamento		
Certificados de dívida		0,1
Passivos subordinados	75,0	80,9
Empréstimos	24,7	22,6
Outros empréstimos	11,6	13,5
Derivados	8,1	6,5
Outros passivos	47,8	43,4
Total de custos de financiamento	167,2	167,0



Variação em imparidades

A variação em imparidades no exercício terminado a 31 de dezembro é a seguinte.

	2016	2015
Variação em imparidades de:		
Investimentos em títulos de dívida	1,2	4,5
Investimentos em títulos de capital e outros	56,8	65,4
Propriedades de investimento	1,1	3,9
Créditos	1,3	2,0
Resseguro e outras contas a receber	(2,6)	
Imóveis, instalações e equipamentos	(1,4)	0,5
Goodwill e outros ativos intangíveis	2,1	2,8
Investimentos em associadas	6,1	
Juros reconhecidos e outros ativos	0,1	0,5
Total de variações em imparidades	64,7	79,6

42

Despesas de honorários e comissões

Os componentes das despesas de honorários e comissões no exercício terminado a 31 de dezembro são os seguintes.

	2016	2015
Despesas de honorários e comissões		
Títulos	1,1	1,1
Intermediários	1.138,4	1.196,6
Comissões de gestão de ativos	16,0	16,2
Comissões de custódia	4,3	6,3
Outras despesas de honorários e comissões	17,5	53,2
Total de despesas de honorários e comissões	1.177,3	1.273,4

43

Despesas com pessoal

As despesas com pessoal no exercício terminado a 31 de dezembro são as seguintes.

	2016	2015
Despesas com pessoal		
Salários e ordenados	603,1	623,5
Contribuições para a segurança social	127,4	128,1
Encargos com pensões relacionados com planos de pensões de benefício definido	44,8	18,5
Encargos para planos de contribuição definida	14,5	26,8
Remuneração com ações	5,5	3,4
Outras	50,7	46,4
Total de despesas com pessoal	846,0	846,7

A rubrica 'Outras' inclui o custo dos benefícios de cessação, custos de reestruturação e benefícios não monetários, tais como locação de veículos, restaurantes e prémios de seguros.

A nota 7, secção 7.1 Benefícios a empregados, contém detalhes adicionais sobre benefícios pós-emprego e outros benefícios a empregados de longo prazo, incluindo custos com pensões relacionados com planos de benefício definido e planos de contribuição definida.



Outras despesas

As outras despesas no exercício terminado a 31 de dezembro são as seguintes.

	2016	2015
Depreciação de ativos tangíveis		
Edifícios para utilização própria	37,0	34,5
Melhorias em edifícios de rendimento	6,0	6,0
Propriedades de investimento	95,1	88,0
Equipamento	36,2	38,9
Amortização de ativos intangíveis		
Software adquirido	12,6	12,1
Software desenvolvido internamente	3,6	1,8
Value of business acquired (VOBA - valor do negócio adquirido)	24,2	35,5
Outros ativos intangíveis	18,9	23,4
Outros		
Despesas de arrendamento em locação operacional e despesas relacionadas	54,3	42,3
Despesas operacionais diretas e outras relacionadas com propriedades de investimento	55,3	53,4
Despesas operacionais diretas e outras relacionadas com propriedades de utilização própria	191,9	186,6
Honorários profissionais	146,1	131,2
Custos de aquisição diferidos capitalizados	(427,6)	(410,5)
Custos de aquisição diferidos de depreciação	397,3	389,0
Custos de marketing e relações públicas	69,3	78,1
Custos de informática	138,0	140,2
Despesas de manutenção e reparação	21,9	17,2
Custo da venda de propriedades destinadas a venda	40,4	25,0
Outros	262,6	222,9
Total de outras despesas	1.183,1	1.115,6

A rubrica 'Despesas operacionais diretas e outras relacionadas com propriedades de investimento/propriedades de utilização própria' é recuperada parcialmente por contas de receitas, conforme relatado na nota 38 Outras receitas.

A rubrica 'Outras' inclui em 2016 e 2015 despesas de deslocação, correio, telefone, pessoal temporário e formação.

44.1 Honorários de auditoria

A rubrica 'Honorários profissionais' inclui os honorários pagos aos auditores da Ageas.

Para 2016 e 2015, estes honorários podem ser divididos nas seguintes componentes:

- honorários de auditoria, que incluem os honorários para auditar as demonstrações financeiras estatutárias e consolidadas, a revisão das demonstrações financeiras intercalares e também a revisão do relatório sobre Valor Embutido;
- honorários relacionados com auditoria, que incluem honorários do trabalho realizado em prospetsos, auditoria não standard e serviços de consultoria não relacionados com a auditoria estatutária;
- honorários de consultoria fiscal;
- outros honorários não de auditoria, que incluem honorários de apoio a consultoria.

A decomposição dos honorários de auditoria no exercício terminado a 31 de dezembro é a seguinte.

	2016		2015	
	Ageas	Outros	Ageas	Outros
	Revisores Oficiais de	Auditores da	Revisores Oficiais de	Auditores da
Honorários de auditoria	4,6	1,3	5,6	0,9
Honorários relacionados com auditoria	0,8	0,1	0,4	
Honorários fiscais	0,2		0,1	
Outros honorários não de auditoria	0,2	0,2	0,3	0,4
Total	5,8	1,6	6,4	1,3

45

Imposto sobre o rendimento

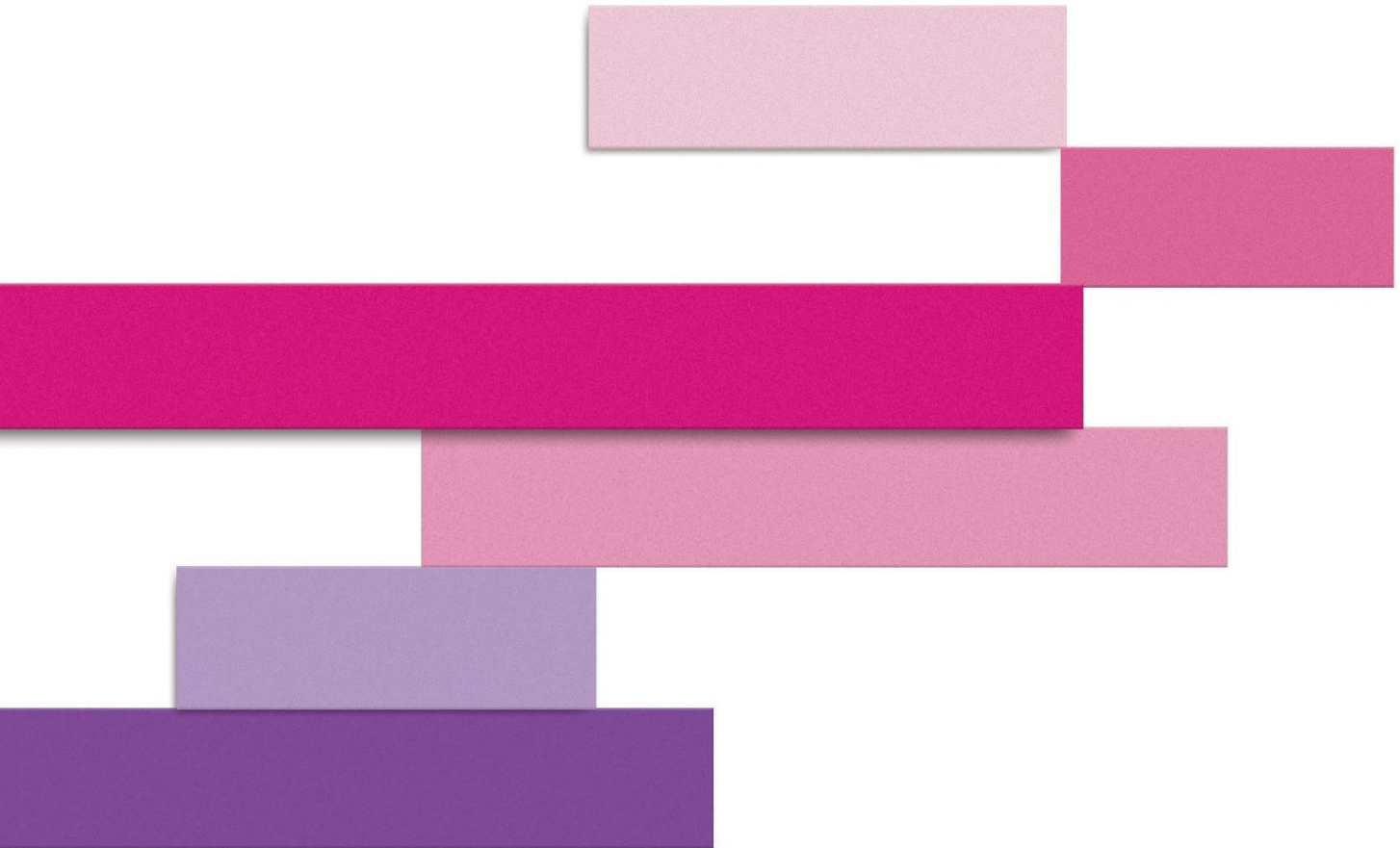
Os componentes das despesas com o imposto sobre o rendimento no exercício terminado a 31 de dezembro são os seguintes.

	2016	2015
Impostos correntes para o período atual	263,2	294,1
Ajustamentos reconhecidos no período para impostos correntes de períodos anteriores	0,8	(5,5)
Prejuízos fiscais não reconhecidos anteriormente, créditos fiscais e diferenças temporárias com aumento (redução) dos impostos correntes	0,7	(0,2)
Total de impostos correntes	264,7	288,4
Impostos diferidos emergentes do período	(15,8)	(40,5)
Impacto das variações das taxas de imposto em impostos diferidos	1,3	
Impostos diferidos originado da redução (reversão) de uma redução de um ativo por impostos diferidos	3,3	(8,4)
Prejuízos fiscais não reconhecidos anteriormente, créditos fiscais e diferenças temporárias com redução das despesas com impostos diferidos	(41,6)	(13,5)
Total de impostos diferidos (receita)	(52,8)	(62,4)
Total de impostos sobre o rendimento (receita)	211,9	226,0

Encontra-se abaixo uma reconciliação do imposto sobre o rendimento esperado para o corrente. Devido à consolidação do relatório financeiro na principal companhia holding belga Ageas SA/NV, a taxa fiscal do Grupo é determinada pela taxa fiscal sobre o rendimento corporativo em vigor na Bélgica. Os desvios entre o imposto sobre o rendimento esperado e corrente nas várias jurisdições

onde o Ageas Group opera resultantes das leis e regulamentos fiscais locais são indicados às taxas fiscais locais aplicáveis nessas jurisdições, e podem ser divididos nas categorias descritas abaixo.

	2016	2015
Resultado antes de impostos	434,7	1.165,6
Taxa fiscal aplicável ao grupo	33,99%	33,99%
Imposto sobre o rendimento esperado	147,7	396,2
Aumento (diminuição) das taxas fiscais locais resultante de:		
Receitas isentas de imposto ou não tributáveis (incluindo dividendos e ganhos de capital)	(146,1)	(37,5)
Imparidade de goodwill		0,9
Participação no resultado líquido de associadas e joint ventures	(65,5)	(71,8)
Itens não dedutíveis	20,9	19,9
Prejuízos fiscais não reconhecidos anteriormente e diferenças temporárias	(44,9)	(25,3)
Redução e reversão de uma redução de ativos por impostos diferidos, incluindo prejuízos fiscais do exercício corrente considerados não recuperáveis	313,0	(1,0)
Impacto das variações das taxas fiscais nas diferenças temporárias	1,3	1,1
Diferencial da taxa fiscal no estrangeiro	(30,1)	(48,2)
Ajustamentos de impostos correntes e diferidos de anos anteriores	4,5	(5,5)
Impostos diferidos sobre investimentos em subsidiárias, associadas e joint ventures	16,6	18,7
Dedução de participação nocial	(12,4)	(16,8)
Impostos locais sobre o rendimento (impostos do estado/cidade/cantonal/comunidade)	(0,3)	1,6
Outros	7,2	(6,3)
Despesas por impostos sobre o rendimento correntes (receita)	211,9	226,0



**Notas dos itens não
registados na
demonstração da posição
financeira consolidada**

46

Passivos contingentes

46.1 Passivos contingentes relacionados com procedimentos judiciais

Tal como qualquer outro grupo financeiro, a Ageas Group está envolvida como parte requerida em várias reclamações, disputas e procedimentos jurídicos emergentes no decurso corrente das suas atividades.

Adicionalmente, como resultado dos eventos e desenvolvimentos em torno do anterior Fortis Group entre maio de 2007 e outubro de 2008 (por exemplo, aquisição de partes do ABN AMRO e aumento de capital em setembro/outubro de 2007, anúncio do plano de solvência em junho de 2008, desinvestimento das atividades bancárias e atividades de seguros holandesas em setembro/outubro de 2008), a Ageas está ou poderá vir a estar envolvido numa série de procedimentos jurídicos e num processo criminal pendente na Bélgica.

A Ageas nega e continuará a refutar todas as alegações de má conduta. Se estes procedimentos forem bem-sucedidos, poderão ter consequências substanciais para a posição financeira da Ageas. Tais consequências permanecem não quantificáveis nesta fase.

Em 14 de março de 2016, a Ageas celebrou um acordo de resolução com várias organizações requerentes que representam um conjunto em reclamações coletivas perante os tribunais belga e holandeses (a "Resolução"). Em 23 de maio de 2016, as partes da Resolução, ou seja, Ageas, Deminor, Stichting FortisEffect, Stichting Investor Claims Against Fortis, VEB e Stichting FORsettlement solicitaram ao Tribunal de Apelação de Amesterdão que declarasse a resolução vinculativa para todos os acionistas elegíveis do Fortis, que não tenham desistido antes da expiração de um determinado período, de acordo com o Dutch Act on Collective Settlement of Mass Claims (Wet Collectieve Afwikkeling Massaschade). Entretanto, a Ageas celebrou igualmente um acordo com Mr. Arnauts e Mr. Lenssens, dois advogados baseados em Bruxelas, que iniciaram uma ação legal contra a Ageas em nome de vários requerentes e, em 2017, com a companhia baseada no Luxemburgo Archand s.à.r.l. e pessoas afiliadas, para suportar a resolução.

A Resolução só será final (i) se o Tribunal de Apelação de Amesterdão tiver declarado a Resolução vinculativa e (ii) se, no final do período de desistência, o rácio da desistência acordado não tiver sido excedido ou se a Ageas tiver renunciado ao seu direito de resolução.

I Processos abrangidos pela Resolução

1. Processos civis iniciados pelos acionistas ou associações de acionistas

Se a Resolução se tornar final, irá abranger todos os processos civis mencionados nesta secção, exceto (i) os processos mencionados em 1.2.1, na medida em que estão relacionados com eventos após 14 de outubro de 2008 e (ii) onde os requerentes desistiram ocasionalmente.

Foi reconhecida uma provisão de mil milhões de euros para a Resolução, incluindo uma provisão de 62 milhões de euros relacionada com o risco de cauda, estimado em 5% do montante total da resolução (consulte a nota 26 Provisões).

As partes da Resolução concordaram em suspender os procedimentos jurídicos iniciados contra a Ageas e instruíram os seus advogados em conformidade. Adicionalmente, desde a submissão do pedido ao Tribunal de Apelação de Amesterdão, todos os procedimentos jurídicos na Holanda, mencionados abaixo na secção 1.1, ficam suspensos por aplicação da lei.

As partes comprometeram-se igualmente a terminar finalmente os seus procedimentos jurídicos quando a resolução se tornar final. A Deminor envidará os seus melhores esforços para cessar os procedimentos onde está envolvida, solicitando aos seus constituintes que forneçam instruções para cessar o procedimento de acordo com o Artigo 821 BJC.

Estes procedimentos, tanto na Bélgica como na Holanda, (i) destinam-se ao pagamento de danos compensatórios com base na alegada falha de comunicação e/ou abuso de mercado realizado pelo Fortis durante o período entre maio de 2007 e outubro de 2008 e/ou (ii) estão (in)diretamente relacionados com as transações em setembro/outubro de 2008.

1.1 Na Holanda

1.1.1 VEB

Em 19 de janeiro de 2011, o VEB (Vereniging van Effectenbezitters) iniciou uma ação coletiva perante o Tribunal Distrital de Amsterdão procurando uma decisão em que várias comunicações entre setembro de 2007 e 3 de outubro de 2008 constituíram uma violação da lei pelo Fortis, pelas instituições financeiras envolvidas no aumento de capital de setembro/outubro de 2007 e/ou por determinados diretores e executivos anteriores do Fortis. O VEB caracteriza cada uma destas violações como um ato ilegal de todos ou de determinados requeridos, e afirma que estes requeridos foram assim responsáveis pelos prejuízos incorridos pelos acionistas (anteriores) que compraram ações durante o período relevante. Inter alia, o VEB alega (contra o Fortis, alguns dos seus diretores e executivos anteriores e contra as instituições financeiras supramencionadas) que a informação fornecida nos folhetos de setembro de 2007 para o aumento de capital de 9 de outubro de 2007 estava incorreta e incompleta em termos da exposição da posição do Fortis à situação de subprime.

1.1.2 Stichting FortisEffect

A Stichting FortisEffect e uma série de indivíduos representados por Mr. De Gier apelaram junto do Tribunal de Apelação de Amsterdão da decisão do Tribunal Distrital de Amsterdão de 18 de maio de 2011, que dispensou a sua ação coletiva para invalidar as decisões tomadas pelo Conselho de Administração do Fortis em outubro de 2008 e reverter as transações relevantes ou, em alternativa, pagar danos. Em 29 de julho de 2014, o Tribunal de Apelação de Amsterdão decidiu que a venda das entidades do Dutch Fortis em 2008 permanece inalterada. No entanto, foi decidido igualmente que, durante o período entre 29 de setembro e 1 de outubro de 2008, o Fortis forneceu informação enganosa e incompleta aos mercados. O Tribunal concluiu que a Ageas deverá indemnizar os acionistas em questão pelos danos sofridos em resultado do acima referido. Os danos, se existirem, deverão ser decididos e determinados em procedimentos adicionais. A Ageas iniciou um apelo da decisão do Tribunal junto do Supremo Tribunal holandês em outubro de 2014. O FortisEffect apelou igualmente para o Supremo Tribunal porque o Tribunal de Apelação decidiu que a comunicação do Estado Holandês não era enganosa. Dado que a ação do FortisEffect contra o Estado Holandês não está abrangida pela resolução, o seu apelo contra o Estado Holandês não foi suspenso. Em 30 de setembro de 2016, o Supremo Tribunal rejeitou o apelo relacionado com a comunicação do Estado Holandês.

1.1.3 Stichting Investor Claims Against Fortis (SICAF)

Em 7 de julho de 2011, a 'Stichting Investor Claims Against Fortis' ('SICAF'), uma 'Stichting' (Fundação) ao abrigo da lei holandesa, submeteu uma ação coletiva perante o Tribunal de Utrecht com base na alegada falha de comunicação do Fortis em várias ocasiões durante 2007 e 2008. A SICAF alega, i.a. (contra o Fortis e contra duas instituições financeiras) que a

Informação fornecida no folheto de setembro de 2007 para a emissão de ações de 9 de outubro de 2007 sobre a posição e exposição à situação de subprime do Fortis era incorreta e incompleta.

Em 3 de agosto de 2012, a mesma SICAF, em nome e em conjunto com vários acionistas (anteriores) identificados, submeteu uma segunda ação perante o Tribunal de Utrecht contra os mesmos requeridos e determinados diretores e executivos anteriores do Fortis, reclamando danos. As alegações nesta segunda ação são materialmente semelhantes às da primeira ação. Adicionalmente, os queixosos reclamam que o Fortis falhou na sua política de solvência no período de 2007 e 2008.

1.1.4 Reclamações em nome de acionistas individuais

Nos procedimentos iniciados por uma série de indivíduos representados por Mr. Bos, o Tribunal de Utrecht decidiu, em 15 de fevereiro de 2012, que o Fortis e dois co-requeridos (o anterior CEO e o anterior diretor financeiro) divulgaram informação enganosa durante o período entre 22 de maio e 26 de junho de 2008. O Tribunal decidiu ainda que eram necessários procedimentos separados para decidir se os queixosos sofreram danos e, se for o caso, o montante de tais danos. Nos mesmos procedimentos, alguns dos anteriores diretores e executivos de topo do Fortis solicitaram ao Tribunal que reconhecesse a alegada obrigação da Ageas para os manter imunes em relação aos danos resultantes ou relacionados com os procedimentos jurídicos iniciados contra os mesmos pelos seus mandatos no grupo Fortis. Foi submetido um apelo da decisão do Tribunal de Utrecht junto do Tribunal de Apelação de Arnhem. No apelo, Mr. Bos reclamou danos pela alegada falha de informação sobre (i) a exposição do Fortis a subprime em 2007/2008, sobre (ii) a solvência do Fortis de janeiro – junho de 2008, (iii) as correções exigidas pela Comissão Europeia no contexto da aquisição do ABN AMRO e (iv) posição de liquidez e solvência do Fortis em 26 de setembro de 2008.

Desde 1 de agosto de 2014, Mr. Meijer iniciou cinco procedimentos separados, cada um deles em nome de um requerente individual, perante o Tribunal de Utrecht, reclamando a compensação pelos prejuízos devidos à alegada falha de comunicação pelo Fortis no período de setembro de 2007 a setembro de 2008.

Em 23 de setembro de 2014, um anterior acionista do Fortis iniciou procedimentos contra a Ageas perante o Tribunal de Utrecht, reclamando danos devido à falha de comunicação pelo Fortis entre 29 de setembro de 2008 e 1 de outubro de 2008, conforme indicado na decisão de 29 de julho de 2014 do FortisEffect. Em 1 de abril de 2015, o tribunal decidiu que este procedimento será acrescentado aos primeiros dois procedimentos Meijer.

Em 11 de maio de 2015, um anterior acionista do Fortis iniciou procedimentos contra a Ageas e um anterior executivo do Fortis perante o Tribunal de Amsterdão, reclamando danos devidos à falha de informação sobre a posição financeira do Fortis.

1.1.5 *Stichting Fortisclaim*

Em 10 de junho de 2016, a Stichting Fortisclaim submeteu uma ação coletiva contra a Ageas perante o Tribunal de Utrecht com base em (i) gestão do Fortis no planeamento da solvência após o take-over do ABN AMRO e (ii) várias comunicações do Fortis no período entre 24 de maio de 2007 e 3 de outubro de 2008 sobre a sua exposição a subprime, a sua solvência, a sua liquidez e a sua posição após o primeiro resgate em setembro de 2008.

1.2 Na Bélgica

1.2.1 *Modrikamen*

Em 28 de janeiro de 2009, uma série de acionistas representados por Mr. Modrikamen submeteu uma ação perante o Tribunal Mercantil de Bruxelas, solicitando inicialmente a anulação da venda do ASR ao Estado Holandês e a venda do Fortis Bank ao SFPI (e posteriormente ao BNP Paribas), ou, em alternativa, danos. Em 8 de dezembro de 2009, o Tribunal decidiu *inter alia* que não era competente para julgar ações contra requeridos holandeses. Em 17 de janeiro de 2013, o Tribunal de Apelação de Bruxelas confirmou esta decisão a este respeito. Em julho de 2014, Mr. Modrikamen submeteu um apelo perante o Supremo Tribunal sobre esta questão. Em 23 de outubro de 2015, o Supremo Tribunal rejeitou este apelo. Até à data, os procedimentos junto do tribunal mercantil continuam em relação à venda do Fortis Bank e pretendem o pagamento de uma compensação pelo BNP Paribas à Ageas, bem como pela Ageas aos requerentes. Numa decisão intercalar de 4 de novembro de 2014, o tribunal declarou que cerca de 50% dos queixosos originais não eram admissíveis. Em 29 de abril de 2016, o Tribunal Mercantil de Bruxelas decidiu suspender os procedimentos que aguardam o resultado do procedimento criminal.

1.2.2 *A Deminor*

Em 13 de janeiro de 2010, uma série de acionistas associados à Deminor International (atualmente denominada DRS Belgium) submeteu uma ação perante o Tribunal Mercantil de Bruxelas, reclamando danos com base na alegada falta de informação e/ou informação enganosa pelo Fortis durante o período entre março de 2007 e outubro de 2008. Em 28 de abril de 2014, o tribunal declarou num julgamento intercalar que cerca de 25% dos requerentes não eram admissíveis.

1.2.3 *Outras reclamações em nome de acionistas individuais*

Em 12 de setembro de 2012, o Patripart, um acionista (anterior) do Fortis, e a sua empresa-mãe Patrinvest, submeteram uma ação perante o Tribunal Mercantil de Bruxelas reclamando danos com base na alegada falta de informação ou informação enganosa no contexto da emissão de direitos de 2007. Em 1 de fevereiro de 2016, o tribunal rejeitou completamente a reclamação. Em 16 de março de 2016, o Patrinvest apresentou um apelo perante o Tribunal de Apelação de Bruxelas.

Em 29 de abril de 2013, uma série de acionistas representados por Mr. Arnauts submeteu uma ação perante o Tribunal Mercantil de Bruxelas, reclamando

danos com base na informação alegadamente incompleta ou enganosa da Fortis em 2007 e 2008; esta ação está suspensa, a aguardar o resultado dos procedimentos criminais.

Em 25 de junho de 2013, foi iniciada uma ação semelhante perante o mesmo tribunal por dois acionistas; estes requerentes pediram que o seu caso fosse adicionado ao caso da Deminor. Entretanto, os requerentes concordaram que o seu caso fosse adiado *sine die*.

Em 19 de setembro de 2013, alguns acionistas (anteriores) do Fortis, representados por Mr. Lenssens, iniciaram uma ação semelhante perante o Tribunal Civil de Bruxelas; esta ação está suspensa, a aguardar pelo resultado dos procedimentos criminais.

II Procedimentos não abrangidos pela Resolução

2. Procedimento administrativo na Bélgica

A Belgian Financial Services and Markets Authority ('FSMA') (Autoridade Belga de Serviços e Mercados Financeiros) iniciou uma investigação sobre a comunicação para o exterior do Fortis durante o segundo trimestre de 2008. Em 17 de junho de 2013, a Sanctions Commission (Comissão de Sanções) decidiu que, no período maio-junho de 2008, o Fortis comunicou muito tarde ou incorretamente as correções exigidas pela Comissão Europeia no contexto da aquisição do ABN AMRO, da sua posição de solvência futura após a integração total do ABN AMRO e do sucesso da oferta de NITSH II. Deste modo, a Sanctions Commission (Comissão de Sanções) atribuiu uma coima à Ageas de 500.000 euros. Em 24 de setembro de 2015, o Tribunal de Apelação de Bruxelas regulou sobre a decisão da FSMA Sanctions Commission (Comissão de Sanções), e decidiu impor uma coima reduzida de 250.000 à Ageas pelas declarações enganosas efetuadas em 12 de junho de 2008. A Ageas apresentou um apelo da decisão do Tribunal junto do Supremo Tribunal em 24 de agosto de 2016.

3. Procedimento criminal na Bélgica

Na Bélgica, está em curso desde outubro de 2008 um procedimento criminal em relação aos eventos mencionados acima na introdução deste capítulo. Em fevereiro de 2013, o procurador geral apresentou este processo com acusações relativas a (i) contas anuais de 2007 falsas devido à sobreavaliação dos ativos de subprime, (ii) aliciamento para subscrever a emissão de direitos de 2007 com informação incorreta e (iii) publicação de informação incorreta ou incompleta sobre subprime em várias ocasiões entre agosto de 2007 e abril de 2008, para as quais solicitou à Chambre du Conseil/Raadkamer que alguns indivíduos fossem constituídos arguidos no julgamento do tribunal criminal. Dado que várias partes interessadas solicitaram e obtiveram medidas de investigação adicionais, a audição perante a Chambre du Conseil/Raadkamer foi adiada *sine die*. De momento, a referência para consulta da Ageas não está a ser solicitada pelo procurador geral.

4. Outros procedimentos jurídicos

4.1 Procedimentos jurídicos iniciados pelos titulares de Mandatory Convertible Securities (MCS) (Valores mobiliários convertíveis obrigatórios)

Os Mandatory Convertible Securities (MCS) (Valores mobiliários convertíveis obrigatórios) emitidos em 2007 pelo Fortis Bank Nederland (Holding) N.V. (agora ABN AMRO Bank N.V.), em conjunto com o Fortis Bank SA/NV (agora BNP Paribas Fortis SA/NV), Fortis SA/NV e Fortis N.V. (ambos agora Ageas SA/NV), foram convertidos obrigatoriamente em 7 de dezembro de 2010 em 106.723.569 ações da Ageas. Antes de 7 de dezembro de 2010, alguns titulares de MCS decidiram unilateralmente, numa reunião geral de titulares de MCS, adiar a data de maturidade dos MCS até 7 de dezembro de 2030. No entanto, por pedido da Ageas, o Presidente do Tribunal Mercantil de Bruxelas suspendeu os efeitos desta decisão. Após 7 de dezembro de 2010, os mesmos titulares de MCS contestaram a validade da conversão dos MCS e solicitaram a sua anulação ou, em alternativa, danos num montante de 1,75 mil milhões de euros. Em 23 de março de 2012, o Tribunal Mercantil de Bruxelas regulou a favor da Ageas, anulando todas as reclamações dos anteriores titulares de MCS. Deste modo, a conversão dos MCS em ações emitidas pela Ageas em 7 de dezembro de 2010 permanece legalmente válida, e não é devida qualquer compensação. Alguns titulares de MCS anteriores apelaram desta decisão, reclamando danos por um montante provisional de 350 milhões de euros e a nomeação de um especialista. Não foram fixadas datas para as audições.

4.2 Procedimentos jurídicos iniciados pelo RBS

Em 1 de abril de 2014, o Royal Bank of Scotland (RBS) iniciou duas ações jurídicas contra a Ageas e outras partes: (i) uma ação no Tribunal Mercantil de Bruxelas onde o RBS reclama um montante de 75 milhões de euros, com base na alegada garantia dada pelo Fortis em 2007 no contexto de um negócio de ações entre o ABN AMRO Bank (agora RBS) e o Mellon e (ii) um procedimento de arbitragem perante o ICC em Paris, onde o RBS reclamou inicialmente um montante total de 135 milhões de euros, ou seja, a alegada garantia de 75 milhões de euros e 60 milhões de euros emergentes de provisões depositárias. Em março de 2016, o RBS desistiu desta última reclamação de 60 milhões de euros. Após as audições em janeiro de 2017 na arbitragem de ICC, o RBS concordou em desistir dos procedimentos perante o Tribunal Mercantil de Bruxelas.

5. Compromissos de manutenção de imunidade

Em 2008, o Fortis concedeu a determinados executivos e diretores anteriores, no momento da sua saída, uma proteção contratual de imunidade que abrangia despesas jurídicas e, nalguns casos, também as consequências financeiras de quaisquer decisões judiciais, no caso de serem apresentados procedimentos jurídicos contra os mesmos com base nos seus mandatos no grupo Fortis. A Ageas contesta a validade dos compromissos de manutenção de imunidade, na medida em que estão relacionados com as consequências financeiras de quaisquer decisões judiciais.

Adicionalmente, e como prática padrão do mercado neste tipo de operações, a Ageas celebrou acordos com algumas instituições financeiras para facilitar a colocação de ações do Fortis no contexto dos aumentos de capital em 2007 e 2008. Estes acordos contêm cláusulas de compensação que implicam as obrigações de manutenção de imunidade da Ageas, sujeitas a determinados termos e condições. Algumas destas instituições financeiras estão envolvidas nalguns procedimentos jurídicos mencionados neste capítulo.

No contexto de uma resolução com os subscritores das apólices dos seguros de responsabilidade para com os diretores e gestores e da Oferta pública de títulos relacionadas com os eventos e desenvolvimentos em torno do anterior Fortis Group em 2007 - 2008, a Ageas concedeu um compromisso de manutenção de imunidade a favor dos seguradores pelo montante agregado da cobertura ao abrigo das apólices em questão. Adicionalmente, a Ageas concedeu determinadas compensações e manteve compromissos de imunidade a favor de alguns anteriores executivos e diretores do Fortis e do BNP Paribas Fortis, relacionados com custos de defesa futuros, bem como a favor dos diretores das duas fundações holandesas no contexto da Resolução.

6. Observações gerais

Se a Resolução se tornar final, os procedimentos civis mencionados na secção 1 serão resolvidos, exceto para os requerentes que desistirem ocasionalmente. Estes requerentes podem continuar ou iniciar procedimentos contra a Ageas. Conforme mencionado acima, foi reconhecida uma provisão de mil milhões de euros para a Resolução, incluindo 62 milhões de euros para o risco de cauda.

Se a Resolução não for implementada, os procedimentos civis mencionados na secção 1 podem continuar. Neste caso, sem prejuízo de qualquer comentário específicos efetuado noutra local deste capítulo, devido às várias fases, à natureza evolutiva contínua e às incertezas inerentes e complexidade dos procedimentos atuais aqui descritos, a gestão da Ageas não está em posição de avaliar o resultado das reclamações ou ações apresentadas contra a Ageas, nem consegue determinar se podem ser contestadas com sucesso ou se poderão resultar em prejuízos significativos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Ageas. A Ageas fará provisões se e quando, na opinião da gestão e do Conselho de Administração, consultando os seus consultores jurídicos, considerar que, para estas matérias, é mais provável que estes pagamentos terão de ser efetuados pela Ageas e que os montantes relevantes podem ser estimados fiavelmente.

No entanto, se qualquer um destes procedimentos conduzir a consequências negativas para a Ageas ou se resultarem em compensações monetárias por danos aos queixosos que reclamam prejuízos incorridos em resultado da falha de comunicação ou da falha de gestão do Fortis, isto poderá ter consequências substanciais na posição financeira da Ageas. Tais consequências permanecem não quantificáveis nesta fase.

46.2 Passivos para instrumentos híbridos de subsidiárias

Em 2007, o BNP Paribas Fortis SA/NV emitiu CASHES (Convertible And Subordinated Hybrid Equity-linked Securities), atuando A Ageas SA/NV como codevedor (o BNP Paribas Fortis SA/NV era nesse momento uma subsidiária). Dos 12.000 títulos originais emitidos, 3.791 títulos permanecem em circulação, representando um montante nominal de 948 milhões de euros.

Os títulos não têm data de maturidade e não podem ser repagos em numerário, só podem ser permutados por ações da Ageas a um preço de 239,40 euros por ação da Ageas. Ocorre uma permuta obrigatória se o preço da ação da Ageas for igual ou superior a 359,10 euros durante vinte dias úteis consecutivos na bolsa de valores. O BNP Paribas Fortis SA/NV detém 3.958.859 ações da Ageas para potencial permuta.

O único recurso dos titulares de CASHES contra qualquer um dos codevedores em relação ao montante do principal é constituído pelas ações da Ageas que o BNP Paribas Fortis SA/NV detém, estando estas ações caucionadas a favor de tais titulares.

O BNP Paribas Fortis SA/NV paga o cupão sobre os CASHES, com um atraso trimestral, a uma taxa variável indexada à Euribor a 3 meses acrescida de 200 pontos base, até à permuta dos títulos por ações da Ageas. Se a Ageas não declarar dividendos sobre as suas ações, ou se os dividendos a declarar forem inferiores a um limiar relativo a qualquer exercício financeiro (rendimento do dividendo inferior a 0,5%), e noutras circunstâncias, os cupões terão de ser liquidados obrigatoriamente pela Ageas SA/NV através da emissão de novas ações, de acordo com a denominada Alternative Coupon Settlement Method (ACSM) (Metodologia alternativa de liquidação de cupões), enquanto que o BNP Paribas Fortis SA/NV terá de emitir instrumentos qualificados como instrumentos híbridos Tier 1 para a Ageas como compensação dos cupões

pagos pela Ageas SA/NV. Se o ACSM for acionado e se estiver disponível capital autorizado insuficiente para permitir que a Ageas SA/NV cumpra a obrigação do ACSM, a liquidação dos cupões será adiada até que seja reposta a possibilidade de emitir ações.

Num acordo celebrado em 2012 que, entre outros, conduziu à oferta e posterior conversão de CASHES, a Ageas concordou em pagar uma compensação anual ao BNP Paribas Fortis SA/NV igual ao dividendo bruto sobre as ações que o BNP Paribas Fortis SA/NV detém.

46.3 Outros passivos contingentes

Em conjunto com o BGL BNP Paribas, a Ageas Insurance International N.V. forneceu uma garantia ao Cardif Lux Vie S.A. de até 100 milhões de euros, para cobrir reclamações jurídicas pendentes relacionadas com o Fortis Lux Vie S.A., uma subsidiária anterior da Ageas que foi fundida no final de 2011 com o Cardif Lux International S.A.

Adicionalmente alguns clientes individuais da Ageas France, uma subsidiária totalmente detida da Ageas Insurance International, apresentou reclamações contra a Ageas France relacionadas com a sua alegada modificação unilateral dos termos e condições de um produto unit-linked tarifando determinados honorários de transações. Para além da reclamação do reembolso destes honorários, os queixosos reclamaram também o prejuízo por oportunidades perdidas para arbitragem entre fundos unit-linked e um fundo garantido, utilizando as últimas datas-valor conhecidas, bem como a proibição da tarificação dos honorários. Em novembro de 2014, o Tribunal de Apelação de Paris confirmou a decisão da primeira instância, permitindo as reclamações e os especialistas nomeados para a determinação do âmbito da compensação. A seguir a um apelo apresentado pela Ageas France no Supremo Tribunal Francês, em 8 de setembro de 2016 o Supremo Tribunal Francês anulou substancialmente a decisão do Tribunal de Apelação de Paris a favor da Ageas France e encaminhou o caso para Tribunal de Apelação de Versailles.

47

Acordos de locação

A Ageas celebrou acordos de locação pela utilização do espaço de escritório, equipamento de escritório, veículos e instalações de estacionamento. A tabela seguinte reflete os futuros compromissos de locações operacionais não canceláveis a 31 de dezembro.

	2016	2015
Menos de 3 meses	15,5	17,2
Entre três meses e um ano	46,1	56,7
1 ano até 5 anos	208,1	274,5
Mais de 5 anos	386,8	402,5
Total	656,5	750,9
Despesas de arrendamento anuais:		
Rendas de locação	44,0	24,5

48

Eventos após a data da demonstração da posição financeira

Em 27 de fevereiro de 2017, o Lord Chancellor do Reino Unido anunciou o resultado da revisão da taxa Ogden, utilizada pelos tribunais do Reino Unido para calcular prejuízos financeiros sobre a forma de um montante fixo em casos de ferimentos pessoais, e reduziu esta taxa de 2,5% para 0,75% negativos. A Ageas já incorporou o impacto de uma redução de 1% nos seus resultados anuais, publicados em 15 de fevereiro de 2017.

A Ageas confirmou em 27 de fevereiro de 2017 que o impacto negativo de uma redução adicional da taxa de 1% para 0,75% negativos no resultado líquido ascendia a 100 milhões de euros. Dado que este era um evento 'após a data do balanço', a Ageas ajustou os seus resultados de 2016 relatados em conformidade neste relatório anual. A Ageas confirmou igualmente que esta decisão não terá impacto no dividendo bruto proposto de 2,10 euros por ação relativo a 2016.

Não ocorreram outros eventos materiais após a data da demonstração da posição financeira consolidada que necessitem de ajustamento para as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Ageas em 31 de dezembro 2016.

Relatório do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Ageas é responsável pela elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Ageas a 31 de dezembro de 2016, de acordo com as International Financial Reporting Standards (Normas internacionais de relatório financeiro) adotadas pela União Europeia, bem como com a Diretiva Europeia da Transparência (2004/109/EC), e pela apresentação do Relatório do Conselho de Administração, de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis na Bélgica.

O Conselho de Administração analisou as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Ageas e o Relatório do Conselho de Administração em 4 de abril de 2017, e autorizou a sua publicação.

O Conselho de Administração da Ageas declara que, no melhor do seu conhecimento, as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Ageas fornecem uma visão verídica e justa dos ativos, passivos, posição financeira e resultados da Ageas e das incertezas que a Ageas enfrenta, e que a informação contida nas mesmas não tem omissões que modificariam provavelmente de modo significativo o âmbito de quaisquer demonstrações efetuadas.

O Conselho de Administração da Ageas declara igualmente que o Relatório do Conselho de Administração fornece uma visão geral justa do desenvolvimento e desempenho das empresas do Grupo.

O Relatório e Contas da Ageas é composto pelas Demonstrações Financeiras Consolidadas e pelo Relatório do Conselho de Administração, e será submetido à Assembleia Geral de Acionistas anual para aprovação em 17 de maio de 2017.

Bruxelas, 4 de abril de 2017

Conselho de Administração

Presidente	Jozef De Mey
Vice-presidente	Guy de Selliers de Moranville
Chief Executive Officer	Bart De Smet
Chief Financial Officer	Christophe Boizard
Chief Risk Officer	Filip Coremans
Chief Operating Officer	Antonio Cano
Directors	Roel Nieuwdorp
	Lionel Perl
	Jan Zegering Hadders
	Jane Murphy
	Lucrezia Reichlin
	Richard Jackson
	Yvonne Lang Ketterer

Relatório do Auditor Independente

Relatório do Revisor Oficial de Contas para a Assembleia Geral da Ageas SA/NV para o exercício terminado a 31 de dezembro de 2016

De acordo com os requisitos legais, apresentamos este relatório no contexto do mandato do nosso revisor oficial de contas. Este relatório inclui o nosso relatório das demonstrações financeiras consolidadas no final do exercício terminado a 31 de dezembro de 2016, conforme definido abaixo, bem como o nosso relatório sobre outros requisitos legais e regulamentares.

Relatório das demonstrações financeiras consolidadas - opinião não qualificada

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas da Ageas SA/NV ("Companhia") e das suas subsidiárias (conjuntamente "Grupo"), elaboradas de acordo com as International Financial Reporting Standards (Normas internacionais de relatório financeiro) adotadas pela União Europeia e com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis na Bélgica. Estas demonstrações financeiras consolidadas incluem a demonstração consolidada da posição financeira a 31 de dezembro de 2016, a demonstração de resultados consolidada, as demonstrações individuais do rendimento integral, variações de capital e fluxo de caixa para o exercício terminado nessa data e as notas, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas e outra informação explicativa. O total da demonstração consolidada da posição financeira ascende a 104.293,5 milhões de euros, a demonstração de resultados consolidada apresenta um resultado líquido para o exercício de 222,8 milhões de euros, e a demonstração individual do rendimento integral apresenta uma perda no exercício de 850,8 milhões de euros.

Responsabilidade do conselho de administração pela elaboração das demonstrações financeiras consolidadas

O conselho de administração é responsável pela elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas, que oferecem uma visão verídica e justa, de acordo com as International Financial Reporting Standards (Normas internacionais de relatório financeiro) adotadas pela União Europeia, e com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis na Bélgica, para as quais é necessário o controlo interno do conselho de

administração para permitir que a elaboração das demonstrações financeiras consolidadas esteja isenta de declarações materiais incorretas, devido a fraude ou erro.

Responsabilidade do revisor oficial de contas

A nossa responsabilidade é expressar um parecer sobre estas demonstrações financeiras consolidadas com base na nossa auditoria. Conduzimos a nossa auditoria de acordo com as International Standards on Auditing (ISAs) (Normas internacionais de auditoria) adotadas na Bélgica. Estas normas exigem o nosso cumprimento dos requisitos de ética e planejar e realizar a auditoria para obter a garantia razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de declarações materiais incorretas.

Uma auditoria envolve a realização de procedimentos para obter evidências de auditoria sobre os montantes e divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem da consideração do revisor oficial de contra, incluindo a avaliação dos riscos de declarações materiais incorretas das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou erro. Ao efetuar tais avaliações do risco, o revisor oficial de contas considera o controlo interno relevante para a elaboração e apresentação justa pela Companhia das demonstrações financeiras consolidadas para desenhar procedimentos de auditoria que sejam adequados às circunstâncias, mas não para expressar um parecer sobre a eficácia do controlo interno do Grupo. Uma auditoria inclui igualmente a avaliação da adequação das políticas contabilísticas utilizadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas do conselho de administração, bem como a avaliação da apresentação global das demonstrações financeiras consolidadas.

Obtivemos dos responsáveis e do conselho de administração da Companhia as explicações e a informação necessárias para realizar a nossa auditoria.

Acreditamos que as evidências de auditoria que obtivemos são suficientes e apropriadas para constituírem uma base para a nossa opinião não qualificada.

Opinião não qualificada

Na nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas oferecem uma visão verídica e justa dos capitais e da posição financeira consolidada do Grupo a 31 de dezembro de 2016, do seu desempenho financeiro consolidado e dos seus fluxos de caixa consolidados para o exercício terminado nessa data, de acordo com as International Financial Reporting Standards (Normas internacionais de relatório financeiro) adotadas pela União Europeia, e com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis na Bélgica.

Ênfase material

Sem qualificar a nossa opinião, chamamos a atenção para a nota 26 Provisões das demonstrações financeiras consolidadas do exercício terminado a 31 de dezembro de 2016, que descreve o reconhecimento pela Ageas de uma provisão relacionada com a proposta de resolução em relação a todos os procedimentos cíveis relativos ao anterior grupo Fortis para os eventos ocorridos em 2007 e 2008. O impacto da resolução proposta no resultado líquido do Grupo para o exercício terminado a 31 de dezembro de 2016 ascende a 894 milhões de euros. A nota descreve que a resolução só será final (i) se o Tribunal de Apelação de Amsterdão declarar a Resolução vinculativa e (ii) se, no final do período de desistência, o rácio de desistência acordado não for excedido ou se a Ageas renunciar aos seus direitos de resolução.

Adicionalmente, sem qualificar a nossa opinião, chamamos a atenção para a nota 46 Passivos contingentes das demonstrações financeiras consolidadas a 31 de dezembro de 2016, onde é indicado que a Ageas está ou poderá ainda estar envolvida numa série de procedimentos jurídicos e num procedimento criminal ainda pendente na Bélgica, em resultado dos eventos e desenvolvimentos que rodeiam o anterior Grupo Fortis entre maio de 2007 e outubro de 2008. Se estes procedimentos forem bem-sucedidos, poderão ter consequências substanciais para a posição financeira da Ageas. Tais consequências permanecem não quantificáveis nesta fase.

Relatório de outros requisitos legais e regulamentares

O conselho de administração é responsável pela elaboração e pelo conteúdo do relatório do conselho de administração sobre as demonstrações financeiras consolidadas.

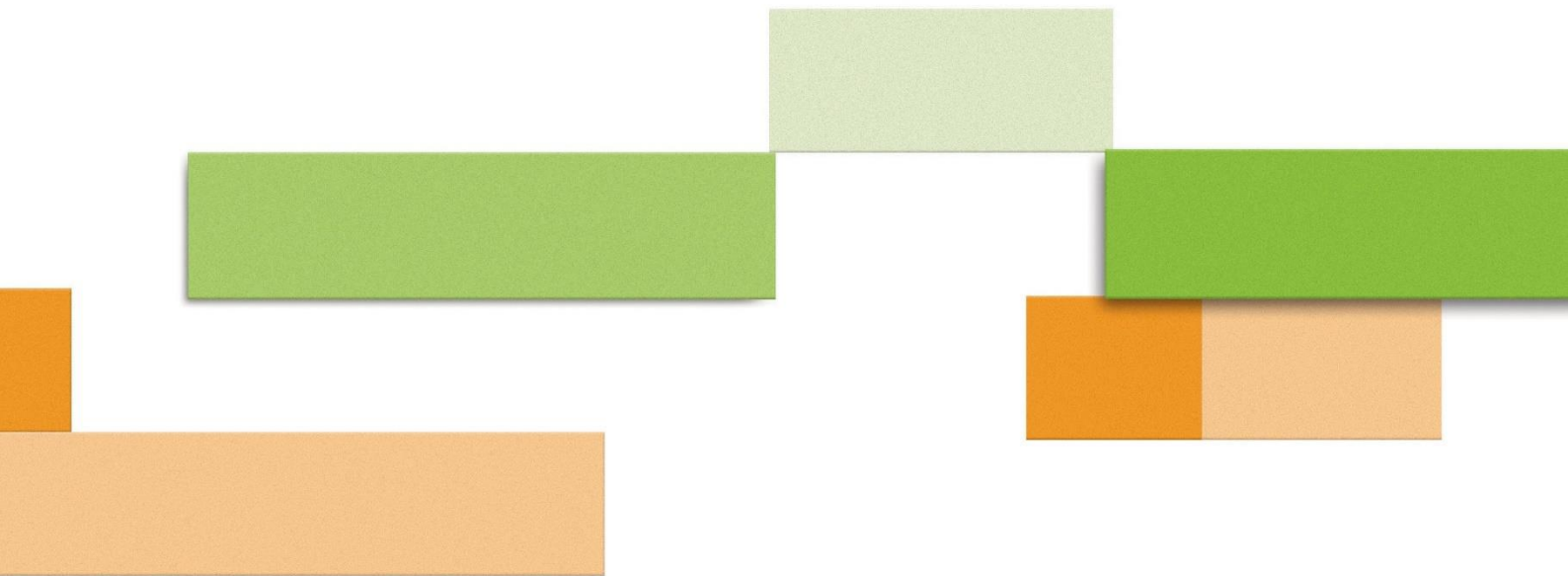
No contexto do nosso mandato e de acordo com as normas belgas complementares às International Standards on Auditing (Normas internacionais de auditoria) aplicáveis na Bélgica, a nossa responsabilidade é verificar, em todos os aspetos materiais, a conformidade com determinados requisitos legais e regulamentares. Nesta base, fornecemos as seguintes declarações adicionais, que não modificam o âmbito da nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas:

- O relatório do conselho de administração sobre as demonstrações financeiras consolidadas inclui a informação exigida por lei, é consistente com as demonstrações financeiras consolidadas e não apresenta quaisquer inconsistências materiais com a informação de que tomámos conhecimento durante o desempenho do nosso mandato.
- Conforme indicado na primeira parte do nosso relatório, que inclui a nossa responsabilidade, consideramos que o controlo interno é relevante para a elaboração e apresentação justa pelo grupo das demonstrações financeiras consolidadas, para desenhar os procedimentos de auditoria adequados às circunstâncias, mas não para expressar um parecer sobre a eficácia do controlo interno do grupo. Em conformidade, não emitimos um parecer sobre a eficiência dos controlos internos durante o exercício terminado a 31 de dezembro de 2016.

Bruxelas, 4 de abril de 2017

KPMG Réviseurs d'Entreprises / Bedrijfsrevisoren
Statutory Auditor
representada por

Karel Tanghe
Réviseur d'Entreprises / Bedrijfsrevisor



**Resumo das
Demonstrações Financeiras
Companhia Ageas SA/NV
2016**



Informação geral

1. Nota Introdutória

A maior parte da 'informação geral' está incluída no Relatório do Conselho de Administração da Ageas. Esta secção da informação geral contém apenas informação sobre a Ageas SA/NV que não foi fornecida em qualquer outro local.

2. Identificação

A companhia é uma empresa pública limitada com o nome Ageas SA/NV. A sua sede está registada em Rue du Marquis 1, 1000 Brussels. Este escritório pode ser transferido para qualquer outro local na região da capital Bruxelas mediante resolução do Conselho de Administração. A companhia está inscrita no registo de entidades jurídicas de Bruxelas com o nº 0451.406.524.

3. Constituição e publicação

A companhia foi constituída em 6 de novembro de 1993 com o nome Fortis Capital Holding.

4. Locais onde o público pode verificar os documentos da companhia

Os Estatutos da Ageas SA/NV podem ser consultados no Registo do Tribunal Mercantil em Bruxelas, na sede da companhia e no website da Ageas.

As decisões sobre a nomeação e resignação dos membros do Conselho de Administração das companhias são publicadas, entre outros locais, nos anexos da Belgian Law Gazette. Os relatórios financeiros das companhias e as notícias sobre as Assembleias Gerais são publicados na imprensa financeira, jornais e periódicos. As demonstrações financeiras da companhia estão disponíveis na sede e estão igualmente arquivadas no Banco Nacional da Bélgica.

5. Montantes

Todos os montantes nas tabelas destas demonstrações financeiras são denominados em milhões de euros, salvo indicação em contrário.

6. Parecer da auditoria

A demonstração financeira da companhia ainda não foi publicada. A KPMG emitirá um relatório de auditoria não qualificado com ênfase no parágrafo material das demonstrações financeiras da companhia Ageas SA/NV.

Demonstração da posição financeira após aplicação de resultados

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
ATIVOS		
Ativos fixos tangíveis	1	1
Ativos fixos tangíveis	1	1
Imobilizações financeiras	6.799	6.809
Interesses em participações	6.449	6.459
Empréstimos	350	350
Ativos correntes	1.322	1.322
Negociações e outras contas a receber	245	1
Ações próprias	246	259
Outros investimentos de curto prazo	571	813
Ativos líquidos	247	236
Custos diferidos e acréscimos de proveitos	13	13
TOTAL DO ATIVO	8.122	8.132
PASSIVOS		
Capital		
Capitais próprios	6.351	6.326
Capital subscrito	1.603	1.656
Reserva para prémios de emissão	2.438	2.636
Reservas indisponíveis para distribuição	246	259
Reservas disponíveis para distribuição	2.149	2.556
Lucros/prejuízos transportados	(85)	(781)
Provisões	1.299	1.423
Valores a pagar	472	383
Dívidas comerciais	9	9
Remunerações e encargos sociais	3	3
Outros valores a pagar	442	360
Acréscimos de gastos e proveitos diferidos	18	11
TOTAL DO PASSIVO	8.122	8.132

Demonstração de resultados

	2016	2015
Resultado operacional	7	11
Outros proveitos de exploração	7	11
Proveitos financeiros	715	760
Proveitos de imobilizações financeiras	692	740
Proveitos de ativos correntes	23	20
Outros proveitos financeiros	0	0
Proveitos extraordinários		2
Mais-valias na realização de ativos fixos		2
Total de receitas	722	773
Custos de exploração	(35)	893
Serviços e bens diversos	72	53
Remunerações, encargos sociais e pensões	15	14
Depreciação e montantes reconhecidos em formação	0	0
(-) em provisões para riscos e encargos	(124)	826
Outros custos de exploração	2	0
Encargos financeiros	61	15
Juros relativos a valores a pagar	2	15
Outros encargos financeiros	59	
Total de despesas	26	908
Resultado antes de impostos	696	(135)
Impostos		
Resultado líquido do período	696	(135)
	2016	2015
Aplicação de resultados		
Resultado a aplicar	(85)	(781)
Resultado do exercício disponível para aplicação	696	(135)
Resultado transportado do exercício anterior	(781)	(646)
Transferências de capitais próprios	419	338
Das reservas de capital e de prémios por ações		
De reservas	419	338
Resultado a transportar	(85)	(781)
Lucro a distribuir	419	338
Dividendos	419	338

Divulgação adicional de itens na demonstração da posição financeira e demonstração de resultados e requisitos regulamentares

1.1 Resultados estatutários da Ageas SA/NV ao abrigo dos Princípios Contabilísticos Belgas

A Ageas SA/NV relatou, para o exercício financeiro de 2016, com base nos Princípios Contabilísticos Belgas, um resultado líquido de 696 milhões de euros (2015: 135 milhões de euros negativos) e capitais próprios de 6.351 milhões de euros (2015: 6.326 milhões de euros).

1.2 Explicação do balanço e da demonstração de resultados

O balanço e a demonstração de resultados podem ser explicados do seguinte modo.

1.2.1 Ativos

1.2.1.1 Imobilizações financeiras

(2016: 6.800 milhões de euros; 2015: 6.809 milhões de euros)

As imobilizações financeiras incluem os seguintes itens.

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Imobilizações financeiras	6.799	6.809
Interesses em participações	6.449	6.459
Ageas Insurance International	6.436	6.436
Ageas Hybrid Financing	0	1
Royal Park Investments	13	22
Empréstimo à AG Insurance	350	350

Interesses em participações

(2016: 6.449 milhões de euros; 2015: 6.459 milhões de euros)

Em 2016, a companhia vendeu a sua participação (0,7 milhões de euros) na Ageas Hybrid Financing à Ageas Insurance International. Durante o exercício, o Royal Park Investments reembolsou parte do seu capital (8,9 milhões de euros).

Empréstimo à AG Insurance

(2016: 350 milhões de euros; 2015: 350 milhões de euros)

Em 2016 não ocorreram variações no empréstimo à AG Insurance.

1.2.1.2 Ativos correntes

(2016: 1.322 milhões de euros; 2015: 1.322 milhões de euros)

Ações próprias

(2016: 246 milhões de euros; 2015: 259 milhões de euros)

Em ligação com vários programas de recompra de ações, a Ageas SA/NV adquiriu 7.170.522 ações próprias por um montante de 244 milhões de euros. Em 2016, foram canceladas 7.207.962 ações.

Foram mantidas 45.804 ações adicionais da Ageas com um valor de 1,6 milhões de euros para cobrir os planos por ações restritos para alguns membros do pessoal e diretores da companhia.

1.2.1.3 Outros investimentos de curto prazo

(2016: 571 milhões de euros; 2015: 813 milhões de euros)

Os outros investimentos de curto prazo incluem:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Outros investimentos de curto prazo	571	813
Obrigações do tesouro	35	45
Obrigações de emitentes privados	136	233
Hybrone	0	0
Obrigações de cupão zero	0	35
Depósitos	400	500

1.2.1.4 Ativos líquidos

(2016: 247 milhões de euros; 2015: 236 milhões de euros)

Os ativos líquidos são relativos a contas correntes em bancos.

1.2.1.5 Custos diferidos e acréscimo de proveitos

(2016: 13 milhões de euros; 2015: 13 milhões de euros)

O acréscimo de proveitos está relacionado sobretudo com juros sobre o empréstimo de 350 milhões de euros à AG Insurance e custos operacionais diferidos.

1.2.2 Passivos

1.2.2.1 Capital

(2016: 6.351 milhões de euros; 2015: 6.326 milhões de euros)

Capital subscrito

(2016: 1.603 milhões de euros; 2015: 1.656 milhões de euros)

A diminuição do capital subscrito é devida ao cancelamento de ações próprias.

Reserva para prémios de emissão

(2016: 2.438 milhões de euros; 2015: 2.636 milhões de euros)

A diminuição da reserva para prémios de ações é devida ao cancelamento de ações próprias.

Reservas indisponíveis para distribuição

(2016: 246 milhões de euros; 2015: 259 milhões de euros)

As reservas indisponíveis para distribuição estão relacionadas com as ações próprias detidas pela Ageas SA/NV.

Reservas disponíveis para distribuição

(2016: 2.150 milhões de euros; 2015: 2.556 milhões de euros)

A diminuição das reservas disponíveis para distribuição está relacionada com uma transferência para as reservas indisponíveis para distribuição relativa à recompra de ações próprias (244 milhões de euros), uma transferência de 6 milhões de euros das reservas indisponíveis para distribuição relativa à liquidação de um plano de ações, o cancelamento de ações próprias por 251 milhões de euros e o dividendo proposto para pagamento pelo exercício financeiro de 2016 (419 milhões de euros).

Lucros/prejuízos transportados

O exercício financeiro de 2016 encerrou com um resultado de 696 milhões de euros, significando que, tendo em consideração os prejuízos transportados de exercícios anteriores, o prejuízo a transportar ascende a 85 milhões de euros.

1.2.2.2 Provisões

(2016: 1.299 milhões de euros; 2015: 1.423 milhões de euros)

O movimento nas provisões é explicado, por um lado, pelo montante menor da liquidação esperada de RPN(I) e, dado que as organizações requerentes aderiram ao acordo de resolução, por outro lado, por uma provisão adicional efetuada no âmbito da resolução em relação aos procedimentos do anterior grupo Fortis.

1.2.2.3 Valores a pagar num ano

(2016: 454 milhões de euros; 2015: 372 milhões de euros)

O aumento dos valores a pagar é explicado sobretudo pelo maior valor a pagar a acionistas relativo a dividendos para o exercício financeiro de (2016: 419 milhões de euros; 2015: 338 milhões de euros). Adicionalmente, os valores a pagar incluem montantes a pagar relativos a dividendos de exercícios anteriores, que ainda não foram liquidados (2016: 17 milhões de euros; 2015: 17 milhões de euros).

1.2.2.4 Acréscimos de gastos e proveitos diferidos

(2016: 18 milhões de euros; 2015: 11 milhões de euros)

A composição dos acréscimos e proveitos diferidos está relacionada principalmente com os planos de ações restritos para alguns membros do pessoal e diretores da companhia.

1.2.3 Demonstração de resultados

1.2.3.1 Proveitos financeiros

(2016: 715 milhões de euros; 2015: 760 milhões de euros)

Os proveitos financeiros incluem os dividendos recebidos de subsidiárias e associadas de capital (2016: 692 milhões de euros; 2015: 740 milhões de euros).

1.2.3.2 Custos de exploração

(2016: menos 35 milhões de euros; 2015: 893 milhões de euros)

Os componentes dos custos de exploração são os seguintes:

▪ Serviços e bens diversos	72 milhões de euros
▪ Despesas com pessoal	15 milhões de euros
▪ Reversão dos montantes reconhecidos	0 milhões de euros
▪ Liquidação de provisões	3 milhões de euros
▪ Provisão RPN(I)	Menos 127 milhões de euros
▪ Outros custos de exploração	2 milhões de euros

1.3 Requisitos regulamentares (art. 96 e 119 do Código de Sociedades Belgas)

Outros

Não existem transações ou outras relações contratuais a relatar entre a Ageas SA/NV e os membros do seu Conselho de Administração que deem origem a um conflito de interesses, conforme definido no Código de Sociedades Belgas.

1.3.1 Informação sobre as circunstâncias que poderão influenciar profundamente o desenvolvimento da companhia

Consulte a nota Demonstrações prospetivas para tratar com cuidado.

1.3.2 Informação sobre investigação e desenvolvimento

A companhia não efetuou atividades de investigação e desenvolvimento.

1.3.3 Sucursais

Como consequência da fusão entre a Ageas SA/NV e a Ageas NV em 2012, foi aberto uma sucursal na Holanda (Ageas Dutch Branch).

1.3.4 Continuidade

Na nossa opinião, não existem motivos objetivos para que os princípios de valorização baseados no conceito de continuidade não se possam aplicar. A expectativa é que os prejuízos a transportar na demonstração da posição financeira serão absorvidos nos próximos exercícios.

1.3.5 Eventos após a data da demonstração da posição financeira

Não ocorreram eventos materiais desde a data da demonstração da posição financeira que possam necessitar do ajustamento da demonstração financeira da companhia Ageas SA/NV a 31 de dezembro de 2016.

1.3.6 Outra informação que, de acordo com o Código de Sociedades Belgas, deverá ser incluída no Relatório e Contas

Quitação de administradores e auditor externo

Conforme prescrito por lei e pelos estatutos da companhia, solicitamos que conceda ao Conselho de Administração da companhia e ao Auditor a quitação relativa à execução do seu mandato.

Aumento de capital e emissão de warrants

Em 2016, não foi realizado qualquer aumento de capital ou emissão de warrants.

Tarefa não auditada efetuadas pelo auditor em 2016

Em 2016, o auditor externo efetuou uma tarefa ligada à Embedded Value Review (Análise do valor embutido).

Utilização de instrumentos financeiros

Consulte a nota 5 Gestão do Risco das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Declaração do Governo Societário

Consulte o Relatório do Conselho de Administração, parte 3, Declaração do Governo Societário no Relatório e Contas.

Relatório de remunerações

Consulte o Relatório do Conselho de Administração, parte 3.7 Relatório da Comissão de Remunerações no Relatório e Contas.



Outras informações

Demonstrações prospetivas para tratar com cuidado

Algumas das demonstrações contidas neste Relatório e Contas, incluindo, mas não limitadas, às demonstrações efetuadas nas secções intituladas Mensagem para acionistas, Descrição das atividades e Relatório do Conselho de Administração, e na nota 5 Gestão do risco, referem expetativas futuras e outras perceções prospetivas baseadas nas visões, estimativas e pressupostos atuais da gestão relativos a eventos futuros. Estas demonstrações prospetivas estão sujeitas a determinados riscos e incertezas, significando que os resultados, desempenho ou eventos reais podem diferir substancialmente das demonstrações expressas ou implícitas, incluindo, mas não limitadas, às nossas expetativas em relação ao nível das provisões relativas às nossas carteiras de crédito e investimento.

Outros fatores mais gerais que podem ter impacto nos nossos resultados incluem, mas não limitados:

- condições económicas gerais;
- variações nas taxas de juro e no desempenho dos mercados financeiros;
- frequência e gravidade dos eventos de prejuízos segurados;
- níveis e tendências de mortalidade, morbilidade e persistência;
- taxas de câmbio, incluindo taxa de câmbio euro/dólar americano;
- variações nos ambientes competitivo e de preços, incluindo o aumento da concorrência na Bélgica;
- alterações na legislação nacional e internacional, regulamentos e impostos;
- variações regionais ou gerais nas valorizações de ativos;
- ocorrência de desastres naturais ou outros;
- incapacidade para ressegurar economicamente determinados riscos;
- adequação das reservas para prejuízos;
- alterações regulamentares relacionadas com os setores de seguros, investimento e/ou títulos;
- alterações nas políticas dos bancos centrais e/ou governos estrangeiros;
- fatores competitivos gerais numa escala global, regional e/ou nacional.

Disponibilidade dos documentos da companhia para inspeção pública

Os Estatutos da Ageas SA/NV podem ser consultados no Registo do Tribunal Mercantil em Bruxelas (Ageas SA/NV) e no escritório da sede.

O Relatório e Contas é arquivado no Banco Nacional da Bélgica (Ageas SA/NV). As resoluções sobre a (re)eleição e destituição dos membros do Conselho de Administração da Ageas são publicadas nos anexos da Belgian Law Gazette (Ageas SA/NV) e noutros locais.

Os relatórios financeiros das companhias e as notícias sobre as AGMs e EGMs são publicados na imprensa financeira e noutros jornais e periódicos. O Relatório e Contas, bem como uma lista de participações da Ageas, está disponível na sede da Ageas em Bruxelas, e está igualmente arquivado no Banco Nacional da Bélgica. O Relatório e Contas é enviado todos os anos aos acionistas registados e a outros por pedido.

Fornecimento de informação a acionistas e investidores

Ações cotadas

As ações da Ageas estão atualmente cotadas no NYSE Euronext de Bruxelas e na Bolsa de Valores do Luxemburgo. A Ageas tem igualmente um programa ADR patrocinado nos Estados Unidos, Ageas SA/NV, os strips VVPR foram cotados no NYSE Euronext Bruxelas apenas até 1 de janeiro de 2013.

Tipos de ações

As ações na Ageas podem ser registadas ou ao portador.

Registo de ações de forma desmaterializada

A companhia oferece aos acionistas a oportunidade de registarem gratuitamente os seus títulos de forma desmaterializada. A Ageas desenvolveu um processo de conversão rápido para títulos na forma de ações desmaterializadas, permitindo a entrega rápida.

Ageas SA/NV, Corporate Administration

Rue du Marquis 1, 1000 Brussels, Bélgica

E-mail: corporate.adm@ageas.com

Informação e comunicações

A companhia envia gratuitamente comunicações aos titulares de ações desmaterializadas registadas, incluindo o relatório anual. A companhia convida pessoalmente cada titular de ações desmaterializadas registadas na companhia para participar nas Assembleias Gerais e fornece-lhes a agenda, as resoluções propostas e também as procurações para a sua representação e participação na votação. Na data de pagamento de dividendos, a companhia paga automaticamente o montante do dividendo devido nas contas bancárias indicadas pelos titulares de ações desmaterializadas registadas na companhia.

Glossário e abreviaturas

Custo amortizado:

Quantia pela qual o ativo ou o passivo financeiro são mensurados no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa/acréscimo de qualquer prémio/desconto e menos qualquer depreciação para imparidades.

Instrumento de dívida titularizado

Uma obrigação ou nota financiada por instrumentos de dívida (não sendo hipotecas) ou contas a receber.

Associada

Uma companhia em que a Ageas tem influência significativa, mas que não controla.

Ponto base (bp)

Um centésimo de um ponto percentual (0,01%).

Cobertura de fluxos de caixa

Uma cobertura para mitigar a exposição a flutuações no fluxo de caixa de um ativo ou passivo reconhecido, ou transação prevista, em consequência de movimentos em taxas ou preços variáveis.

Justo valor líquido

O valor justo excluindo a parte não realizada de juros acrescidos.

Compensação

Liquidação administrativa de transações de valores mobiliários, futuros e opções através de uma organização de compensação e as instituições financeiras a ela associada (membros de compensação).

Limites dos contratos de seguros (Contract boundaries)

Nos termos de Solvência II, em princípio, todas as obrigações relacionadas com o contrato, incluindo obrigações relacionadas com os direitos unilaterais da empresa de seguros para renovar ou alargar o âmbito do contrato e as obrigações que estão relacionados com os prémios pagos, fazem parte do contrato. No entanto, essas obrigações que estão relacionadas com a cobertura de seguros fornecidos pela empresa após a data futura em que a empresa de seguros tem um direito unilateral (a) de terminar o contrato, (b) de rejeitar prémios a pagar nos termos do contrato ou (c) alterar os prémios ou os benefícios a pagar nos termos do contrato de tal forma que os prémios refletem integralmente os riscos não pertencem ao contrato, a menos que a empresa de seguros obrigue o segurado a pagar o prémio para essas obrigações.

Margem de crédito

O diferencial de rendimento entre obrigações de dívida pública e obrigações ou créditos de empresas.

Custódia

Um acordo, habitualmente entre um investidor e um banco (ou possivelmente um agente ou uma sociedade fiduciária), através do qual o investidor deposita para guarda de títulos, ouro ou outros valores junto do banco, que, por sua vez, faz a guarda dos valores a troco de uma comissão.

Custo de aquisição diferido

O custo de aquisição de um novo e renovado negócio de seguros, principalmente comissões, subscrições, agência e despesas de emissão de apólices, todos eles variando e estando primariamente relacionados com a produção do novo negócio.

Derivado

Um instrumento financeiro como um swap, contrato forward, contrato de futuros ou opção (emitido e adquirido). Este instrumento financeiro tem um valor que varia em resposta a alterações em várias variáveis subjacentes. Requer pouco ou nenhum investimento líquido inicial, sendo liquidado numa data futura.

Seguro de invalidez

Seguro contra as consequências financeiras da invalidez a longo prazo.

Método dos fluxos de caixa descontados

Uma abordagem à valorização, em que os fluxos de caixa projetados são descontados a uma taxa de juro que reflete o valor temporal do dinheiro e um prémio de risco que reflete procura dos investidores por um retorno adicional pelo risco que afinal o fluxo de caixa pode não materializar.

Característica de participação discricionária

Um direito contratual de receber, como suplemento a benefícios garantidos, benefícios adicionais:

(a) com probabilidade de serem uma parte significativa dos benefícios contratuais totais; (b) cujo montante ou calendário é contratualmente do critério do emissor; e (c) que estão contratualmente baseados: (i) na performance de uma pool de contratos especificada ou um tipo de contratos especificado; (ii) retornos de investimentos realizados e/ou não realizados de uma pool de ativos especificada detida pelo emissor; ou (iii) nos lucros ou prejuízos da companhia, fundo ou outra entidade que emite o contrato.

Derivado embutido

Um instrumento derivado que está embutido noutro contrato – o contrato de base. O contrato de base pode ser uma dívida ou instrumento de capital, uma locação financeira, um contrato de seguro ou um contrato de venda ou aquisição.

Benefícios dos empregados

Todas as formas de compensações oferecidas por uma entidade em troca dos serviços prestados pelos empregados, adicionalmente à sua remuneração ou salário.

Justo valor

O valor pelo qual um ativo (passivo) pode ser adquirido (incorrido) ou vendido (liquidado), entre partes informadas e que atuem de livre vontade numa transação em condições normais de mercado.

Cobertura de justo valor

Uma cobertura de uma exposição a variações no justo valor de um ativo ou passivo reconhecido (ou de parte do mesmo) ou um compromisso firme. A exposição é atribuível a um risco particular e irá afetar o resultado líquido reportado.

Locação financeira

Uma locação que transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. O título poderá ou não ser eventualmente transferido.

Goodwill

Representa o valor pelo qual o justo valor dos ativos adquiridos, passivos incorridos ou assumidos e instrumentos de capital emitidos, mais quaisquer custos diretamente atribuíveis ao negócio, excede o interesse da Ageas no justo valor dos ativos adquiridos, passivos e passivos contingentes assumidos.

Prémios brutos emitidos

Prémios totais (recebidos ou não) para contratos de seguros emitidos ou aceites durante um período específico, sem dedução de prémios cedidos.

Contabilidade de cobertura

A contabilidade de cobertura reconhece os efeitos compensatórios nos resultados das variações nos justos valores do instrumento de cobertura e o item coberto.

IFRS

Têm sido utilizados os International Financial Reporting Standards como o padrão para todas as companhias listadas na União Europeia desde 1 de janeiro de 2005 para assegurar a contabilização e divulgação transparentes e comparáveis.

Imparidade

Uma diminuição do valor em que o valor contabilístico do ativo excede o montante recuperável. Neste caso, o valor contabilístico será reduzido para o seu valor recuperável através da demonstração de resultados.

Contrato de seguros

Um contrato ao abrigo do qual uma parte (Ageas) aceita um risco significativo de seguro de outra parte (o segurado) concordando compensar o segurado se um evento futuro incerto especificado afetar de forma adversa o segurado.

Contrato de investimento

Uma apólice de seguro de vida que transfere o risco financeiro sem transferir um risco significativo de seguro.

Ativo intangível

Um ativo não monetário identificável que é reconhecido como custo se e apenas gerar benefícios económicos futuros e se o custo do ativo poder ser mensurado de forma fiável.

Propriedade de investimento

Propriedade detida pela Ageas para auferir rendimento de rendas ou para valorização do capital.

Lista de código de moedas ISO

AUD	Austrália, Dólares
CAD	Canadá, Dólares
CHF	Suíça, Francos
CNY	China, Yuan Renminbi
DKK	Dinamarca, Coroa
GBP	Grã-Bretanha (Reino Unido), Libras
HKD	Hong Kong, Dólares
HUF	Hungria, Florim
INR	Índia, Rupia
MAD	Marrocos, Dirham
MYR	Malásia, Ringgits
PHP	Filipinas, Peso
PLN	Polónia, Zloty
RON	Roménia, Leu
SEK	Suécia, Coroa
THB	Tailândia, Baht
TRY	Turquia, Lira Turca
TWD	Taiwan, Novo Dólar
USD	Estados Unidos da América, Dólares
ZAR	África do Sul, Rand

Capitalização bolsista

Valor atribuído à companhia pela bolsa de valores. A capitalização bolsista corresponde ao número de ações em circulação multiplicado pelo preço das ações num dado momento.

NCI

Non-controlling interest (Participação não controlada).

Cobertura de investimentos líquidos

Uma cobertura utilizada para reduzir os riscos financeiros da participação de uma entidade de reporting dos ativos líquidos de uma entidade estrangeira realizando transações que compensam o perfil de risco.

Valor nominal

Valor de unidades monetárias, número de ações, um número de unidades de peso ou volume ou outras unidades especificadas num contrato derivado.

Locação operacional

Um contrato que permite a utilização de um ativo em troca de pagamentos periódicos, mas que não transmite direitos semelhantes à propriedade legal do ativo e em que os riscos financeiros relacionados com o ativo são suportados pelo locador.

Margem operacional

Resultado operacional dividido pelos prémios líquidos. O resultado operacional é o resultado que deriva de todas as operações, incluindo Subscrição e investimentos.

Opção

Um privilégio vendido por uma parte a outra que oferece ao comprador o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender um título a um preço acordado durante um certo período de tempo ou numa data específica.

Fundos de Capital de Risco

Títulos de capital de companhias que não estão listadas em operações públicas de troca de títulos. Os investidores que desejem vender a sua participação numa companhia privada têm de procurar eles próprios compradores devido à ausência de um mercado.

Provisão

As provisões são passivos que envolvem incertezas quanto ao montante ou calendário dos pagamentos. As provisões são reconhecidas se existir uma obrigação presente para transferir benefícios económicos, como fluxos de caixa, em resultado de eventos passados e puder ser feita uma estimativa fiável por altura da data da demonstração da posição financeira.

Acordo de reacquisição invertida

A compra de títulos com um acordo para os revender a um preço mais elevado numa data futura específica.

Contabilidade de Cobertura

De acordo com IFRS 4, uma seguradora pode, sem ser obrigada, alterar as suas políticas contabilísticas de forma a que um ganho ou perda reconhecido mas não realizado de um ativo afete a mensuração de passivos de seguro. O ajuste diferido relacionado com o passivo de seguro (ou custos de aquisição diferidos ou ativos intangíveis) é reconhecido no capital apenas se os ganhos ou perdas não realizados forem reconhecidos diretamente no capital.

Operação de empréstimo de títulos

Um empréstimo de um título de uma contraparte a outra que tem eventualmente que devolver o mesmo título como reembolso. O empréstimo é muitas vezes garantido. O empréstimo de títulos permite a uma entidade em posse de um título em particular ter proveitos melhorados.

Instrumentos de crédito estruturado

Títulos criados por reestruturação dos fluxos de caixa de contratos financeiros e abrangendo títulos de dívida titularizados (ABS - asset-backed securities), títulos hipotecários (MBS - mortgage-backed securities) e obrigações de dívida colateralizada (CDO - collateralised debt obligations).

Obrigações subordinadas (empréstimo)

Um empréstimo (ou título) subordinado a outros empréstimos (ou títulos) no que respeita a direitos a ativos ou ganhos.

Subsidiária

Qualquer companhia, sobre a qual a Ageas, direta ou indiretamente, tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais por forma a obter os benefícios das suas atividades ('controlo').

Data de contrato

A data em que a Ageas se toma uma parte das disposições contratuais de um ativo financeiro.

Valor do negócio adquirido (VOBA - Value of business acquired)

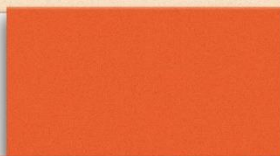
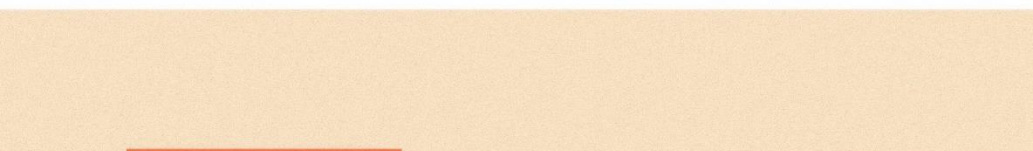
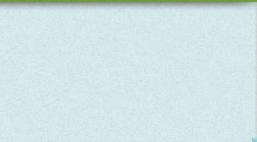
O valor atual de futuras receitas de contratos de seguros adquiridos. O VOBA é reconhecido como um ativo intangível e é amortizado ao longo do período em que os prémios ou os ganhos brutos das apólices são reconhecidos.

VaR

Abreviatura de valor em risco (value at risk). Uma técnica que utiliza a análise estatística das tendências de mercado e volatilidades históricas para estimar a probabilidade das perdas de um dado portfólio irão exceder uma determinada quantia.

Abreviaturas

AFS	Available for sale (disponível para venda)
ALM	Asset and liability management (gestão de ativos e passivos)
CASHES	Convertible and subordinated hybrid equity-linked securities (títulos híbridos ligados aos mercados de capitais conversíveis e subordinados)
CDS	Credit default swap (troca do risco de incumprimento)
CEU	Continental Europe (Europa Continental)
CGU	Cash generating unit (unidade geradora de caixa)
DPF	Discretionary participation features (participação nos resultados discricionária)
EPS	Earnings per share (resultados por ação)
Euribor	Taxa interbancária de oferta do euro
EV	Embedded value (valor embutido)
FRESH	Floating rate equity linked subordinated hybrid bond (obrigações híbridas subordinadas ligada à taxa flutuante do capital)
HTM	Held to maturity (detido até à maturidade)
IBNR	Incurring but not reported (incorrido mas não relatado)
IFRIC	International Financial Reporting Interpretations Committee
IFRS	International Financial Reporting Standards
LAT	Liability Adequacy Test (teste de adequação de responsabilidade)
MCS	Mandatory convertible securities (valores mobiliários convertíveis obrigatórios)
OTC	Over the counter (mercado de balcão)
SPV	Special purpose vehicle (veículo para fins especiais)
UK	United Kingdom (Reino Unido)



Ageas and ageas SA/NV
Rue du Marquis 1
1000 Bruxelas, Bélgica
Telefone: +32 (0) 2 557 57 11
Fax: +32 (0) 2 557 57 50
Endereço Internet: www.ageas.com
E-mail address: info@ageas.com